

**SENHOR PREGOEIRO DO BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS S.A.
– BDMG**

Ref: Pregão Eletrônico nº 01/2026

Processo SEI nº 5200.01.0000432/2026-56

FBM GESTÃO E PROCESSOS LTDA. (“FBM”), inscrita no CNPJ sob o nº 19.121.793/0001-25, vem, tempestiva e respeitosamente, nos termos do **item 7.2.1.** do edital do **Pregão Eletrônico nº 01/2026**, apresentar

CONTRARRAZÕES / Impugnação

ao recurso administrativo interposto pela **KPMG ASSESSORES LTDA. (“KPMG”)**, contra decisão desse r. Pregoeiro, que declarou a **FBM** habilitada e vencedora no certame em epígrafe, requerendo digno-se V.Sas. determinar o regular processamento das inclusas razões de fato e de direito em anexo.

Termos em que,
Pede Deferimento.

São Paulo, 28 de abril de 2026.

FBM GESTÃO E PROCESSOS LTDA.

Assinado digitalmente por:
XXXX
CPF: ****XXXX-**
Data: 28/04/2026 19:00:11 -03:00

XXXXXX
Global Equity Partner

I – DA TEMPESTIVIDADE

Primeiramente, importante salientar que a presente peça é tempestiva, haja vista que o prazo para apresentar contrarrazões iniciou-se em 24/04/2026, e esgotar-se-á em 28/04/2026.

II - DOS FATOS

1. O BDMG divulgou o edital do **Pregão Eletrônico nº 01/2026**, cujo objeto é a contratação de *“Contratação de consultoria especializada para prestação de serviços de apoio na implementação das adaptações decorrentes da reforma tributária”*, conforme especificações do Edital e seus anexos.
2. A sessão de abertura da licitação ocorreu em 15/04/2026 e, em 17/04/2026, após análise da documentação da **FBM**, o Pregoeiro, **em total consonância com as normas que regem o certame, decidiu, acertadamente, por declarar a FBM habilitada.**
3. Ocorre que, inconformada com o resultado, a KPMG, ora Impugnada, resolveu interpor recurso com alegações totalmente improcedentes, já que, conforme demonstrado em sua documentação, a **FBM** comprovou, de forma **inequívoca**, todos os requisitos exigidos no edital, o que resultou em sua acertada habilitação.
4. Assim, em defesa do cumprimento das normas e princípios que regem as licitações, e pautando-se na lisura e correção com que o Pregoeiro vem conduzindo o certame, a **FBM** apresenta suas contrarrazões ao recurso apresentado pela KPMG, **na certeza de que a decisão pela habilitação da FBM será devidamente mantida, por acertada e totalmente livre de erros**, dando-se regular prosseguimento ao certame com a subsequente adjudicação do objeto e homologação do resultado.

III. DAS RAZÕES DA IMPUGNAÇÃO

5. Preliminarmente, registramos nossa estranheza ao recurso da KPMG, empresa que ficou classificada em 5º (e último) lugar no Pregão, com um valor de proposta muito acima e descolado do valor de todas as demais participantes.

6. Vale lembrar a classificação final, após a sessão de lances:

Class.	Empresa	Valor final	Situação
1º	ROCHA & ROCHA ADVOGADOS	R\$ 995.000,00	Inabilitado
2º	FBM GESTÃO E PROCESSOS LTDA.	R\$ 999.997,81	Habilitado e vencedor
3º	ERNST & YOUNG ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA	R\$ 1.206.000,00	Não convocado
4º	TAAS CONSULTING LTDA	R\$ 1.269.999,99	Não convocado
5º	KPMG ASSESSORES LTDA	R\$ 2.090.000,00	Não convocado

7. A KPMG ficou em 5º e último lugar no Pregão com uma proposta de absurdos **R\$ 2.090.000,00** (dois milhões e noventa mil reais) – valor **mais que o dobro** do ofertado pela **FBM** e foi a única empresa a apresentar recurso. Se a KPMG desejava tanto ganhar essa licitação, deveria ter aberto mão de sua pomposa margem lucro para ser minimamente competitiva.

8. Nem mesmo a Ernst & Young, que ficou classificada em 3º (logo em seguida à **FBM**) apresentou recurso, o que é compreensível, pois a documentação apresentada pela **FBM** comprova, de forma inequívoca, que esta empresa atende todos os requisitos do estabelecidos no edital do BDMG.

9. É imperioso destacar, de plano, a total ausência de razoabilidade na pretensão da Recorrente. A KPMG busca inabilitar a **FBM** por meio de interpretações distorcidas e flagrante má-fé argumentativa, na vã tentativa de induzir o BDMG a erro, e tentar forçar a contratação da KPMG por um valor exorbitante, em frontal violação ao princípio da economicidade e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública. **A diferença de mais de R\$ 1 milhão aos cofres do BDMG evidencia que a proposta da KPMG não atende ao interesse público, e seu recurso reflete apenas ao seu interesse privado de eliminar a concorrência a qualquer custo.**

10. A seguir, restará cabalmente demonstrado que a documentação apresentada pela **FBM** atende de forma integral, irrestrita e superavitária a todas as exigências do Edital, devendo o recurso da KPMG ser julgado totalmente improcedente.

III.1. Do integral atendimento da FBM aos requisitos do edital

A – DA COMPROVADA EXPERIÊNCIA DA FBM (Item 2.5.1. do TR)

11. Para fins de qualificação técnico-operacional (experiência da empresa), o edital estabeleceu os seguintes requisitos:

“2.5. Qualificação técnica

2.5.1. Atestados de capacidade técnica, expedidos por instituição financeira com classificação S3, S2 ou S1, que comprove que a licitante:

I - prestou serviços de consultoria tributária pelo período mínimo de 12 meses; e

II - prestou ou presta serviços de consultoria tributária que trate especificamente da Reforma Tributária, aprovada pela Emenda Constitucional 132/2023, sendo:

a) elaboração de Diagnóstico dos Impactos Tributários e Financeiros; ou

b) diagnóstico dos impactos em processos e sistemas.

(...)

2.5.1.5. A licitante poderá apresentar mais de um atestado, de forma que a soma dos períodos de serviço comprovado atenda ao período mínimo de 12 meses.”

12. De forma a comprovar sua experiência, a **FBM** apresentou os seguintes documentos (conforme “Relatório de Atestados” já apresentado na fase de habilitação):

EMITENTE	ENQUADRAMENTO EDITAL	PERÍODO	SEGMENTO
BANCO DIGIO	Item I) Prestação de serviços de consultoria tributária (62 meses)	Janeiro de 2021 a março de 2016 (5 anos e 2 meses)	S1 (Banco Pertencente ao Conglomerado Prudencial Bradesco S.A.)
BANCO DA AMAZÔNIA S/A	item I) Prestação de serviços de consultoria tributária (36 meses)	Abril de 2023 a abril de 2026 (3 anos)	S3
SICOOB	item I) Prestação de serviços de consultoria tributária (21 meses)	Janeiro de 2023 a março 2025	S2
PAGSEGURO	item II) Prestação de Serviços – Reforma Tributária (6 meses)	Setembro de 2025 a dezembro de 2026 (6 meses)	S3
BNPP	Item II) Prestação de Serviços – Reforma Tributária (4 meses)	Setembro de 2025 a março de 2025 (4 meses)	S3

13. A Recorrente ataca os atestados de capacidade técnica apresentados pela **FBM**, fragmentando-os e distorcendo seus conteúdos. Contudo, a análise sistêmica e imparcial dos documentos revela a excelência técnica da **FBM**.

14. Passaremos a detalhar cada atestado apresentado, demonstrando a total aderência aos requisitos do edital:

- BANCO DIGIO

EMITENTE	ESCOPO	ENQUADRAMENTO EDITAL	PERÍODO	SEGMENTO
BANCO DIGIO S.A.	Serviços especializados de consultoria tributária e contábil.	Item I) Prestação de serviços de consultoria tributária (62 meses)	Janeiro de 2021 a março de 2016 (5 anos e 2 meses)	S1 (Banco Pertencente ao Conglomerado Bradesco S.A.)

A KPMG alega que o atestado emitido pelo Banco Digio S.A. seria inválido por, supostamente, não se enquadrar na classificação S1, S2 ou S3 do Banco Central do Brasil (BCB), argumentando que a classificação prudencial do conglomerado Bradesco (S1) não se estenderia à entidade individual.

A afirmação da KPMG é improcedente e equivocada, e demonstra profundo desconhecimento ou deliberada omissão quanto à normatização do próprio Banco Central do Brasil.

A Resolução CMN nº 4.553, de 30 de janeiro de 2017, que estabelece a segmentação prudencial das instituições financeiras deve ser aplicada para **todas as entidades integrantes do conglomerado prudencial** e não de forma individual por entidade como sugere a KPMG. Abaixo texto extraído do seu art. 2º, § 6º:

“Art. 2º, § 6º. Para instituições integrantes de conglomerado prudencial, nos termos do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif), o enquadramento de que trata este artigo deve ser efetuado com base em informações consolidadas.”

Ao ser totalmente incorporado e controlado pelo Bradesco, o Banco Digio passou a se enquadrar nas normas de regulação prudencial do Banco Central como uma instituição de alto porte, de classificação S1.

Conforme pode ser comprovado nas demonstrações financeiras do Banco Bradesco do 4º trimestre de 2025, o Banco Digio S.A. é subsidiária integral (100% do capital social) do Banco Bradesco S.A (Notas Explicativas - Página 73) base para consolidação e, por este motivo, está enquadrado no segmento S1.

Ainda que o questionamento da KPMG fosse em relação ao porte do Banco Digio em comparação ao BDMG, mesmo que o Banco Digio fosse considerado de maneira individual (o que não faz o menor sentido sob a ótica prudencial e regulatória da Resolução CMN 4.553), **o Banco Digio S.A. possuía em 31 de dezembro de 2025 ativos totais de R\$ 25,8 bilhões. Para fins de simples comparação, o BDMG possuía, na mesma data-base, R\$ 14,3 bilhões e está enquadrado no segmento S3. Ou seja, mesmo que considerado individualmente, devido ao seu porte, total de ativos e carteira de crédito, o atestado emitido pelo Banco Digio atenderia aos requerimentos editalícios.**

Ademais, o atestado do Banco Digio comprova a prestação contínua de "*serviços especializados de consultoria tributária e contábil*" desde **janeiro de 2021** (mais de 62 meses de duração), superando em muito a exigência editalícia de 12 meses (item 2.5.1, "I").

A tentativa da KPMG de desqualificar um atestado emitido por uma instituição com ativos totais de R\$ 25,8 bilhões, integrante de um dos maiores conglomerados financeiros da América Latina, beira a litigância de má-fé.

Assim, o atestado emitido pelo Banco Digio, contratante da FBM, comprova a execução de serviços de consultoria tributária, atendendo integralmente os requisitos do item 2.5.1., I, do TR.

- BANCO DA AMAZONIA (BASA)

EMITENTE	ESCOPO	ENQUADRAMENTO EDITAL	PERÍODO	SEGMENTO
BANCO DA AMAZÔNIA S/A	Atividades técnicas relacionadas à adequação regulatória, tecnológica, contábil e operacional, com foco na conformidade com a Resolução CMN nº 4.966/21 e suas respectivas alterações.	item I) Prestação de serviços de consultoria tributária (36 meses)	Abril de 2023 a abril de 2026 (3 anos)	S3

Em esforço desesperado, a Recorrente tenta desqualificar os atestados emitidos pelo Banco da Amazônia (BASA alegando que a implantação da Resolução CMN nº 4.966/2021 e da Lei nº 14.467/2022 seriam projetos "predominantemente contábeis" e que a dimensão tributária seria meramente "acessória" ou insuficiente em termos de prazo.

Novamente, a KPMG labora em erro crasso. A Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022, é um diploma legal de natureza **estritamente tributária**. Seu próprio art. 1º estabelece:

“Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.”

Trata-se da norma que regulamenta a dedutibilidade de perdas incorridas para fins de apuração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). É impossível prestar consultoria para adequação à Lei nº 14.467/2022 sem ter conhecimento da legislação tributária e, portanto, sem realizar consultoria tributária, que, diga-se de passagem, é de altíssima complexidade.

*“Medida Provisória Nº 1128 – Dispõe sobre **o tratamento tributário** aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (convertida na Lei 14.467/22).”*

No caso do **Banco da Amazônia S.A. (S3)**, a **FBM** firmou o Contrato nº 2023/039 em abril de 2023, com vigência de 36 meses. O escopo original do contrato **já previa expressamente a análise de impactos tributários** decorrentes da Medida Provisória nº 1.128/2022 (posteriormente convertida na Lei nº 14.467), por meio da entrega de **relatório específico** de impactos - **Produto P6 (Relatório de Impactos MP 1.128)**.

Para que não houvesse nenhuma dúvida neste sentido, anexamos à documentação de habilitação a íntegra do Contrato 2023/039 firmado junto ao Banco da Amazônia em 05 de abril de 2023 (item 9.4.2 da documentação de habilitação – Cláusula Nona, Parágrafo Primeiro – Produto P6 – Relatório de Impactos MP 1.128). Inserimos o contrato completo justamente para que não reste nenhuma dúvida em relação à natureza e a característica **de todos os serviços** prestados dentro do escopo deste contrato.

Para fins de execução contratual do projeto do BASA, a dimensão tributária não foi introduzida de forma “superveniente e acessória”, como falsamente alega a KPMG; **ela estava presente desde a concepção do projeto, perdurando por todo o contrato, sendo parte indissociável da sua execução**.

Se por um lado, a Resolução CMN 4.966/21 alterou substancialmente o processo de apuração de perdas incorridas das instituições financeiras, a Lei 14.467/2022 (anterior MP 1.128) trouxe uma profunda mudança na constituição e tratamento dos créditos tributários decorrentes das perdas incorridas e a dedutibilidade da parcela diferida para fins de apuração do Imposto de Renda e Contribuição Social. Apenas para que se tenha noção da relevância destes ativos no Banco da Amazônia, em 01 de dezembro de 2025, o Banco da Amazônia possuía R\$ 2 bilhões de créditos tributários que foram impactados pelas mudanças introduzidas

pela Lei 14.467. Dizer a implantação da lei 14.467 é “superveniente” e “acessória” no BASA denota total desconhecimento das características das instituições financeiras de fomento e desenvolvimento.

O tratamento de créditos tributários sobre as perdas incorridas certamente é um dos itens mais controversos e complexos do universo tributário nas instituições financeiras, especialmente em instituições financeiras com alto volume de perdas incorridas. É no mínimo leviano por parte da KPMG considerar que esse escopo é “superveniente e acessório”. No caso desse contrato, a avaliação de aspectos contábeis e fiscais foram igualmente relevantes e indissociáveis para o sucesso do projeto.

Passamos a explicar como se deu a execução prática e real da consultoria no escopo tributário no contrato 039/2023.

O relatório **P6 – Relatório de Impactos da MP 1.128** teve sua entrega efetuada em 16 de dezembro de 2024 (conforme email anexo trocado entre **FBM** e os interlocutores do BASA). Desta forma, a execução do escopo de consultoria fiscal (MP 1.128/Lei14.467) se iniciou logo após a assinatura do Contrato N°2023/039 perdurando por **20 meses** até a entrega do **Produto P6 – Relatório de Impactos da MP 1.128**. Não obstante, a entrega do Relatório P6 não colocou fim na consultoria tributária prestada pela FBM no âmbito deste contrato, que perdurou ao longo de toda sua execução, como continuaremos a explicar.

A adoção dos mecanismos operacionais determinados pela Lei 14.467 exigiram alto nível de adequação de processos e sistemas nas Instituições Financeiras que possuem alto nível de perdas incorridas (o caso do BASA). Sem nos delongar em detalhes técnicos, as mudanças em processos e sistemas promovidas pelo BASA ao longo de todo projeto foram implantadas por meio dos requerimentos de negócio escritos pela **FBM** em tempo de projeto e se tiveram destaque especial em relatórios relevantes entregues ao longo do projeto (ex.: Relatório P12 – Especificações Técnicas para Desenvolvimento de Novas Funcionalidades nos Sistemas; P16 – Relatório de Suporte a TI durante o Processo de Implantação). Seria impossível escrever requerimentos de negócio para implantação da Lei

14.467 nos sistemas do BASA sem profundo conhecimento técnico de natureza tributária.

Conforme despacho da Diretoria Executiva do Banco da Amazônia de 18 de julho de 2025, foi firmado o primeiro aditivo ao contrato de prestação de serviços de consultoria (documento anexo ao processos de habilitação) cujo objetivo foi adicionar **outras análises e simulações de impacto** que não estavam no escopo da inicial do contrato 039/2023, especialmente em relação as mudanças na IN RFB 1.700 que estavam sendo propostas pelo mercado financeiro naquele momento e que foram materializados na emissão da IN RFB Nº 2.281 em setembro de 2025, norma esta que trouxe mudanças relevantes nos expedientes práticos de adoção inicial da Lei 14.467/22 e tratamento prospectivo dos créditos tributários. Além dos trabalhos que já haviam sido executados pela **FBM** antes do aditivo, foi necessário a realização de análises adicionais e simulação de impactos não previstas no escopo inicialmente contratado, motivando a formalização de um aditivo contratual.

Desta forma, **reiteramos que o escopo de assessoria tributária esteve presente ao longo de todo o prazo de execução contratual, tendo sido prestado de maneira ininterrupta durante os 36 meses de vigência.** Tal atuação ocorreu com maior ou menor intensidade de alocação de horas e profissionais da equipe tributária, conforme a evolução das discussões no mercado e a publicação de novas regulamentações pela Receita Federal do Brasil acerca do tema, especialmente no período compreendido entre dezembro de 2022 (Lei nº 14.467) e março de 2025 (IN nº 2.281), as quais foram sendo divulgadas ao longo da execução contratual.

Com todo o exposto, não reconhecer a natureza tributária do serviço prestado ao Banco da Amazônia por meio deste contrato seria um equívoco muito grande, que certamente não será cometido pelo BDMG, razão pela qual deve ser mantida a habilitação da **FBM**.

A KPMG alega ainda que os serviços de consultoria tributária foram pactuados por meio de aditivo, o que, para a KPMG, invalidaria a comprovação da experiência, afirmando o seguinte:

“Todavia, tal tentativa não supre a exigência editalícia. Isso porque o objeto original do contrato não contempla consultoria tributária, sendo a dimensão tributária introduzida apenas de forma superveniente e acessória, foi por meio de aditivo.”

Causa muita estranheza essa afirmação da KPMG. Quer dizer que, se um aditivo adiciona serviços em um contrato, então esses serviços não contam como experiência da empresa?

Ao afirmar que “a dimensão tributária introduzida apenas de forma superveniente e acessória” e alegar que, por este motivo, o atestado do BASA deveria ser desconsiderado, a KPMG demonstra total desconhecimento de conceitos básicos de direito contratual.

A KPMG parece desconhecer o conceito de aditivo contratual. O aditivo contratual (ou termo aditivo) tem, fundamentalmente, uma **natureza jurídica complementar e modificativa**. Ele atua como um instrumento que altera, acresce ou suprime cláusulas de um contrato pré-existente, sem que seja necessário extinguir o acordo original e criar um novo.

Portanto, um determinado serviço pode constar do contrato “original” ou de um aditivo, e, de uma forma ou de outra, a experiência da empresa estará demonstrada.

O fato de serviços de consultoria tributária terem sido pactuados por meio de aditivo, não invalida, de forma alguma, a experiência da **FBM**.

Ainda, a alegação da KPMG de que a experiência da **FBM** junto ao BASA deve ser desconsiderada pelo motivo de que a dimensão tributária teria sido introduzida apenas “de forma superveniente e acessória via aditivo” revela que a Recorrente, no mínimo, não se deu ao trabalho de analisar adequadamente a documentação que instruiu este o processo licitatório.

O contrato original do BASA e seus respectivos entregáveis — documentos que estavam à disposição de todos os licitantes — preveem de forma expressa e inequívoca o Produto P6, dedicado exclusivamente à análise de impactos tributários da MP 1.128/2022. Bastava uma leitura minimamente diligente para constatar esse fato. A omissão — que, se não decorreu de negação deliberada, decorreu de notória falta de zelo na elaboração do recurso — compromete gravemente a credibilidade de toda a argumentação da Recorrente e reforça o caráter meramente protelatório da peça recursal, indicando intenção de tumultuar o processo como resultado do desespero da KPMG em se ver em último lugar no certame, com um valor de proposta ostensivamente superior aos valores de todos os demais licitantes.

- SICOOB

EMITENTE	ESCOPO	ENQUADRAMENTO EDITAL	PERÍODO	SEGMENTO
SICOOB	Atividades técnicas relacionadas à adequação regulatória, tecnológica, contábil, fiscal e operacional, com foco na conformidade com a Resolução CMN nº 4.966/21 e suas respectivas alterações.	item I) Prestação de serviços de consultoria tributária (21 meses)	Janeiro de 2023 a março 2025	S2

A KPMG alega em seu recurso:

“Trata-se, portanto, de ajuste tributário vinculado à adequação contábil prudencial, e não de consultoria tributária voltada à análise da Reforma Tributária do consumo instituída pela Emenda Constitucional nº 132/2023.”

(grifamos)

Ocorre que, conforme destacado acima e informado no “Relatório de Atestados” da FBM, o atestado da SICOOB foi apresentado para fins de comprovação do Item 2.5.1., I, que não se refere a Reforma Tributária.

Cabe ressaltar que, ao longo de todo o seu recurso, a KPMG demonstra falta de entendimento quanto aos requisitos, ou tenta induzir o pregoeiro a erro, misturando as exigências dos itens I e II do item 2.5.1. do TR.

Vale mais uma vez replicar o item 2.5.1. do TR:

“2.5. Qualificação técnica

2.5.1. Atestados de capacidade técnica, expedidos por instituição financeira com classificação S3, S2 ou S1, que comprove que a licitante:

*I - prestou serviços de **consultoria tributária** pelo período mínimo de **12 meses**; e*

*II - prestou ou presta serviços de **consultoria tributária que trate especificamente da Reforma Tributária**, aprovada pela Emenda Constitucional 132/2023, sendo:*

a) elaboração de Diagnóstico dos Impactos Tributários e Financeiros; ou

b) diagnóstico dos impactos em processos e sistemas.”

Uma simples leitura do item acima revela que a exigência de experiência relacionada a Reforma Tributária é imposta apenas no item 2.5.1., II, do TR.

No caso do **Banco Sicoob S.A. (S2)**, o atestado é expresso ao detalhar, **em seção específica denominada "Adequação Tributária - Lei 14.467/22"**, uma miríade de atividades eminentemente fiscais, tais como: análise de ativo fiscal diferido, simulação de impactos tributários, definição de valores dedutíveis/indedutíveis para IRPJ e CSLL, orientação para o LALUR e política de controle fiscal.

O serviço foi prestado de forma contínua entre janeiro de 2023 e março de 2025 (21 meses).

A Recorrente tenta novamente sustentar que “a frente tributária relacionada à Lei nº 14.467/2022 é necessariamente posterior e dependente da implementação da Resolução CMN nº 4.966/2021”.

Conforme destacado anteriormente, a Lei nº 14.467/2022 é um diploma legal autônomo, com objeto próprio e distinto da Resolução CMN nº 4.966/2021.

Enquanto a Resolução 4.966/2021 trata da classificação contábil de instrumentos financeiros e do reconhecimento de perdas incorridas, a Lei 14.467/2022 disciplina o tratamento tributário dessas perdas para fins de IRPJ e CSLL — matérias que, embora conexas, são independentes e devem ser avaliadas por equipes e profissionais com conhecimentos distintos e específicos.

O atestado do SICOOB é ainda mais explícito, pois possui uma seção inteira dedicada à “Adequação Tributária – Lei 14.467/22”.

A **FBM** foi contratada pelo SICOOB para implantação tanto da Resolução 4.966/2021 quanto da Lei 14.467/2022 em todas as empresas do conglomerado prudencial SICOOB, além das 341 cooperativas que compõe o sistema. Embora de natureza distinta, as normas possuem sinergias, razão pela qual o SICOOB decidiu por uma contratação conjunta da FBM para os dois assuntos.

A Lei 14.467 foi sancionada em 16 de novembro de 2022 e as normas complementares, Instrução Normativa RFP 2.201, publicada em 10 de junho de 2024, e a IN RFB 2.281, de 31 de março de 2025. O objetivo de todas essas normas **é o mesmo**: ser um arcabouço único para disciplinar como as **instituições financeiras tributam perdas de crédito no Brasil**. O projeto conduzido pela **FBM** junto ao Banco SICOOB foi iniciado em janeiro de 2023 (logo após a emissão da Lei 14.467 - novembro de 2022) e perdurou até março de 2025 três meses após a entrada em vigor da Lei. Desta forma, a Consultoria Tributária foi prestada pela **FBM** ao SICOOB ao longo de **toda vigência contratual**, **pelo prazo de 2 anos e 2 meses**. E isto é muito simples de ser explicado: após a sanção da Lei 14.467 em novembro de 2022 foram necessárias a publicação de várias Instruções Normativas da Receita Federal do Brasil para dar clareza dos detalhes a serem observados pelas instituições na implantação de referida Lei. Com este propósito, a **FBM** foi contratada pelo SICOOB para apoio fim-a-fim na implantação da Lei 14.467.

Nesse sentido, o atestado do SICOOB comprova plenamente a experiência requerida no item 2.5.1., I, do TR, qual seja, execução de serviços de consultoria tributária, somando, de forma isolada e superavitária o período mínimo exigido pelo edital, restando improcedentes todos os argumentos da KPMG.

- PAGSEGURO e BNPP

EMITENTE	ESCOPO	ENQUADRAMENTO EDITAL	PERÍODO	SEGMENTO
PAGSEGURO	Assessoria técnica especializada em temas relacionados à implementação da Reforma Tributária, abrangendo aspectos tributários, operacionais e de tecnologia da informação	item II) Prestação de Serviços – Reforma Tributária (6 meses)	Setembro de 2025 a dezembro de 2026 (4 meses)	S3
BNPP	Assessoria técnica especializada relacionados à implementação da Reforma Tributária, instituída pela Lei Complementar nº 214/2025, abrangendo análises de natureza tributária, operacional e tecnológica.	Item II) Prestação de Serviços – Reforma Tributária (4 meses)	Setembro de 2025 a março de 2025 (6 meses)	S3

De forma um tanto quanto vaga e confusa, a KPMG alega que os atestados emitidos pela PAGSEGURO e BNPP “se referem a períodos inferiores a 12 (doze) meses, não sendo possível suprir tal requisito por meio da simples soma de experiências fragmentadas, recentes e sem demonstração de continuidade”.

Aqui é importante destacar o seguinte: conforme “Relatório de Atestados” fornecido pela FBM, os atestados da PAGSEGURO e do BNPP foram apresentados para comprovação do item 2.5.1., II, do TR, que se refere à experiência relacionada

à Reforma Tributária, e para o qual não há exigência de período mínimo de experiência.

Repetindo: O período mínimo de 12 meses de experiência é exigido somente para o item I, que se refere a experiência em consultoria tributária de forma mais genérica.

Não há exigência de comprovação de período mínimo para o item II, que se refere a consultoria tributária que trate especificamente da Reforma Tributária, e para o qual a FBM apresentou os atestados do PAGSEGURO e BNPP.

Os atestados do BNPP e PAGSEGURO comprovam execução de serviços de consultoria tributária relacionados à Reforma Tributária, atendendo plenamente os requisitos do **item 2.5.1., II, do TR**, restando totalmente descabidos os argumentos da KPMG.

B – DA COMPROVADA EXPERIÊNCIA DOS PROFISSIONAIS (Item 2.5.2. do TR)

15. Quanto à qualificação técnico-profissional (item 2.5.2 do Anexo II do Edital), o Recurso da KPMG padece do mesmo vício argumentativo já exaustivamente refutado na seção anterior.

16. Vale lembrar a composição da equipe da **FBM** e experiência demonstrada:

Função	Profissional	Formação	Documentos
Líder Técnico Tributário	XXXXX	Ciências Contábeis	- Diploma - CRC: 1SP271199/O-8 - Atestado: Banco da Amazônia 4.966 / Lei 14.467 - Comprovação de vínculo: Contrato social da FBM Gestão

Consultor Especialista Tributário	XXXX XXXX	Direito	- Certificado de Conclusão de Curso - Atestado: Banco da Amazônia 4.966 / Lei 14.467 - Comprovação de Vínculo: Contrato de prestação de serviços
Líder Técnico em Transformação de Negócios	XXXXXX	Economia	- Diploma - CORECON - Atestado: Banco SICOOB - Comprovação de vínculo: Contrato social da FBM Gestão

17. A KPMG alega que a **FBM** teria utilizado atestados "insuficientes" para comprovar a experiência dos profissionais, sustentando, em relação ao **Líder Técnico Tributário** e o **Consultor Especialista Tributário**, que a atuação tributária no projeto do BASA só teria sido introduzida por meio do aditivo contratual e, portanto, a experiência dos profissionais vinculados a esse projeto não seria válida.

18. Esta alegação é factualmente incorreta e **já foi cabalmente desmentida.**

19. Conforme já mencionado, **o Contrato nº 2023/039, firmado com o BASA, já previa, desde a sua origem, escopo expressamente tributário, materializado no Produto P6 (Relatório de Impactos MP 1.128/2022),** dedicado à análise dos impactos tributários da Medida Provisória nº 1.128/2022 — posteriormente convertida na Lei nº 14.467/2022.

20. **Assim, os profissionais da FBM alocados nesse projeto exerceram atividades de consultoria tributária desde o início da execução contratual, em abril de 2023, de maneira contínua e ininterrupta ao longo de todo o contrato, até sua extinção em abril de 2026 (36 meses) .**

21. A premissa sobre a qual se assenta toda a impugnação da Recorrente quanto à equipe técnica é, portanto, falsa.

22. Além disso, a FBM apresentou e-mail oficial do Banco da Amazônia (BASA), assinado pela Gerência Executiva da instituição em 14/04/2026, confirmando nominalmente a participação dos Srs. XXXXX (Gerente Sênior Tributário) e XXXXXXXXXXXXXXXX (Consultora Tributária) na frente tributária do projeto, bem como do Sr. XXXXXXXXXXXX (Gerente Sênior de TI). Trata-se de confirmação direta, emitida pelo próprio cliente, de que esses profissionais efetivamente atuaram no projeto — fato que a KPMG optou por ignorar com o propósito exclusivo de tentar desvalorizar o trabalho efetuado pela FBM e pelos profissionais da empresa.

23. Quanto à experiência do **Lider Técnico em Transformação de Negócios**, além da experiência confirmada pelo BASA, o atestado do SICOOB também demonstra que o profissional X atuou no projeto, que teve duração de janeiro de 2023 a março/25, no cargo de Gerente Sênior de Tecnologia.

24. Além da comprovada experiência, os profissionais indicados possuem formação acadêmica exigida (Ciências Contábeis, Direito e Economia, com os devidos registros nos conselhos de classe) e comprovaram cabalmente a execução de serviços de alta complexidade em instituições financeiras de grande porte, atendendo a todos os requisitos do Edital.

25. É de se notar que a KPMG tenta, de forma manifestamente distorcida, confundir as exigências de qualificação técnica do Edital, sugerindo que os atestados de consultoria tributária geral (item 2.5.1, I do Anexo II do Edital) deveriam também demonstrar experiência específica em Reforma Tributária do Consumo

IV – DA INADEQUADA POSTURA DA KPMG NO CERTAME

26. É de se notar que a KPMG tenta, de forma manifestamente distorcida, confundir as exigências de qualificação técnica do Edital, sugerindo que os atestados de consultoria tributária geral (item 2.5.1, I do Anexo II do Edital) deveriam também demonstrar experiência específica em Reforma Tributária do Consumo.

27. Reforçamos novamente que o Edital, em seu Anexo II, item 2.5.1, estabelece **duas exigências distintas e independentes** de qualificação técnico-operacional:

“2.5. Qualificação técnica

2.5.1. Atestados de capacidade técnica, expedidos por instituição financeira com classificação S3, S2 ou S1, que comprove que a licitante:

*I - Prestou serviços de **consultoria tributária** pelo período mínimo de **12 meses**; e*

*II - Prestou ou presta serviços de **consultoria tributária que trate especificamente da Reforma Tributária**, aprovada pela Emenda Constitucional 132/2023, sendo:*

a) elaboração de Diagnóstico dos Impactos Tributários e Financeiros; ou

b) diagnóstico dos impactos em processos e sistemas.”

28. A estrutura do Edital é clara: o **item I** exige comprovação de experiência em consultoria tributária **geral**, com prazo mínimo de 12 meses. O **item II** exige comprovação de experiência específica em Reforma Tributária (EC 132/2023), **sem qualquer exigência de prazo mínimo**.

29. Se o BDMG pretendesse que ambas as experiências fossem comprovadas de forma unificada, teria redigido uma exigência única, e não duas alíneas separadas com requisitos distintos.

30. **A separação é intencional e reflete a realidade do mercado, que a KPMG parece desconhecer:** a Reforma Tributária (EC 132/2023) é um fenômeno recente, com as Leis Complementares nº 214/2025 e nº 227/2026 tendo sido promulgadas há menos de um ano. Por óbvio, exigir 12 meses de experiência específica em Reforma Tributária seria praticamente impossível e manifestamente restritivo. O

BDMG, com acerto e razoabilidade, optou por não impor essa restrição ao item referente à Reforma Tributária.

31. A FBM atendeu a ambas as exigências de forma plena e independente:

- Para o **item I** (consultoria tributária geral por 12 meses), apresentou 3 (três) atestados: Banco da Amazônia (**S3**), Banco SICOOB (**S2**) e do Banco Digio (**S1**).
- Para o **item II** (Reforma Tributária – EC 132/2023), apresentou 2 (dois) atestados: **PAGSEGURO (S3)** e **Banco BNP Paribas Brasil S.A. (S3)**, sendo ambos inequívocos ao declarar a prestação de assessoria técnica especializada na implementação da Reforma Tributária, abrangendo avaliação de impactos tributários, operacionais e sistêmicos, bem como a transição para a CBS e o IBS.

32. Ao misturar as exigências dos itens I e II a KPMG, além de evidenciar incapacidade de compreensão de um edital de licitação, quer criar um requisito híbrido inexistente no Edital, constituindo flagrante violação ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório — ironicamente, o mesmo princípio que a Recorrente invoca em seu favor.

33. Por fim, apenas para registro, ao contrário do que alega a KPMG ao afirmar, em relação aos atestados da PAGSEGURO E BNPP, que não é possível “*suprir tal requisito por meio da simples soma de experiências fragmentadas, recentes e sem demonstração de continuidade*”, além de já termos reforçado que os referidos atestados foram apresentados para fins de comprovação do **item 2.5.1., II do TR**, o qual se refere à Reforma Tributária, **não há no edital qualquer vedação quanto a experiência “recente”, e nem exigência de demonstração de continuidade.**

34. Conforme já esclarecemos (e a KPMG parece desconhecer), o tema “Reforma Tributária” é recente, e seria impossível qualquer edital de licitação vedar a apresentação de experiência recente, pois todas as experiências nesse tema são recentes.

35. Lembramos à KPMG que a vedação de imposição a licitantes de condição ou requisito não estabelecido previamente no edital decorre diretamente do **Princípio da Vinculação ao Edital**. Entender de forma diferente demonstra frágil entendimento das regras básicas de uma licitação.

36. Isto nos leva a crer que a KPMG, de fato, enfrenta dificuldades na leitura e compreensão das regras de editais de licitação e, além disso, tenta, em seu Recurso, confundir o Pregoeiro, o que revelaria uma postura incompatível com uma empresa que pretenda participar de forma leal e íntegra em um processo de licitação.

37. Por fim, cumpre ressaltar que a aparente dificuldade da KPMG de compreensão das regras de um edital e a tentativa daquela empresa de, de forma desesperada, induzir o Pregoeiro a erro, misturando requisitos e criando exigências inexistentes, deve servir de alerta ao órgão licitante, pois revela postura totalmente dissonante daquela que se espera de uma empresa que venha a ser contratada para prestar quaisquer serviços, seja ao BDMG, seja a qualquer outro órgão ou empresa.

V – DA CONCLUSÃO

38. Conforme ficou demonstrado, não há qualquer argumento que possa modificar a justa decisão do Pregoeiro, vez que **a proposta da FBM atendeu rigorosamente todos os requisitos do edital e foi formulada dentro de todos os parâmetros legais**.

39. Vale destacar que a **FBM** atua **há mais de 20 anos** com prestação de serviços de consultoria contábil, tributária e regulatória, tendo como clientes os principais bancos do país, e ao contrário do que alega a KPMG, não há que se contestar a habilitação da FBM, não havendo argumento plausível que possa modificar a justa decisão do **BDMG**, pois, conforme demonstrado, a habilitação da FBM foi respaldada em farta documentação.

40. Sobre admissibilidade de recursos, destacamos lição do jurista, professor e magistrado Jair Eduardo Santana, condenando recursos meramente

protelatórios, senão vejamos:

“O simples descontentamento não gera motivo legal. É comum – e compreensível, aliás – que o licitante vencido na disputa se mostre irresignado com a oferta de seu concorrente. Mas isso, por si só, não é bastante para se constituir no falado motivo jurídico. Por isso é que o recurso meramente protelatório ou procrastinatório deve ser, de pronto, rechaçado pela Administração Pública. O mesmo destino terá o recurso fundado em simples descontentamento.

(...)

Não é qualquer irressignação ou descontentamento do licitante que possui aptidão para qualificar o conteúdo recursal como algo legítimo.”

(SANTANA, Jair Eduardo. **Pregão presencial e Eletrônico: Manual de Implantação, Operacionalização e controle**. Belo Horizonte: Ed. Fórum, 2006, p. 183; 192; e 193)

41. A contrariedade da KPMG em se ver classificada em **5º (e último) lugar** não pode dar azo a alegações desprovidas de fundamento e razoabilidade, e, o que é mais grave, argumentos que parecem tentar induzir o Pregoeiro a erro.

42. Por tudo o que ficou acima esclarecido, não resta ao BDMG alternativa a não ser manter a habilitação da **FBM** e prosseguir com o regular andamento do processo, para a subsequente assinatura do Contrato.

VI - DO PEDIDO

Diante de todo o exposto, tendo em vista tudo o que ficou cabalmente demonstrado, e com a certeza da eficiência e imparcialidade com que esse r. Pregoeiro vem conduzindo o certame, a empresa **FBM GESTÃO E PROCESSOS LTDA.**, ora Impugnante, pede e espera seja negado provimento às razões recursais apresentadas pela **KPMG ASSESSORES LTDA.**, e seja mantida a acertada decisão pela habilitação da **FBM** no **Pregão Eletrônico nº 01/2026**, dando-se regular prosseguimento do processo, para a subsequente adjudicação e homologação e, finalmente, assinatura do Contrato, tudo em plena conformidade com as regras estabelecidas pelo edital.

Termos em que,

Pede deferimento.

São Paulo, 28 de abril de 2026.

FBM GESTÃO E PROCESSOS LTDA.

Assinado digitalmente por:
XXXXX
CPF: ***.XXXXXX-**
Data: 28/04/2026 18:59:56 -03:00

XXXXXXXXX
Global Equity Partner



MANIFESTO DE ASSINATURAS



Código de validação: 3W39P-MSK95-9TCLW-2259U

Esse documento foi assinado pelos seguintes signatários nas datas indicadas (Fuso horário de Brasília):

- ✓ XXXXXXXX (CPF ***.XXXXX-**) em 28/04/2026 18:59 - Assinado com certificado digital ICP-Brasil
- ✓ XXXXX (CPF ***.XXXXX-**) em 28/04/2026 19:00 - Assinado com certificado digital ICP-Brasil

Para verificar as assinaturas, acesse o link direto de validação deste documento:

<https://assinador.somosb4.com.br/validate/3W39P-MSK95-9TCLW-2259U>

Ou acesse a consulta de documentos assinados disponível no link abaixo e informe o código de validação:

<https://assinador.somosb4.com.br/validate>

relatório de análise econômica e financeira



 clique nos itens abaixo para navegar pelo documento:



análise gerencial dos resultados



relatório da administração



demonstrações financeiras consolidadas



videoconferência comentando os resultados
06/02 às 10h30 (Horário de Brasília)

4T
25

Análise Gerencial dos Resultados	5
<i>press release</i>	6
destaques 4T25	7
demonstração do resultado recorrente	8
margem financeira	9
fontes de captação	10
carteira de crédito	11
despesa com PDD expandida	16
indicadores de crédito	17
receitas de prestação de serviços	19
despesas operacionais	21
Bradesco Seguros	22
basileia	27
<i>guidance</i> , indicadores & perspectivas econômicas	28
Informações Adicionais	29
estratégia corporativa clientecentrismo	30
NPS	31
nossas pessoas	32
sustentabilidade	33
digital em números BIA	34
Bradesco Principal	35
Bradesco Expresso	36
atuação internacional My Account	37
Bradesco Bank	38
Ágora Investimentos	39
Digio	40
pontos de atendimento, clientes e <i>market share</i>	41
retorno aos acionistas	42
demais informações	43
informações selecionadas	45
balanço patrimonial – consolidado Bradesco	46
balanço patrimonial – consolidado Seguros	47
resultado gerencial x recorrente comparativo BRGAAP x IFRS	48
Relatório dos Auditores Independentes	49
Demonstrações Financeiras	53



Alguns números inclusos neste relatório foram submetidos a ajustes de arredondamento. Assim sendo, os valores indicados como totais em alguns quadros podem não ser a soma aritmética dos números que os precedem. Variações percentuais não apresentadas nos quadros deste relatório, estão relacionadas, em sua maioria, a saldos de baixo valor quando comparados com os demais períodos apresentados.

A partir de janeiro de 2025, adotamos em nossas Demonstrações Financeiras as novas práticas contábeis estabelecidas pelas Resoluções CMN nº 4.966 e 4.975. Para fins gerenciais, mantivemos as informações dos períodos anteriores conforme já divulgado, as quais não apresentam diferenças relevantes na análise histórica dos resultados. Para alguns indicadores de crédito, quando mencionado, realizamos em bases proforma os dados históricos para fins de comparabilidade. Em nossas demonstrações financeiras a Organização optou pela isenção facultada pela Norma de não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações.



Análise Gerencial dos Resultados



O Bradesco mantém a sua visão de elevação gradual e sólida da rentabilidade através da execução acelerada do plano de transformação. Nossa opção é por garantir a sustentabilidade dos negócios, evoluindo com segurança e mantendo o custo de crédito sob controle, investindo na transformação da Organização, e colocando o cliente cada vez mais no centro das nossas decisões.

Em 2025, nossa tração comercial se refletiu em importante crescimento de receitas, em todas as suas principais linhas. Mantivemos o apetite ao risco, novas safras de crédito com elevada qualidade e indicadores de inadimplência sob controle. Como consequência, no 4T25 apresentamos ROE superior ao nosso custo de capital, com crescimento da nossa rentabilidade por oito trimestres consecutivos.

Os investimentos na transformação pressionam temporariamente as despesas, mas também se traduzem em aumento da nossa competitividade no curto, médio e longo prazo. O *change the bank* se integra - cada vez mais - com o *run the bank*, na medida em que os benefícios da transformação melhoram o nosso desempenho operacional e o deixam mais sustentável.

O lucro líquido foi de R\$ 6,5 bilhões no 4T25, resultando em ROAE de 15,2% gerando um lucro de R\$ 24,7 bilhões no ano de 2025 e crescimento de 26,1% 25/24.

As receitas totais atingiram R\$ 36,1 bilhões no trimestre, crescendo 2,9% t/t e 9,8% a/a, impulsionadas pelo desempenho da margem financeira e receitas com serviços.

A margem financeira chegou a R\$ 19,2 bilhões no trimestre, crescendo 2,9% t/t e 13,2% a/a. A margem com clientes atingiu R\$ 19,1 bilhões, aumentando 2,7% t/t e 18,4% a/a, principalmente, pelo efeito do aumento da carteira de crédito e eficiência na margem de passivos. A margem com mercado foi de R\$ 126 milhões no 4T25, em linha com o esperado, e chegou a R\$ 975 milhões no ano.

A carteira de crédito expandida somou R\$ 1,089 trilhão, crescendo 11,0% a/a e 5,3% t/t em Dez25, refletindo a nossa tração nos segmentos de MPME e Pessoas Físicas, e operações com Grandes Empresas realizadas no fim do ano.

Em dezembro de 2025, o índice de inadimplência (atrasos acima de 90 dias) permaneceu estável. Os ativos problemáticos da carteira reestruturada diminuíram R\$ 2,4 bilhões contra o trimestre anterior e R\$ 10,5 bilhões na comparação anual e os ativos curados desse portfólio aumentaram 10,7% t/t e 58,2% a/a. Com isso, observamos redução da participação das operações em estágio 3 em todos os trimestres de 2025 e de 40 bps no último trimestre.

O custo de crédito diminuiu de 3,3% no 3T25 para 3,2% no 4T25, refletindo a qualidade na concessão e crescimento da carteira de crédito no período.

As receitas de prestação de serviços tiveram forte desempenho, crescendo 4,6% t/t e 8,0% a/a. Os destaques positivos no trimestre foram as receitas de mercado de capitais, rendas de cartão e operações de crédito.

O desempenho operacional das atividades de seguros gerou um resultado de R\$ 5,6 bilhões (-1,0% t/t e +2,1% a/a) e lucro líquido de R\$ 2,8 bilhões (10,7% t/t e 10,6% a/a). O ROAE da seguradora foi de 24,3% no 4T25. Em 2025, o lucro de seguros chegou a R\$ 10,1 bilhões.

O nosso índice de eficiência (despesas/receitas) melhorou 2,2 p.p. no ano, refletindo a evolução das receitas em 13,2% e o controle das despesas. No ano de 2025, as despesas operacionais cresceram 8,5% enquanto as despesas administrativas e pessoal cresceram 5,0%, que inclui o efeito do acordo coletivo de 5,68%, e o aumento das despesas com participação nos resultados. As pressões temporárias observadas no ano, vieram principalmente dos investimentos na transformação e reforço de balanço com provisões para contingências.

Nossos índices de capital seguem robustos e acima dos limites regulatórios e gerenciais. O capital nível 1 ficou em 13,2% e o índice de capital principal foi de 11,2% ao final de 2025, melhora de 0,7 p.p. em 12 meses. Destinamos R\$ 3,9 bilhões em JCP aos acionistas no 4T25.

Em relação ao *guidance* de 2025, o crescimento da carteira de crédito superou o teto do intervalo indicado, principalmente, devido a evolução, no fim do ano, no segmento de Grandes Empresas. O resultado das operações de seguros também teve desempenho melhor que o esperado, essencialmente pela tração comercial e melhora na sinistralidade. As demais linhas do *guidance* ficaram na parte superior das projeções indicadas.

Para 2026, esperamos que, com o risco de crédito controlado, nossa rentabilidade evolua através do aumento de nossas receitas. O forte desempenho das receitas nos oferece a oportunidade de investirmos mais e mantermos a nossa transformação em ritmo acelerado. A expectativa é de que a nossa rentabilidade continue a aumentar de forma gradual e segura, *step by step*.

Nosso plano de transformação segue em execução acelerada. No modo de servir, consolidamos a operação das agências empresas, adicionamos funcionalidades ao novo app para SMEs e tornamos a jornada mais fluida. Em pessoas físicas, melhoramos a proposta de valor no Prime e Principal, demos *upgrade* a mais clientes e abrimos mais escritórios para o alta renda. Temos mais clientes *fully* digital, somos mais eficientes em vendas digitais e mantemos o ajuste no *footprint*. Na agenda de pessoas, o programa de evolução cultural segue sendo implementado. Nossa opção é por manter massivos investimentos na transformação em 2026.

Seguimos comprometidos com o financiamento de negócios sustentáveis e com o apoio aos nossos clientes na transição para uma economia mais verde e inclusiva, acompanhando riscos e oportunidades associados. A meta corporativa de direcionar R\$ 350 bilhões para setores e atividades com benefícios socioambientais de 2021 e 2025 foi superada, alcançando 109% de execução ao término do período, com o direcionamento de R\$ 381,9 bilhões, o que reflete a escala e continuidade dessa agenda. Em 2026, assumimos o compromisso de direcionar R\$ 450 bilhões até dezembro de 2026, considerando o volume acumulado desde 2021.

As informações a seguir detalham o nosso desempenho no 4T25, incluindo os resultados, o balanço patrimonial e os principais indicadores de performance.

boa leitura!

destaques 4T25



lucro líquido recorrente consolidado

R\$ 6,5 bi

Δ 5,0% t/t Δ 20,6% a/a

ROAE 4T25

15,2%

Δ 0,5 p.p. t/t Δ 2,5 p.p. a/a

informações selecionadas



receitas
totais

R\$ 36,1 bi ⁽¹⁾

Δ 2,9% t/t Δ 9,8% a/a

margem financeira total
Δ 2,9% t/t Δ 13,2% a/a

receitas de prestação
de serviços
Δ 4,6% t/t Δ 8,0% a/a

seguros, previdência
e capitalização
▽ 1,0% t/t Δ 2,1% a/a



custo do crédito

R\$ 8,8 bi

Δ 3,1% t/t Δ 18,3% a/a

PDD expandida / operações de crédito expandida (% anualizado)

3,0 3,0 3,2 3,3 3,2

4T24

1T25

2T

3T

4T



despesas de pessoal + administrativas ⁽²⁾

R\$ 13,8 bi

Δ 7,1% t/t Δ 5,6% a/a

Desconsiderando o efeito aquisição do Banco John Deere: (1) 9,6% a/a; e (2) 5,3% a/a.

carteira de crédito expandida

R\$ 1.089 bi

Δ 5,3% t/t
Δ 11,0% a/a



PF

R\$ 466,5 bi

Δ 3,3% t/t
Δ 12,7% a/a



PJ

R\$ 622,7 bi

Δ 6,9% t/t
Δ 9,7% a/a

MPME

Δ 8,1% t/t
Δ 21,3% a/a

GE

Δ 6,0% t/t
Δ 2,7% a/a



Indicadores de crédito

índice total acima de 90 dias

4,1%

estável t/t Δ 0,1 p.p. a/a



basileia nível I

13,2%

▽ 0,2 p.p. t/t Δ 0,8 p.p. a/a

grupo segurador

lucro líquido recorrente

R\$ 2,8 bi

Δ 10,7% t/t Δ 10,6% a/a

ROAE 4T25

24,3%

Δ 1,9 p.p. t/t ▽ 0,8 p.p. a/a

faturamento

R\$ 29,7 bi

Δ 0,2% t/t ▽ 5,7% a/a

índice de sinistralidade 4T25

74,3%

Δ 1,5 p.p. t/t Δ 2,1 p.p. a/a

principais destaques

- Rentabilidade evolui com solidez e consistência, superando o custo de capital
- Receitas totais apresentam expansão, impulsionadas pelo forte desempenho da margem com clientes e receitas de prestação de serviços
- Crescimento da carteira de crédito com equilíbrio
- Inadimplência sob controle, com destaque para a redução sequencial da carteira reestruturada
- Despesas operacionais controladas e melhora do nosso índice de eficiência operacional
- Grupo Segurador com expansão do ROAE e sólido desempenho



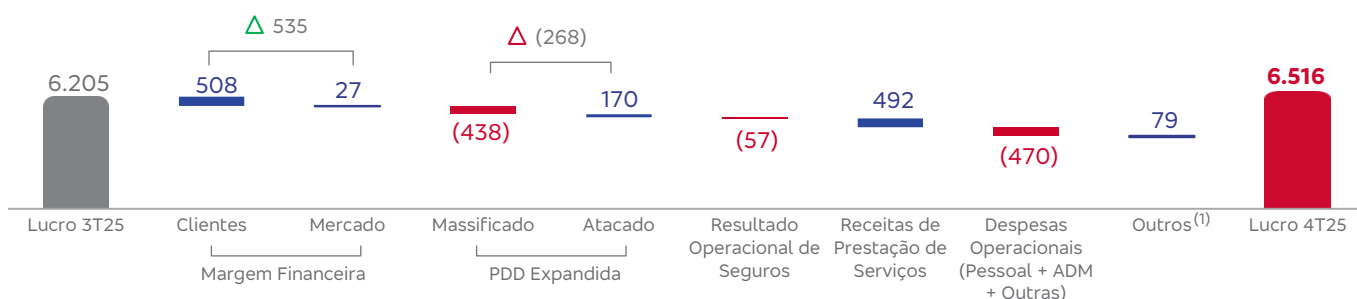
demonstração do resultado recorrente



R\$ milhões	4T25	3T25	4T24	12M25	12M24	Variação %		
						4T25 x 3T25	4T25 x 4T24	12M25 x 12M24
\\ Margem Financeira	19.245	18.710	16.995	73.232	63.726	2,9	13,2	14,9
Margem com Clientes	19.119	18.611	16.153	72.257	61.565	2,7	18,4	17,4
Margem com Mercado	126	99	842	975	2.161	27,3	(85,0)	(54,9)
\\ Despesa de PDD Expandida	(8.828)	(8.560)	(7.460)	(33.172)	(29.688)	3,1	18,3	11,7
\\ Margem Financeira Líquida	10.417	10.150	9.535	40.060	34.038	2,6	9,3	17,7
\\ Margem com Clientes Líquida	10.291	10.051	8.693	39.085	31.877	2,4	18,4	22,6
Resultado das Operações de Seguros, Previdência e Capitalização	5.649	5.706	5.531	22.308	19.220	(1,0)	2,1	16,1
Receitas de Prestação de Serviços	11.084	10.592	10.262	41.752	38.344	4,6	8,0	8,9
Despesas Operacionais	(16.958)	(16.488)	(16.418)	(64.350)	(59.294)	2,9	3,3	8,5
Despesas de Pessoal	(7.308)	(7.126)	(6.773)	(27.991)	(25.514)	2,6	7,9	9,7
Outras Despesas Administrativas	(6.517)	(5.778)	(6.315)	(23.199)	(23.255)	12,8	3,2	(0,2)
Outras Receitas / (Despesas Operacionais)	(3.133)	(3.584)	(3.330)	(13.160)	(10.525)	(12,6)	(5,9)	25,0
Despesas Tributárias	(2.273)	(2.164)	(2.031)	(8.891)	(8.084)	5,0	11,9	10,0
Resultado de Participação em Coligadas	119	83	90	384	366	43,4	32,2	4,9
\\ Resultado Operacional	8.038	7.879	6.969	31.263	24.590	2,0	15,3	27,1
Resultado Não Operacional	12	(16)	40	70	119	-	(70,0)	(41,2)
IR/CS	(1.422)	(1.574)	(1.490)	(6.256)	(4.739)	(9,7)	(4,6)	32,0
Participação Minoritária	(112)	(84)	(117)	(425)	(416)	33,3	(4,3)	2,2
\\ Lucro Líquido Recorrente	6.516	6.205	5.402	24.652	19.554	5,0	20,6	26,1
Eventos não Recorrentes	(40)	-	(468)	(102)	(468)	-	(91,5)	(78,2)
Adesão ao PTI / Processos Fiscais ⁽¹⁾	627	-	-	1.060	-	-	-	-
Provisão para Reestruturação ⁽²⁾	(661)	-	(443)	(661)	(443)	-	49,2	49,2
Provisão Trabalhista	-	-	-	(495)	-	-	-	-
Outros ⁽³⁾	(6)	-	(25)	(6)	(25)	-	(76,0)	(76,0)
Lucro Líquido Contábil	6.476	6.205	4.934	24.550	19.086	4,4	31,3	28,6

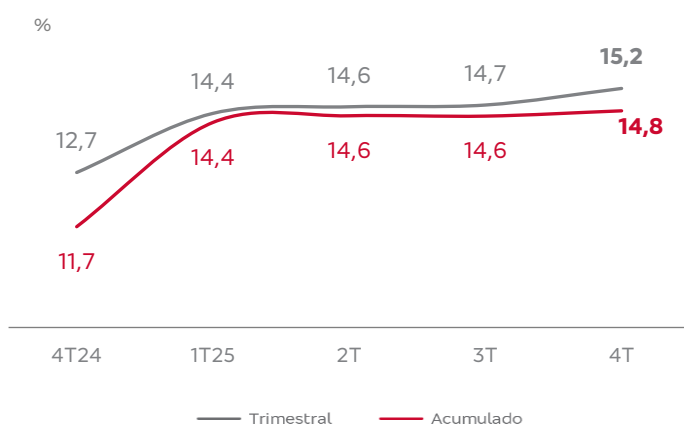
(1) Refere-se a adesão ao Programa de Transação Integral (PTI), de acordo com o edital nº 25/2024 da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), da Receita Federal do Brasil (RFB) e provisões fiscais; (2) Principalmente por reestruturação na rede de agência; e (3) Inclui, essencialmente, impairment de ativos não financeiros.

movimentação do lucro recorrente no trimestre | R\$ milhões

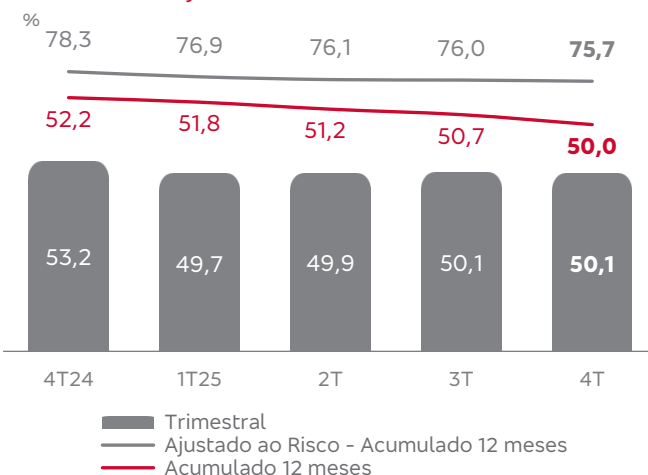


(1) Despesas Tributárias, Resultados da Participação em Coligadas, Resultado Não Operacional, IR/CS e Participação Minoritária.

ROAE acumulado e trimestral



IEO / IEO ajustado ao risco

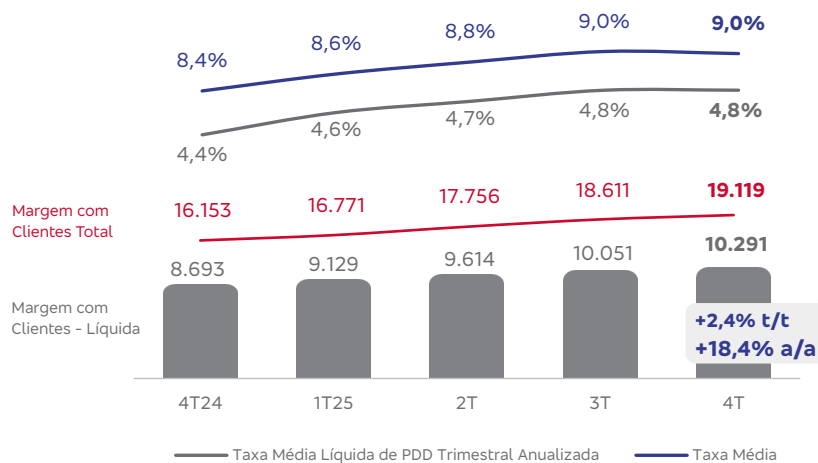




R\$ milhões	4T25	3T25	4T24	12M25	12M24	4T25 x 3T25 R\$ %	4T25 x 4T24 R\$ %	12M25 x 12M24 R\$ %
\\ Margem Financeira	19.245	18.710	16.995	73.232	63.726	535 2,9	2.250 13,2	9.506 14,9
\\ Margem com Clientes ⁽¹⁾	19.119	18.611	16.153	72.257	61.565	508 2,7	2.966 18,4	10.692 17,4
Saldo Médio	873.597	847.275	790.286	841.614	748.482	400 3,1	1.305 10,5	5.904 12,4
Taxa Média	9,0%	9,0%	8,4%	8,6%	8,2%	108	1.661	4.788
\\ Margem com Mercado ⁽²⁾	126	99	842	975	2.161	27 27,3	(716) (85,0)	(1.186) (54,9)

(1) Corresponde ao resultado das operações com ativos (crédito e similares) e passivos sensíveis a *spreads*. O cálculo do resultado dos ativos sensíveis a *spreads* leva em consideração as taxas originais das operações deduzidas do custo interno do *funding*, e o resultado dos passivos representa a diferença entre o custo de captação e a taxa interna de transferência desses recursos; e (2) Composta pela Gestão de Ativos e Passivos (ALM), *Trading* e Capital de Giro Próprio.

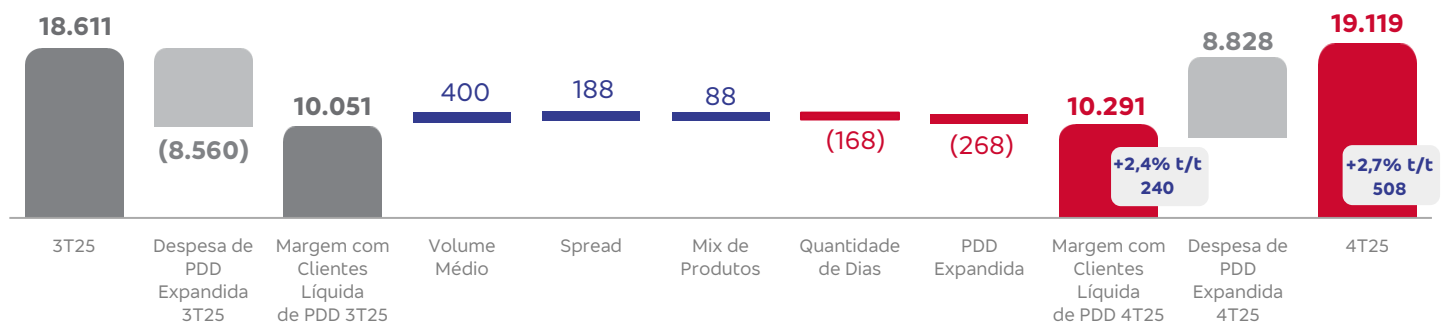
margem com clientes | R\$ milhões



mix da carteira de crédito expandida (%)

	Dez25	Set25	Dez24	Dez25 x Dez24
\\ Pessoas Físicas	42,8	43,7	42,2	0,6 p.p.
Financiamento Imobiliário	10,3	10,8	10,5	(0,2) p.p.
Consignado	9,5	9,8	9,9	(0,4) p.p.
Cartão de Crédito	7,7	7,5	7,7	-
Crédito Pessoal	6,5	6,9	6,8	(0,3) p.p.
Veículos	4,0	3,9	3,7	0,3 p.p.
Crédito Rural	3,9	3,8	2,6	1,3 p.p.
Outros	0,9	1,0	1,0	(0,1) p.p.
\\ Pessoas Jurídicas	57,2	56,3	57,8	(0,6) p.p.
GE	33,3	33,0	35,9	(2,6) p.p.
MPME	23,9	23,3	21,9	2,0 p.p.

variação da margem com clientes | R\$ milhões

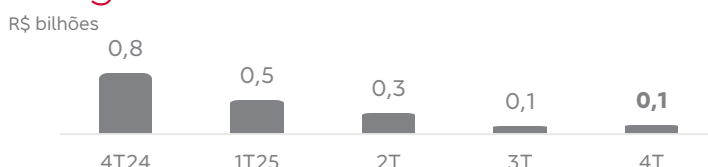


A margem financeira bruta com clientes cresceu 3% no trimestre impulsionada pelo aumento no volume de crédito, *mix* de produtos, melhora nos *spreads* e evolução da margem com passivos, sendo parcialmente impactada pelo menor número de dias no período. Essa dinâmica proporcionou a manutenção da taxa média bruta em 9,0% no 4T25.

A margem de crédito apresentou aumento em operações de pessoas físicas e jurídicas, com destaque para capital de giro, cartão de crédito e financiamento de veículos.

A margem com clientes líquida de PDD avançou 2,4% em relação ao 3T25, mantendo a taxa média em 4,8%. Esse desempenho reflete a estratégia de priorização da qualidade na concessão das novas operações de crédito. Na comparação com o 4T24, a margem líquida apresentou crescimento de 18,4% e, no acumulado do ano, expansão de 22,6%.

margem com mercado



As variações em todos os períodos são resultantes, essencialmente, das movimentações do ALM.



fontes de captação



total dos recursos captados e administrados

R\$ 3,6 tri

Δ 4,2% t/t Δ 11,9% a/a



recursos captados
Δ 5,4% t/t Δ 12,4% a/a



fundos e carteiras adm.
Δ 2,5% t/t Δ 11,1% a/a

RS milhões	Dez25	Set25	Dez24	Variação %	
				Dez25 x Set25	Dez25 x Dez24
Depósitos à Vista	40.698	36.496	45.542	11,5	(10,6)
Depósitos de Poupança	124.461	123.974	132.502	0,4	(6,1)
Depósitos a Prazo + Debêntures	589.356	532.385	495.333	10,7	19,0
Empréstimos e Repasses	78.254	76.012	78.439	2,9	(0,2)
Recursos de Emissão de Títulos	327.884	316.272	270.294	3,7	21,3
Depósitos Interfinanceiros	5.486	5.499	3.008	(0,2)	82,4
Dívidas Subordinadas	54.715	51.962	57.459	5,3	(4,8)
\\ Subtotal	1.220.854	1.142.600	1.082.577	6,8	12,8
Captações no Mercado Aberto	355.751	329.377	308.432	8,0	15,3
Capital de Giro Próprio / Administrados	133.740	132.810	123.032	0,7	8,7
Carteira de Câmbio ⁽¹⁾	294	532	744	(44,7)	(60,5)
Cobrança e Arrec. de Tributos e Assemelhados	1.035	6.120	854	(83,1)	21,2
Provisões Técnicas de Seguros, Previdência e Capitalização	445.994	435.244	403.689	2,5	10,5
\\ Recursos Captados	2.157.668	2.046.683	1.919.329	5,4	12,4
\\ Fundos e Carteiras Administradas	1.409.467	1.375.660	1.268.106	2,5	11,1
\\ Total dos Recursos Captados e Administrados	3.567.135	3.422.343	3.187.435	4,2	11,9

(1) Com a adoção da Resolução nº 4.966/2021, as operações de câmbio passaram a ser registradas como derivativos. Para fins de comparabilidade, os saldos de períodos anteriores foram rerepresentados, mantendo a uniformidade da informação.

crédito x captações

Para avaliar a relação das operações de crédito x *funding*, descontamos do total de captações de clientes o montante comprometido com depósitos compulsórios recolhidos junto ao Bacen, além do valor das disponibilidades mantidas para a operação das unidades de atendimento e adicionamos os recursos oriundos de linhas nacionais e externas, que fornecem o *funding* para suprir as demandas de crédito e financiamento.

RS milhões	Dez25	Set25	Dez24	Variação %	
				Dez25 x Set25	Dez25 x Dez24
\\ Captações x Aplicações					
Depósitos à Vista + <i>Floating</i>	41.733	42.616	46.396	(2,1)	(10,1)
Depósitos de Poupança	124.461	123.974	132.502	0,4	(6,1)
Depósitos Interfinanceiros	5.486	5.499	3.008	(0,2)	82,4
Depósitos a Prazo + Debêntures	589.356	532.385	495.333	10,7	19,0
Recursos de Letras	311.408	301.935	260.765	3,1	19,4
\\ Recursos de Clientes ⁽¹⁾	1.072.444	1.006.409	938.004	6,6	14,3
(-) Depósitos Compulsórios	(122.573)	(119.964)	(127.086)	2,2	(3,6)
(-) Disponibilidade (Nacional)	(12.726)	(14.705)	(17.582)	(13,5)	(27,6)
\\ Recursos de Clientes Líquidos de Compulsórios	937.145	871.740	793.335	7,5	18,1
Obrigações por Empréstimos e Repasses	78.254	76.012	78.439	2,9	(0,2)
Demais Obrigações (TVM no Exterior + Dívidas Subordinadas + Outros Credores / Cartões)	113.654	114.170	102.841	(0,5)	10,5
\\ Total Captações (A)	1.129.053	1.061.922	974.615	6,3	15,8
\\ Carteira de Crédito Expandida (Exceto Avais e Fianças) (B)	963.346	915.108	861.625	5,3	11,8
\\ B / A	85,3%	86,2%	88,4%	(0,9) p.p.	(3,1) p.p.

(1) Considera: Depósito à Vista, *Floating*, Depósitos de Poupança, Depósitos Interfinanceiros, Depósito a Prazo, Debêntures (com lastro de operações compromissadas) e Recursos de Letras (considera Letras de Crédito Imobiliário, Letras de Crédito do Agronegócio, Letras Financeiras e Certificados de Operações Estruturadas).



carteira de crédito expandida



carteira de crédito expandida

R\$ 1.089 bi

Δ 5,3% t/t Δ 11,0% a/a



peessoas físicas

R\$ 466,5 bi Δ 3,3% t/t Δ 12,7% a/a



peessoas jurídicas

R\$ 622,7 bi Δ 6,9% t/t Δ 9,7% a/a

micro, pequenas e médias empresas
Δ 8,1% t/t Δ 21,3% a/a

grandes empresas
Δ 6,0% t/t Δ 2,7% a/a

destaques



cartão de crédito – PF

Δ 7,6% t/t Δ 10,5% a/a

cartão de crédito | alta renda – PF

Δ 11,0% t/t Δ 26,5% a/a

capital de giro – PJ

Δ 12,5% t/t Δ 18,7% a/a

cdc/leasing de veículos – PF

Δ 7,2% t/t Δ 18,0% a/a

crédito rural – PF+PJ

Δ 7,7% t/t Δ 47,8% a/a

repasses BNDES/finame – PJ

Δ 9,4% t/t Δ 26,0% a/a

financ. imobiliário – PF+PJ

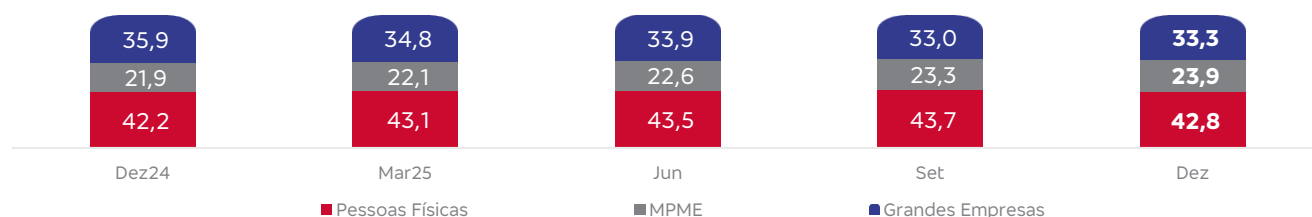
Δ 1,9% t/t Δ 10,7% a/a

carteira segregada por modalidade

R\$ milhões	Dez25	Set25	Dez24	Variação %	
				Trimestre	12 meses
Pessoas Físicas	451.830	438.539	403.307	3,0	12,0
Pessoas Jurídicas	357.188	333.247	314.773	7,2	13,5
\\ Total da Carteira de Crédito	809.019	771.786	718.080	4,8	12,7
Avais e Fianças ⁽¹⁾	125.883	119.130	120.067	5,7	4,8
TVMs ⁽²⁾	95.247	86.943	90.392	9,6	5,4
Outros Produtos com Característica de Crédito	59.081	56.379	53.153	4,8	11,2
\\ Total da Carteira de Crédito Expandida	1.089.230	1.034.238	981.692	5,3	11,0
\\ Pessoas Físicas	466.503	451.568	414.080	3,3	12,7
\\ Pessoas Jurídicas	622.727	582.670	567.612	6,9	9,7
Grandes Empresas	362.124	341.536	352.701	6,0	2,7
Micro, Pequenas e Médias Empresas	260.603	241.134	214.911	8,1	21,3
Sem variação cambial				5,0	12,4

(1) Operações off-balance; e (2) Inclui Debêntures, CDCA (Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio), CRI (Certificados de Recebíveis Imobiliários) e FIDC (Fundo de Investimento em Direitos Creditórios).

mix da carteira expandida - %





carteira de crédito expandida



carteira de crédito expandida por característica de cliente, produto e moeda

R\$ milhões	Variação %				
	Dez25	Set25	Dez24	Trimestre	12 meses
\\ Pessoas Físicas	466.503	451.568	414.080	3,3	12,7
Financiamento ao Consumo	301.441	290.993	276.193	3,6	9,1
Crédito Consignado	103.838	101.850	97.184	2,0	6,8
Cartão de Crédito	83.556	77.645	75.631	7,6	10,5
Crédito Pessoal	70.975	71.322	66.872	(0,5)	6,1
CDC/ <i>Leasing</i> de Veículos	43.072	40.176	36.506	7,2	18,0
Financiamento Imobiliário	112.657	111.993	102.713	0,6	9,7
Demais Produtos	52.405	48.582	35.174	7,9	49,0
Crédito Rural	42.728	39.067	25.286	9,4	69,0
Outros	9.677	9.515	9.888	1,7	(2,1)
\\ Pessoas Jurídicas	622.727	582.670	567.612	6,9	9,7
Capital de Giro	175.456	155.977	147.763	12,5	18,7
Avais e Fianças	124.530	117.870	119.049	5,7	4,6
TVMs	95.247	86.943	90.392	9,6	5,4
Financiamento ao Comércio Exterior	50.971	51.770	55.571	(1,5)	(8,3)
Crédito Rural	47.173	44.390	35.536	6,3	32,7
Financiamento Imobiliário	34.972	32.869	30.657	6,4	14,1
CDC/ <i>Leasing</i>	31.487	30.752	29.055	2,4	8,4
Repasse BNDES/Finame	22.955	20.975	18.223	9,4	26,0
Outros	39.936	41.124	41.366	(2,9)	(3,5)
\\ Total da Carteira de Crédito Expandida	1.089.230	1.034.238	981.692	5,3	11,0
Moeda Nacional	976.692	930.193	867.409	5,0	12,6
Moeda Estrangeira	112.538	104.045	114.283	8,2	(1,5)

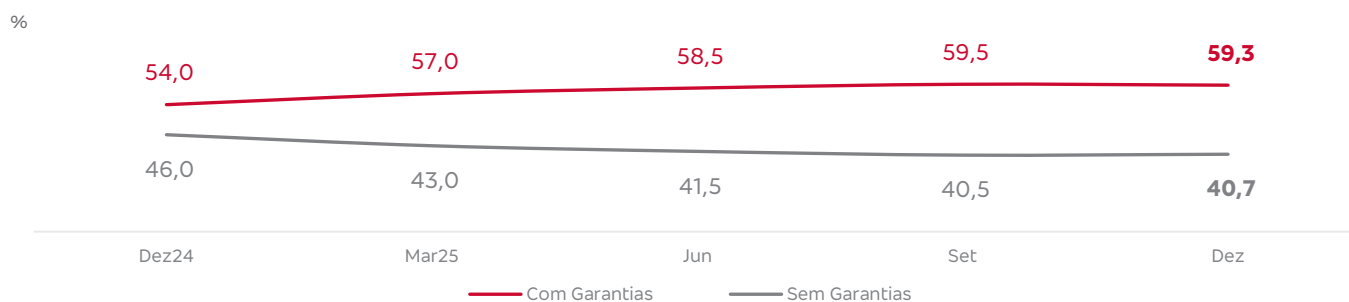


carteira de crédito expandida



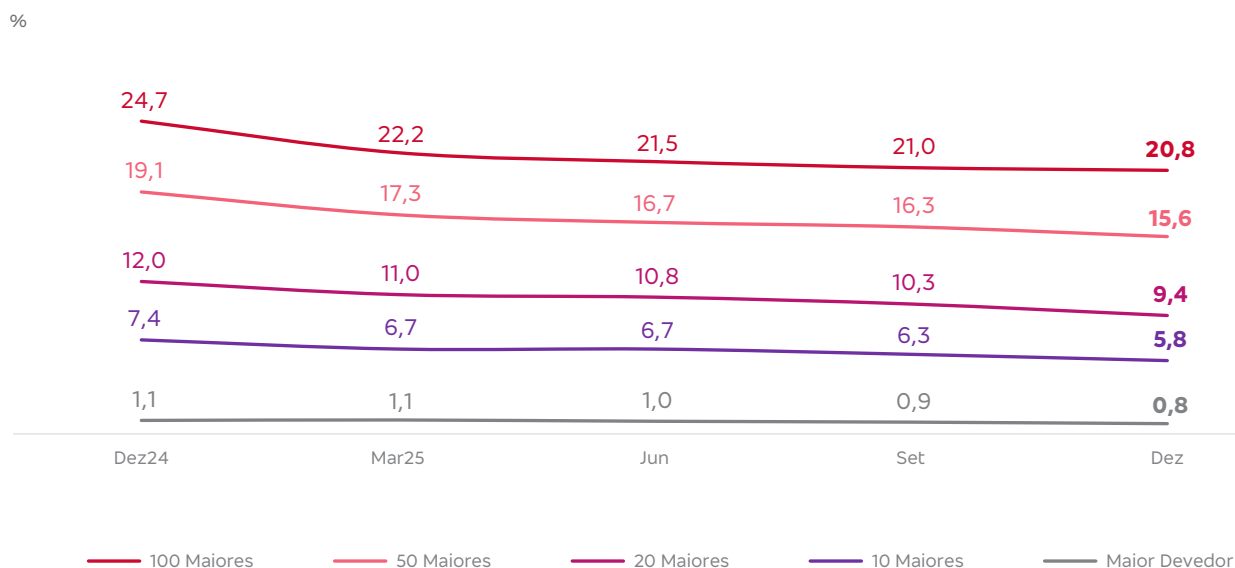
mix da carteira de crédito com e sem garantias - %

O gráfico abaixo representa a proporção da carteira de crédito segregada em operações com e sem garantias. A carteira com garantias apresentou crescimento de 5,3 p.p. em 12 meses, evidenciando nossa estratégia de rentabilidade ajustada ao risco.



carteira por devedor

Estratégia de diversificação, sem concentrações relevantes.





carteira de crédito

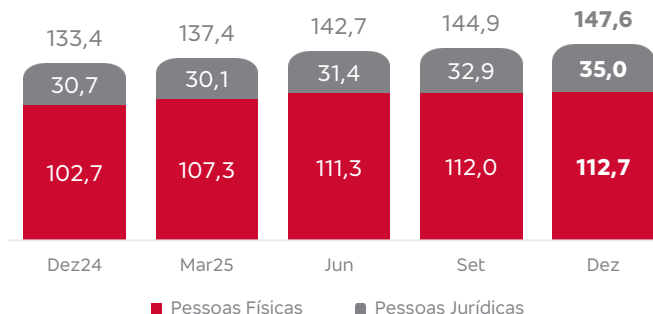


financiamento imobiliário

carteira

R\$ bilhões

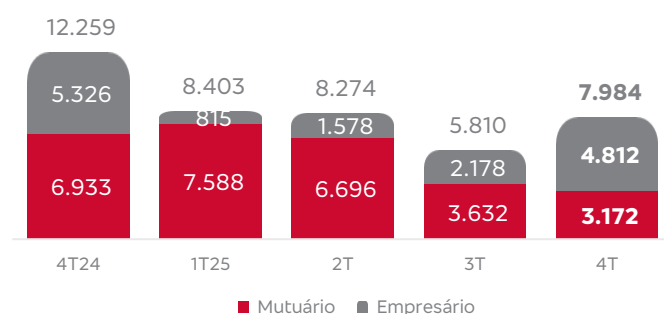
+1,9% t/t
+10,7% a/a



originação

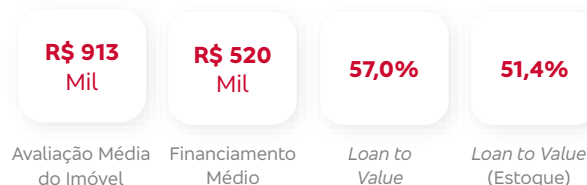
R\$ milhões

+37,4% t/t
-34,9% a/a



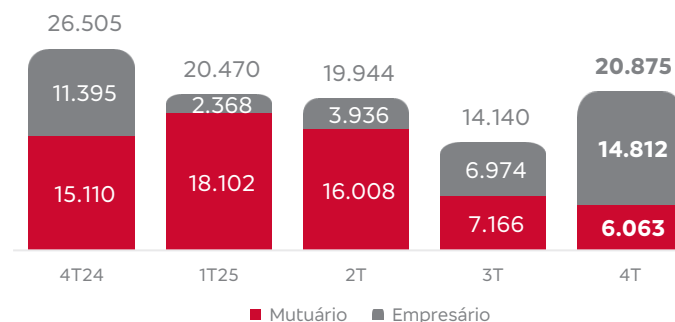
perfil da carteira pessoa física – origem 4T25

Prazo médio: 362 Meses



unidades financiadas

+47,6% t/t
-21,2% a/a

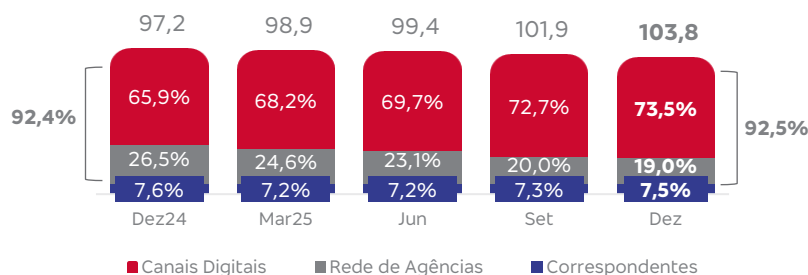


crédito consignado

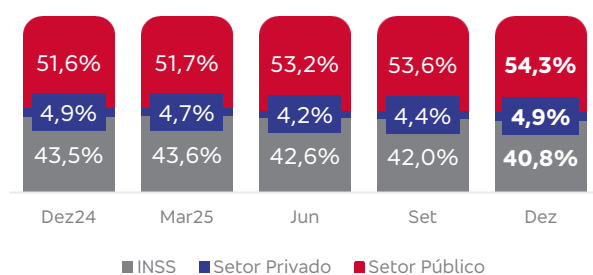
representatividade do consignado em relação ao total de crédito pessoal + consignado

59,2% 59,2% 58,1% 58,8% 59,4%

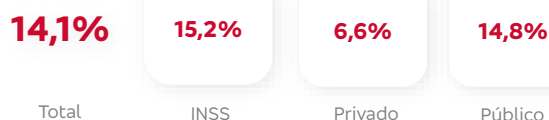
carteira em R\$ bilhões e representatividade por canal



distribuição da carteira por setor

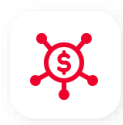


market share consignado



O crédito consignado cresceu 2,0% no trimestre e 6,8% em 12 meses, com destaque para o setor público, cujo *market share* aumentou 0,4 p.p. (Dez25 vs. Set25), refletindo no aumento da representatividade em 0,7 p.p. no total da carteira.

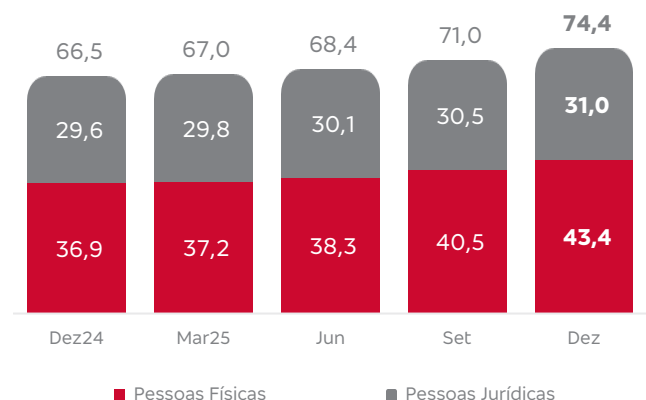
Destaca-se também, a evolução da origem por meio dos canais digitais, cuja participação na carteira aumentou 0,8 p.p. no trimestre atingindo um saldo de R\$ 76,3 bi em Dez25.



financiamento de veículos

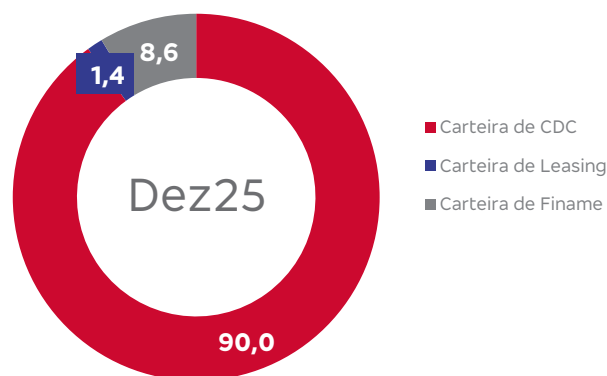
carteira

R\$ bilhões



distribuição da carteira por produto

%



distribuição da carteira de crédito expandida | por setor de atividade

R\$ milhões

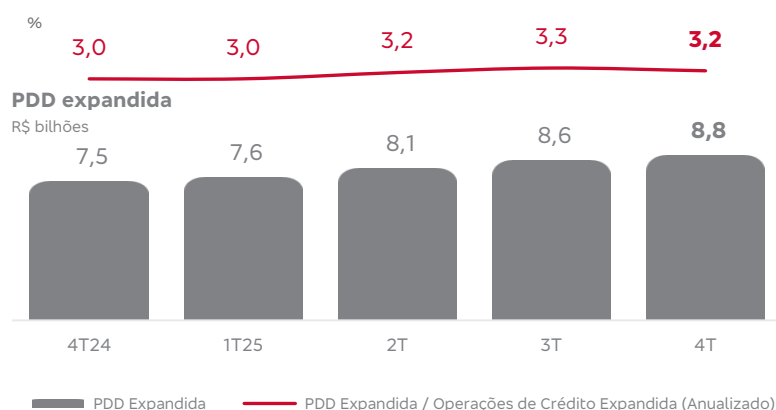
	Dez25	%	Set25	%	Dez24	%
\\ Setor de Atividade						
Sector Público	16.034	1,5	13.086	1,3	14.361	1,5
Sector Privado	1.073.196	98,5	1.021.152	98,7	967.331	98,5
\\ Total						
Pessoas Jurídicas	622.727	57,2	582.670	56,3	567.612	57,8
Serviços	182.045	16,7	157.961	15,3	132.997	13,5
Varejo	52.137	4,8	50.015	4,8	48.022	4,9
Transportes e Concessão	47.231	4,3	45.168	4,4	46.835	4,8
Atividades Imobiliárias e Construção	35.939	3,3	35.800	3,5	32.671	3,3
Energia Elétrica	29.108	2,7	26.805	2,6	30.482	3,1
Atacado	33.944	3,1	31.707	3,1	30.106	3,1
Alimentícia	27.442	2,5	26.035	2,5	23.756	2,4
Petróleo, Derivados e atividades agregadas	16.118	1,5	15.752	1,5	12.949	1,3
Automobilística	9.748	0,9	9.321	0,9	10.112	1,0
Demais Setores	189.015	17,4	184.105	17,8	199.682	20,3
Pessoas Físicas	466.503	42,8	451.568	43,7	414.080	42,2



R\$ milhões	4T25	3T25	4T24	12M25	12M24	Variação %		
						4T25 x 3T25	4T25 x 4T24	12M25 x 12M24
Despesa de Provisão com Perdas Esperadas	(10.059)	(9.365)	(8.346)	(36.740)	(33.067)	7,4	20,5	11,1
Receitas de Recuperação de Créditos Baixados para Prejuízo Líquido de Descontos Concedidos ⁽¹⁾	1.231	805	886	3.568	3.379	52,9	38,9	5,6
\\ Despesa com PDD Expandida ⁽²⁾	(8.828)	(8.560)	(7.460)	(33.172)	(29.688)	3,1	18,3	11,7

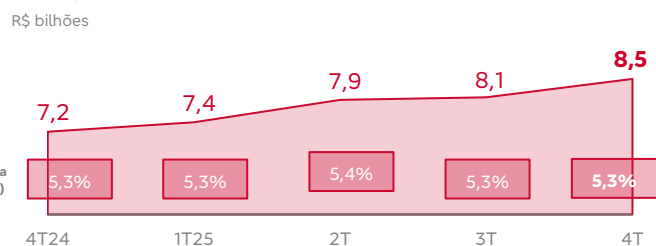
(1) Inclui resultado com BNDU e outros; e (2) Os saldos anteriores ao 1T25/Mar25 estão sendo apresentados de acordo com a prática contábil vigente para os períodos. A partir de 2025, os saldos estão apresentados no modelo de perda esperada, em conformidade com a resolução CMN nº 4.966/21.

PDD expandida / operações de crédito expandida

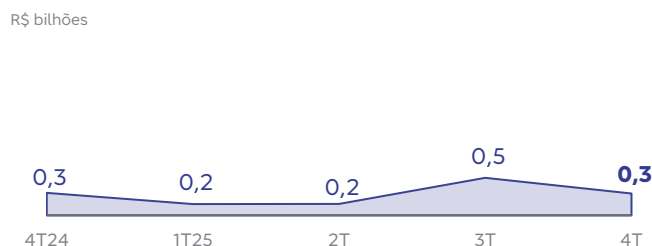


A variação das despesas com PDD no trimestre refletem, essencialmente, o crescimento da carteira de crédito no período, o efeito da eficiência no processo de cobranças, refletindo no maior resultado de recuperações de crédito, além de menores despesas com PDD do segmento de atacado. Nosso custo de crédito no massificado segue controlado, e pode ser observado, também nos demais indicadores de qualidade da carteira.

PDD expandida – massificado



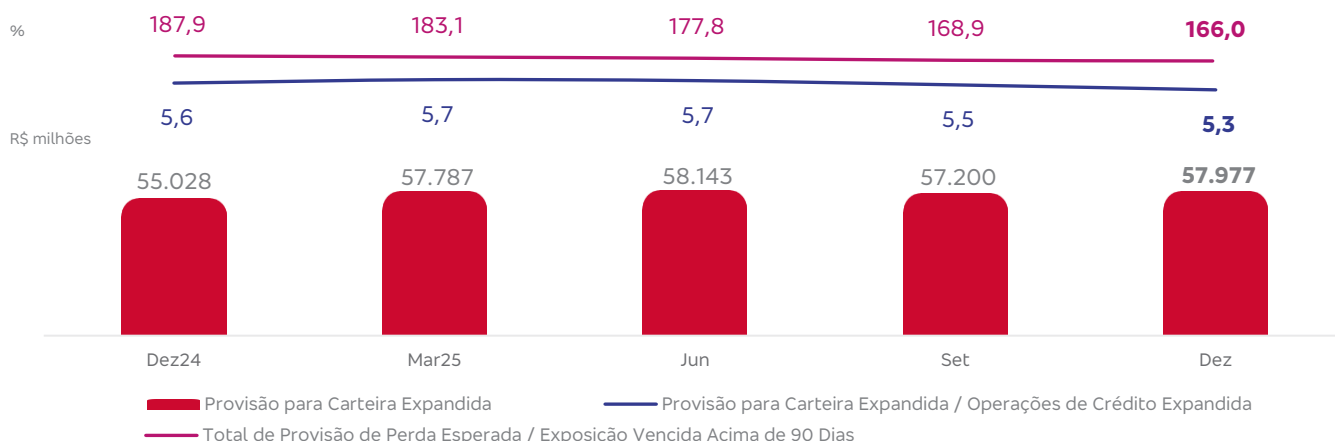
PDD expandida – atacado



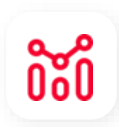
índices de cobertura e provisão ⁽¹⁾

A variação no indicador de cobertura decorre do crescimento da carteira de crédito em dia, ampliação de carteira com garantias em 2025 e redução da carteira reestruturada. Além disso, o *mix* de origemação segue privilegiando a margem líquida, em linha com nossa estratégia de rentabilidade ajustada ao risco.

provisão para carteira expandida



(1) Os saldos anteriores ao 1T25/Mar25 estão sendo apresentados de acordo com a prática contábil vigente para os períodos. A partir de 2025, os saldos estão apresentados no modelo de perda esperada, em conformidade com a resolução CMN nº 4.966/21.



indicadores da carteira de crédito *



* Não inclui TVM's, Avais e Fianças e outros produtos da carteira de crédito expandida.

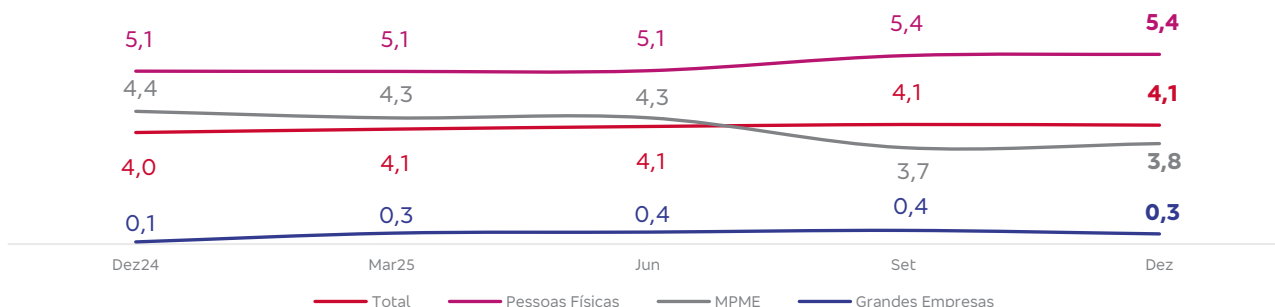


Índice de inadimplência

estabilidade na inadimplência 90 dias total pelo terceiro trimestre consecutivo

A inadimplência acima de 90 dias total permaneceu estável no trimestre, em 4,1%, um desempenho que reflete a resiliência da carteira de Pessoas Físicas, que se manteve em 5,4%. Este resultado, somado à contribuição positiva do segmento de Grandes Empresas, compensou a leve oscilação pontual observada em MPME. O indicador reforça a efetividade dos processos de concessão e recuperação de crédito.

carteira de crédito em atraso acima de 90 dias - %



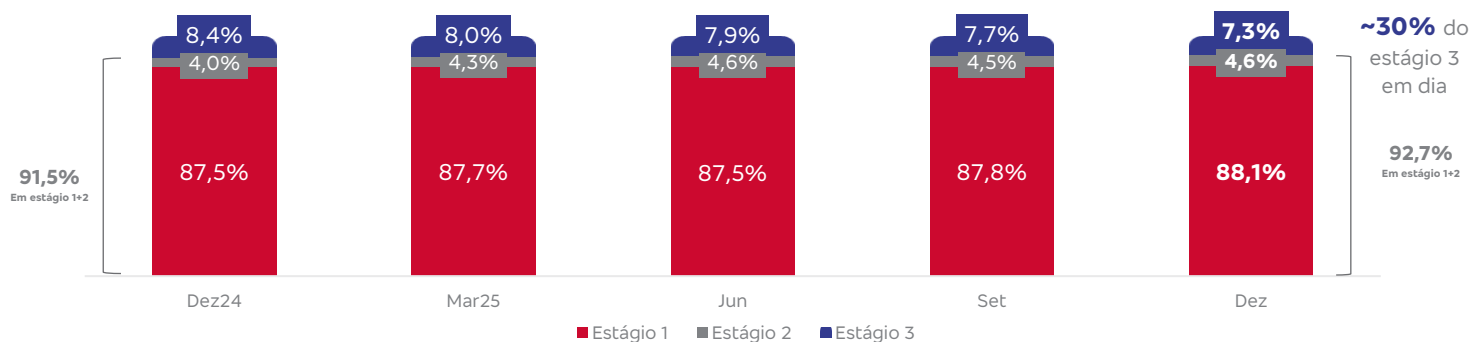
movimentação da carteira de crédito por estágio

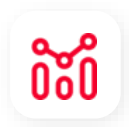
A movimentação da carteira de crédito no 4T25 demonstra uma melhora no perfil de risco, impulsionada pela migração de 8% das operações do estágio 2 para o 1 e pela cura de 4% da carteira em estágio 3.

R\$ milhões		Movimentação entre estágios							Dez25	
		Transferidos			Oriundos			Originados / Liquidados	Baixas (WO)	
		Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3			
Carteira de crédito	Set25									
Estágio 1	677.627	-	(10.440)	(2.213)	-	2.755	544	44.100	-	712.372
Estágio 2	35.100	(2.755)	-	(6.583)	10.440	-	1.618	(607)	-	37.212
Estágio 3	59.059	(544)	(1.618)	-	2.213	6.583	-	2.167	(8.427)	59.434
\\ Total	771.786	(3.299)	(12.058)	(8.797)	12.654	9.338	2.162	45.660	(8.427)	809.019

representatividade da carteira de crédito por estágio

Em 12 meses, o perfil de risco da carteira melhorou, com a concentração de ativos nos estágios 1 e 2 crescendo 1,2 p.p. e atingindo 92,7% do total. Essa melhora foi impulsionada pelo aumento de 0,6 p.p. na participação das operações classificadas no estágio 1.





indicadores da carteira de crédito

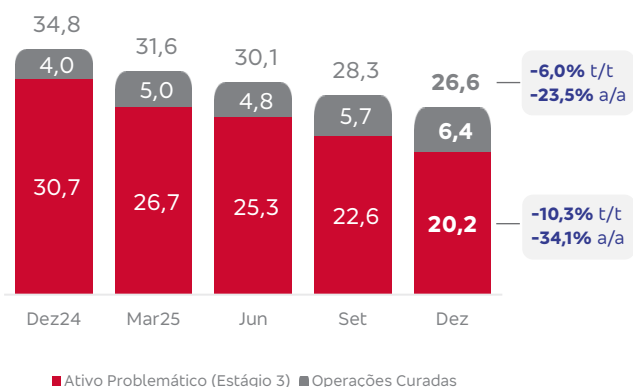


carteira reestruturada

Seguimos com redução sequencial no portfólio de créditos reestruturados, com -23% em relação à Dez24 com queda de 1,5 p.p na participação sobre a carteira de crédito. Mantemos níveis adequados de provisão para esta carteira, representando aproximadamente 2 vezes o total dos créditos vencidos acima de 90 dias. Destacamos ainda, a redução de R\$ 2,3 bi (-10%) de operações classificadas como ativos problemáticos e aumento de R\$ 0,7 bi (+11%) nas operações curadas no trimestre, melhorando a qualidade da carteira e a efetividade das estratégias adotadas na recuperação de crédito.

evolução da carteira reestruturada

R\$ bilhões



carteira reestruturada / carteira de crédito

%	4,8	4,3	4,0	3,7	3,3
	Dez24	Mar25	Jun	Set	Dez

provisão reestruturada ⁽¹⁾ / carteira reestruturada

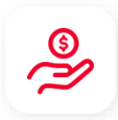
%	64,7	55,9	56,1	54,4	52,5
	Dez24	Mar25	Jun	Set	Dez

inadimplência acima de 90 dias / carteira reestruturada

%	31,9	30,9	31,0	31,7	29,8
	Dez24	Mar25	Jun	Set	Dez

1,8x

(1) Os saldos anteriores ao 1T25/Mar25 estão sendo apresentados de acordo com a prática contábil vigente para os períodos. A partir de 2025, os saldos estão apresentados no modelo de perda esperada, em conformidade com a resolução CMN nº 4.966/21.



receitas de prestação de serviços



R\$ milhões						Variação %		
	4T25	3T25	4T24	12M25	12M24	4T25 x 3T25	4T25 x 4T24	12M25 x 12M24
Rendas de Cartão	4.815	4.620	4.419	18.213	15.918	4,2	9,0	14,4
Conta Corrente	1.640	1.664	1.755	6.668	6.882	(1,4)	(6,6)	(3,1)
Administração de Fundos	984	1.003	895	3.748	3.533	(1,9)	9,9	6,1
Operações de Crédito	766	749	796	2.787	2.839	2,3	(3,8)	(1,8)
Administração de Consórcios	827	830	707	3.135	2.673	(0,4)	17,0	17,3
Cobrança e Arrecadações	420	426	458	1.719	1.931	(1,4)	(8,3)	(11,0)
Mercado de Capitais / Assessoria Financeira	716	445	508	2.157	1.669	60,9	40,9	29,2
Serviços de Custódia e Corretagens	391	384	370	1.491	1.430	1,8	5,7	4,3
Outras	525	471	354	1.834	1.469	11,5	48,3	24,8
\ Total	11.084	10.592	10.262	41.752	38.344	4,6	8,0	8,9
\ Dias Úteis	64	66	63	252	253	(2)	1	(1)

Parte do desempenho acumulado das receitas de prestação de serviços está influenciado pelo aumento da participação na Cielo e consolidação do Banco John Deere, desconsiderando esse efeito, o total da variação de receitas seria 5,5% vs. 12M24.



rendas de cartão

Receitas com cartões alcançaram R\$ 4,8 bilhões no trimestre, representando 43% do total de receitas de prestação de serviços:

- Cartões de crédito registraram volume transacionado superior a R\$ 102 bilhões, com crescimento de 9% no ano (4T25 vs. 4T24); e
- Clientes de alta renda respondem por cerca de 50% do faturamento total, com crescimento de 25% em relação ao 4T24.

volume transacionado | cartões de crédito

R\$ milhões

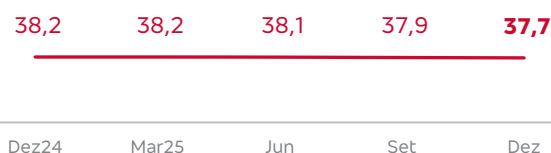


conta corrente/cobrança e arrec.

As receitas somaram R\$ 1,6 bilhão em conta corrente e R\$ 420 milhões em cobrança e arrecadações. Mesmo com a retração nessas linhas frente ao histórico, a performance global do relacionamento com clientes vem se traduzindo positivamente nas demais linhas do resultado, com crescimento consistente das receitas totais e ganho de rentabilidade trimestre a trimestre.

clientes correntistas

Em milhões



operações de crédito

O desempenho trimestral foi impulsionado pelo aumento dos volumes de produção, especialmente em operações de capital de giro e com garantias prestadas. No comparativo anual e acumulado, observamos reduções que refletem o impacto da adoção da Resolução CMN nº 4.966, devido ao diferimento das receitas de tarifas relacionadas à originação de operação de crédito (TJEO), que estão reconhecidas na margem com clientes durante o período da operação.



administração de fundos

market share 16,3%⁽¹⁾

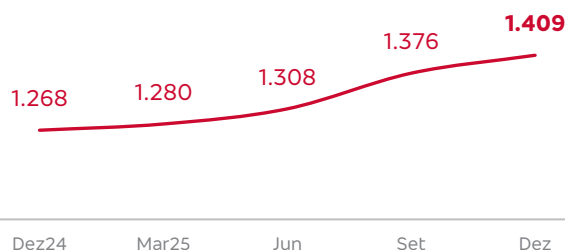
O resultado reforça a consistência da evolução das receitas ao longo do ano, sustentada pelo aumento do patrimônio líquido sob gestão, pela diversificação da base de clientes e pela ampliação da grade de produtos oferecidos, além de maiores receitas com taxa de performance.

As receitas anuais de 2025 encerraram com R\$ 3,8 bilhões, aumento de 6,1% em relação a 2024, o que consolida a Bradesco Asset como uma das principais gestoras do país. Com foco na experiência do investidor e na geração de valor de longo prazo, a Asset segue ampliando sua atuação global e fortalecendo sua presença em segmentos estratégicos, como ETFs internacionais e alta renda.

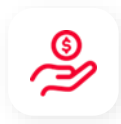
Também mantém posição de destaque nos principais rankings do mercado, incluindo um dos reconhecimentos mais relevantes do país: o prêmio da FGV que elege a Bradesco Asset como o Melhor Banco para Investir em Fundos.

saldo de fundos de investimentos e carteiras administradas⁽¹⁾

Em bilhões



(1) Fonte: Anbima - Ranking Global de Administração de Recursos de Terceiros.



receitas de prestação de serviços



consórcios

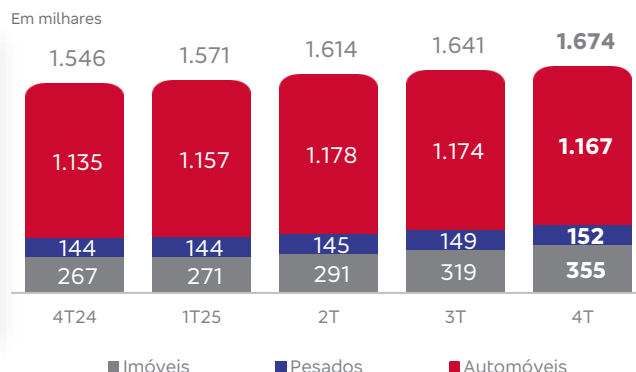
market share ⁽¹⁾ Total 18,4% | Auto 21,8% | Imóveis 12,7% | Pesados 16,4%

Crescimento das receitas em mais de 17% em relação a 12M24, impulsionado pelas maiores vendas no segmento de imóveis.

destaques no ano

- Mais de 272 mil cotas contempladas, sendo a administradora que mais contempla no país (R\$ 17,5 bilhões de concessões em cartas de crédito) aumento de 35 mil cotas / R\$ 2,2 bi em concessões vs. 12M24);
- Faturamento de R\$ 43,8 bilhões em 12M25, superior em R\$ 8,5 bilhões ou 24% vs. 12M24; e
- Consórcio de imóveis com crescimento no faturamento de 61% vs. 12M24.

quantidade de cotas ativas de consórcios



(1) Considera os produtos em que o Bradesco atua. Data base: Nov25.



mercado de capitais / assessoria financeira

Bom desempenho no ano de 2025, refletindo esforços na captura de oportunidades de negócios em todos os segmentos do mercado de capitais e em operações de fusões e aquisições. Assessoramos 507 operações, totalizando cerca de R\$ 576 bilhões em volume de transações.

Abaixo os principais destaques por segmento em 2025:



renda fixa

Assessoria e estruturação de 487 transações com volume de R\$ 532 bilhões.



renda variável

Assessoria, estruturação e distribuição de 4 transações com volume de R\$ 12 bilhões.



fusões e aquisições

Assessoria de 16 transações, com volume de R\$ 32 bilhões.



custódia

Líder no mercado de custódia global, conforme *ranking* da ANBIMA, nos destacamos como um dos principais prestadores de serviços para o mercado financeiro e de capitais, com R\$ 2,7 trilhões sob custódia. Fomos eleitos, por três anos consecutivos, pela revista Global Finance como o melhor banco subcustodiante para investidores não residentes na América Latina. Nossa ampla gama de serviços abrange tanto o mercado local quanto o internacional, oferecendo soluções completas e integradas. Esse posicionamento é evidenciado pelo crescimento de 9,5% na base de ativos sob custódia em relação a Dez24.

Destaca-se ainda a liderança no mercado de Controladoria de Fundos e Carteiras de Investimentos conforme *ranking* ANBIMA, com mais de R\$ 4,4 trilhões sob serviços.

No mercado local, fornecemos serviços de administração fiduciária, custódia qualificada e controladoria para fundos de investimento. Atuamos também como Banco Liquidante, Agente de Compensação, Depositário e Agente de Garantias (*Escrow Account*), além de realizarmos a escrituração de ativos para empresas emissoras. No mercado internacional, disponibilizamos serviços especializados para emissores de ADRs e BDRs, representação legal para investidores não residentes, bem como serviços de cálculo de NAV (*Net Asset Value*) e RTA (*Register Transfer Agent*) para fundos *offshore*.

Nosso compromisso com a excelência e a inovação nos permite atender às necessidades específicas de cada cliente, proporcionando segurança, eficiência e transparência em todas as nossas operações.

ativos custodiados

R\$ bilhões





despesas operacionais



Mantemos uma gestão de custos focada em eficiência, ao mesmo tempo em que realizamos investimentos estratégicos em tecnologia e infraestrutura. Essa abordagem nos permite fortalecer nossas operações e sustentar nosso crescimento de forma consistente, para construir uma plataforma operacional cada vez mais eficiente no longo prazo. **Destacamos que as despesas operacionais acumuladas foram influenciadas pelo aumento da nossa participação na Cielo e aquisição do Banco John Deere, desconsiderando estes efeitos, a variação seria de 6,9% vs. 12M24.**

R\$ milhões	4T25	3T25	4T24	12M25	12M24	Variação % 4T25 x 3T25	4T25 x 4T24	12M25 x 12M24
\\ Despesas de Pessoal	(7.308)	(7.126)	(6.773)	(27.991)	(25.514)	2,6	7,9	9,7
Proventos, Encargos Sociais, Benefícios e Treinamentos	(5.873)	(5.874)	(5.672)	(23.044)	(22.069)	-	3,5	4,4
Participação nos Resultados	(1.300)	(1.162)	(987)	(4.484)	(3.024)	11,9	31,7	48,3
Custo de Rescisões	(135)	(90)	(114)	(463)	(421)	50,0	18,4	10,0
\\ Despesas Administrativas Totais	(6.517)	(5.778)	(6.315)	(23.199)	(23.255)	12,8	3,2	(0,2)
Despesas Administrativas	(5.248)	(4.528)	(5.130)	(18.238)	(18.681)	15,9	2,3	(2,4)
Serviços de Terceiros	(1.571)	(1.404)	(1.636)	(5.478)	(5.817)	11,9	(4,0)	(5,8)
Processamento de Dados e Comunicação	(1.395)	(1.214)	(1.119)	(4.772)	(4.058)	14,9	24,7	17,6
Instalações ⁽¹⁾	(535)	(526)	(648)	(2.099)	(2.624)	1,7	(17,4)	(20,0)
Propaganda e Publicidade	(622)	(398)	(552)	(1.765)	(1.630)	56,3	12,7	8,3
Serviços do Sistema Financeiro	(370)	(356)	(342)	(1.423)	(1.282)	3,9	8,2	11,0
Transportes	(154)	(153)	(175)	(645)	(758)	0,7	(12,0)	(14,9)
Outras ⁽²⁾	(601)	(477)	(658)	(2.056)	(2.512)	26,0	(8,7)	(18,2)
Depreciação e Amortização	(1.269)	(1.250)	(1.185)	(4.961)	(4.574)	1,5	7,1	8,5
\\ Outras Despesas Operacionais Líquidas de Receitas	(3.133)	(3.584)	(3.330)	(13.160)	(10.525)	(12,6)	(5,9)	25,0
Contingências Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	(1.336)	(1.826)	(1.157)	(5.828)	(4.477)	(26,8)	15,5	30,2
Comercialização de Cartões	(1.110)	(1.022)	(1.024)	(4.031)	(2.957)	8,6	8,4	36,3
Sinistros	(193)	(185)	(255)	(809)	(742)	4,3	(24,3)	9,0
Outros	(494)	(551)	(894)	(2.493)	(2.349)	(10,3)	(44,7)	6,1
\\ Total das Despesas Operacionais	(16.958)	(16.488)	(16.418)	(64.350)	(59.294)	2,9	3,3	8,5

(1) Contempla Manutenção e Conservação de Bens e Aluguéis; e (2) Inclui Água, Energia e Gás, Viagens, Materiais, Segurança e Vigilância.

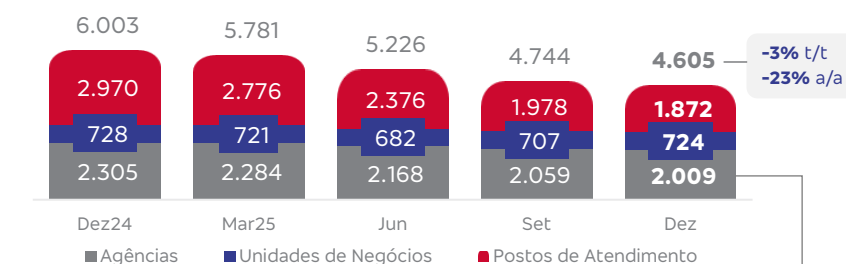


despesas administrativas

A gestão das despesas administrativas segue pautada pela disciplina financeira e pelo compromisso constante com a eficiência. Mantemos o foco no uso otimizado dos recursos, a fim de evoluir na nossa rentabilidade e reforçar a competitividade em um cenário dinâmico.

No acumulado de 12 meses, alcançamos uma redução de 2,4% nas despesas, resultado da otimização de gastos estruturais com instalações e transportes, reflexo do ajuste do *footprint*. Em contrapartida, o aumento de 15,9% no trimestre reflete, principalmente, investimentos estratégicos em publicidade, processamento de dados e consultorias, impulsionando nossas frentes de *marketing* e tecnologia.

Considerando os efeitos de depreciação e amortização, a variação total em 12 meses foi uma redução de 0,2%. Esse resultado demonstra que os ganhos de eficiência foram suficientes para absorver o aumento das despesas com depreciação e amortização em 8,5% que refletem nosso nível de investimentos em tecnologia e infraestrutura digital. Estes recursos são essenciais para modernizar a jornada do cliente, automatizar processos e intensificar o uso de dados, consolidando os pilares de nossa estratégia de inovação, competitividade e eficiência.



Varejo + Prime: 1.684
Plataformas Digitais: 92

Corporate: 83
Empresas e Negócios: 150

Contamos com 14 plataformas digitais e 48 unidades de negócios direcionadas ao Principal.



despesas de pessoal

As variações em todos os períodos comparativos refletem o aumento das despesas com participação nos resultados, justificada pela melhora no desempenho financeiro / rentabilidade. Além do efeito do acordo coletivo, que reajustou salários e benefícios em 5,68% em Set25.

Reduzimos em 1.923 colaboradores nos últimos 12 meses, em linha com nossa estratégia de otimização do custo de servir. Paralelamente, seguimos fortalecendo nossas equipes de tecnologia, operações e negócios, assegurando maior eficiência e capacidade de entrega.



outras despesas operacionais líquidas de receitas

As variações nos períodos refletem, principalmente, as movimentações nas contingências cíveis, trabalhistas e fiscais, despesas com comercialização de cartões pelo maior volume de transações, especialmente no segmento de alta renda e, no acumulado 12M25 x 12M24, o desempenho desta linha está influenciado pelo aumento da participação na Cielo e consolidação do Banco John Deere.



dinâmica dos negócios de seguros



12M25

receitas de prêmios,
contribuições de previdência e
receitas de capitalização

R\$ 118,5 bi

▽ 2,1% 25 x 24 (Excluindo VGBL △ 6,9%)

lucro líquido

R\$ 10,1 bi

△ 11,2% 25 x 24

ROAE

21,9%

▽ 0,5 p.p. 25 x 24

O Grupo Bradesco Seguros obteve lucro líquido de R\$ 10,1 bilhões em 2025 (+11,2% vs. 2024), com ROAE de 21,9%. No 4T25, o lucro alcançou R\$ 2,8 bilhões (+10,6% vs. 4T24). Já as receitas de prêmios, contribuições de previdência e receitas de capitalização atingiram R\$ 118,5 bilhões no ano.

O resultado das operações de seguros, previdência e capitalização apresentou evolução de 16,1% (vs. 2024), somando R\$ 22,3 bilhões, impulsionado pelo aumento de 20,6% do resultado industrial, decorrente principalmente da melhora de 3,8 p.p. na sinistralidade. Também contribuiu para esse desempenho o resultado financeiro, com crescimento de 9,3% no período.

As Provisões Técnicas somaram R\$ 446 bilhões (+10,5%), e os Ativos Financeiros, R\$ 471,4 bilhões (+12,4%). Em 2025, o Grupo Segurador retornou à sociedade, na forma de indenizações e benefícios, R\$ 60,7 bilhões (+7,3% vs. 12M24).

No 4T25, a Bradesco Saúde ampliou presença em praças estratégicas, com o lançamento do Efetivo Plus, opção mais acessível de plano de saúde com abrangência nacional, reforçando a expansão e diversificação de portfólio para atender às necessidades de clientes de diversos perfis. Voltado a empresas a partir de três vidas, o novo produto, já disponível em São Paulo, no Rio Grande do Sul e no Distrito Federal, oferece diferenciais em rede e cobertura. No trimestre, a companhia apresentou um saldo líquido de 74 mil vidas - e de 140 mil no ano.

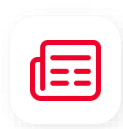
A Atlântica Hospitais e Participações, por sua vez, chegou a 21 unidades em operação, totalizando mais de 2,2 mil leitos hospitalares. No último quadrimestre, a companhia anunciou a incorporação de duas novas unidades hospitalares de referência: Hospital e Maternidade Glória D'Or (RJ) e Maternidade São Luiz Star (SP).

Já a Bradesco Vida e Previdência avançou estrategicamente no portfólio de Seguros de Vida, Viagem e Prestamista. Destaque para o saldo líquido de 131 mil novas vidas registrado no segmento no trimestre. Em Previdência Privada, foi lançado um produto VGBL para alta renda que desonera a taxa de administração e oferece benefícios por fidelidade.

No segmento Auto, a Operação Emergencial para Tratamento de Sinistros, criada pela Bradesco Seguros para prestar suporte rápido e eficaz a segurados em situações de catástrofes naturais em todo o Brasil, completou dez anos em 2025. No trimestre, houve crescimento de 111 mil itens.

Em Ramos Elementares, foi lançado o Bradesco Seguro Residencial Pet, iniciativa que reforça sua atuação no ecossistema de bem-estar e conveniência. O novo produto une a cobertura residencial tradicional a um portfólio completo de serviços de saúde para animais domésticos. Vale ressaltar, ainda, a adição de cerca de 440 mil novas apólices no segmento Residencial.

A Bradesco Capitalização alcançou crescimento de 20,2% no faturamento pelos canais digitais no trimestre. Destaque para o lançamento do produto sazonal Max Virada do Milhão, comercializado até dezembro, e que possibilitou ao cliente concorrer a prêmios no valor de até R\$ 1 milhão, além de participar dos sorteios mensais.



demonstração do resultado de seguros

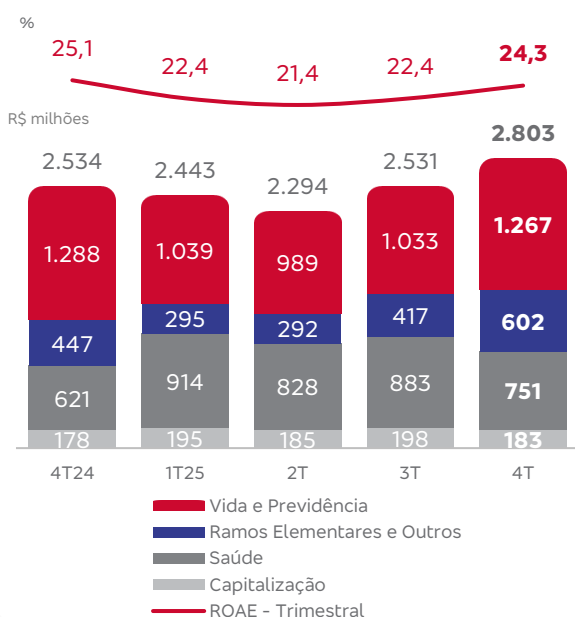


R\$ milhões	4T25	3T25	4T24	12M25	12M24	Variação %		
	4T25 x 3T25	4T25 x 4T24	12M25 x 12M24					
\\ Demonstração do Resultado								
Prêmios Ganhos de Seguros, Contribuição de Prev. e Receitas de Capitalização	19.373	19.081	16.972	73.707	68.009	1,5	14,1	8,4
Sinistros Retidos	(13.044)	(12.485)	(10.800)	(48.382)	(45.950)	4,5	20,8	5,3
Sorteios e Resgates de Títulos e Capitalização	(1.563)	(1.725)	(1.592)	(6.455)	(6.180)	(9,4)	(1,8)	4,4
Despesas de Comercialização	(1.397)	(1.274)	(1.241)	(4.948)	(4.331)	9,7	12,6	14,2
Resultado Financeiro da Operação	2.280	2.109	2.192	8.386	7.673	8,1	4,0	9,3
\\ Resultado das Operações de Seguros, Previdência e Capitalização	5.649	5.706	5.531	22.308	19.220	(1,0)	2,1	16,1
Receitas de Prestação de Serviços	541	552	486	2.061	1.923	(2,0)	11,3	7,2
Despesas de Pessoal	(689)	(733)	(605)	(2.702)	(2.270)	(6,0)	13,9	19,0
Outras Despesas Administrativas	(599)	(548)	(492)	(2.188)	(2.069)	9,3	21,7	5,8
Outras	(720)	(886)	(768)	(3.063)	(1.844)	(18,7)	(6,3)	66,1
\\ Resultado Operacional	4.182	4.091	4.152	16.416	14.961	2,2	0,7	9,7
Resultado Não Operacional / IR/CS / Participação Minoritária	(1.379)	(1.560)	(1.618)	(6.345)	(5.905)	(11,6)	(14,8)	7,5
\\ Lucro Líquido	2.803	2.531	2.534	10.071	9.056	10,7	10,6	11,2
Vida e Previdência	1.267	1.033	1.288	4.328	5.083	22,7	(1,6)	(14,8)
Saúde	751	883	621	3.376	1.643	(14,9)	20,9	-
Capitalização	183	198	178	761	720	(7,6)	2,8	5,6
Ramos Elementares e Outros	602	417	447	1.606	1.610	44,4	34,7	(0,3)
\\ Dados Patrimoniais Selecionados								
Ativos Totais	511.971	496.872	454.846	511.971	454.846	3,0	12,6	12,6
Títulos e Valores Mobiliários	471.375	458.422	419.489	471.375	419.489	2,8	12,4	12,4
Provisões Técnicas	445.994	435.244	403.689	445.994	403.689	2,5	10,5	10,5
Patrimônio Líquido ⁽¹⁾	47.340	44.491	37.711	47.340	37.711	6,4	25,5	25,5

(1) O Patrimônio Líquido das empresas reguladas (Seguros, Previdência e Capitalização) totalizou R\$ 21.976 milhões em Dez25 e R\$ 23.179 milhões em Set25. Obs.: Em Dez25, o Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) foi de R\$ 23,7 bilhões, enquanto o Capital Mínimo Requerido (CMR) totalizou R\$ 13,6 bilhões. Em Set25, o PLA foi de R\$ 21,7 bilhões e o CMR de R\$ 13,5 bilhões.

resultado das operações de seguros, previdência e capitalização +16,1% vs. 12M24

Lucro Líquido e ROAE



O resultado das operações de Seguros, Previdência e Capitalização em 2025 apresentou evolução de 16,1% em relação a 2024, impulsionado pelo aumento de 20,6% do resultado industrial, decorrente principalmente da melhora de 3,8 p.p. na sinistralidade. Além disso, o resultado financeiro contribuiu com um crescimento de 9,3% no período.

Desempenho 12M25 x 12M24	Faturamento	Índice Sinistralidade	Índice Comercialização	Resultado Financeiro
Vida e Previdência	▽	▽	△	△
Saúde	△	▽	△	△
Capitalização	△	-	-	△
Ramos Elementares e Outros	△	▽	△	△

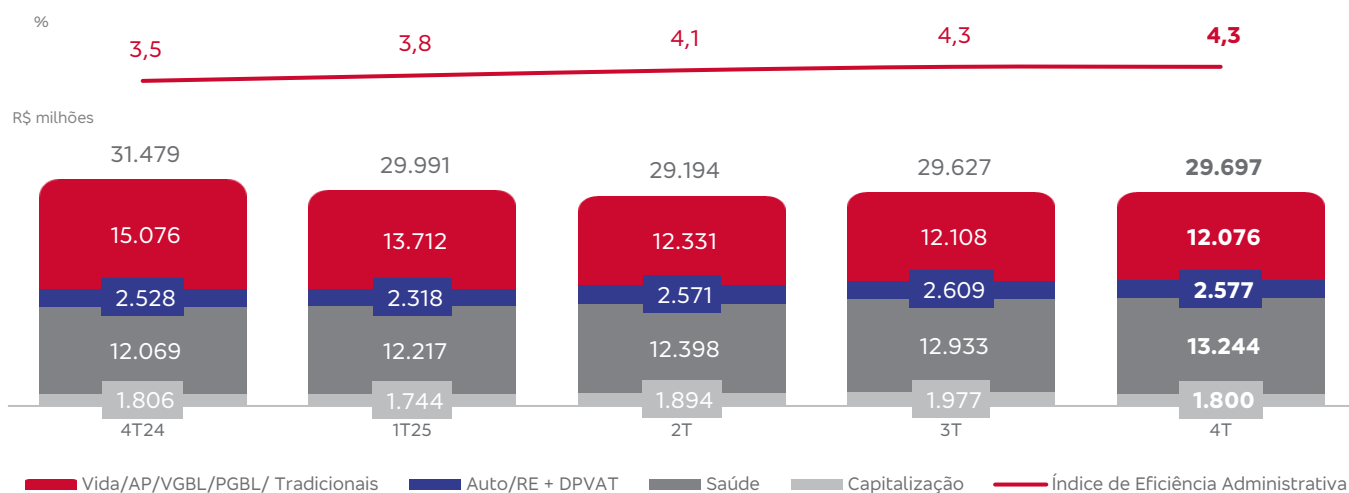
As receitas de prêmios, contribuições de previdência e receitas de capitalização dos canais digitais atingiram R\$ 6,4 bilhões no exercício de 2025, uma evolução de 9,6% comparado a 2024.



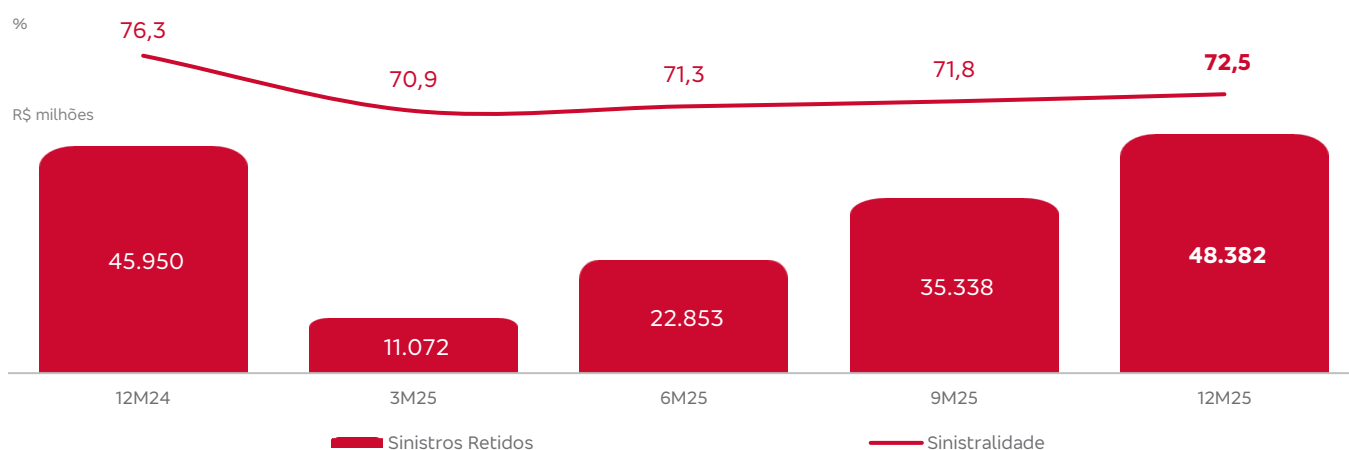
receitas de prêmios, contribuições de previdência e receitas de capitalização e resultado operacional de seguros



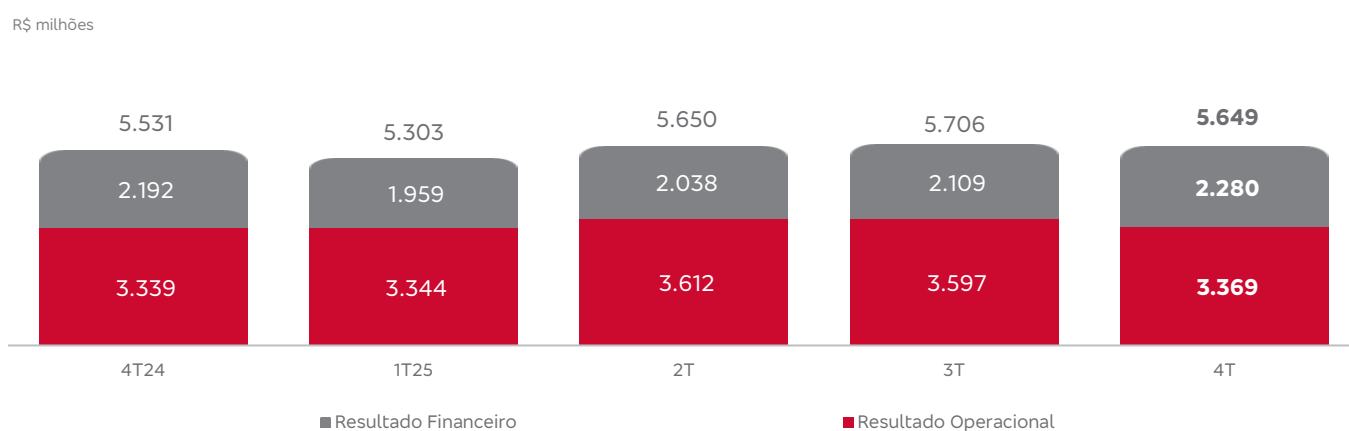
faturamento e índice de eficiência administrativa



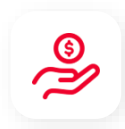
sinistros retidos



resultado das operações de seguros, previdência e capitalização



O resultado das operações de Seguros, Previdência e Capitalização fechou o exercício de 2025 com crescimento de 16,1% em relação a 2024, com destaque para a boa performance da sinistralidade, que no comparativo melhorou 3,8 p.p., especialmente no segmento de Saúde. O resultado financeiro apresentou uma evolução de 9,3% na comparação anual.

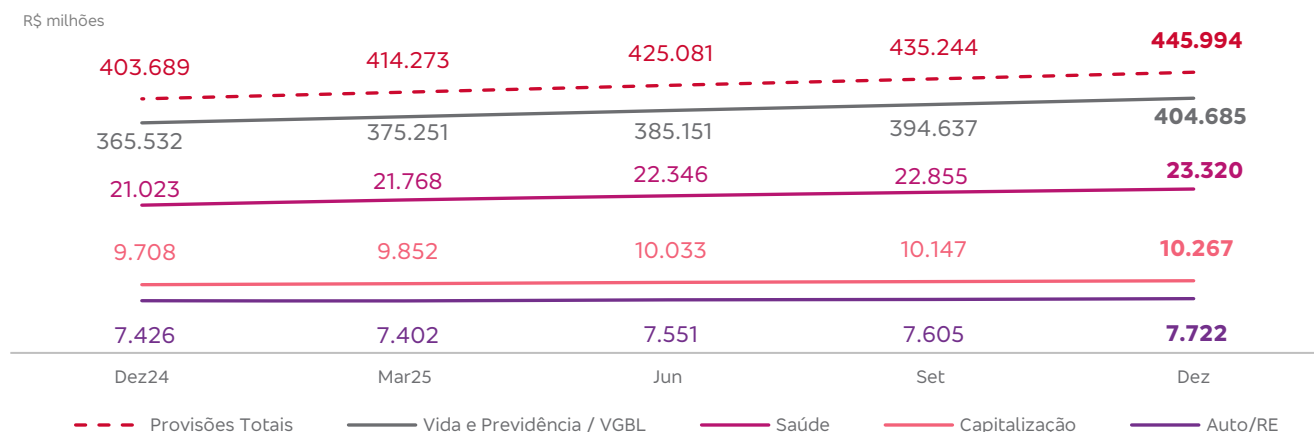


provisões técnicas e indicadores da atividade de seguros



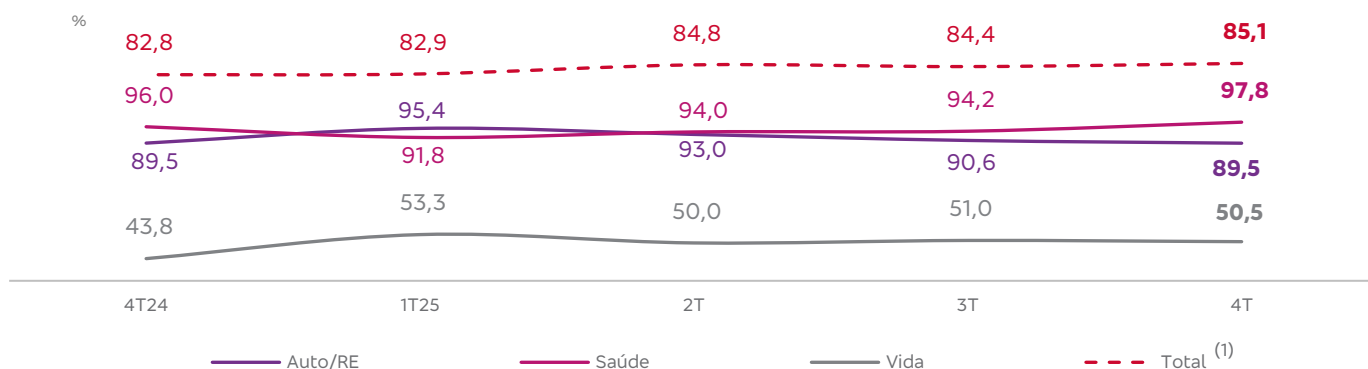
provisões técnicas

Em dezembro de 2025 as provisões técnicas totalizaram R\$ 446,0 bilhões, aumento de 10,5% em 12 meses e 2,5% no trimestre, com maiores provisões nos ramos de “Vida e Previdência” e “Saúde”.



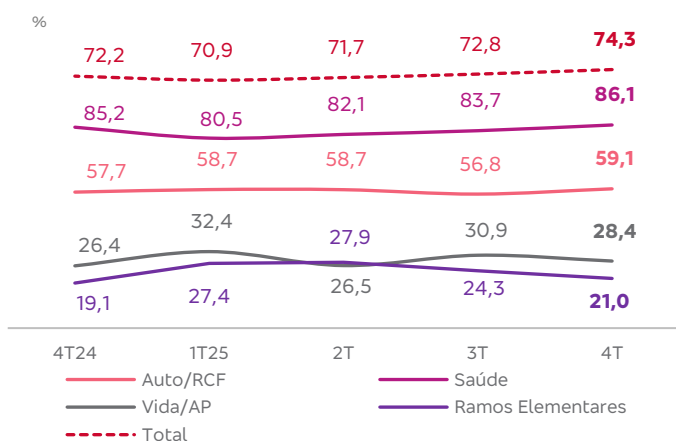
índices de desempenho – combinado / sinistralidade / comercialização

Índice Combinado

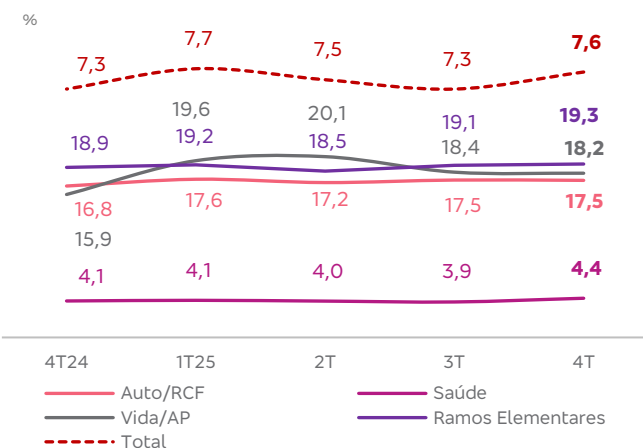


(1) Exclui as provisões adicionais.

Índice de Sinistralidade



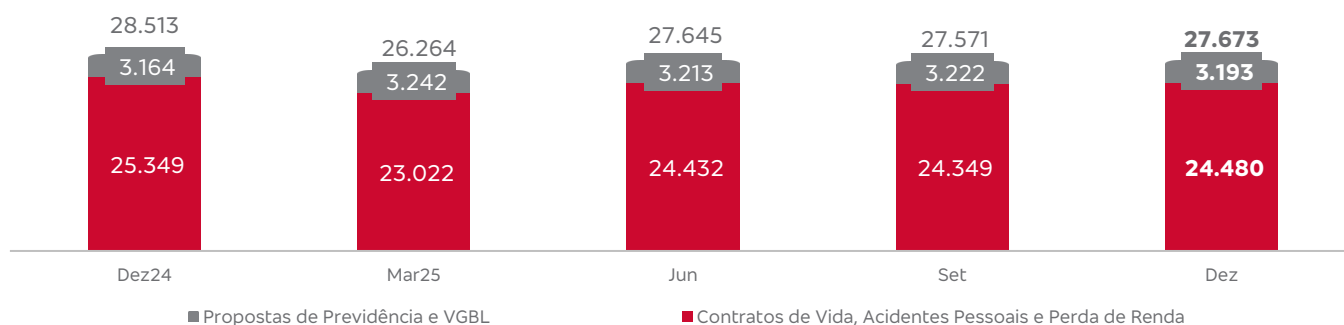
Índice de Comercialização





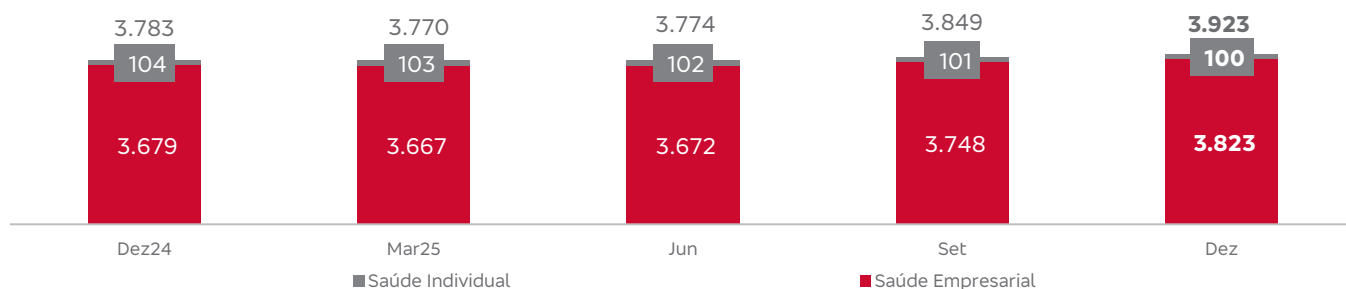
quantidade de contratos/clientes - bradesco vida e previdência

Em milhares



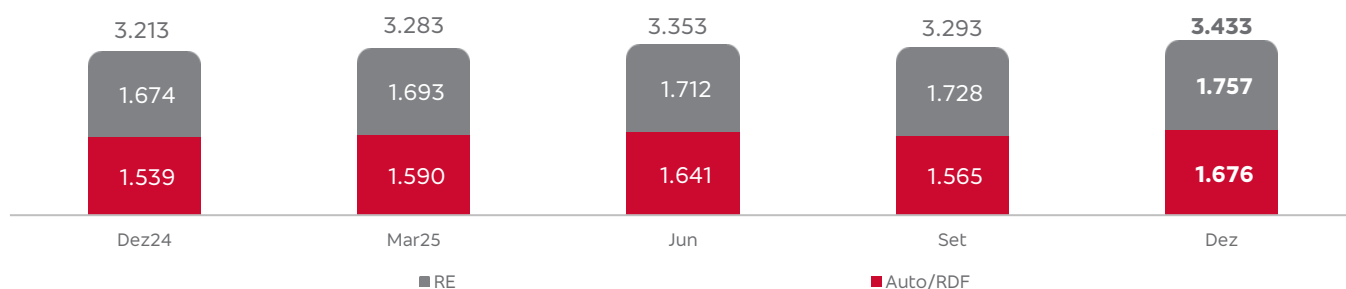
quantidade de segurados bradesco saúde, mediservice e bradesco saúde operadora de planos

Em milhares



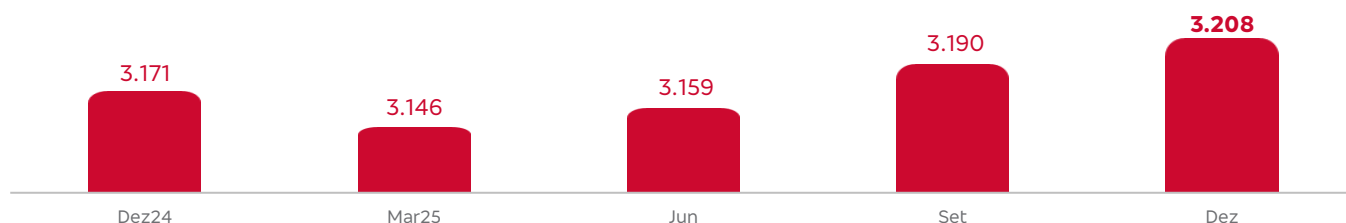
quantidade de segurados auto/ramos elementares

Em milhares



quantidade de clientes | capitalização

Em milhares



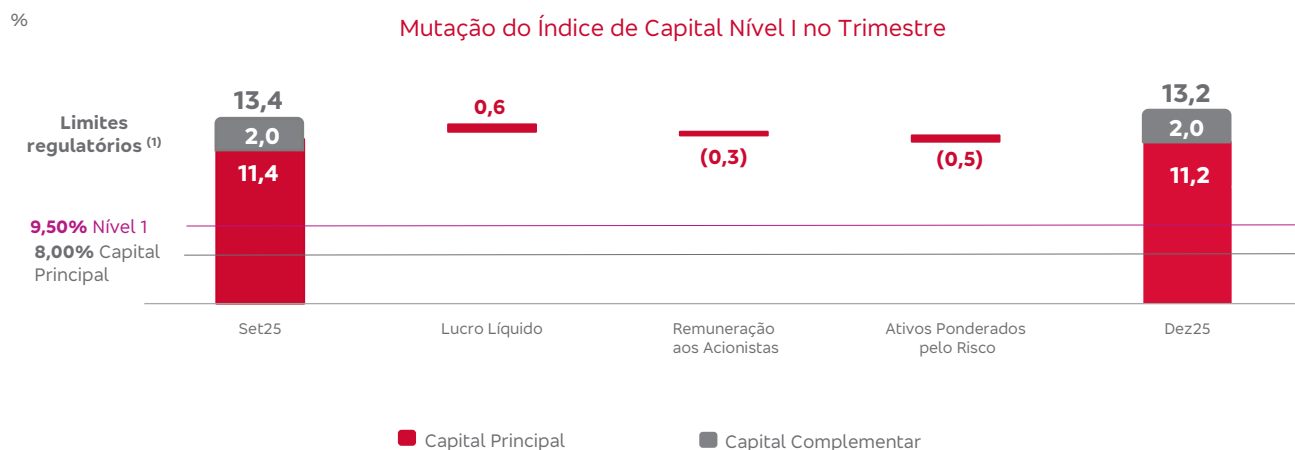


Índice Total
15,8%

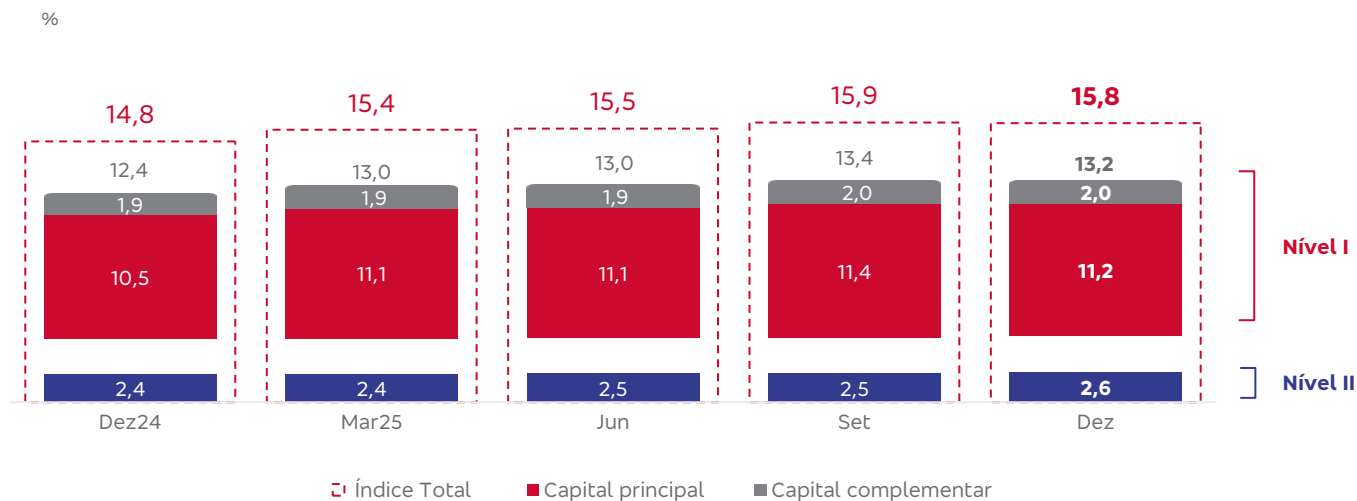
Índice de Nível I
13,2%

Índice de Capital Principal
11,2%

No ano de 2025, observamos incremento de 0,7% no Capital Principal e 0,8% no Nível I, enquanto no 4T25 a variação ocorre, principalmente, pelo crescimento dos ativos ponderados pelo risco (RWA), permanecendo acima dos limites regulatórios.



(1) Referem-se aos limites mínimos requeridos, somados às parcelas de adicional de capital contracíclico e sistêmico. Cabe destacar que, conforme a Resolução nº 4.958/21, os capitais mínimos são: 9,5% para o capital nível I e 8,0% para o capital principal.





A tabela a seguir demonstra o resultado alcançado em 2025 e nossas estimativas para o ano de 2026.

guidance

	2025		2026
	Indicador Anual	Realizado 12M25 x 12M24	Indicador Anual
Carteira de Crédito Expandida	4% a 8%	11,0%	8,5% a 10,5%
Margem Financeira Líquida (Margem Financeira Total – Despesa de PDD Expandida)	R\$ 37 bi a R\$ 41 bi	R\$ 40 bi	R\$ 42 bi a R\$ 48 bi
Receitas de Prestação de Serviços	5% a 9%	8,9%	3% a 5%
Despesas Operacionais (Pessoal + Administrativas + Outras)	5% a 9%	8,5%	6% a 8%
Resultado das Operações de Seguros, Previdência e Capitalização	9% a 13%	16,1%	6% a 8%

	4T25	3T25	4T24	12M25	12M24
CDI	3,59	3,70	2,68	14,32	9,97
Ibovespa	10,18	5,32	(8,75)	33,95	(10,36)
Dólar Comercial	3,46	(2,54)	13,66	(11,14)	27,91
IGP-M	(0,10)	0,01	3,81	(1,04)	6,53
IPCA - IBGE	0,60	0,63	1,48	4,26	4,83
Dias Úteis (quantidade)	64	66	63	252	253
Dias Corridos (quantidade)	92	92	92	365	366
\\ Indicadores (Valor de Fechamento)					
Dólar Comercial Venda (R\$)	5,5024	5,3186	6,1923	5,5024	6,1923
Risco País - CDS 5 anos (Pontos)	138	136	215	138	215
Selic - Taxa Básica Copom (% a.a.)	15,00	15,00	12,25	15,00	12,25
Taxa Pré BM&F 1 ano (% a.a.)	13,81	14,34	15,39	13,81	15,39

indicadores

perspectivas econômicas

%	2026	2027
Dólar Comercial (final) - R\$	5,35	5,40
IPCA	3,8	3,4
IGP-M	3,5	3,6
Selic (final)	12,00	9,50
PIB	1,5	2,0



Informações Adicionais



estratégia corporativa



O plano estratégico do banco possui o objetivo de simplificar a operação e o modelo de gestão, proporcionando mais autonomia e agilidade na tomada de decisão, mantendo os clientes no centro das nossas decisões.

O plano reafirma nossa ambição de sermos um banco completo, rentável e preparado para competir no curto e longo prazo. Essa ambição pode ser traduzida em aspirações que devem ser perseguidas, conforme destacadas a seguir:

- Banco físico com custo adequado e focado nos clientes
- Banco digital eficiente com experiência humanizada e IA
- Eficiência operacional que garanta competitividade e retorno
- Captura de maior *share of wallet* nos principais segmentos
- Melhor experiência do cliente
- Cultura de transformadores
- *Time to market* mais efetivo

Com uma abordagem robusta e acelerada, focamos em uma agenda de dez temáticas estratégicas-chave, divididas em frentes de negócios e viabilizadoras, alinhando nossas ações às nossas ambições:

Negócios: Varejo Digital; Alta Renda; *SMEs*; pagamentos e *cash management*; e ciclo de crédito.

Viabilizadoras: sinergias intragrupo e inovação; tecnologia e modelo ágil; estrutura organizacional; modelo de gestão e cultura; e eficiência da operação.



clientecentrismo

O cliente está no centro de todas as nossas decisões, guiadas pela ética, pela integridade e pelo compromisso de priorizar seus interesses. Com uma trajetória de mais de 80 anos, consolidamos uma relação de confiança e proximidade, estando presentes nos canais digitais, físicos e assistidos. Nosso propósito é viabilizar a realização de sonhos, promovendo uma vida financeira mais equilibrada.

Para isso, buscamos continuamente oferecer a melhor experiência, combinando a escuta ativa às necessidades dos clientes com a inteligência de dados. Dessa forma, desenvolvemos produtos e serviços mais completos, alinhados às expectativas e aos momentos únicos de cada cliente.

A voz do cliente

Para fortalecer nossa frente de clientecentrismo, contamos com uma área exclusiva dedicada à evolução da experiência do cliente, guiada por três pilares estratégicos: excelência em *banking*, que garante serviços de qualidade e soluções relevantes personalizadas em todos os canais; plataformas em escala, que utilizam componentes padronizados e reutilizáveis para alavancar ideias e produtividade; e *AI First*, que desenvolve soluções inteligentes, confiáveis e resolutivas, fortalecendo a fidelização.

Nesse contexto, durante o trimestre, o Bradesco avançou com importantes funcionalidades. Clientes PF passaram a ter acesso aos comprovantes Pix diretamente no extrato da conta, garantindo mais praticidade, transparência e comodidade. Além disso, clientes PF podem realizar Pix mesmo sem saldo disponível em conta, utilizando o limite do cartão de crédito, oferecendo mais flexibilidade e controle.

Esses avanços reforçam a posição do Bradesco como referência em iniciação de pagamentos no ecossistema *Open Finance*, por meio do desenvolvimento contínuo de soluções inovadoras que ampliam a experiência do cliente e fortalecem sua competitividade.

Com a portabilidade de crédito, clientes que têm o *Open Finance* habilitado podem transferir créditos contratados de outros bancos para o Bradesco com condições mais atrativas. Pelo App, o cliente tem uma experiência integrada: visualiza seus contratos, recebe ofertas personalizadas, assina digitalmente e acompanha todo o processo com praticidade e segurança.

Outro avanço foi a simplificação do compartilhamento de dados pelo *Open Finance*, permitindo o envio de campanhas direcionadas e o acesso ao Bradesco com informações pré-preenchidas, o que torna a jornada mais ágil e eficiente.



NPS



4T25 x 4T24

Prime



+5 p.p.



Day to Day
Banking Prime



+6 p.p.



PJ



+8 p.p.



Day to Day
Banking PJ



+6 p.p.



No Bradesco, não esperamos o futuro acontecer, nós o construímos. Cada interação, cada *insight* e cada movimento nasce de uma pergunta simples e poderosa: **“O que realmente importa para o cliente?”**

Em 2025, investimos fortemente na transformação digital, modernização dos canais e infraestrutura tecnológica, atendimento personalizado e processos mais ágeis. Reforçamos nosso compromisso em manter o foco nas pessoas e nas experiências que proporcionamos a elas. Fazendo da evolução um hábito.

A transformação surge quando escutamos com atenção e agimos com intenção. Ela acontece na forma como simplificamos jornadas, antecipamos necessidades e humanizamos processos. Decisões diárias que se unem para criar algo maior: relações de confiança.

A tecnologia amplia nossas possibilidades. Mas o propósito permanece humano. Ser Bradesco é ser presença - nas escolhas, nos desafios, nos sonhos e nas conquistas das pessoas. É trabalhar com ética, clareza e empatia para que cada contato seja mais do que um serviço, seja um encontro significativo e guiado por quem nos inspira a seguir evoluindo: o cliente.

Fonte: Análise Bradesco através do relatório de benchmark NPS Prism®. NPS Prism® é uma marca registrada da Bain&Company, Inc.

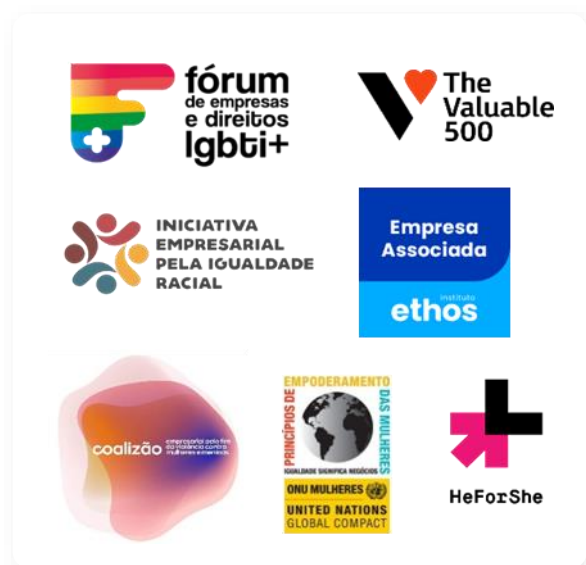


nossas pessoas



diversidade, equidade e inclusão

Compromisso com a diversidade e representatividade



82,1 mil funcionários | Dez25

(considerando funcionários no exterior)

Brasil:

50%

são mulheres

30%

são pessoas negras

37%

dos cargos de liderança
são ocupados por
mulheres

22%

dos cargos de liderança
são ocupados por
pessoas negras

5% pessoas com deficiência

UNIBRAD | desenvolvimento e capacitação
educação, inclusão e democratização do conhecimento

+ de 1,3 milhão de participações
em treinamentos em 2025

principais reconhecimentos em 2025

\\ LinkedIn *Top Company* 2025

\\ LinkedIn *Top Companies* | Setor Financeiro

\\ GPTW – Mulher, PCD, Étnico Racial e Primeira Infância

\\ Lugares Incríveis para Trabalhar – FIA Employee Experience (FEEx)

\\ Índice de Diversidade i-Diversa – B3

\\ Ethos – Reconhecimento Promoção dos Direitos LGBTI+

\\ Selo Azul – Mercer Marsh

\\ *Best Workplaces* – Infojobs

\\ *Ranking* Merco Talento Brasil – Merco

\\ Prêmio Empregabilidade Jovem Brasil – CIEE



sustentabilidade



A sustentabilidade está integrada aos nossos direcionadores estratégicos e, por meio da gestão, diretrizes e engajamento em aspectos ambientais, sociais e de governança (ASG), buscamos potencializar nossas contribuições para o desenvolvimento sustentável do país.

Estratégia de sustentabilidade

Considerando os principais desafios e tendências globais da agenda, elegemos 3 temas para promover uma agenda de mudança:

Negócios sustentáveis



Impulsionar negócios de impacto positivo que fomentem o desenvolvimento socioambiental

Agenda climática



Garantir que os nossos negócios estejam preparados para os desafios climáticos, conscientizando e engajando os nossos clientes quanto a riscos e oportunidades

Cidadania financeira



Promover educação e inclusão financeira para alavancar o desenvolvimento socioeconômico

Metas e compromissos em destaque

Meta de direcionar R\$ 350 bilhões superada.



Foram entregues R\$ 382 bilhões (109% da meta) para setores e atividades com benefícios socioambientais em 2025

100% de nossas estruturas são abastecidas por energia de fontes renováveis



Mensuramos as emissões de carbono de 100% da nossa carteira de crédito pessoa jurídica

Descarbonização -



alinhar nossas carteiras de crédito e investimentos para a redução das emissões financiadas, reafirmando nosso compromisso com a transição climática e a continuidade dessa agenda

Neutralizamos 100% das emissões de gases de efeito estufa geradas por nossas operações



Governança

Contamos com uma estrutura robusta de governança de sustentabilidade integrada à gestão de riscos e aos negócios. As principais decisões e o direcionamento estratégico são conduzidos pelo Comitê de Sustentabilidade e Diversidade, subordinado ao Conselho de Administração, com reuniões bimestrais. O comitê é composto por membros do Conselho e da Diretoria Executiva, incluindo o Diretor-Presidente.

Performance

A nossa evolução na gestão dos aspectos ASG é evidenciada pela performance majoritariamente acima da média do setor nas avaliações dos *ratings* especializados e permanência nos principais índices de sustentabilidade, como Dow Jones, ISE, CDP, entre outros.

Reconhecimento internacional

Conquistamos a nota A no CDP em Mudanças Climáticas, passando a integrar o grupo "A list", que reúne cerca de 4% das empresas avaliadas globalmente. O CDP analisa como empresas e instituições tratam riscos e oportunidades climáticas em sua estratégia, na gestão de riscos e na transparência das informações – e esse resultado indica um nível de maturidade associado à liderança no tema.

Destaques do trimestre

Atingimos 100% da meta de direcionar R\$ 350 bilhões para setores e atividades com benefícios socioambientais em 2025. Seguimos comprometidos com a geração de negócios sustentáveis, integrados à nossa estratégia e decisões de crédito e investimento. Em 2026, assumimos o compromisso de direcionar R\$ 450 bilhões até dezembro de 2026, considerando o volume acumulado desde 2021.

Anunciamos, durante a COP30, a criação da Ecora, certificadora brasileira de créditos de carbono, em parceria com o BNDES e fundo EcoGreen, com apoio técnico da Aecom. A iniciativa representa um investimento em capacidade futura, voltado ao fortalecimento da infraestrutura do mercado de carbono no Brasil.

Transparência

Seguimos diretrizes internacionais de transparência e *disclosure*, como o *Sustainability Accounting Standards Board (SASB)* e o *Stakeholder Capitalism Framework*, entre outros



Para mais informações, acesse o Relatório Integrado



digital em números



99%

das transações são realizadas nos **Canais Digitais**

96%

estão concentradas em **Mobile** e **Internet**

44% dos créditos liberados em 2025 foram realizados por meio dos **canais digitais**

Mobile PF + next

Em R\$ | 2025 x 2024



+17%
Previdência



+38%
Capitalização



+18%
Seguros



+28%
Emissão de Cartão de Crédito (em qtde)

Avaliação App Bradesco | Dez25

Pessoa Física



Apple

4,7
de 5



Play

4,7
de 5

Empresas & Negócios



Apple

4,7
de 5



Play

4,5
de 5

Créditos Mobile

Em R\$ | 2025 x 2024

Créditos Liberados PF

Destaque para:



+20%
Crédito Pessoal



+21%
Consignado Público

Ouvindo o cliente a cada jornada:

★ Avaliação: **4,4** de 5

Créditos Liberados PJ

Destaque para:



+38%
Giro Empresarial



+26%
Descontos de Duplicatas

Ouvindo o cliente a cada jornada:

★ Avaliação: **4,9** de 5

BIA

com *GenAI* | Melhor experiência, com agilidade e resolutividade



Para Clientes

100% dos canais com IA Generativa

49 MM de interações na BIA com IA Generativa



APP PF

25 MM
de clientes

90%
retenção



WhatsApp

Teleton e Criação
Esperança

+de 20 Mil
doações

PIX Inteligente
com IA Generativa

Disponível para

100%
dos clientes

Transações por áudio
ou texto com jornada
simples, rápida e intuitiva

Para Colaboradores

100%
dos funcionários

+4 MM
de interações

80%
resolutividade



bradesco principal

O Bradesco que você já conhece, com a sofisticação que você nem imagina

O Bradesco Principal, lançado em outubro de 2024, consolidou ao longo de 2025 uma presença nacional robusta, atendendo mais de **320 mil clientes** em **62 escritórios estrategicamente distribuídos** pelo país. Essa expansão reforça o posicionamento do segmento no mercado de alta renda, combinando a solidez do Bradesco a um modelo de relacionamento mais exclusivo, consultivo e orientado à experiência.

Resultados que reforçam confiança

Em 2025, o Bradesco Principal registrou crescimento em todos os produtos de *wealth management*, crédito e serviços, evidenciando a tração do segmento, a efetividade da proposta de valor e sua contribuição direta para o crescimento sustentável da base de alta renda.



Proposta de Valor construída a partir da voz dos nossos clientes

Tudo no **Principal** nasce de um processo profundo de escuta e análise.

Os pilares que sustentam o segmento incluem:



Novo modelo de atendimento especializado, elevando a **principalidade dos clientes**



Portfólio de cartões premium, com **benefícios e experiências** diferenciadas



Oferta internacional completa (full bank), ampliando presença e conveniência globais



Programa de benefícios alinhado às **necessidades e expectativas** de **clientes de alta renda**, fortalecendo lealdade e uso

Esse ecossistema reforça a visão de criar um banco mais consultivo, **mais próximo** e **mais relevante** para quem busca **sofisticação com propósito**.



Posicionamento de marca

No último trimestre de 2025, iniciamos a estratégia de construção de marca do Bradesco Principal, combinando presença digital, por meio do Instagram, e presença física em espaços de alta visibilidade e afinidade com o público-alvo, como os *fingers* dos aeroportos de Guarulhos e Brasília, ampliando a visibilidade qualificada.



Nosso Público

O Bradesco Expresso tem como objetivo **atender toda a população brasileira**, promovendo **inclusão financeira, cidadania e desenvolvimento social**.

Com público diversificado, composto por **correntistas e não correntistas** Bradesco.

Produtos e Serviços

- Abertura de Contas
- Cartão de Crédito
- Empréstimo Pessoal
- Empréstimo Consignado
- Saques e Depósitos
- Seguros
- E muito mais!

Informações Relevantes 4T25:

39,3 mil

correspondentes
com presença em 100% dos municípios

+29,3 MM

Atendimentos/transações
por mês

+13%
(4T25 vs. 4T24)



Destaques

Seguros

Vendas no canal

+47%

Base 100



+50%

vs. 4T24

produtos contratados por conta aberta
no Bradesco Expresso (4T25 vs. 4T24)



atuação internacional

Oferecemos uma ampla gama de serviços internacionais através de nossas plataformas Corporate e Global Private Banking, incluindo financiamento ao comércio exterior, capital de giro em moedas estrangeiras, operações de câmbio e fianças internacionais para pessoas jurídicas e físicas. Nosso atendimento abrange tanto o apoio a multinacionais estrangeiras atuando no Brasil quanto a empresas brasileiras atuando no exterior. Além disso, nossos colaboradores atuam como facilitadores entre clientes estrangeiros potenciais e o Bradesco Brasil.



Agências

Nova York

Banco Bradesco S.A.

Grand Cayman

Banco Bradesco S.A.

Escritório de Representação

Hong Kong

Banco Bradesco S.A.

Guatemala

Representaciones Administrativas Internacionales

Subsidiárias

Nova York

Bradesco Securities, Inc.

Miami

Bradesco Bank

Bradesco Investments Inc.

Bradesco Global Advisors Inc.

México

Bradescard México Sociedad de Responsabilidad Limitada

Luxemburgo

Banco Bradesco Europa S.A.

Londres

Bradesco Securities UK Limited

Hong Kong

Bradesco Securities Hong Kong Limited

Bradesco Trade Services Limited



My Account

Conta internacional digital

Abertura de

304 mil contas até Dez25

Com cartão de débito aceito em **195 países** e com conversão automática para **180 moedas**

A **My Account** é uma conta internacional e digital própria, que pode ser aberta pelo App do Bradesco. Além do cartão físico, é possível ter um cartão virtual para compras em *sites* e Apps, estando disponível para carteira digital Google Pay.



Jornada 100% digital



Pagamento por aproximação com cartão ou *wallet*



Alerta de cotação para personalizar aviso sobre taxa de câmbio ideal e painel para simular o saldo em outras moedas



Transferências entre:
- Conta Bradesco e My Account
- Contas My Account
Recebimento de outras instituições



bradesco bank

Plataforma internacional do Bradesco nos EUA, com solução completa de produtos, serviços bancários e investimentos para clientes nos segmentos Private e Principal, além de soluções para clientes do segmento Corporate



Receita Operacional Líquida

△ **26%** 4T25 vs. 4T24



Ativos sob Custódia (AuC)

△ **26%** 4T25 vs. 4T24



Lucro Líquido

△ **47%** 4T25 vs. 4T24



Carteira de Crédito

△ **18%** 4T25 vs. 4T24



Soluções **Pessoas Físicas**

Bancárias

Conta corrente completa para realização de **pagamentos, transferências, online banking e cartão de débito internacional** para compras e saques



Cartão de Crédito

Cartão bandeira Visa aceito em **195 países** com benefícios exclusivos, incluindo programa de **fidelidade Livelo** e **conectividade com carteiras digitais**



Financiamento Imobiliário

Suporte para **aquisição de imóvel** para **residentes e não residentes nos EUA**, com equipe com amplo entendimento do mercado e do processo



Investimentos



Cliente Private

Investimentos **adaptados ao perfil** de risco de cada cliente:

- Renda Fixa
- ETFs
- Fundos de Investimento
- Operações Estruturadas

Cliente Principal

Plataforma digital de investimentos em carteiras gerenciadas para os mais diversos perfis de investidores



Soluções **Pessoas Jurídicas**

Gestão de Caixa

conta corrente, *money market* e depósitos remunerados

Pagamentos

corresponding banking e transferências internacionais

Serviços Documentários

cobrança de exportações e carta de crédito comercial

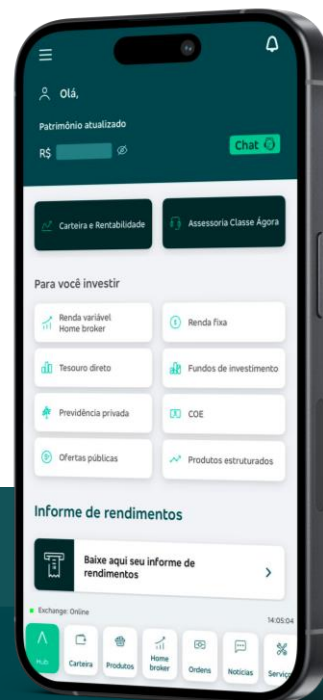
Crédito Empresarial

financiamento de importação, exportação e capital de giro

Ágora Investimentos



A Ágora, casa de investimentos do Bradesco, é uma plataforma aberta que oferece um portfólio completo de soluções para investidores, sejam correntistas ou não-correntistas. Com assessoria especializada e amplo portfólio de produtos — incluindo renda variável, renda fixa, fundos de investimento e previdência privada — a Ágora conecta investidores às melhores alternativas do mercado, alinhadas aos diferentes perfis e objetivos financeiros.



Ágora em números

Base de Clientes

+12% em 12 meses

Dez25

1,4
Milhão

Ativos sob Custódia

+20% em 12 meses

Dez25

R\$ 128
Bilhões

Avaliação App Ágora | Dez25



4,8 de 5



4,8 de 5



Avaliação Reclame Aqui | Dez25



8,7 de 10



Assessoria Especializada

Com o propósito de apoiar o cliente na melhor decisão de investimento e formação de portfólio, de acordo com seus objetivos e seu perfil de investidor



Portfólio de Produtos

Amplo portfólio com criterioso processo de curadoria, que contempla produtos Bradesco e de mais de 130 relevantes parceiros do mercado



Conteúdo de Research & Economia

Relatórios e análises desenvolvidos pelo time de Research e Economia da Ágora, além de conteúdos da plataforma de Educação Financeira Ágora Academy



Experiência Digital

Jornada digital completa e intuitiva, com todas as soluções oferecidas pela casa disponíveis no site e no App



ÁGORA
A CASA DE INVESTIMENTOS DO BRADESCO



Saiba tudo o que acontece no mercado acessando nossos perfis nas redes sociais

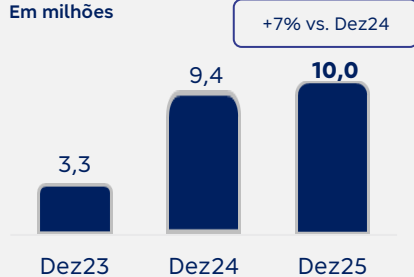


digio

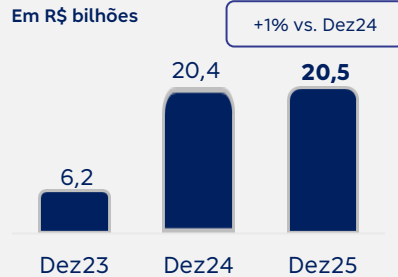
DESTAQUES 4T25

Ao longo de 2025 mantivemos o objetivo de expandir a carteira de crédito de produtos colateralizados, rentabilizar a base de cartões e acelerar as oportunidades através da plataforma *whitelabel*. No quarto trimestre mantivemos o foco na oferta de consignado privado, através da CTPS, e na agenda de evoluções de nossa oferta de crédito consignado.

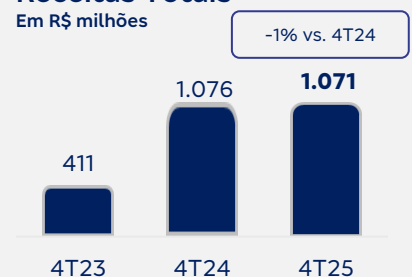
Clientes Únicos Em milhões



Carteira Total Em R\$ bilhões



Receitas Totais Em R\$ milhões



digio

É Banco.
É Digital.
É Bradesco.

digio.com.br



pontos de atendimento, clientes e market share



	Dez25	Set25	Dez24
\\ Informações Estruturais - Unidades			
Pontos de Atendimento	85.476	83.337	82.914
- Rede de Atendimento	4.605	4.744	6.003
Agências ⁽¹⁾	2.009	2.059	2.305
Varejo + Prime	1.684	1.745	1.996
Empresas & Negócios	150	150	150
Corporate	83	83	83
Plataformas Digitais	92	81	76
Principal	14	15	-
PAs	1.441	1.550	2.501
PAEs	431	428	469
Unidades de Negócios ⁽¹⁾	724	707	728
Varejo + Prime	676	681	727
Principal	48	26	1
- Pontos Assistidos da Rede Banco24Horas	20.574	19.349	17.931
- Bradesco Expresso (Correspondentes)	39.335	39.207	39.059
- Bradesco Financiamentos	20.949	20.024	19.908
- Agências, Subsidiárias e Escritório de Representação, no Exterior	13	13	13
Máquinas de Autoatendimento	39.245	38.160	39.586
- Rede Bradesco	12.540	12.743	15.376
- Rede Banco24Horas	26.705	25.417	24.210
Funcionários - Total Consolidado	82.095	81.657	84.022
Funcionários - Grupo Segurador	8.148	8.150	8.015
Estagiários	2.262	2.360	2.545
\\ Clientes - Em milhões			
Clientes Totais ⁽²⁾	74,3	74,0	73,2
- Correntistas	37,7	37,9	38,2
- Não Correntistas ⁽³⁾	36,6	36,1	35,0
\\ Market Share % - BACEN principais produtos e serviços em relação ao mercado			
\ Bancos			
Depósito à Vista	N/D	6,6	8,0
Depósito de Poupança	N/D	12,0	12,5
Depósito a Prazo	N/D	11,8	11,7
Operações de Crédito	10,4	10,3	10,1
Operações de Crédito - Instituições Privadas	17,7	17,8	17,6
Operações de Crédito - Veículos Pessoa Física (CDC + Leasing)	10,8	10,6	10,6
Crédito Consignado	14,1	14,2	14,3
INSS	15,2	15,5	15,6
Setor Privado	6,6	7,5	11,8
Setor Público	14,8	14,4	13,7
Financiamento Imobiliário	9,6	9,8 ⁽⁴⁾	9,6 ⁽⁴⁾
\ Consórcios			
Imóveis	12,7 ⁽⁵⁾	12,3	12,8
Automóveis	21,8 ⁽⁵⁾	22,4	23,4
Caminhões, Tratores e Implementos Agrícolas	16,4 ⁽⁵⁾	16,3	16,6
\ Área Internacional			
Mercado de Exportação	11,0 ⁽⁵⁾	14,8	10,6
Mercado de Importação	9,1 ⁽⁵⁾	10,1	8,4
\ Seguros			
Prêmios de Seguros, Previdência e Capitalização	N/D	22,8	22,9
Provisões Técnicas de Seguros, Previdência e Capitalização	N/D	21,4	21,7
Carteiras de Investimentos de Previdência	21,7 ⁽⁵⁾	21,8	22,1
\ Fundos			
Fundos de Investimento e Carteiras Administradas	16,3	16,6	16,7
\ INSS			
Pagamento de Benefícios a Aposentados e Pensionistas	25,7	26,0	27,2
\ Leasing			
Operações Ativas de Leasing	38,0 ⁽⁵⁾	37,2	33,6

(1) Considera o agrupamento de agências / unidades de negócios e no Bacen considera a contagem por CNPJ ativo; (2) Considera a quantidade de clientes por CPF/CNPJ; (3) Considera clientes que tenham relacionamento por meio de consórcio, consignado, Digio, Corretora, entre outros; (4) Considera apenas operações realizadas no país; (5) Data base Nov25; e N/D – Não divulgado.



retorno aos acionistas



principais índices

índice preço / lucro ⁽¹⁾

Indica o possível número de anos (exercícios) em que o investidor recuperaria o seu capital investido, com base nos preços de fechamento das ações ON e PN.



(1) Lucro líquido recorrente acumulado em doze meses.

índice preço / valor patrimonial por ação

Indica a quantidade de vezes em que o valor de mercado do Bradesco é superior ao seu patrimônio líquido.



Recomendação dos Analistas

Ações PN – BBDC4

(Foram analisados 14 relatórios no 4T25)

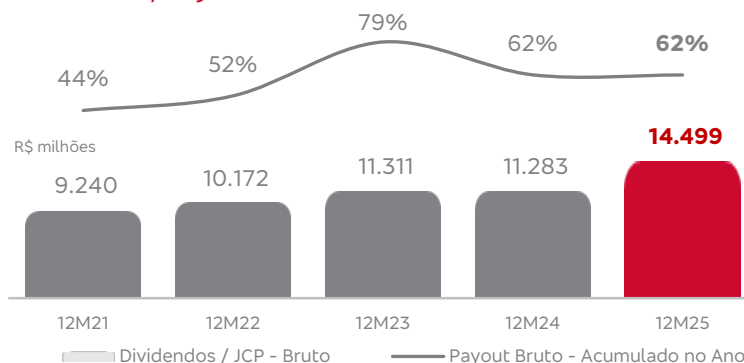
9 **5** **-**
Comprar **Manter** **Vender**

Valor de Mercado

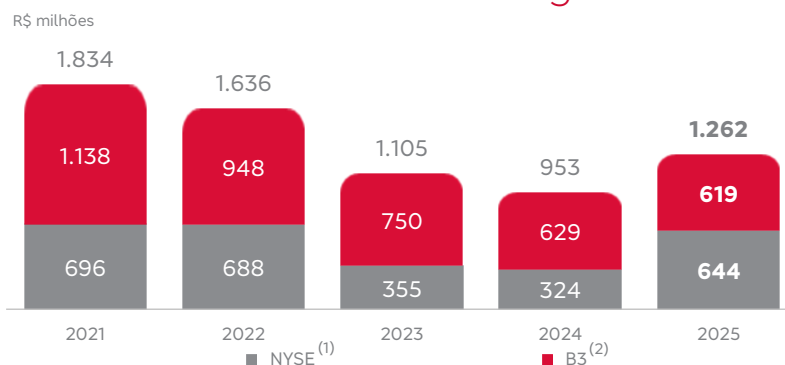


178,7
R\$ bilhões
Em Dez25

payout / dividendos e JCP

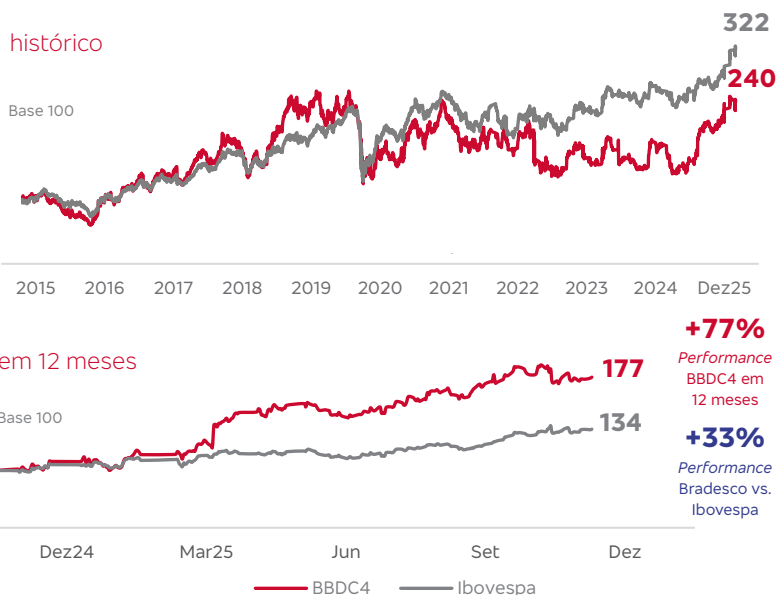


volume médio diário negociado



(1) BBD "PN" e BBDO "ON" (a partir de março de 2012); e (2) BBDC3 "ON" e BBDC4 "PN".

desempenho das ações PN – BBDC4



performance das ações Bradesco ⁽¹⁾

Em R\$	Variação %				
	Dez25	Set25	Dez24	Dez25 x Set25	Dez25 x Dez24
Valor Patrimonial por Ação (ON e PN)	16,28	16,03	15,17	1,5	7,3
Cotação do último dia – ON	15,58	14,83	9,44	5,1	65,0
Cotação do último dia – PN	18,17	17,25	10,29	5,3	76,6

(1) Ajustado pelos eventos societários ocorridos nos períodos.



demais informações

RI – relações com investidores

Gerar valor é proporcionar resultados financeiros aos nossos *stakeholders* pautados em resiliência, solidez e rapidez para nos adequarmos às necessidades de nossos clientes, baseados em uma governança robusta, transparente e íntegra. Nosso relacionamento com os investidores é construído de forma clara, objetiva e pelo diálogo constante com o mercado.

No quarto trimestre de 2025 realizamos:

163

atendimentos a
investidores institucionais e
não institucionais

7

eventos, sendo 3 conferências
internacionais,
2 conferências nacionais e
2 *non-deal road show*



Por meio da estrutura de RI, informamos constantemente a respeito do desempenho econômico-financeiro da Organização, assim como sua estrutura de governança, políticas e práticas.

De forma a ampliar o conhecimento do público interessado em nossas informações, no *site* de RI também é possível acessar:

- **Apresentações** da companhia;
- Calendário de **eventos**;
- **Formulários** regulatórios;
- **Vídeos institucionais** com mensagens de executivos da Organização; e
- Nosso **posicionamento estratégico** e nossa **gestão operacional**, entre outras informações.

ratings

Moody's

	Longo Prazo	Perspectiva	Curto Prazo
Contraparte Moeda Local	Baa3	Estável	P-3
Contraparte Moeda Estrangeira	Baa3	Estável	P-3
Depósito Moeda Local	Ba1	Estável	-
Depósito Moeda Estrangeira	Ba1	Estável	-
Escala Nacional	AAA.br	Estável	ML A-1.br

S&P Global

	Longo Prazo	Perspectiva	Curto Prazo
Moeda Local	BB	Estável	B
Moeda Estrangeira	BB	Estável	B
Escala Nacional	brAAA	Estável	brA-1+

Bradesco Bank Moody's

	Longo Prazo	Perspectiva	Curto Prazo
Depósito Moeda Local	A3/Prime-2	Estável	A3/Prime-2



demais informações

gestão de capital

A Organização exerce a gestão de capital, considerando uma visão prospectiva, com projeções de capital periódicas de pelo menos 3 anos, onde captura mudanças no cenário econômico e nas expectativas dos negócios organizacionais. Além disso, possui Plano de Recuperação e Saída Organizada, que considera estratégias a serem adotadas em cenários adversos extremos e conta com Plano de Capital e Plano de Contingência, que fazem parte do Processo de ICAAP (*Internal Capital Adequacy Assessment Process*).

Esses processos envolvem tanto áreas de controle quanto de negócios, seguindo as orientações da Diretoria Executiva e Conselho de Administração com uma estrutura de governança composta por Comissões e Comitês, tendo como órgão máximo o Conselho de Administração.

A Alta Administração é subsidiada com análises e projeções da disponibilidade e necessidade de capital, identificando ameaças e oportunidades que afetem o planejamento da suficiência, e buscando a otimização dos níveis de capital e atendendo dessa forma às determinações do Banco Central do Brasil, pertinentes às atividades de gerenciamento de capital, bem como os limites gerenciais aprovados.

Informações adicionais sobre a estrutura de Gestão de Capital podem ser encontradas no Relatório de Gerenciamento de Riscos – Pilar 3 e no Relatório Integrado, disponíveis no *site* de Relações com Investidores, em bradesco.com.br.

Em R\$ milhões	Basileia III Conglomerado Prudencial		
	Dez25	Set25	Dez24
\\ Base de cálculo			
Patrimônio de referência - PR	174.969	169.228	149.109
Nível I	145.844	142.578	124.633
Capital principal	124.320	121.616	106.013
Patrimônio líquido	172.239	169.590	160.487
Minoritários/Outros	2.249	2.245	(72)
Adoção inicial 4.966 (Res. CMN 5.199/24)	2.242	2.242	-
Ajustes prudenciais	(52.410)	(52.461)	(54.402)
Capital complementar	21.524	20.962	18.620
Nível II	29.125	26.650	24.476
\\ Ativos ponderados pelo risco - RWA	1.108.962	1.067.379	1.008.668
Risco de crédito	964.646	924.688	887.255
Risco de mercado	29.559	27.934	28.188
Risco operacional	114.757	114.757	93.225
\\ Índice Total	15,8%	15,9%	14,8%
Capital nível I	13,2%	13,4%	12,4%
Capital principal	11,2%	11,4%	10,5%
Capital complementar	2,0%	2,0%	1,9%
Capital nível II	2,6%	2,5%	2,4%



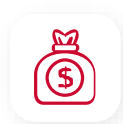
informações selecionadas



Em R\$ milhões (exceto quando indicado)

	4T25	3T25	2T25	1T25	4T24
\\ Demonstração do Resultado do Período					
Lucro Líquido Recorrente	6.516	6.205	6.067	5.864	5.402
Lucro Líquido Contábil	6.476	6.205	6.067	5.802	4.934
Resultado Operacional	8.038	7.879	7.804	7.542	6.969
Margem Financeira Total	19.245	18.710	18.044	17.233	16.995
Margem Financeira com Clientes	19.119	18.611	17.756	16.771	16.153
Despesa de PDD Expandida	(8.828)	(8.560)	(8.142)	(7.642)	(7.460)
Margem Financeira com Clientes Líquida de PDD Expandida	10.291	10.051	9.614	9.129	8.693
Receitas de Prestação de Serviços	11.084	10.592	10.307	9.769	10.262
Despesas Operacionais	(16.958)	(16.488)	(15.898)	(15.006)	(16.418)
Resultado das Operações de Seguros, Previdência e Capitalização	5.649	5.706	5.650	5.303	5.531
\\ Balanço Patrimonial					
Total de Ativos	2.382.602	2.256.529	2.196.957	2.114.665	2.127.922
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Derivativos	1.007.199	924.099	887.060	877.944	861.312
Total da Carteira de Crédito Expandida	1.089.230	1.034.238	1.018.426	1.005.122	981.692
- Pessoa Física	466.503	451.568	442.446	432.851	414.080
- Pessoa Jurídica	622.727	582.670	575.981	572.272	567.612
Provisão para Carteira Expandida	(57.977)	(57.200)	(58.143)	(57.787)	(55.028)
Depósitos Totais	730.704	670.386	645.219	625.911	651.736
Patrimônio Líquido Atribuído aos Acionistas Controladores	172.239	169.590	167.312	164.193	160.487
Recursos Captados e Administrados	3.567.135	3.422.343	3.291.110	3.191.564	3.187.435
\\ Indicadores de Performance (%)					
Lucro Líquido Recorrente por Ação (acumulado 12 meses) - R\$ ⁽¹⁾	2,33	2,23	2,13	2,01	1,85
Lucro Líquido Recorrente por Ação - R\$ ⁽¹⁾	0,62	0,59	0,57	0,55	0,51
Valor Patrimonial por Ação (ON e PN) - R\$ ⁽¹⁾	16,28	16,03	15,82	15,52	15,17
Dividendos/JCP por Ação - ON (após IR) - R\$ ⁽¹⁾	0,29	0,29	0,27	0,25	0,24
Dividendos/JCP por Ação - PN (após IR) - R\$ ⁽¹⁾	0,33	0,32	0,30	0,27	0,26
Retorno Anualizado sobre PL médio (ROAE) ⁽²⁾	14,8	14,6	14,6	14,4	11,7
Retorno Anualizado sobre Ativo Médio (ROAA) ⁽²⁾	1,1	1,1	1,1	1,1	0,9
Índice de Imobilização	26,9	26,6	26,1	25,0	25,2
Dividendos / JCP - Líquido	3.284	3.223	3.051	2.766	2.643
Liquidez de Curto Prazo (LCR)	158,3	152,6	148,2	135,8	141,1
Liquidez de Longo Prazo (NSFR)	122,8	121,4	121,8	118,8	121,2
Índice de Cobertura (Receita de Prestação de Serviços / Despesas Administrativas e de Pessoal) ⁽³⁾	81,6	81,1	80,8	79,8	78,6
Índice de Eficiência Operacional (IEO) (acumulado 12 meses) ⁽⁴⁾	50,0	50,7	51,2	51,8	52,2
Valor de Mercado - R\$ milhões ⁽⁵⁾	178.678	174.078	165.724	127.020	117.619
\\ Qualidade de Crédito - (%)					
Índice de Inadimplência (Em atraso > 90 dias / Carteira de Crédito)	4,1	4,1	4,1	4,1	4,0
Índice de Cobertura (Provisão para Carteira Expandida / Exposição Vencida > 90 dias Expandida)	166,0	168,9	177,8	183,1	187,9
Carteira de Crédito Expandida classificadas no Estágio 1 / Carteira de Crédito Expandida	89,1	88,6	88,7	88,9	89,4
Carteira de Crédito Expandida classificadas no Estágio 2 / Carteira de Crédito Expandida	3,7	3,9	3,5	3,3	3,1
Carteira de Crédito Expandida classificadas no Estágio 3 / Carteira de Crédito Expandida	7,2	7,5	7,8	7,8	7,5

(1) Para fins de comparabilidade, as ações foram ajustadas de acordo com as bonificações e os desdobramentos ocorridos nos períodos; (2) Lucro Líquido Recorrente Acumulado no ano; (3) Acumulado doze meses; (4) Cálculo IEO = (Despesas de Pessoal + Despesas Administrativas + Outras Despesas Operacionais Líquidas de Receitas) / (Margem Financeira + Receita de Prestação de Serviços + Resultado de Seguros + Resultados de Participações em Coligadas + Despesas Tributárias); e (5) Quantidade de ações (descontadas as ações em tesouraria) x cotação de fechamento das ações ON e PN do último dia do período.



balanço patrimonial – consolidado Bradesco



Abaixo apresentamos os principais dados do Balanço Patrimonial Bradesco, gerencialmente consolidado. As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção das Resoluções CMN nº 4.966/21 e 4.975/21 foram aplicadas **prospectivamente** na data de sua adoção inicial.

R\$ milhões

Dez25

\\ Ativo	
\\ Disponibilidades	15.363
\\ Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado	605.972
Títulos e Valores Mobiliários e Demais Ativos Financeiros	583.453
Instrumentos Financeiros Derivativos	22.519
\\ Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	109.922
Títulos e Valores Mobiliários, Líquido de Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito	109.922
\\ Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	1.455.863
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	235.353
Depósitos Compulsórios e outros Depósitos no Banco Central do Brasil	122.573
Títulos e Valores Mobiliários, Líquido de Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito	291.305
Operações de Crédito, Líquido de Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	642.498
Operações de Arrendamento Mercantil, Líquido de Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito	7.515
Outros Ativos Financeiros	156.620
\\ Ativos não Financeiros Mantidos para Venda	1.353
\\ Investimentos em Controladas, Coligadas e Controladas em Conjunto	5.956
\\ Imobilizado de Uso, Líquido	9.034
\\ Intangíveis e Ágio, Líquidos	26.451
\\ Impostos a Compensar	14.152
\\ Impostos Diferidos	119.840
\\ Outros Ativos	18.696
\\ Total do Ativo	2.382.602
\\ Passivo	
\\ Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	1.648.275
Recursos de Instituições Financeiras	472.782
Recursos de Clientes	724.464
Recursos de Emissão de Títulos	327.884
Dívidas Subordinadas	54.715
Outros Passivos Financeiros	68.431
\\ Passivos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado	18.163
\\ Provisão para Perda Esperada	3.058
Compromissos de Empréstimos e Créditos a Liberar	1.777
Garantias Financeiras	1.281
\\ Provisões Técnicas de Seguros, Previdência e Capitalização	445.994
\\ Outras Provisões	36.403
\\ Impostos Correntes	2.543
\\ Impostos Diferidos	5.531
\\ Outros Passivos	46.060
\\ Total do Passivo	2.206.028
\\ Patrimônio Líquido	
\\ Patrimônio Líquido Atribuído aos Acionistas Controladores	172.239
\\ Participação de Acionistas Não Controladores	4.335
\\ Total do Patrimônio Líquido	176.574
\\ Total do Passivo e Patrimônio Líquido	2.382.602



balanço patrimonial – consolidado seguros



Abaixo apresentamos os principais dados do Balanço Patrimonial das atividades de Seguros, gerencialmente consolidado:

R\$ milhões	Dez25	Set25	Dez24	Dez25 x Set25	Dez25 x Dez24
\\ Ativo					
\\ Circulante e Realizável a Longo Prazo	497.594	482.972	442.036	3,0	12,6
Títulos e Valores Mobiliários	471.375	458.422	419.489	2,8	12,4
Prêmios de Seguros a Receber	7.376	7.217	6.813	2,2	8,3
Outros Créditos	18.843	17.333	15.734	8,7	19,8
\\ Permanente	14.377	13.900	12.810	3,4	12,2
\\ Total	511.971	496.872	454.846	3,0	12,6
\\ Passivo					
\\ Circulante e Exigível a Longo Prazo	463.831	451.641	416.405	2,7	11,4
Provisões Técnicas de Seguros, Previdência e Capitalização	445.994	435.244	403.688	2,5	10,5
Contingências Fiscais, Cíveis e Trabalhistas	3.201	3.134	2.502	2,1	28,0
Outras Obrigações	14.635	13.262	10.215	10,4	43,3
\\ Participações Minoritárias	801	740	730	8,2	9,6
\\ Patrimônio Líquido	47.340	44.491	37.711	6,4	25,5
\\ Total	511.971	496.872	454.846	3,0	12,6

capital mínimo requerido – grupo bradesco seguros

Para as empresas reguladas pela SUSEP, a Resolução CNSP nº 432/21 e alterações posteriores, estabelece que as sociedades deverão apresentar Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR). O CMR é equivalente ao maior valor entre o Capital Base (CB) e o Capital de Risco (CR). Para as empresas reguladas pela ANS, a Resolução Normativa nº 569/22 e alterações posteriores, estabelece que as sociedades deverão apresentar PLA igual ou superior ao Capital Regulatório (CR). O CR é equivalente ao maior valor entre o Capital Base (CB) e o Capital Baseado em Riscos (CBR). O PLA é avaliado numa visão econômica, e deve ser calculado com base no patrimônio líquido contábil ou no patrimônio social contábil, considerando ajustes contábeis e ajustes associados à variação dos valores econômicos.

O processo de adequação e gerenciamento de capital é acompanhado de forma contínua e visa assegurar que o Grupo Bradesco Seguros mantenha uma sólida base de capital para apoiar o desenvolvimento das atividades e fazer face aos riscos em qualquer situação do mercado, em atendimento aos requerimentos regulatórios e/ou aos aspectos de Governança Corporativa.

O Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) em Dez25 foi de R\$ 23,7 bilhões e o Capital Mínimo Requerido (CMR) foi de R\$ 13,6 bilhões.



composição analítica da demonstração do resultado gerencial x recorrente



4º trimestre de 2025

	DRE Gerencial ⁽¹⁾	Reclassificações ⁽²⁾	Eventos não Recorrentes	DRE Recorrente ⁽³⁾
\\ Margem Financeira	23.411	(4.166)	-	19.245
Despesa de PDD Expandida	(9.622)	794	-	(8.828)
\\ Margem Financeira Líquida	13.789	(3.372)	-	10.417
Resultado das Operações de Seguros, Previdência e Capitalização	3.370	2.279	-	5.649
Receitas de Prestação de Serviços	11.020	64	-	11.084
Despesas Operacionais	(18.349)	1.180	211	(16.958)
Despesas de Pessoal	(7.308)	-	-	(7.308)
Outras Despesas Administrativas	(6.509)	(8)	-	(6.517)
Outras Receitas / Despesas Operacionais	(4.532)	1.188	211	(3.133)
Despesas Tributárias	(2.210)	(63)	-	(2.273)
Resultado de Participação em Coligadas	119	-	-	119
\\ Resultado Operacional	7.739	88	211	8.038
Resultado Não Operacional	(85)	97	-	12
IR/CS e Participação Minoritária	(1.178)	(185)	(171)	(1.534)
\\ Lucro Líquido	6.476	-	40	6.516

(1) Para mais informações, favor consultar a nota explicativa nº 36 – Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado Gerencial por Segmento de Negócio, no capítulo “Demonstrações Financeiras” deste relatório; (2) Inclui reclassificações entre as linhas do resultado, que não afetam o Lucro Líquido, mas que permitem uma melhor análise das linhas de negócios, incluindo o ajuste do *hedge* fiscal; contempla realocação nas linhas de Margem Financeira e PDD Expandida, relacionadas, aos efeitos da operação de venda de ativos financeiros (cessão de crédito); e (3) Refere-se à Demonstração do Resultado – Gerencial ⁽¹⁾ com as reclassificações entre linhas, que não afetam o Lucro Líquido.

comparativo BRGAAP x IFRS

Segue abaixo a reconciliação do Patrimônio Líquido e do Lucro Líquido, referente a dezembro de 2025:

Atribuível ao Controlador	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	
	Dez25	12M25	12M24
R\$ milhões			
\\ BRGAAP	172.239	24.550	19.086
Perda Esperada de Ativos Financeiros	636	(498)	(1.974)
Contratos de Seguros	1.663	(528)	(20)
Ágio na Combinação de Negócios	4.956	149	153
Outros	(1.080)	-	7
\\ IFRS	178.414	23.673	17.252
\\ Diferença IFRS vs. BRGAAP	6.175	(877)	(1.834)

Principais Ajustes

Perda Esperada de Ativos Financeiros - Com a implementação da Resolução CMN nº 4.966/21 no BACENGAAP permaneceram algumas diferenças conceituais com o IFRS9, tais como: critérios de pisos de provisão para ativos classificados como ativos problemáticos (Estágio 3), critérios de arrasto e condições objetivas para "Cura".

Contratos de Seguro - Compreende a adoção da Norma IFRS17 que passou a vigorar em 1º de janeiro de 2023 e não foi adotada pelo Regulador de Entidades de Seguros Local (Superintendência de Seguros Privados - SUSEP), este normativo traz novas abordagens na mensuração dos contratos de seguros diferentemente da abordagem aplicada anteriormente no IFRS4.

Ágio na Combinação de Negócios - Para fins de IFRS, os ativos e passivos identificáveis originados das combinações de negócios foram ajustados pelas diferenças de práticas contábeis, bem como reconhecidos a valor justo, sendo que o valor do *goodwill* não é amortizado, mas testado, periodicamente, para verificar se há evidências objetivas de perda por valor recuperável (*impairment*).



Relatório dos Auditores Independentes

Relatório de Asseguração Independente – Asseguração Razoável

Ao
Conselho de Administração do
Banco Bradesco S.A.
Osasco – SP

Relatório de Asseguração Razoável Independente para o Banco Bradesco S.A. sobre o processo de compilação e apresentação das informações financeiras consolidadas suplementares incluídas no Relatório de Análise Econômica e Financeira

Fomos contratados pelo Banco Bradesco S.A. (“Bradesco” ou “Banco”) para a elaboração de um relatório sobre o processo de compilação e apresentação das informações financeiras consolidadas suplementares incluídas no Relatório de Análise Econômica e Financeira do Bradesco para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025, na forma de uma conclusão de asseguração razoável independente sobre se a afirmação do Bradesco de que o processo de compilação e apresentação das informações financeiras consolidadas incluídas no Relatório de Análise Econômica e Financeira estão, em todos os aspectos relevantes, com base nas informações referidas no parágrafo “Critérios para elaboração das informações financeiras consolidadas suplementares” anexo a este relatório, adequadamente apresentadas.

Responsabilidades da Administração do Bradesco

A Administração do Bradesco é responsável pelo processo de compilação e apresentação das informações financeiras consolidadas suplementares incluídas no Relatório de Análise Econômica e Financeira necessário para permitir que elas estejam de acordo com os critérios para elaboração das informações financeiras consolidadas suplementares descritas abaixo, e pelas demais informações contidas neste relatório, assim como pelo desenho, implementação e manutenção dos controles internos relevantes que ela determinou como necessários para permitir que tais informações estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Nossas Responsabilidades

Nossa responsabilidade é a de examinar o processo de compilação e apresentação das informações financeiras consolidadas suplementares incluídas no Relatório de Análise Econômica e Financeira elaboradas pelo Bradesco e elaborar um relatório sobre elas na forma de uma conclusão de asseguração razoável independente com base nas evidências obtidas. Conduzimos nosso trabalho de acordo com a NBC TO 3000 - Trabalho de Asseguração Diferente de Auditoria e Revisão e ISAE 3000, *Assurance Engagements Other Than Audits or Reviews of Historical Financial Information* emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e *International Auditing and Assurance Standards Board*, respectivamente. Essas normas requerem o planejamento dos trabalhos e a execução dos procedimentos de forma a obter segurança razoável sobre se o processo de compilação e apresentação das informações financeiras consolidadas suplementares incluídas no Relatório de Análise Econômica e Financeira estão de acordo com as informações referidas no parágrafo “Critérios para elaboração das informações financeiras consolidadas suplementares”, em todos os aspectos relevantes.

A KPMG Auditores Independentes Ltda. ("KPMG") aplica a Norma Brasileira de Gestão de Qualidade (NBC PA 01), que requer que a KPMG planeje, implemente e opere um sistema de gestão de qualidade, incluindo políticas ou procedimentos relacionados com o cumprimento de requerimentos éticos, normas profissionais e exigências legais e regulatórias aplicáveis. Cumprimos com os requisitos de independência e outros requisitos éticos do Código de Ética Profissional do Contador e das Normas Profissionais (incluindo as Normas de Independência) baseados nos princípios fundamentais de integridade, objetividade, competência profissional e devido zelo, confidencialidade e comportamento profissional.

Os procedimentos selecionados dependem do nosso julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante sobre o processo de compilação e apresentação das informações financeiras consolidadas suplementares independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração dessa avaliação de riscos, consideramos os controles internos relevantes para a elaboração do processo de compilação e apresentação das informações financeiras consolidadas suplementares de forma a determinar os procedimentos de asseguarção que são apropriados às circunstâncias, mas não com o propósito de expressar uma conclusão sobre a efetividade dos controles internos do Bradesco relacionados ao processo de compilação e apresentação das informações financeiras consolidadas suplementares. Nosso trabalho também incluiu: a avaliação da adequação da compilação e apresentação das informações financeiras consolidadas suplementares, a adequação dos critérios utilizados pelo Bradesco no processo de compilação e apresentação das informações financeiras consolidadas suplementares incluídas no Relatório de Análise Econômica e Financeira às circunstâncias do trabalho, a avaliação da adequação do processo de compilação e apresentação das informações financeiras consolidadas e suplementares, a razoabilidade das estimativas feitas pelo Bradesco e a avaliação da apresentação geral do Relatório de Análise Econômica e Financeira. A asseguarção razoável é menor do que uma asseguarção absoluta.

Critérios para elaboração das informações financeiras consolidadas suplementares

As informações financeiras consolidadas suplementares divulgadas no Relatório de Análise Econômica e Financeira para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025, foram compiladas pela Administração do Bradesco com base nas demonstrações financeiras consolidadas relativas à data-base de 31 de dezembro de 2025, nos critérios descritos no Relatório de Análise Econômica e Financeira e na nota explicativa de Segmentos Operacionais das referidas demonstrações financeiras consolidadas, com o objetivo de possibilitar uma análise adicional, sem, contudo, fazerem parte das demonstrações financeiras consolidadas divulgadas nesta data.

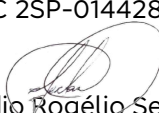
Conclusão

Nossa conclusão foi baseada e está limitada aos assuntos descritos neste relatório.

Acreditamos que as evidências obtidas são suficientes e apropriadas para fundamentar a nossa conclusão. Em nossa opinião, o processo de compilação e apresentação das informações financeiras suplementares incluídas no Relatório de Análise Econômica e Financeira está, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as informações referidas no parágrafo "Critérios para elaboração das informações financeiras consolidadas suplementares".

São Paulo, 04 de fevereiro de 2026.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6



Cláudio Rogério Sertório
Contador CRC 1SP212059/O-0



(Esta página foi deixada em branco propositalmente).



Demonstrações Financeiras 2025

Mensagem aos acionistas,

Senhoras e senhores acionistas,

Ao longo de nossa trajetória, mantivemos firme o compromisso de servir com excelência, fortalecendo a marca e reafirmando a relação de parceria e confiança com milhões de brasileiros. Em 2025, um ano marcado por um ambiente econômico ainda desafiador e por transformações constantes no mercado, nossa capacidade de adaptação, resiliência e foco estratégico se mostraram essenciais.

Com o empenho e a dedicação das equipes, avançamos com consistência no cumprimento dos objetivos, preservando a solidez das operações e ampliando iniciativas que contribuem para o desenvolvimento sustentável do País. Acreditamos no potencial do Brasil e na força de sua gente, que, com determinação, segue impulsionando o crescimento econômico e social.

Em linha com o compromisso com a transparência e a democratização da informação, apresentamos neste relatório uma visão detalhada das principais evoluções e resultados alcançados no exercício, reforçando nossa postura ética e responsabilidade corporativa.

Aos nossos acionistas, clientes e parceiros, agradecemos pelo apoio contínuo, pela confiança depositada em nossas decisões e pela preferência que nos motiva a seguir adiante, sempre com foco em entregar valor e construir um futuro ainda mais promissor.

Desejamos a todos uma excelente leitura!

Cidade de Deus, 04 de fevereiro de 2026

Conselho de Administração e Diretoria

Senhoras e Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Bradesco S.A. relativas ao exercício de 2025. Seguimos todas as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central.

Comentário Econômico

A economia brasileira desacelerou no segundo semestre de 2025. O consumo das famílias perdeu tração ao longo do ano, respondendo à política monetária restritiva. Fatores pontuais podem levar a alguma reaceleração do PIB neste início de ano, mas nossas projeções indicam um crescimento mais fraco em 2026.

A inflação encerrou 2025 dentro do intervalo da meta após dois anos acima dele, com contribuições importantes da valorização cambial e da acomodação da atividade econômica. Acreditamos que a desinflação continuará nos próximos meses, permitindo ao Banco Central começar a cortar a taxa básica de juros ainda neste trimestre.

As incertezas seguem elevadas no cenário internacional. Ainda que a economia americana se mantenha resiliente, as dúvidas sobre a política econômica dos EUA representam um importante vetor de risco para a economia global. Esse contexto é agravado por disputas geopolíticas ao redor do mundo.

Destaques 4T25

Em novembro de 2025, o Banco Bradesco S.A. ("Bradesco") publicou aos seus acionistas e ao mercado em geral o Comunicado ao Mercado que a Atlântica Hospitais e Participações S.A., companhia voltada ao investimento em hospitais, controlada indireta do Bradesco e da Bradseg Participações S.A., celebrou um Acordo de Investimento com o Grupo Rede D'Or São Luiz S.A. para inclusão da Maternidade São Luiz Star, expandindo assim a parceria celebrada com a Rede D'Or. A expansão da Parceria está alinhada com a estratégia da Atlântica de investir na cadeia de valor do setor de saúde por meio de parcerias com *players* estabelecidos na operação de hospitais.

No mês de dezembro de 2025, o Bradesco comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral, através de um Fato Relevante, que aprovou a proposta da Diretoria da Sociedade para o pagamento de juros sobre o capital próprio complementares, no valor total de R\$ 3,9 bilhões, sendo R\$0,351190748 por ação ordinária e R\$0,386309823 por ação preferencial.

Também foram divulgados o Calendário Anual de Eventos Corporativos para 2026 e, por meio de um Aviso aos Acionistas, o cronograma previsto de pagamento de juros sobre o capital próprio mensais para o exercício de 2026, em conformidade com a Sistemática de Pagamento Mensal de Juros sobre o Capital Próprio. A divulgação de ambos os documentos reforça o compromisso do Bradesco com a transparência, a previsibilidade e o alinhamento estratégico junto aos acionistas e demais *stakeholders*.



informações selecionadas 2025

LUCRO LÍQUIDO CONTÁBIL

R\$ 24,5 bi

△ +28,6% a/a

LUCRO POR AÇÃO

R\$ 2,21 ON

R\$ 2,43 PN

ROAE

14,7%

△ +3,3 p.p. a/a

VALOR PATRIMONIAL POR AÇÃO

R\$ 16,28

VALOR DE MERCADO

R\$ 178,7 bi

ÍNDICE DE CAPITAL - NÍVEL I

13,2%

△ +0,8 p.p. a/a

PATRIMÔNIO LÍQUIDO ⁽¹⁾

R\$ 172,2 bi

△ +7,3 % a/a

JCP R\$ 14,5 bi (bruto) | Payout 62% (bruto)

CARTEIRA DE CRÉDITO EXPANDIDA

(Dez25 vs. Dez24)

R\$ 1.089,2 bi (+11,0%)

PESSOAS FÍSICAS: R\$ 466,5 bi (+12,7%)

PESSOAS JURÍDICAS: R\$ 622,7 bi (+9,7%)

DEPÓSITOS TOTAIS

(Dez25 vs. Dez24)

R\$ 728,0 bi (+12,2%)

PROVISÕES TÉCNICAS

(Dez25 vs. Dez24)

R\$ 446,0 bi (+10,5%)

Vida e Previdência: R\$ 404,7 bi (+10,7%)

Seguros: R\$ 31,0 bi (+9,1%)

Capitalização: R\$ 10,3 bi (+5,8%)

PROVISÃO PARA CARTEIRA EXPANDIDA ⁽²⁾

(Dez25 vs. Dez24)

R\$ 58,0 bi (+5,4%)

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS ^{(3) (4)}

Dez25

R\$ 927,4 bi

VJR: R\$ 526,9 bi

VJORA: R\$ 110,0 bi

Custo Amortizado: R\$ 290,5 bi

(1) Atribuído aos controladores;

(2) A partir de 2025, os saldos estão apresentados no modelo de perda esperada, em conformidade com a resolução CMN nº 4.966/21;

(3) Com a adoção da resolução CMN nº 4.966, a nova forma de classificação e mensuração de instrumentos financeiros, através de modelos de negócios, de acordo com a estratégia de gestão da Organização. Com esta mudança, não estamos apresentando a comparação com períodos anteriores; e

(4) Líquido de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.



Tecnologia e Inovação

Em dois anos de transformação, a tecnologia se tornou alavanca central de valor no Bradesco, proporcionando experiência do cliente mais fluida e personalizada, eficiência operacional escalável com agilidade, segurança com resiliência cibernética e prevenção em tempo real. Com *Agile@Scale*, tribos co-gerenciam entre negócio e TI ampliaram eficiência, qualidade e entregas de valor. No período, reduzimos o *lead time* em 43% e elevamos a produtividade incrementando o volume de entregas ao negócio em 118% (vs. Dez/2023).

A execução do plano *AI First* e a consolidação da plataforma *Bridge* democratizaram o uso de *GenAI* em produtos e canais, com governança, segurança e eficiência em escala. A BIA Clientes está 100% disponível para clientes e não clientes no app e WhatsApp, com ~87% de resolutividade no *chat*, expandindo jornadas como Pix Inteligente e suporte a crédito e investimentos; a BIA Corporativa apoia 100% dos colaboradores; e a BIA Tech sustenta produtividade com 70% de eficiência na escrita de histórias e mais de mil revisões automáticas de código por mês. Além disso, vemos a expansão do uso de IA por diversas áreas de negócios e de suporte, com cases que demonstram real benefício.

No *mobile PF*, evoluímos jornadas de autonomia e conveniência. Entregamos o novo buscador de boletos, aprimoramos navegação e a área Saldo/Extrato, lançamos o pagamento com saldo de outros bancos sem sair do app através do *Open Finance* e integramos a *My Account* às carteiras digitais. Atribuímos mais precisão às interações com o Perfil Digital (algoritmo que identifica o canal preferencial do cliente PF com metodologia de recência, frequência e volume, considerando contratações de crédito), preparando ofertas e atendimento *omnichannel* com CRM + BIA. No crédito imobiliário pelo app, temos múltiplos cenários de simulações para a amortização e débito em conta.

O Pix por aproximação e o Pix Automático reduziram fricção no dia a dia. O Pix com cartão de crédito viabiliza transferências com uso do limite do cartão, crédito na hora para o recebedor e cobrança na fatura seguinte, com janela de segurança no período de 22h–6h e reforço da proteção. Na gestão de cartões pelo app, disponibilizamos parcelamento pós-compra, antecipação de fatura, rastreamento da data de entrega e consulta de pontos.

Em cartões, reforçamos controle digital. O cartão virtual foi ampliado para American Express® e Mastercard (além de Visa e Elo), com CVV rotativo a cada 48h (mantido para recorrências) e identificação de compras na fatura pelos 4 últimos dígitos. No app, a contratação teve a análise de crédito antecipada e aceite digital.

Em investimentos, ampliamos autonomia e sofisticação, disponibilizando diversos produtos da Ágora no aplicativo do Bradesco. A nova *home* traz carteira sempre atualizada, metas por objetivos e simulações inteligentes; contas abertas pelo app passam a ter *Invest Fácil* automático, e o extrato de investimentos foi aprimorado. Para nossos assessores, o *Cockpit 360* oferece visão unificada de carteiras, gestão integrada via WhatsApp e suporte especializado. Para clientes PJ, estendemos horários de aplicações e resgates (CDB DI, Baixa Automática, CDB Fácil) no Net Empresa.

A plataforma Empresas e Negócios, em nuvem, consolida pagamentos, agendamentos, ajuste de limites, compartilhamento de comprovantes e débito automático, com a BIA integrada ao atendimento. Evoluímos o *onboarding* de MEI em Android/iOS com mais agilidade e segurança. O Tap Bradesco transforma o celular em maquininha Cielo com segurança equivalente; o Net Empresa conta com procuração digital para gestão de permissões e perfis aprovadores (não substitui a cartorial), e a BIA passou a gerar boletos pelo WhatsApp com compartilhamento imediato.

Em câmbio, o app oferece transferência internacional, recebimento de remessas, compra de dólar/euro em espécie e alerta de cotação e a *My Account* segue como conta internacional com cartão de débito aceito em 195 países, painel multimoedas e conversão automática. Em ativos digitais, conduzimos piloto de remessas com stablecoins e ofertamos fundos de criptoativos na Ágora.

Para sustentar o ritmo de entregas, fortalecemos nossa comunidade *techbra*, que integra o *Tech Academy* (plataforma de desenvolvimento com trilhas de *upskilling* e *reskilling*, conteúdo *hands-on*, mentoria, certificações e comunidades técnicas), o Bradesco.io, blog que compartilha o conhecimento técnico dos times com o mercado, e uma agenda contínua de *Meetups* com profissionais especialistas. Em paralelo, reforçamos parcerias estratégicas com DIO e *The Developer's Conference* para atração de novos talentos. Foram mais de 2,9 mil contratações, com reforço no pool de desenvolvedores.

Fechamos o último trimestre de 2025 com reconhecimentos que refletem consistência e liderança: "Vencedor nas Américas" no *Gartner Eye on Innovation Awards for Banking & Investing* e 1º lugar no *Qorus Banking Innovation Awards*, ambos com o IDBra, nossa identidade digital descentralizada baseada em



blockchain, além do destaque “Campeão da Década no Setor Bancário” no *100 Open Startups*. Para 2026, seguimos evoluindo junto ao movimento de transformação: um Bradesco *AI Powered*, mais ágil, seguro e centrado nas pessoas.

Produtos e Serviços para o Poder Público

Para atender o setor público, possuímos estruturas exclusivas em todo o território nacional, com gerentes de negócios capacitados para ofertar produtos, serviços e soluções com qualidade e segurança aos poderes executivo, legislativo e judiciário federais, estaduais e municipais, além de autarquias, fundações públicas, empresas públicas e de economia mista e as forças armadas e auxiliares. Mensalmente, mais de 10,8 milhões de aposentados e pensionistas do INSS recebem seus benefícios no Bradesco, sendo o maior pagador dentre todos os bancos no país.

Dispomos de 12 estruturas especializadas no atendimento aos governos, capitais, tribunais, assembleias, ministérios públicos, defensorias públicas, além dos maiores municípios do PIB brasileiro e, também, 26 estruturas de varejo para atender as demais prefeituras e órgãos. Saiba mais em: bradescopoderpublico.com.br.

Pessoas, Cultura & Performance

O Capital Humano é um dos pilares estratégicos da Organização, sendo um importante alicerce para realização dos negócios. O nosso modelo de Gestão de Capital Humano é pautado no respeito, na transparência e no contínuo investimento no desenvolvimento dos funcionários. Mantemos nossas equipes motivadas por meio de oportunidades de crescimento na carreira, reconhecimentos, capacitação, remuneração e benefícios diferenciados, além da valorização da diversidade e do equilíbrio entre a vida profissional e pessoal.

Ao final do período, a Organização contava com 82.095 funcionários, sendo 70.550 do Banco Bradesco, 10.730 de Empresas Ligadas e 815 do exterior. A quantidade e a proporção de mulheres no Conselho de Administração da companhia permaneceram estáveis, com 2 mulheres (18,2%) ocupando esses cargos, tanto em 2025, quanto em 2024.

Muito mais do que políticas e práticas, consolidamos uma cultura de respeito disseminada pela consciência do valor das pessoas, de suas identidades e competências.

Em linha com as recentes alterações na legislação societária, reforçamos nosso compromisso com a transparência e equidade de gênero, apresentando informações detalhadas sobre a representatividade feminina em nossa estrutura organizacional e a evolução dos indicadores de diversidade.

Mulheres empregadas por níveis hierárquicos no Brasil	Em 31 de dezembro de 2025		Em 31 de dezembro de 2024	
	Total	%	Total	%
Conselho de Administração e Diretoria	28	17,7	22	15,1
Superintendência	100	24,0	86	26,5
Gerência	2.192	33,4	3.480	34,2
Coordenação/Supervisão	2.014	43,1	2.651	47,8
Administrativo	22.914	49,3	22.594	50,7
Operacional	12.789	56,7	12.742	57,5
Aprendiz	341	56,8	367	69,9
Estagiário	1.112	49,2	1.253	49,2



Proporção da remuneração total entre gêneros no Brasil por nível hierárquico	Em 31 de dezembro de 2025	Em 31 de dezembro de 2024
Conselho de Administração e Diretoria	0,77	0,78
Superintendência	0,91	0,96
Gerência	0,89	0,90
Coordenação/Supervisão	0,96	0,89
Administrativo	0,86	0,88
Operacional	0,96	0,97
Aprendiz	1,00	1,00
Estagiário	1,00	1,00

Nota: Em observação à lei nº 15.177, que estabelece a demonstração da proporcionalidade da remuneração entre homens e mulheres, informamos:

(I) A remuneração total de 2025 reflete valores estimados para a remuneração variável a ser atribuída;

(II) As razões calculadas consideram o total da remuneração por nível hierárquico, em conformidade com os componentes de remuneração exigidos pela legislação;

(III) A proporção de remuneração apresentada reflete a composição atual do quadro de colaboradores, que varia entre áreas, níveis hierárquicos e funções. Assim, as diferenças observadas podem decorrer dessa distribuição, não permitindo conclusões isoladas sobre tratamento desigual, em linha com o compromisso da companhia com equidade e transparência; e

(IV) Foi realizada uma adequação da carga horária de aprendizes e estagiários, a fim de possibilitar uma avaliação mais precisa da disparidade entre os gêneros.

Para mais informações sobre Pessoas, Cultura & Performance, acesse o Relatório de Capital Humano, disponível no site: bradescori.com.br.

Sustentabilidade para o Bradesco

A Sustentabilidade é um dos nossos direcionadores estratégicos, expressa também em nossa Declaração de Propósito. Acreditamos que uma atuação consistente em governança, gestão e engajamento nos aspectos ambientais, sociais e de governança (ASG) é fundamental para o crescimento sustentável e para a perenidade das nossas operações, contribuindo para a geração de valor de longo prazo para todos os nossos stakeholders.

Nossa estratégia de sustentabilidade está alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ONU) e é pautada pela integração dos temas ASG à gestão dos negócios, à transparência e à tomada de decisões.

Seguimos comprometidos com o financiamento de negócios sustentáveis e com o apoio aos nossos clientes na transição para uma economia mais verde e inclusiva, acompanhando riscos e oportunidades associados. A meta corporativa de direcionar R\$ 350 bilhões para setores e atividades com benefícios socioambientais de 2021 e 2025 foi superada, alcançando 109% de execução ao término do período, com o direcionamento de R\$ 381,9 bilhões, o que reflete a escala e continuidade dessa agenda. Em 2026, assumimos o compromisso de direcionar R\$ 450 bilhões até dezembro de 2026, considerando o volume acumulado desde 2021.

Anunciamos, durante a COP30, a criação da Ecora, certificadora brasileira de créditos de carbono, em parceria com o BNDES e fundo EcoGreen, com apoio técnico da Aecom. A iniciativa representa um investimento em capacidade futura, voltado ao fortalecimento da infraestrutura do mercado de carbono no Brasil.

Nossa atuação em sustentabilidade tem sido reconhecida por índices e *ratings* nacionais e internacionais de referência, como o Índice Dow Jones de Sustentabilidade (DJSI) da Bolsa de Valores de Nova York e o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3. Esses índices refletem nossa gestão e desempenho em critérios econômicos, ambientais e sociais de longo prazo.

Para acompanhar nossas iniciativas, acesse: bradescori.com.br / bradescosustentabilidade.com.br.



Governança Corporativa

O Banco observa e estimula as boas práticas de governança corporativa, fundamentando-se, principalmente, nas demandas legais e de mercado, de modo a zelar pelos interesses dos acionistas e demais *stakeholders*. Nossa estrutura é bem definida, possibilitando a garantia e viabilidade da adoção das melhores práticas. Assim, entregamos os melhores esforços para sempre estarmos em conformidade com tais padrões, buscando a geração de valor sustentável para nossa Organização.

A Assembleia Geral é o mais importante evento societário de nossa governança. Nela, os acionistas elegem os membros do Conselho de Administração, os quais possuem um mandato único de 2 (dois) anos. Constituído por 11 (onze) membros, dentre os quais há 4 (quatro) membros independentes, o órgão tem como principais atribuições estabelecer, supervisionar e monitorar a estratégia corporativa do Banco Bradesco, cuja responsabilidade de implementação é da Diretoria, além de revisar os planos de ação e políticas de negócios. Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor-Presidente, conforme devidamente previsto no Estatuto Social da Companhia, não são cumulativos.

Assessorado pela área de Governança Corporativa, o Conselho de Administração reúne-se ordinariamente 12 (doze) vezes ao ano e, extraordinariamente, quando os interesses da Companhia assim o exigirem. Com Regimento Interno próprio, o Órgão possui, ainda, um calendário anual de reuniões fixado pelo seu Presidente.

Contamos, ainda, com a Auditoria Interna Global, a qual é subordinada ao Conselho de Administração, além de 7 Comitês também a ele subordinados. Destes, 2 (dois) são estatutários (Comitês de Auditoria e de Remuneração) e 5 (cinco) não-estatutários (Comitês de Integridade e Conduta Ética, Riscos, Sustentabilidade e Diversidade, Nomeação e Sucessão e Estratégico).

A Diretoria do Banco Bradesco é o órgão responsável por representar a Organização, cabendo à Diretoria Executiva coordenar a execução da estratégia aprovada pelo Conselho de Administração. Ela realiza reuniões ordinárias quinzenalmente e extraordinárias sempre que necessário, deliberando sobre todos os assuntos e matérias essenciais para o cumprimento de nossos objetivos e atribuições. Comitês Executivos auxiliam nas atividades da Diretoria Executiva, todos normatizados por regimentos próprios.

Na função de Órgão Fiscalizador dos atos dos Administradores e com atuação permanente, temos o Conselho Fiscal, também eleito pelos acionistas e com mandato único de 1 (um) ano. É composto por 5 (cinco) membros efetivos, sendo 2 (dois) eleitos por acionistas minoritários, com número igual de suplentes.

Nossa Organização está listada no Nível 1 de Governança Corporativa da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, e nossas práticas atestam o compromisso com a geração de valor para acionistas, funcionários e a sociedade em geral.

Demais informações sobre a Governança Corporativa do Banco Bradesco estão disponíveis no site de Relações com Investidores (bradescori.com.br – Seção Governança Corporativa).

Auditoria Interna

Compete à Auditoria Interna Global, que está subordinada e reporta funcional, administrativa e operacionalmente ao Conselho de Administração, considerar, no escopo de seus exames/análises, a efetividade da governança corporativa e do gerenciamento de riscos e controles; a confiabilidade, a efetividade e a integridade dos processos e sistemas de informações gerenciais e operacionais; a observância ao arcabouço legal, infralegal, regulatório, normas e códigos de conduta internos aplicáveis aos membros do quadro funcional da Organização; e à salvaguarda dos ativos frente às suas metas e objetivos estratégicos.

A atuação está pautada, prioritariamente, na aderência aos elementos mandatórios das Normas Internacionais para a Prática de Auditoria (IPPF - *International Professional Practices Framework*), do *The Institute of Internal Auditors* (IIA), do Código de Conduta Ética Setorial dos Auditores Internos da Organização Bradesco e das diretrizes internas definidas pela Auditoria Interna no âmbito da Organização Bradesco e, quando aplicável, de terceiros/fornecedores.



Política de Distribuição de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

A título de dividendo mínimo obrigatório, aos acionistas é assegurado 30% do lucro líquido após as deduções legais, além do *Tag Along* de 100% para as ações ordinárias e de 80% para as ações preferenciais. Ainda, são conferidos às ações preferenciais dividendos 10% maiores do que os atribuídos às ordinárias.

As ações Bradesco, com elevado nível de liquidez (BBCD4), representavam 3,9% do Ibovespa em 31 de dezembro de 2025. As nossas ações também são negociadas no exterior, na Bolsa de Valores de Nova York, por meio de ADR – *American Depositary Receipt* – Nível 2, e na Bolsa de Valores de Madrid, Espanha, por meio de DR, onde integram o Índice Latibex.

Os papéis do Bradesco ainda participam de diversos importantes índices, como o Índice de Ações com *Tag Along* Diferenciado (ITAG), o Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada (IGC) e os Índices Brasil (IBrX50 e IBr100). A presença nesses índices reforça nossa constante busca pela adoção de boas práticas de governança corporativa, eficiência econômica, ética e responsabilidade socioambiental.

Gestão Corporativa de Riscos

A Gestão Corporativa de Riscos é exercida de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos e ferramentas de mensuração e controle. Os impactos desfavoráveis podem ocorrer de múltiplos fatores e são minorados por meio do *framework* de riscos e uma sólida estrutura de governança, que envolve o Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, Comitê de Riscos e o Conselho de Administração.

A Organização, tendo ampla atuação em todos os segmentos de mercado e, como toda grande instituição, está sujeita a diversos riscos. Assim, a atividade de gerenciamento de riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos produtos e serviços e, também, da globalização dos nossos negócios. Adotamos, constantemente, mecanismos de identificação e monitoramento, possibilitando antecipar o desenvolvimento e implementação de ações que mitiguem eventuais impactos adversos.

De acordo com a biblioteca de riscos, os riscos relevantes para a Organização são solvência e rentabilidade, liquidez, crédito, mercado, operacional, compliance, segurança cibernética, estratégia, social, ambiental, climático, modelo, contágio, reputação e subscrição. Na tentativa de precipitar ou reduzir efeitos, caso ocorram, procuramos, ainda, identificar e monitorar eventuais riscos emergentes, entre eles, assuntos relacionados ao crescimento global, questões geopolíticas internacionais e a situação econômica e fiscal brasileira. Também, consideramos os riscos representados pela inovação tecnológica em serviços financeiros.

Avaliação Independente de Modelos

Modelos são ferramentas quantitativas que proporcionam sintetização de assuntos complexos, padronização e automatização da tomada de decisões e possibilidade de reaproveitamento das informações internas e externas. Isso traz melhoria da eficiência tanto pela redução dos custos associados à análise e à decisão julgamental como pela maior precisão. Seu uso é uma prática cada vez mais difundida, sobretudo pelos avanços tecnológicos e pelas novas técnicas de inteligência artificial.

Nós utilizamos modelos no apoio à tomada de decisão e para o fornecimento de informações preditivas em várias áreas do negócio, como gerenciamento dos riscos, cálculo de capital, teste de estresse e precificação, além de outras estimativas oriundas de modelos para avaliar impactos financeiros ou de reputação.

Em se tratando de simplificações da realidade, os modelos são sujeitos a riscos, que podem desencadear consequências adversas devido a decisões baseadas em estimativas incorretas ou obsoletas ou, ainda, uso inapropriado. Para identificar e mitigar esses riscos, a área de Avaliação Independente de Modelos (AVIM), com subordinação ao *Chief Financial Officer* (CFO), acompanha as limitações e fragilidades dos modelos e respectivos planos de ação. Realiza reportes aos respectivos gestores, à Auditoria Interna, à



Comissão de Risco de Modelo e aos Comitês de Riscos. Em paralelo, atua efetivamente no fortalecimento do uso de modelos, realizando ações de acultramento e disseminando as boas práticas em modelagem.

Compliance, Integridade, Ética e Concorrencial

Alicerces dos nossos valores e direcionadores de interações e decisões diárias, os programas de compliance, integridade e concorrencial abrangem toda a Organização Bradesco, estendendo-se aos fornecedores, prestadores de serviços, parceiros de negócios, correspondentes no país e sociedades controladas, tornando explícitos os nossos princípios de altos padrões de compliance, integridade e conduta ética.

Esses princípios estão registrados em políticas, normas internas e programas de capacitação dos profissionais, reforçando os princípios e valores éticos e comportamentais, agregando excelência nos procedimentos e controles, buscando prevenir, detectar e reportar o risco de compliance e eventuais ações que se configurem como violação ao Código de Conduta Ética da Organização Bradesco e/ou indícios de atividades ilegais, visando à adoção de ações cabíveis. As metodologias e procedimentos de controle são objetos de avaliação e aperfeiçoamento constante, em conformidade com as legislações e regulamentações vigentes e aplicáveis, com o apoio do Conselho de Administração da Organização e alinhados às melhores práticas de mercado.

Auditoria Independente

Em conformidade com o disposto na Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 162/22, a Organização Bradesco possui política de contratação de auditoria independente com diretrizes alinhadas as legislações e as regulamentações aplicáveis.

A Organização Bradesco contratou serviços da KPMG Auditores Independentes Ltda., não relacionados à auditoria das Demonstrações Financeiras Consolidadas. Estes serviços de não auditoria não configuram conflito de interesse e nem perda da independência na execução dos trabalhos de auditoria das Demonstrações Financeiras, de acordo com as políticas internas da Organização, assim como, com as regras de independência do auditor. As informações relacionadas aos honorários da empresa de auditoria são disponibilizadas anualmente em nosso Formulário de Referência.

Investimentos Sociais

FUNDAÇÃO BRADESCO

Constituída em 1956, a Fundação Bradesco é o maior projeto de investimento social privado do País. Desde sua formação, investe em educação como alicerce do desenvolvimento integral de crianças e jovens em todo o território nacional, por meio da promoção de ensino gratuito e de excelência em diversas frentes de atuação.

Todas as 40 unidades escolares são próprias e estão distribuídas nos 26 estados brasileiros e Distrito Federal, instaladas prioritariamente em regiões onde há acentuada vulnerabilidade socioeconômica, contribuindo para o desenvolvimento da região a partir do impacto transformacional na vida dos alunos e nas comunidades ao seu entorno, mudando a realidade educacional de todo o país.

A Fundação Bradesco acompanha cada um de seus alunos da Educação Básica por, aproximadamente, 13 anos, suportando-os com todos os itens necessários para garantir aprendizado igualitário em todas as regiões do Brasil.

R\$ 1,4 bilhão

de investimento realizado em
2025

R\$ 1,2 bilhão destinados ao custeio das despesas de atividades

R\$ 258 milhões para investimentos em infraestrutura e tecnologia educacional.



E esses investimentos permitiram:

REDE DE ESCOLAS

Mais de 42 mil alunos foram beneficiados prioritariamente na educação básica – Educação Infantil ao ensino médio e educação profissional técnica de nível médio em todo território nacional.

ESCOLA VIRTUAL

Mais de 2,0 milhões de usuários concluíram, ao menos, um dos cursos rápidos e gratuitos disponíveis no portal.

Reconhecimentos 4T25

- Bradesco Asset é a única gestora tripremiada pela FGV, nas categorias: Melhor gestora do Brasil, Melhor banco para investir em fundos e Melhor gestora de previdência privada.
- Bradesco é o banco mais bem avaliado na categoria gestão de fundos, pelo Guia FGV de Fundos de investimentos.
- O Bradesco, a 3ª empresa brasileira a ser reconhecida pelo ranking global da Forbes, foi destaque como *World's Top Companies For Women*, que reconhece as empresas com o maior compromisso com a equidade de gênero.
- O Bradesco foi reconhecido como destaque nacional no Prêmio Transformação Digital Brasil – Ozires Silva, conquistando a categoria Ouro em Desempenho com o case “IA e agilidade ampliam a centralidade no cliente”.
- Pela 6ª vez, e a segunda consecutiva, a Bradesco Asset Management foi eleita a melhor gestora de fundos, pela FGV.
- O Bradesco foi reconhecido pelo *Banking Innovation Awards 2025* na categoria *Products & Services*. O prêmio destaca iniciativas consistentes e inovadoras.
- O Teatro Bradesco foi reconhecido pela Folha de S.Paulo como o teatro mais confortável da cidade.
- O Bradesco foi eleito como um Lugares Mais Incríveis para Trabalhar pela FIA *Business School* e pelo ESTADÃO.
- O Bradesco foi o vencedor da edição 2025 do *Gartner Eye on Innovation Awards for Banking & Investing*, conquistando o primeiro e segundo lugar entre as 74 soluções inovadoras selecionadas em todo o continente americano.
- Pelo segundo ano consecutivo, a Bradesco Vida e Previdência conquistou o primeiro lugar na categoria Seguradora da premiação do Guia de Previdência Valor/FGV.
- Pela sétima vez, somos o 1º colocado no ranking “Banking of the Year Awards 2025” da revista The Banker, a premiação reconhece os bancos que mais se destacam pela geração de valor e evolução em pilares estratégicos de inovação tecnológica, práticas sustentáveis, atendimento de excelência e desempenho financeiro.

Agradecimentos

Os resultados apresentados no quarto trimestre confirmam que a estratégia da Organização Bradesco está alinhada com os desafios e transformações do mercado atual. Cada conquista alcançada é fruto da dedicação de nossos colaboradores e da confiança de nossos acionistas e clientes. É essa parceria sólida que nos impulsiona a seguir em frente, com responsabilidade, inovação e compromisso com a excelência. Agradecemos a todos.

Cidade de Deus, 04 de fevereiro de 2026

Conselho de Administração e Diretoria

	R\$ mil	
	Nota	Em 31 de dezembro de 2025
Ativo		
Disponibilidades	5	15.351.748
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado		547.913.136
- Títulos e valores mobiliários e demais ativos financeiros	6a	526.937.396
- Instrumentos financeiros derivativos	7b	20.975.740
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	8	109.952.563
- Títulos e valores mobiliários, líquido de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8a	109.952.563
Ativos financeiros ao custo amortizado		1.441.634.500
- Títulos e valores mobiliários, líquido de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9	290.462.558
- Aplicações interfinanceiras de liquidez	10	235.485.054
- Depósitos compulsórios e outros depósitos no Banco Central do Brasil	11	121.679.449
- Operações de crédito, líquido de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	12	627.852.869
- Operações de arrendamento mercantil, líquido de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	12	7.520.084
- Outros ativos financeiros	13	158.634.486
Ativos não financeiros mantidos para venda	17a	1.612.862
Investimentos em coligadas e controladas em conjunto	14	13.348.433
Imobilizado de uso, líquido de depreciações	15	8.626.609
Intangíveis e ágio, líquidos de amortizações	16	20.668.922
Impostos a compensar		12.779.690
Créditos tributários	35c	118.702.047
Outros ativos	17	16.137.253
Total do Ativo		2.306.727.763
Passivo		
Passivos financeiros ao custo amortizado		1.585.281.245
- Recursos de instituições financeiras	18	427.099.494
- Recursos de clientes	19	721.274.151
- Recursos de emissão de títulos	20	306.260.682
- Dívidas subordinadas	21	54.714.526
- Outros passivos financeiros	22	75.932.392
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	6b e 7b	18.562.103
Provisão para perda esperada	38b	3.056.120
- Compromissos de empréstimos e créditos a liberar		1.775.512
- Garantias financeiras		1.280.608
Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	23	445.994.253
Outras provisões	23b	35.460.514
Impostos correntes		2.003.486
Impostos diferidos	35e	5.450.471
Outros passivos	25	37.884.970
Total do passivo		2.133.693.162
Patrimônio líquido		
Capital social		87.100.000
Ações em tesouraria	26d	(168.625)
Reservas de capital		11.441
Reservas de lucros	26b	91.064.887
Outros resultados abrangentes		(5.768.664)
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores		172.239.039
Participação de acionistas não controladores	27	795.562
Total do Patrimônio Líquido		173.034.601
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		2.306.727.763

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

	Nota	R\$ mil	
		2º semestre de 2025	Acumulado em 31 de dezembro de 2025
Receitas da Intermediação Financeira		125.682.923	233.396.498
- Operações de crédito e arrendamento mercantil		66.440.172	125.583.120
- Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	7f III	45.450.966	84.146.032
- Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7e	2.065.036	2.456.967
- Resultado financeiro de seguros, previdência e capitalização		3.037.929	6.952.315
- Resultado de operações em moeda estrangeira		1.501.697	55.036
- Resultado das aplicações compulsórias	11b	6.485.636	11.957.279
- Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		701.487	2.245.749
Despesas da Intermediação Financeira		(81.024.789)	(144.526.450)
- Operações de captações no mercado	18e	(76.516.983)	(136.667.533)
- Operações de empréstimos e repasses	18d	(4.507.806)	(7.858.917)
Resultado da Intermediação Financeira		44.658.134	88.870.048
Perdas Esperadas de Ativos Financeiros	12	(18.177.514)	(35.300.939)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira Líquido de Perdas Esperadas de Ativos Financeiros		26.480.620	53.569.109
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais		(14.469.525)	(30.681.870)
- Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias	28	16.115.913	31.155.402
- Resultado de operações com seguros, previdência e capitalização	23a III	6.965.298	13.921.483
- Despesas de pessoal	29	(13.653.022)	(26.498.495)
- Despesas administrativas	30	(11.941.957)	(22.665.550)
- Despesas tributárias	31	(3.973.930)	(8.128.103)
- Resultado de participação em coligadas e controladas em conjunto	14a	1.279.449	2.161.727
- Outras receitas operacionais	32	5.887.914	11.120.342
- Outras despesas operacionais	33	(12.821.483)	(24.228.115)
- Provisão fiscal, cível, trabalhista e outras	24	(2.327.707)	(7.520.561)
Resultado Operacional		12.011.095	22.887.239
Resultado não operacional	34	(159.263)	(249.264)
Resultado Antes da Tributação Sobre o Lucro e Participação de Não Controladores		11.851.832	22.637.975
- Imposto de renda e contribuição social	35	936.893	2.163.044
- Participação de não controladores		(108.553)	(251.930)
Lucro Líquido		12.680.172	24.549.089
Lucro Básico e Diluído por Ação em Número Médio Ponderado de Ações Atribuível aos Acionistas (expresso em R\$ por ação):			
- Lucro por ação ordinária	26e i	1,14	2,21
- Lucro por ação preferencial	26e i	1,26	2,43

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

	R\$ mil	
	2º semestre de 2025	Acumulado em 31 de dezembro de 2025
Lucro líquido do período	12.680.172	24.549.089
Participação de acionistas não controladores	108.553	251.930
Lucro líquido do período atribuível aos acionistas	12.788.725	24.801.019
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado	(437.550)	1.333.299
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(454.209)	1.547.740
Próprios e de controladas	(887.852)	2.636.177
De coligadas e controladas em conjunto	163.174	(100.428)
Efeito dos impostos	270.469	(988.009)
Operações de <i>hedge</i>	(58.653)	(41.749)
<i>Hedge</i> de fluxo de caixa	47.242	(388.872)
<i>Hedge</i> de investimento no exterior	(161.127)	328.790
Efeito dos impostos	55.232	18.333
Ajuste de conversão de subsidiária no exterior	75.312	(172.692)
Itens que não podem ser reclassificados para o resultado	339.688	(613.397)
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	393.718	(558.624)
Próprios e de controladas	604.044	(864.846)
Efeito dos impostos	(210.326)	306.222
Avaliação atuarial	(54.030)	(54.773)
Total dos ajustes não incluídos no lucro líquido	(97.862)	719.902
Resultado abrangente do período	12.690.863	25.520.921
Atribuível aos acionistas:		
Controladores	12.582.310	25.268.991
Não controladores	108.553	251.930

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

	R\$ mil									
	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros		Outros Resultados Abrangentes	A��es em Tesouraria	Lucros / (Preju��zos) Acumulados	Patrim��nio l��quido atribuído aos acionistas controladores	Patrim��nio l��quido atribuído a acionistas n��o controladores	Totais
		��gio por Subscri��o de A��es	Legal	Estatut��ria						
Saldos em 31 de dezembro de 2024	87.100.000	11.441	14.294.978	70.658.011	(11.008.993)	(568.728)	-	160.486.709	794.924	161.281.633
Ajustes Iniciais na Ado��o das Resolu��es n�� 4.966/21 e 4.975/21	-	-	-	-	4.520.427	-	(3.315.194)	1.205.233	-	1.205.233
Saldos em 1�� de janeiro de 2025	87.100.000	11.441	14.294.978	70.658.011	(6.488.566)	(568.728)	(3.315.194)	161.691.942	794.924	162.486.866
Cancelamento de a��es em Tesouraria	-	-	-	(622.724)	-	622.724	-	-	-	-
Aquisi��o de a��es em Tesouraria	-	-	-	-	-	(222.621)	-	(222.621)	-	(222.621)
Aumento/Redu��o de participa��o de acionistas n��o controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	(251.292)	(251.292)
Ajustes de Avalia��o Patrimonial (1)	-	-	-	-	719.902	-	-	719.902	-	719.902
Lucro l��quido	-	-	-	-	-	-	24.549.089	24.549.089	251.930	24.801.019
Destina��es:										
- Reservas	-	-	1.061.695	5.672.927	-	-	(6.734.622)	-	-	-
- Juros sobre o capital pr��prio pagos e/ou provisionados	-	-	-	-	-	-	(14.499.273)	(14.499.273)	-	(14.499.273)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	87.100.000	11.441	15.356.673	75.708.214	(5.768.664)	(168.625)	-	172.239.039	795.562	173.034.601

Saldos em 30 de junho de 2025	87.100.000	11.441	14.888.424	74.466.719	(5.670.802)	(168.625)	(3.315.194)	167.311.963	750.289	168.062.252
Aumento/Redu��o de participa��o de acionistas n��o controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	(63.280)	(63.280)
Ajustes de Avalia��o Patrimonial (1)	-	-	-	-	(97.862)	-	-	(97.862)	-	(97.862)
Lucro L��quido	-	-	-	-	-	-	12.680.172	12.680.172	108.553	12.788.725
Destina��es:										
- Reservas	-	-	468.249	1.241.495	-	-	(1.709.744)	-	-	-
- Juros sobre o Capital Pr��prio Pagos e/ou Provisionados	-	-	-	-	-	-	(7.655.234)	(7.655.234)	-	(7.655.234)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	87.100.000	11.441	15.356.673	75.708.214	(5.768.664)	(168.625)	-	172.239.039	795.562	173.034.601

(1) Inclui os efeitos da varia  o cambial referente a convers  o de investimentos no exterior.

As Notas Explicativas s  o parte integrante das Demonstra  es Financeiras Consolidadas.

	R\$ mil	
	2º semestre de 2025	Acumulado em 31 de dezembro de 2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social	11.851.832	22.637.975
Ajustes ao lucro líquido antes dos impostos	58.555.842	109.115.569
- Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	18.177.514	35.300.939
- Despesas com atualização e juros de provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	33.393.411	61.626.081
- Constituição/reversão e atualização monetária com provisões cíveis, trabalhistas e fiscais	2.918.217	8.651.252
- Constituição/reversão de perdas por redução ao valor recuperável de ativos	27.843	27.843
- Depreciação e amortização	3.849.009	7.649.881
- Resultado de participação em coligadas e controladas em conjunto	(1.279.449)	(2.161.727)
- (Ganho)/perda na venda de ativos não financeiros mantidos para venda	(59.116)	(183.210)
- (Ganho)/perda na venda de imobilizado de uso	30.213	128.824
- (Ganho)/perda na venda de investimentos	(24.051)	(75.760)
- Variação cambial de ativos e passivos no exterior e outros	1.606.602	(1.936.888)
- Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	(84.351)	88.334
(Aumento)/redução nas variações em ativos	(217.346.479)	(300.813.778)
- Depósitos compulsórios no Banco Central	(1.960.279)	(1.593.070)
- Aplicações interfinanceiras de liquidez	(39.625.754)	(42.582.181)
- Operações de crédito e de arrendamento mercantil	(64.281.594)	(111.596.089)
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	(98.553.377)	(169.288.806)
- Impostos diferidos	1.412.133	2.099.179
- Outros ativos financeiros	(14.975.937)	22.506.497
- Outros ativos	638.329	(359.308)
(Redução)/aumento nas variações em passivos	128.032.933	113.632.242
- Depósitos e demais instrumentos financeiros	154.106.559	140.012.897
- Impostos diferidos	(4.377.527)	(7.728.622)
- Provisões	(14.910.646)	(23.736.703)
- Outros passivos	(3.669.752)	12.721.469
- Imposto de renda e contribuição social pagos	(3.115.701)	(7.636.799)
Caixa líquido proveniente/(utilizado) das atividades operacionais	(18.905.872)	(55.427.992)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:		
Aquisição de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(83.422.405)	(106.441.298)
Alienação, vencimentos e juros de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	76.003.670	136.871.207
Vencimentos e juros de ativos financeiros ao custo amortizado	71.416.496	148.971.561
Aquisição de ativos financeiros ao custo amortizado	(57.336.127)	(114.720.344)
Alienação de ativos não financeiros mantidos para venda	722.349	1.120.065
Aquisição de investimentos	(168.098)	(2.889.926)
Alienação de investimentos	65.458	65.458
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	118.205	401.192
Aquisição de imobilizado de uso	(2.206.907)	(5.022.225)
Alienação de imobilizado de uso	683.598	1.135.547
Aquisição de intangível	(4.130.730)	(6.767.029)
Caixa líquido proveniente/(utilizado) nas atividades de investimentos	1.745.509	52.724.208
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:		
Recursos de emissão de títulos	88.326.991	156.468.949
Liquidação e pagamentos de juros de recursos de emissão de títulos	(84.167.877)	(143.196.203)
Emissão/liquidação e pagamentos de juros de dívidas subordinadas	(9.777.417)	(11.141.439)
Pagamento de arrendamento	(795.594)	(1.538.211)
Participação de não controladores	(63.280)	(251.292)
Juros sobre o capital próprio/dividendos pagos	(5.759.364)	(11.834.032)
Aquisição de ações em tesouraria	-	(222.621)
Caixa líquido proveniente/(utilizado) nas atividades de financiamento	(12.236.541)	(11.714.849)
Aumento/(redução) líquido, de caixa e equivalentes de caixa	(29.396.904)	(14.418.633)
Caixa e equivalentes de caixa - Início do período	222.829.387	208.023.801
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	84.351	(88.334)
Caixa e equivalentes de caixa - Fim do período	193.516.834	193.516.834
Aumento/(redução) líquido, de caixa e equivalentes de caixa	(29.396.904)	(14.418.633)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

	R\$ mil			
	2º semestre		Acumulado em 31 de dezembro	
	2025	%	2025	%
1 – Receitas	122.256.733	213,1	224.494.973	391,4
1.1) Intermediação Financeira	125.682.923	219,1	233.396.498	406,9
1.2) Prestação de Serviços	16.115.913	28,1	31.155.402	54,3
1.3) Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(18.177.514)	(31,7)	(35.300.939)	(61,5)
1.4) Outras	(1.364.589)	(2,4)	(4.755.988)	(8,3)
2 – Despesas de Intermediação Financeira	(81.024.789)	(141,2)	(144.526.450)	(251,9)
3 – Insumos Adquiridos de Terceiros	(9.135.782)	(15,9)	(17.116.943)	(29,8)
Serviços de Terceiros	(2.829.497)	(4,9)	(5.319.755)	(9,3)
Processamento de Dados	(1.673.887)	(2,9)	(2.955.297)	(5,2)
Comunicação	(346.694)	(0,6)	(674.096)	(1,2)
Manutenção e Conservação de Bens	(654.686)	(1,1)	(1.307.748)	(2,3)
Serviços do Sistema Financeiro	(758.480)	(1,3)	(1.565.474)	(2,7)
Propaganda, Promoções e Publicidade	(862.918)	(1,5)	(1.448.526)	(2,5)
Segurança e Vigilância	(221.304)	(0,4)	(463.084)	(0,8)
Transporte	(302.110)	(0,5)	(615.865)	(1,1)
Materiais, Água, Energia e Gás	(193.084)	(0,3)	(403.780)	(0,7)
Viagens	(124.977)	(0,2)	(218.003)	(0,4)
Outras	(1.168.145)	(2,0)	(2.145.315)	(3,7)
4 – Valor Adicionado Bruto (1-2-3)	32.096.162	56,0	62.851.580	109,6
5 – Depreciação e Amortização	(3.849.009)	(6,7)	(7.649.881)	(13,3)
6 – Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (4-5)	28.247.153	49,2	55.201.699	96,2
7 – Valor Adicionado Recebido em Transferência	1.279.449	2,2	2.161.727	3,8
Resultado de Participações em Coligadas e de Controle Compartilhado	1.279.449	2,2	2.161.727	3,8
8 – Valor Adicionado a Distribuir (6+7)	29.526.602	51,4	57.363.426	100,0
9 – Distribuição do Valor Adicionado	29.526.602	51,5	57.363.426	100,0
9.1) Pessoal	11.825.706	20,6	22.958.443	40,0
Proventos	7.307.683	12,7	14.056.700	24,5
Benefícios	2.650.366	4,6	5.364.472	9,4
FGTS	605.771	1,1	1.186.986	2,1
Outros	1.261.886	2,2	2.350.285	4,1
9.2) Impostos, Taxas e Contribuições	4.864.353	8,5	9.505.111	16,6
Federais	3.892.938	6,8	8.217.314	14,3
Estaduais	6.598	-	6.999	-
Municipais	964.817	1,7	1.280.798	2,2
9.3) Remuneração de Capitais de Terceiros	47.818	0,1	98.853	0,2
Aluguéis	47.818	0,1	98.853	0,2
9.4) Remuneração de Capitais Próprios	12.788.725	22,3	24.801.019	43,2
Juros sobre o Capital Próprio	7.655.234	13,3	14.499.273	25,3
Lucros Retidos	5.024.938	8,8	10.049.816	17,5
Participação dos Não Controladores nos Lucros Retidos	108.553	0,2	251.930	0,4

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Apresentamos as Notas Explicativas que integram o conjunto das Demonstrações Financeiras Consolidadas, distribuídas da seguinte forma:

	Página
1) INFORMAÇÕES GERAIS	71
2) PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS	71
3) NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS	96
4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVOS	98
5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	101
6) ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO	102
7) INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	103
8) ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	112
9) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS AO CUSTO AMORTIZADO	114
10) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	115
11) DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS E OUTROS DEPÓSITOS NO BANCO CENTRAL DO BRASIL	116
12) OPERAÇÕES DE CRÉDITO	117
13) OUTROS ATIVOS FINANCEIROS	124
14) INVESTIMENTOS EM COLIGADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO	125
15) IMOBILIZADO DE USO	126
16) INTANGÍVEL	127
17) OUTROS ATIVOS	128
18) RECURSOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	129
19) RECURSOS DE CLIENTES	131
20) RECURSOS DE EMISSÃO DE TÍTULOS	131
21) DÍVIDAS SUBORDINADAS	132
22) OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS	133
23) PROVISÕES	134
24) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES	136
25) OUTROS PASSIVOS	140
26) PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADOR)	140
27) PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA NAS CONTROLADAS	142
28) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	143
29) DESPESAS DE PESSOAL	143
30) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	143
31) DESPESAS TRIBUTÁRIAS	144
32) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	144
33) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	144
34) RESULTADO NÃO OPERACIONAL	144
35) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	145
36) BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO GERENCIAL POR SEGMENTO DE NEGÓCIO	148
37) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	152
38) GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL	155
39) BENEFÍCIOS A EMPREGADOS	177
40) OUTRAS INFORMAÇÕES	181

1) INFORMAÇÕES GERAIS

O Banco Bradesco S.A. (o “Bradesco”, o “Banco”, a “Companhia” ou a “Organização”) é uma companhia aberta de direito privado, sua matriz está localizada na Cidade de Deus, s/n, na cidade de Osasco, Estado de São Paulo, Brasil, que, operando na forma de Banco Múltiplo, desenvolve atividades bancárias em todas as modalidades autorizadas, por meio de suas carteiras comerciais, de operações de câmbio, de crédito ao consumidor e de crédito imobiliário. Por intermédio de suas controladas, atua direta e indiretamente, em diversas outras atividades, com destaque para Arrendamento Mercantil, Banco de Investimentos, Corretora de Títulos e Valores Mobiliários, Administração de Consórcios, Gestão de Recursos, Cartões de Crédito, Empreendimentos Imobiliários, Seguros, Previdência e Capitalização. As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas da Organização Bradesco (Organização), atuando no mercado de modo integrado.

2) PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras consolidadas do Bradesco abrangem as demonstrações financeiras do Bradesco, suas empresas controladas, agências no exterior e os fundos de investimento que a entidade possua controle, conforme estabelecido pelo Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas.

Para a elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas, as participações de uma empresa em outra, os saldos de contas patrimoniais, as receitas, as despesas e os lucros não realizados entre as empresas foram eliminados, bem como foram destacadas as parcelas do lucro líquido e do patrimônio líquido referentes às participações dos acionistas não controladores. Os ágios apurados nas aquisições de investimentos em empresas coligadas/controladas e empresas de controle compartilhado estão apresentados em investimentos (Nota 14) e intangível (Nota 16a).

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas, adicionalmente às demonstrações financeiras consolidadas em IFRS, conforme faculdade prevista no artigo 77 da Resolução CMN nº 4.966/21, as quais estão sendo divulgadas nesta mesma data.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), que incluem a Resolução CMN nº 4.818/20, a Resolução BCB nº 2/20, as diretrizes emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com as respectivas alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. Para a contabilização das operações, foram utilizadas as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Bacen, além das normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), da Superintendência de Seguros Privados (Susep) e da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), quando não conflitantes com as normas aplicáveis às instituições financeiras. As demonstrações financeiras da sociedade de arrendamento mercantil, incluídas nesta consolidação, foram preparadas pelo método financeiro, com a reclassificação do imobilizado de arrendamento para a rubrica de operações de arrendamento mercantil, deduzido do valor residual recebido antecipadamente.

As demonstrações financeiras consolidadas apresentam todas as informações relevantes para a compreensão das mudanças na situação patrimonial e financeira da Organização, no seu desempenho e nos seus fluxos de caixa ocorridas desde o término do exercício

social mais recente, incluindo, no mínimo, o saldo de cada um dos grupos e subgrupos de contas que estiverem incluídos nas demonstrações financeiras completas mais recentes.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras consolidadas do Bradesco evidenciam todas as informações financeiras relevantes, utilizadas na sua gestão.

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção das Resoluções CMN nº 4.966/21 e 4.975/21 foram aplicadas prospectivamente na data de sua adoção inicial.

A Organização optou pela isenção facultada pela Norma de não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores, decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas), nas demonstrações financeiras consolidadas, referentes aos períodos do ano de 2025. Os efeitos decorrentes da aplicação dos critérios contábeis, estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/21, foram registrados em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados pelo valor líquido dos efeitos tributários e os ganhos e perdas não realizados registrados no Patrimônio Líquido na conta Outros Resultados Abrangentes – ORA, foram ajustados em contrapartida ao valor do ativo em 1º de janeiro de 2025.

O Bradesco e suas empresas do conglomerado optaram por utilizar a faculdade, do parágrafo 5º, da Resolução CMN nº 4.975/21, de tal forma, que os saldos de estoque referentes a operações anteriores a 1º de janeiro de 2025 serão tratados como se a norma tivesse sido aplicada desde o ano de 2019 (data na qual para fins de demonstrações financeiras em IFRS a respectiva normativa de operações de arrendamentos foi adotada).

As demonstrações financeiras consolidadas incluem estimativas e premissas que são revisadas, no mínimo, anualmente: a mensuração de perdas estimadas com instrumentos financeiros; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros; cálculo de provisões técnicas de seguros, planos de previdência complementar e capitalização; e a determinação da vida útil de determinados ativos.

Alguns números incluídos neste relatório foram submetidos a ajustes de arredondamento. Assim sendo, os valores indicados como totais em alguns quadros podem não ser a soma aritmética dos números que os precedem.

As demonstrações financeiras consolidadas do Bradesco foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 04 de fevereiro de 2026.

a) Base de Consolidação

Destacamos as principais sociedades e fundos de investimento, com participação direta e indireta, incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas:

	Localização da Sede	Atividade	Participação total	Participação total do Capital Votante
			Em 31 de dezembro de 2025	Em 31 de dezembro de 2025
Ramo Financeiro – País				
Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	São Paulo - Brasil	Corretora	100,00%	100,00%
Banco Bradescard S.A.	São Paulo - Brasil	Cartões	100,00%	100,00%
Banco Bradesco BBI S.A.	São Paulo - Brasil	Banco de Investimentos	100,00%	100,00%
Banco Bradesco BERJ S.A.	São Paulo - Brasil	Bancária	100,00%	100,00%
Banco Bradesco Financiamentos S.A.	São Paulo - Brasil	Bancária	100,00%	100,00%
Banco Losango S.A. Banco Múltiplo	Rio de Janeiro - Brasil	Bancária	100,00%	100,00%
Bradesco Administradora de Consórcios Ltda.	São Paulo - Brasil	Adm. de Consórcios	100,00%	100,00%
Bradesco Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	São Paulo - Brasil	Arrendamento	100,00%	100,00%
Bradesco-Kirton Corretora de Câmbio S.A.	São Paulo - Brasil	Corretora de Câmbio	99,97%	99,97%
Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários	São Paulo - Brasil	Corretora	100,00%	100,00%
Kirton Bank S.A. Banco Múltiplo	São Paulo - Brasil	Bancária	100,00%	100,00%
Banco Digio S.A.	São Paulo - Brasil	Banco Digital	100,00%	100,00%
Tivio Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	São Paulo - Brasil	Adm. de Ativos	61,56%	61,56%
Tempo Serviços Ltda.	Minas Gerais - Brasil	Prestação de Serviços	100,00%	100,00%
Ramo Financeiro – Exterior				
Banco Bradesco Europa S.A. (1)	Luxembourg - Luxembourg	Bancária	100,00%	100,00%
Banco Bradesco S.A. Grand Cayman Branch (1)	Georgetown - Cayman Islands	Bancária	100,00%	100,00%
Banco Bradesco S.A. New York Branch (1)	New York - Estados Unidos	Bancária	100,00%	100,00%
Bradesco Securities, Inc. (1)	New York - Estados Unidos	Corretora	100,00%	100,00%
Bradesco Securities, UK. Limited (1)	Londres - Reino Unido	Corretora	100,00%	100,00%
Bradesco Securities, Hong Kong Limited (1)	Hong Kong - China	Corretora	100,00%	100,00%
Bradescard México, Sociedad de Responsabilidad Limitada (2)	Jalisco - México	Cartões	100,00%	100,00%
Bradesco Bank (3)	Flórida - Estados Unidos	Bancária	100,00%	100,00%
Ramo de Seguros, Previdência e de Capitalização – País				
Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros	Rio de Janeiro - Brasil	Seguradora	100,00%	100,00%
Bradesco Capitalização S.A.	São Paulo - Brasil	Capitalização	100,00%	100,00%

	Localização da Sede	Atividade	Participação total	Participação total do Capital Votante
			Em 31 de dezembro de 2025	Em 31 de dezembro de 2025
Bradesco Saúde S.A.	Rio de Janeiro - Brasil	Seguradora/Saúde	100,00%	100,00%
Bradesco Seguros S.A.	São Paulo - Brasil	Seguradora	99,96%	99,96%
Bradesco Vida e Previdência S.A.	São Paulo - Brasil	Previdência/Seguradora	100,00%	100,00%
Odontoprev S.A. (4)	São Paulo - Brasil	Saúde Dental	53,54%	53,54%
Ramo de Seguros - Exterior				
Bradesco Argentina de Seguros S.A. (1) (4)	Buenos Aires - Argentina	Seguradora	99,98%	99,98%
Outras Atividades - País				
Andorra Holdings S.A.	São Paulo - Brasil	Holding	100,00%	100,00%
Bradseg Participações S.A.	São Paulo - Brasil	Holding	100,00%	100,00%
Nova Paiol Participações Ltda.	São Paulo - Brasil	Holding	100,00%	100,00%
Bradesco Corretora de Seguros Ltda.	São Paulo - Brasil	Corretora de Seguros	100,00%	100,00%
BSP Empreendimentos Imobiliários S.A.	São Paulo - Brasil	Imobiliária	100,00%	100,00%
Cia. Securitizadora de Créditos Financeiros	São Paulo - Brasil	Aquisição de Créditos	100,00%	100,00%
Fundos de Investimento (5)				
Bradesco FIC FI RF Cred Priv Premium PGBL/VGBL	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%
Brad Priv Performance FICFI RF Cred PRIV PGBL/VGBL	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%
Brad Private PB FIC FI RF Cred Priv PGBL/VGBL	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%
Bradesco Ultra PGBL/VGBL FIC FI RF Cred Priv	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%
Bradesco FIC de FI Renda Fixa A PGBL/VGBL	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%
Bradesco FI Referenciado DI União	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	92,86%	92,86%
Alpha Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%
Bradesco FIC FI R.F. PGBL/VGBL Fix Plus	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%
Bradesco Fundo de Investimento RF Memorial	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%
Bradesco Multigestores CRPR Prev PGBL/VGBL FIC FIM	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%

(1) A moeda funcional destas empresas no exterior é o Real;

(2) A moeda funcional desta empresa é o Peso Mexicano;

(3) A moeda funcional desta empresa é o Dólar;

(4) Informações contábeis utilizadas com defasagem de data de até 60 dias, e

(5) Foram consolidados os fundos de investimento em que o Bradesco assume ou retém, substancialmente, riscos e benefícios.

As políticas contábeis significativas aplicadas para elaboração das Demonstrações Financeiras Consolidadas estão apresentadas a seguir:

b) Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações Financeiras Consolidadas estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Bradesco. As agências e empresas controladas no exterior adotam o Real como suas moedas funcionais, exceto a controlada do México que adota o Peso Mexicano como moeda funcional e o Bradesco Bank cuja moeda funcional é Dólar.

As operações das agências e de empresas controladas no exterior são, na essência, uma extensão das atividades do Brasil, portanto, esses investimentos são ajustados às práticas contábeis vigentes no Brasil e convertidos para reais de acordo com as taxas de câmbio da moeda local da data do fechamento. Ganhos e perdas resultantes do processo de conversão são alocados ao resultado do período nas rubricas de “Instrumentos Financeiros Derivativos” e “Operações de Empréstimos e Repasses”. Dessa maneira, a variação cambial é apresentada na conta de resultado com instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteger os efeitos da variação cambial produzidas pelos nossos investimentos no exterior.

c) Apuração do resultado

As receitas dos ativos financeiros e as despesas de juros de passivos são reconhecidas pelo regime de competência na demonstração do resultado. Com relação aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao VJORA e as despesas de juros de passivos classificados ao custo amortizado a Organização utiliza o método da taxa efetiva de juros, com exceção de instrumentos de patrimônio.

Os prêmios de seguros e cosseguros, exceto seguro saúde, deduzidos dos prêmios cedidos em resseguro, e as comissões correspondentes são registrados quando da emissão das respectivas apólices/certificados/endossos e faturas, ou pelo início de vigência do risco para os casos em que o risco tem início antes da emissão, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos e dos custos de aquisição diferidos. As receitas de prêmios e os correspondentes custos de aquisição diferidos, relativos aos riscos vigentes ainda sem emissão das respectivas apólices, são reconhecidos no resultado no início da cobertura do risco, em bases estimadas.

Os prêmios de seguro saúde são registrados na conta de prêmios emitidos (resultado) ou provisão para prêmios/contraprestações não ganhos (PPCNG), conforme período de cobertura dos contratos vigentes na data do balanço.

As operações de resseguro são registradas com base em prestações de contas que estão sujeitas à análise pelos resseguradores. O diferimento dessas operações é realizado de modo consistente com o respectivo prêmio de seguro relacionado e/ou contrato de resseguro.

Os custos de aquisição relativos à comissão de seguros são diferidos e apropriados ao resultado proporcionalmente ao reconhecimento do prêmio ganho.

As angariações e agenciamentos das operações de seguros são diferidos e apropriados ao resultado, de maneira linear, pelo prazo de 36 meses nas operações de seguro saúde e pelo prazo de 12 meses nas demais operações.

As contribuições de planos previdenciários e os prêmios de seguros de vida com cobertura de sobrevivência são reconhecidos no resultado quando do seu efetivo recebimento.

As rendas com taxa de gestão são apropriadas ao resultado pelo regime de competência, segundo taxas estabelecidas contratualmente.

As receitas dos planos de capitalização são reconhecidas contabilmente no mês de sua emissão, de acordo com os tipos de arrecadação, podendo ser em pagamentos mensais ou em pagamento único. Cada título tem um valor nominal, que é atualizado monetariamente pela Taxa Referencial (TR), acrescidas das taxas de juros definidas no plano. As correspondentes provisões técnicas de capitalização são constituídas simultaneamente ao reconhecimento das receitas.

As receitas com planos de capitalização prescritos são reconhecidas após o período de prescrição, de acordo com a legislação brasileira, e de 5 anos após esta data. As despesas com colocação de títulos de capitalização, classificadas como "Custos de Aquisição", são reconhecidas contabilmente no resultado quando incorridas.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresente risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pelo Bradesco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

A composição das disponibilidades e das aplicações registradas em caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 5.

e) Ativos e passivos financeiros

1) Ativos financeiros

A Organização classifica e mensura os ativos financeiros com base tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual.

A Organização classifica os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao custo amortizado (CA); (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

- **Modelo de negócio:** configura a maneira pela qual a Organização administra seu ativo financeiro para gerar fluxos de caixa. O objetivo da Administração para um determinado modelo de negócio, é: (i) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais; (ii) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais e venda; ou (iii) manter os ativos para negociação. Quando os ativos financeiros se enquadram nos modelos de negócios (i) e (ii) deve-se aplicar o teste SPPJ (somente pagamento de principal e juros). Os ativos financeiros mantidos sob o modelo de negócios (iii) são mensurados ao VJR.

- **Teste SPPJ:** O objetivo deste teste é avaliar os termos contratuais dos instrumentos financeiros para determinar se dão origem a fluxos de caixa em datas específicas que se enquadram como somente pagamento de principal e juros sobre o montante principal.

Neste sentido, o principal se refere ao valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial e juros se refere à contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo, ao risco de crédito associado ao valor do principal em aberto durante período específico e a outros riscos e custos básicos de empréstimos. Os instrumentos financeiros que não se enquadrarem no conceito mencionado acima são mensurados a VJR, como por exemplo, os derivativos.

- **Mensurados a valor justo por meio do resultado**

Todos os ativos financeiros que não atendam aos critérios de mensuração ao custo amortizado ou ao VJORA, são classificados como mensurados ao VJR, além daqueles ativos que no reconhecimento inicial são irrevogavelmente designados ao VJR, caso isso elimine ou reduza significativamente descasamentos contábeis.

Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo no balanço, sendo os custos de transação e as respectivas modificações subsequentes reconhecidas imediatamente no resultado.

Ganhos e perdas realizados e não realizados decorrentes de mudanças no valor justo de ativos financeiros não derivativos são reconhecidos diretamente no resultado em “Ganhos /(perdas) líquidos de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado”. As receitas de juros de ativos financeiros mensurados ao VJR são reconhecidas em “Resultado de operações com títulos e valores mobiliários”. Para mais detalhes sobre o tratamento de derivativos ativos, veja Nota 7f III).

- **Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes**

São ativos financeiros que atendam ao critério do teste SPPJ, cujo objetivo seja tanto manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais quanto para venda.

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais as receitas ou custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado.

A receita de juros é reconhecida no resultado utilizando-se do método da taxa efetiva de juros. A receita de dividendos é reconhecida na demonstração consolidada do resultado, na rubrica de “Resultado de operações com títulos e valores mobiliários” quando a Organização passa a ter direito ao dividendo. Os ganhos ou perdas originadas das variações cambiais em investimentos de títulos de dívida classificadas como VJORA são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado. Veja Nota 7f (III) para mais detalhes sobre o tratamento de perdas de crédito esperada.

A Organização pode adicionalmente designar de forma irrevogável um instrumento patrimonial, para os quais não exista a estratégia de negociação para a categoria de Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes. Neste caso, não há registro de quaisquer efeitos na Demonstração Consolidada do Resultado de eventos subsequentes relativos a este ativo, com exceção de dividendos que representam o próprio resultado do investimento.

- **Mensurados ao custo amortizado**

São ativos financeiros que atendam ao critério do teste SPPJ, cujo objetivo é o de manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais.

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos reconhecidos inicialmente a valor justo incluindo os custos diretos e incrementais, e contabilizados, subsequentemente, pelo custo amortizado, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros. No caso de perda de crédito esperada é reconhecida uma dedução do valor contábil do ativo financeiro e é reconhecida na demonstração consolidada do resultado.

II) Passivos financeiros

A Organização classifica seus passivos financeiros como mensurados ao custo amortizado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros, exceto para os passivos financeiros para negociação.

Os passivos financeiros para negociação reconhecidos pela Organização são os instrumentos financeiros derivativos que são registrados e avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas alterações do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.

A Organização não possui nenhum passivo financeiro designado a valor justo por meio do resultado.

Para mais detalhes sobre o tratamento de derivativos, veja Nota 7.

III) Instrumentos financeiros derivativos e operações de "hedge"

Os instrumentos financeiros derivativos destinam-se a atender às necessidades próprias para administrar a exposição global do Bradesco, bem como para atender às solicitações de seus clientes, no sentido de administrar suas posições.

As operações são registradas pelo seu valor justo considerando as metodologias de marcação a mercado adotadas pelo Bradesco, podendo ter seu ajuste contabilizado no resultado ou no patrimônio líquido, dependendo da classificação entre *hedge* contábil e suas categorias.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para mitigar os riscos de exposições em moedas, índices, preços, taxas ou indexadores, são considerados como instrumentos de proteção (*hedge*), cujos objetivos são: (i) controlar e enquadrar as operações, respeitando-se os limites de exposição e de riscos vigentes; (ii) alterar, modificar ou reverter posições em função de mudanças de mercado e de estratégias operacionais; e (iii) reduzir ou mitigar exposições de operações em mercados inoperantes, em condições de estresse ou de baixa liquidez.

Os instrumentos designados para fins de *hedge accounting* são classificados de acordo com a sua natureza em:

- *Hedge* de risco de mercado - os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, bem como seus ativos e passivos financeiros relacionados, objeto de *hedge*, têm seus ganhos e perdas, realizados ou não realizados, registrados em conta de resultado;
- *Hedge* de fluxo de caixa - os instrumentos financeiros classificados nesta categoria têm parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registradas, líquida dos efeitos tributários, em conta destacada no patrimônio líquido. A parcela não efetiva do respectivo *hedge* é reconhecida diretamente em conta de resultado; e
- *Hedge* de investimento líquido em operação no exterior - os instrumentos financeiros classificados nesta categoria têm como objetivo proteger a variação cambial de investimentos no exterior, cuja moeda funcional seja diferente da moeda nacional, sendo contabilizados de acordo com os procedimentos contábeis aplicáveis à categoria de *hedge* de fluxo de caixa, ou seja, com a parcela efetiva reconhecida em patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, e a parcela não efetiva reconhecida em resultado do período.

Para os derivativos classificados na categoria *hedge* contábil existe o acompanhamento da: (i) efetividade da estratégia, através de testes de efetividade prospectiva e retrospectiva, e (ii) marcação a mercado dos instrumentos de *hedge*.

A composição dos valores registrados em instrumentos financeiros derivativos, tanto em contas patrimoniais quanto em contas de compensação, está apresentada na Nota 7.

IV) Baixa

É realizada a baixa do ativo financeiro quando não há expectativa razoável de recuperação, quando os direitos contratuais de seus fluxos de caixa expiram, ou quando se transferem os direitos de recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre o ativo financeiro e, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro também são transferidos. A Organização efetua a baixa de um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são pagas, resgatadas, canceladas ou expiradas.

V) Reestruturação

Os ativos financeiros reestruturados são aqueles em que há concessões significativas à contraparte, em decorrência da deterioração relevante de sua qualidade creditícia, as quais não seriam concedidas caso não ocorresse tal deterioração.

A movimentação da carteira de reestruturação está apresentada na Nota 12e.

VI) Determinação do valor justo

A determinação do valor justo da maioria dos ativos e passivos financeiros é baseada nos preços de cotações do mercado ou cotações de preços de

distribuidoras para os instrumentos financeiros negociados em mercados ativos. Para os demais instrumentos financeiros, o valor justo é determinado utilizando-se de técnicas de avaliação, as quais incluem uso de transações em mercado recente, método de fluxos de caixa descontados, comparação com instrumentos similares para os quais existam preços observáveis no mercado e modelos de avaliação.

Para outros instrumentos mais comumente tratados, a Organização utiliza modelos de avaliação conhecidos, que consideram dados observáveis no mercado, a fim de determinar o valor justo de instrumentos financeiros.

Para instrumentos mais complexos, a Organização utiliza modelos próprios, que usualmente são desenvolvidos com base em modelos de avaliação reconhecidos. Algumas informações incluídas nesses modelos podem não ser observáveis no mercado e são derivadas de preços ou taxas de mercado, ou ainda, são estimadas com base em premissas.

O valor produzido por um modelo ou por uma técnica de avaliação é ajustado para refletir diversos fatores, uma vez que as técnicas de avaliação podem não refletir adequadamente todos os fatores que os participantes do mercado consideram quando realizam uma transação.

Os ajustes de avaliação são registrados levando-se em conta os riscos dos modelos, as diferenças entre o preço de compra e venda, riscos de crédito e liquidez, bem como outros fatores. Na opinião da Administração, tais ajustes de avaliação são necessários e apropriados para a correta demonstração do valor justo dos instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial.

Uma descrição detalhada da apuração do valor justo dos instrumentos financeiros está apresentada na Nota 38i.

VII) Perdas de créditos esperadas

Em relação a provisão para perdas de crédito, as Resoluções CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23 estabelecem critérios aplicáveis aos instrumentos financeiros, inclusive às operações de arrendamento mercantil, garantias financeiras prestadas, compromissos de crédito e créditos a liberar.

A Organização apura o risco de crédito e as perdas esperadas de forma coletiva, agrupando os instrumentos financeiros, gerenciados de forma massificada, em grupos homogêneos de risco conforme sua política de crédito. Adota-se a metodologia completa de apuração de perdas esperadas associadas ao risco de crédito, definida no artigo nº 44 das resoluções supracitadas, sendo obrigatória para instituições do Segmento 1 (S1).

As perdas esperadas são apuradas em bases prospectivas para instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, ao VJORA (com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais), ativos financeiros mensurados a VJR no nível 1 da hierarquia de valor justo que sejam títulos privados ou operações com característica de concessão de crédito, garantias financeiras, compromissos de crédito e créditos a liberar.

Constituição de Provisão

A provisão para perdas esperadas é constituída em seu reconhecimento inicial com base no estágio de risco de crédito do instrumento financeiro, como despesa do período e em contrapartida à adequada conta do ativo para ativos financeiros e arrendamentos mercantis ou do passivo para garantias financeiras, compromissos de crédito, créditos a liberar e contraprestações vincendas de operações de arrendamento mercantil operacional.

A provisão é constituída sobre o valor contábil bruto dos ativos financeiros, o qual inclui a apropriação de juros e encargos (*accrual*) pela taxa efetiva de juros até o momento que se torne um ativo com problemas de recuperação de crédito.

O Bradesco constitui provisão para perdas esperadas para compromissos de crédito e créditos a liberar não canceláveis sobre o valor presente da estimativa da utilização de recursos dos compromissos de crédito e o valor presente dos créditos a liberar.

Quanto a garantias financeiras prestadas, a provisão é constituída sobre o valor presente dos desembolsos futuros estimados de responsabilidade da instituição vinculados a contratos de garantias financeiras prestadas considerando a probabilidade de desembolsos futuros no caso da contraparte garantida não honrar a obrigação de acordo com as disposições contratuais vigentes.

A provisão para perda é revista mensalmente, sempre que há alteração na estimativa da perda esperada ou no estágio do instrumento.

Alocação em Estágios

Os instrumentos financeiros são alocados em um de três estágios, desde seu o reconhecimento inicial e serão realocados entre eles à medida que seu risco de crédito aumente ou diminua, considerando o surgimento de fatos novos relevantes.

Primeiro estágio: Instrumentos que não sejam caracterizados como ativos com problema de recuperação de crédito e cujo risco de crédito não tenha aumentado significativamente. Considera-se que há aumento significativo do risco de crédito quando ocorrer atraso superior a 30 dias no pagamento do principal ou de encargos. Em casos específicos, admite-se considerar atraso de até 60 dias, conforme evidências consistentes e verificáveis.

Para os instrumentos alocados no primeiro estágio, a provisão corresponde à perda esperada apurada pela instituição, considerando a probabilidade de o instrumento se caracterizar como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito nos próximos 12 meses ou durante o prazo esperado do instrumento, quando este for inferior a 12 meses.

Segundo estágio: Instrumentos cujo risco de crédito tenha aumentado significativamente ou que deixarem de ser caracterizados como ativos com problema de recuperação de crédito.

Para os instrumentos alocados no segundo estágio, a provisão corresponde à perda esperada apurada pela instituição, considerando a probabilidade de o instrumento se caracterizar como ativo com problema de recuperação de crédito durante todo o prazo esperado do instrumento financeiro.

Terceiro estágio: Instrumentos com problema de recuperação de crédito.

No terceiro estágio, a provisão corresponde à perda esperada apurada pela instituição, considerando que o instrumento se caracteriza como um ativo com problema de recuperação de crédito.

São classificados neste estágio: os ativos financeiros inadimplidos (mais de 90 dias de atraso), aqueles que tenham indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais e os ativos financeiros reestruturados.

Estes instrumentos têm seu reconhecimento de receitas suspenso (*stop-accrual*), sendo contabilizadas apenas no seu recebimento, pelo regime de caixa. Essa abordagem também se aplica a possíveis ganhos obtidos nas reestruturações.

Além disto, para ativos inadimplidos (atraso maior que 90 dias) que fazem parte do estágio 3, é constituída provisão para perdas incorridas, como um componente da provisão para perdas esperadas. Essa provisão é calculada com base em percentuais, de acordo com as carteiras (C1 à C5) e as faixas de atraso estipuladas na Resolução BCB nº 352/23.

Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco (cura), resultando no retorno do reconhecimento de receitas (*accrual*) para os instrumentos do estágio 3 e reversões de provisão.

Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação. O registro correspondente é efetuado em contas de compensação e controles de identificação mantendo-se até o esgotamento de todos os procedimentos de cobrança por um prazo mínimo de 5 anos. No caso de recuperações subsequentes ou reestruturações de ativos financeiros previamente baixados, os valores recuperados são creditados na demonstração do resultado até o limite do valor baixado anteriormente. Os ativos são então alocados no terceiro estágio, com provisão para perdas esperadas igual a totalidade do valor do instrumento.

Os eventuais ganhos provenientes da reestruturação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos, independentemente de serem operações ativas ou recuperadas de prejuízo.

A alocação em estágios é revista minimamente: mensalmente, no caso de atrasos de pagamento de principal e encargos; a cada 6 meses para instrumentos de uma mesma contraparte cujo montante seja superior a 5% do patrimônio líquido da instituição; uma vez a cada 12 meses para os demais instrumentos, sempre que novos fatos indicarem alteração significativa da qualidade de crédito; e quando o instrumento for reestruturado.

Apuração

O Bradesco avalia a perda esperada associada ao risco de crédito dos instrumentos financeiros baseando-se em critérios consistentes e verificáveis, utilizando técnicas de mensuração compatíveis com a natureza e complexidade dos instrumentos financeiros.

A apuração do risco de crédito e da perda esperada associada ao risco de crédito pode ser realizada de forma coletiva mediante utilização de modelo adequado ao tratamento de risco de crédito por carteira. São agrupados instrumentos financeiros que pertençam ao mesmo grupo homogêneo de risco, definidos na política de crédito e nos procedimentos de gestão de crédito da instituição como operações de varejo.

Considera-se minimamente os seguintes parâmetros, em termos percentuais:

- **Probabilidade de se caracterizar com Problema de Recuperação de Crédito:** Avaliada com base no prazo esperado do instrumento financeiro e na situação econômica corrente, além de previsões de alterações nas condições econômicas e de mercado.
- **Expectativa de Recuperação:** Considera os custos de recuperação, características de garantias ou colaterais, taxas históricas de recuperação, concessão de vantagens à contraparte e previsões econômicas.

A expectativa de recuperação corresponde ao quociente entre o valor presente dos fluxos de caixa esperados durante o processo de recuperação do crédito e o valor da base de cálculo definida.

Ao estimar a expectativa de recuperação, o Bradesco observa critérios específicos, como a utilização da taxa de juros efetiva do instrumento no reconhecimento inicial e a consideração dos fluxos de caixa esperados, tanto positivos quanto negativos.

As metodologias e premissas são revisadas regularmente para reduzir quaisquer diferenças entre as estimativas de perda e a perda real.

f) Juros

A Organização optou pela utilização da metodologia diferenciada proporcional para fins do reconhecimento de receitas e despesas relativas aos custos de transação pela taxa de juros efetiva de operações de crédito e demais operações com característica de concessão de crédito classificadas na categoria custo amortizado, conforme facultado pelo artigo nº 75 da Resolução BCB nº 352/23.

O cálculo da taxa efetiva de juros inclui todas as comissões, custos da transação, descontos ou prêmios que a compõem. Os custos de transação são custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição, emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro.

Adicionalmente a Organização optou para alguns componentes na utilização da materialidade para fins de taxa efetiva de juros, conforme artigo nº 13 da Resolução BCB nº 352/23.

g) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas sobre superveniência de depreciação, ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, atualização de depósitos judiciais, dentre outros, são registrados na rubrica "Impostos Diferidos",

sendo que para a superveniência de depreciação é aplicada somente a alíquota de imposto de renda.

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) é calculada à alíquota-base de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro que exceder o limite legal. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é apurada conforme a natureza da empresa: para bancos, aplica-se a alíquota de 20%; para demais instituições financeiras, equiparadas e seguradoras, a alíquota é de 15%; e para outras pessoas jurídicas, a alíquota é de 9%.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos créditos tributários, bem como os valores dos créditos tributários não ativados, estão apresentados na Nota 35.

h) Investimentos

i. Aquisição de Investimentos

O registro contábil é realizado pelo custo de aquisição, desdobrado em: I - valor do patrimônio líquido na época da aquisição; e II - ágio ou deságio na aquisição do investimento, que é a diferença entre o custo de aquisição e o valor patrimonial das ações.

Para os investimentos adquiridos a partir de 2022 o registro contábil será realizado pelo valor de aquisição, segregando-se os seguintes itens:

I – valor contábil do patrimônio líquido; II – diferença entre o valor justo e o valor contábil de ativos e passivos, se houver; III – ativos identificáveis e passivos assumidos mensuráveis com confiabilidade, não registrados na contabilidade da investida; e IV – ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), se houver.

ii. Coligadas, Entidades Controladas em Conjunto e Controladas

Os investimentos em empresas coligadas, com influência significativa, controladas e controladas em conjunto são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

O valor do ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) para empresas coligadas e empresa controladas em conjunto é apresentado junto com o respectivo Investimento enquanto que para empresas controladas é apresentado no Intangível.

Nas Demonstrações Financeiras Consolidadas os ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas, despesas e fluxos de caixa das controladas são consolidados pelo seu valor contábil.

A composição das empresas coligadas e de controle compartilhado está apresentada na Nota 14.

i) Imobilizado de Uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade.

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

A composição dos custos dos bens e suas depreciações correspondentes, estão apresentadas na Nota 15.

Os direitos de uso relativos a imóveis e equipamentos de processamento de dados são registrados como edificações e equipamentos arrendados no ativo imobilizado.

i. Arrendamentos da Organização (Arrendatário)

Como arrendatário, a Organização avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

A Organização aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor.

No início de um arrendamento, a Organização reconhece um “passivo de arrendamento” para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. As despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e as despesas de depreciação do ativo de direito de uso são reconhecidas separadamente.

O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo e subsequentemente deduzido da depreciação acumulada e de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. O direito de uso também será corrigido em caso de remensuração do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada de maneira linear pelo prazo dos arrendamentos.

O prazo do arrendamento é definido como o prazo não cancelável do arrendamento, juntamente com (i) períodos cobertos por opção de prorrogar o arrendamento, se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção; e (ii) períodos cobertos por opção de rescindir o arrendamento, se o arrendatário estiver razoavelmente certo de não exercer essa opção. A Organização possui política descritiva para os prazos de arrendamentos de Imóveis, que considera o plano de negócio e premissas da administração, opções de prorrogação e as leis e normas locais.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados da data inicial, descontados pela taxa incremental aplicada a cada contrato de acordo com o prazo do arrendamento.

Os pagamentos dos arrendamentos incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber e pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

A taxa incremental aplicada pela Organização leva em consideração a taxa de captação livre de risco ajustada pelo spread de crédito.

Subsequentemente, o passivo de arrendamento é ajustado para refletir os juros incidentes sobre os fluxos de pagamento, remensurado para refletir qualquer reavaliação ou modificações do arrendamento e reduzido para refletir os pagamentos efetuados.

Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira e apropriados de acordo com o prazo dos contratos, considerando a taxa nominal de desconto.

Os contratos e arrendamentos de imóveis com prazo indeterminado não foram considerados no escopo da Resolução CMN nº 4.975/21, pois trata-se de locações nas quais o contrato pode ser rescindido a qualquer momento sem multa significativa. Dessa maneira, o contrato de aluguel não foi considerado como executável.

ii. Arrendamento de curto prazo e baixo valor

A Organização aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos cujo prazo seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra. Também aplica a isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do arrendamento.

j) Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

É composto por:

- Aquisição de direito para prestação de serviços bancários: são registradas e amortizadas, quando aplicável, pelo período no qual o ativo deverá contribuir, direta ou indiretamente, para o fluxo de caixa futuro, e ajustadas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável;
- *Software*: são registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada, a partir da data da sua disponibilidade para uso, e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Gastos com o desenvolvimento interno de *software* são reconhecidos como

ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir e utilizar tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao intangível. Tais custos são amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros esperados; e

- Ágio na aquisição de investimento: constituído pela diferença entre o custo de aquisição e o valor patrimonial das ações é amortizado ao longo do tempo estimado no qual o ativo deverá contribuir, direta ou indiretamente, para o fluxo de caixa futuro. Para os Investimentos adquiridos a partir de 2022 o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) deve ser registrado pelo valor de diferença positiva entre o valor de aquisição e o valor justo dos ativos identificáveis deduzido do valor justo dos passivos assumidos da investida na data-base da operação, calculado com base na proporção da participação adquirida no capital da investida sobre o valor do patrimônio líquido da controlada ajustado naquela data. O ágio (*goodwill*) é amortizado de acordo com o prazo esperado para realização de seus benefícios econômicos futuros e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*).

A composição dos ativos intangíveis, incluindo a movimentação desses direitos por classe, está apresentada na Nota 16.

k) Outros ativos

Em outros ativos estão classificados:

- Tributos a compensar: referentes a crédito de imposto de renda e contribuição social de exercícios anteriores e antecipações não compensados no próprio exercício;
- Despesas antecipadas: representam as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registradas no resultado de acordo com o regime de competência. Os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, que gerarão receitas em períodos subsequentes, são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados e baixados diretamente no resultado quando os bens e direitos correspondentes já não fizerem parte dos ativos da instituição ou quando não são mais esperados benefícios futuros;
- Ativos não financeiros mantidos para a venda: referentes a bens recebidos em liquidação de instrumentos financeiros de difícil ou duvidosa solução não destinados ao próprio uso e bens de uso próprio que serão realizados pela sua venda, que estejam disponíveis para a venda imediata e que sua alienação seja altamente provável no período de um ano. Os bens recebidos estão registrados pelo menor valor entre: o valor justo do bem, líquido das despesas de vendas e o valor contábil bruto do respectivo instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução. Os bens próprios estão registrados pelo menor valor entre: o valor justo do bem, líquido das despesas de vendas e o seu valor contábil, líquido das provisões para perdas por redução ao valor recuperável e da depreciação ou amortização acumulada; e
- Propriedades para investimento: são propriedades mantidas para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital, para ambos ou para fins ainda não

determinados, mas não para utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. As propriedades para investimento são registradas pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil econômica estimado dos bens. A estimativa da vida útil das propriedades para investimento é revisada a cada 3 (três) anos.

Adicionalmente, em outros ativos também estão demonstrados, de maneira aglutinada, itens de menor materialidade.

A composição dos Outros Ativos está apresentada na Nota 17.

l) Provisões para Redução ao Valor Recuperável de Ativos (*impairment*)

Os ativos, que estão sujeitos à amortização ou depreciação, são revisados para verificar seu valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda pela redução ao valor recuperável é reconhecida pelo excesso do valor contábil do ativo ou o valor contábil da sua Unidade Geradora de Caixa (UGC) sobre seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo deduzido os custos de venda.

Para finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são aglutinados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de ativos (UGC). Para finalidade de testar o valor recuperável do ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), sujeito a um teste de teto de segmento operacional, as UGCs para as quais o ágio foi alocado são agregadas de maneira que o nível no qual o teste de valor recuperável é aplicado, reflete o nível mais baixo no qual o ágio é monitorado para fins de reporte interno.

Ao avaliar o valor em uso, são utilizadas as projeções de resultados futuros baseados nos planos de negócio e orçamento, e os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente utilizando-se uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete avaliações no mercado corrente do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou UGC.

Ativos corporativos da Organização não geram fluxos de caixa separados e são utilizados por mais de uma UGC. Esses ativos são alocados às UGCs em uma base razoável e consistente, e testados para redução ao valor recuperável como parte do teste da UGC para o qual o ativo está alocado.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes as UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC) e, subsequentemente, na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGC) de modo *pro-rata*.

m) Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros

- i. Captações no mercado aberto, empréstimos e repasses, recursos de clientes, recursos de emissão de títulos e valores mobiliários e dívida subordinada**

São mensurados ao custo amortizado, descontado pela taxa efetiva de juros e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis atualizados até a data do balanço, reconhecidos em base pro rata dia.

As captações com operações compromissadas, realizadas com acordo de livre movimentação, são ajustadas pelo seu valor de mercado, pois são classificadas como valor justo no resultado.

A composição das operações está apresentada nas Notas 18, 19, 20 e 21.

ii. Despesas associadas às captações de recursos

Nas operações de captação de recursos mediante emissão de títulos e valores mobiliários, as despesas associadas são apropriadas ao resultado de acordo com a taxa efetiva de juros pelo método diferenciado proporcional, sendo a composição dos respectivos saldos dessas captações estão apresentados na Nota 18e.

n) Provisões

i. Provisões técnicas relacionadas às atividades de seguros, previdência e capitalização

- Seguros de danos, saúde e seguros de pessoas, exceto seguros de vida com cobertura de sobrevivência (VGBL):
 - A provisão de prêmios não ganhos (PPNG) é calculada pro rata dia, com base nos prêmios, correspondente ao período de risco não decorrido dos contratos de seguros, exceto para o seguro saúde. A parcela desta provisão, correspondente a estimativa para os riscos vigentes mas não emitidos, é constituída na PPNG-RVNE;
 - A provisão de prêmios/contraprestações não ganhos (PPCNG) é calculada pro rata dia, com base nos prêmios do seguro saúde, sendo constituída pela parcela correspondente aos períodos de riscos a decorrer dos contratos de seguros, cuja vigência tenha se iniciado;
 - A provisão matemática de benefícios a conceder (PMBaC) é calculada pela diferença entre o valor atual dos benefícios futuros e o valor atual das contribuições futuras, correspondentes às obrigações assumidas;
 - Para o seguro saúde, a Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC), é calculada através de fluxo de caixa trazido a valor presente, levando-se em consideração a expectativa de permanência dos titulares no plano até sua saída do grupo por falecimento, e a partir deste momento, os custos relacionados à permanência dos dependentes no plano por cinco anos sem o correspondente pagamento de prêmios;
 - Para o seguro saúde, a provisão matemática de benefício concedido (PMBC) é calculada através de fluxo de caixa trazido a valor presente, das obrigações decorrentes das cláusulas contratuais de remissão das contraprestações pecuniárias, referentes à cobertura de assistência à saúde e pelos prêmios por pagamento dos segurados participantes do seguro Bradesco Saúde – “Plano GBS”;

- A provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA) é calculada a partir da estimativa final dos sinistros já ocorridos e ainda não avisados, com base em triângulos de *run-off*, mensais que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros avisados nos últimos 12 meses para o seguro saúde e nos últimos 18 meses para o seguro odontológico, para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência;
- Para o seguro saúde, a provisão para eventos ocorridos e não avisados no SUS (PEONA-SUS) é calculada a partir da estimativa do montante de eventos/sinistros originados no Sistema Único de Saúde (SUS), que tenham ocorrido e que não tenham sido avisados. O montante calculado é informado, mensalmente, no sítio institucional da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), sendo adotada pela Bradesco Saúde, a contabilização de 100% deste. A constituição deste tipo de provisão é amparada pela Resolução Normativa nº 574/23 vigente;
- Para os seguros de Ramos Elementares são contabilizadas as provisões IBNR e IBNER para garantir o pagamento de sinistros ocorridos, mas que a Seguradora ainda não tem conhecimento por falta do aviso, e também cobrir variações nos valores estimados para pagar aqueles já avisados;
- Para seguro de pessoas, a provisão para sinistros ocorridos e não avisados (IBNR) é calculada com base em triângulos de *run-off* semestrais, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros pagos e pendentes nos últimos 10 semestres, para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência. É realizado um estudo de cauda residual para projeção dos sinistros avisados após 10 semestres da data de ocorrência;
- A provisão de eventos/sinistros a liquidar (PESL) para os seguros de saúde, considera todos os avisos de sinistros recebidos até a data do balanço, inclui sinistros em discussão judicial e os custos relacionados, corrigidos monetariamente e com juros;
- A provisão de sinistros a liquidar (PSL) para seguros de pessoas e danos, consideram os valores esperados a liquidar de todos os avisos de sinistros recebidos até a data do balanço. A provisão abrange os sinistros administrativos e judiciais corrigidos monetariamente e com juros no caso de sinistros judiciais. Esses valores são líquidos da parcela correspondente da expectativa de recebimento de salvados e ressarcidos (aplicável somente para seguro de danos);
- A provisão de excedente técnico (PET) corresponde a diferença entre o valor esperado e o valor observado de eventos ocorridos no período para os seguros de pessoas com cláusula de participação em excedente técnico;
- A provisão de despesas relacionadas (PDR) para os seguros de pessoas é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a sinistros, pagamentos de resgate e benefícios ocorridos, para os produtos estruturados nos regimes financeiros de repartição simples;
- A provisão de despesas relacionadas a produtos estruturados em regime financeiro de capitalização ou repartição de capitais por cobertura (PDC) para os seguros de pessoas é constituída para a cobertura dos valores esperado de despesas relativas a sinistro, pagamentos de resgates e benefícios relacionadas aos sinistros ocorridos e a ocorrer;

- Para seguro de danos, a provisão de despesas relacionadas (PDR) é constituída mensalmente para a cobertura das despesas relacionadas à regulação dos sinistros avisados, pagos ou não;
- A provisão de resgates e outros valores a regularizar (PVR) abrange os valores relativos aos resgates a regularizar, as devoluções de prêmios e as portabilidades solicitadas e ainda não transferidas para a entidade receptora;
- A provisão complementar de cobertura (PCC) para seguro de danos deve ser constituída quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP), de acordo com as determinações especificadas na regulamentação em vigor. A provisão complementar de cobertura (PCC), para o seguro de pessoas, refere-se ao valor necessário para complementar as provisões técnicas, apurado no teste de adequação de passivos (TAP). O TAP é elaborado semestralmente utilizando métodos estatísticos e atuariais com base em premissas realistas como a tábua biométrica BR-EMS para ambos os sexos, ajustadas por critérios de desenvolvimento de longevidade compatível com as últimas versões divulgadas (*improvement*), sinistralidade, despesas administrativas e operacionais, taxas de persistência, e estruturas a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco elaboradas pela Susep. *Improvement* é uma técnica que atualiza a tábua biométrica automaticamente, considerando o aumento esperado da sobrevida futura. O resultado do teste de adequação deve ser constituído, se constatada insuficiência nas provisões técnicas, tal como requerido pela Circular SUSEP 648/2021 e alterações posteriores;
- A Provisão de Insuficiência de Contraprestações (PIC), para os seguros de saúde, tem como objetivo apurar a insuficiência de contraprestações/prêmios para a cobertura dos eventos/sinistros a ocorrer, quando constatada, sendo calculada a partir da metodologia Prospectiva, definida em Nota Técnica Atuarial. Para o cálculo leva-se em consideração: (i) a estimativa do fluxo de caixa futuro, segregado por Ramo, considerando-se: os pagamentos futuros de sinistros a ocorrer; as despesas de comissão de corretagem e as administrativas diretas; e o recebimento de prêmios futuros, projetados com base no histórico recente de prêmios emitidos líquidos e projeção de aplicações de reajuste, descontados a valor presente; e (ii) todos os contratos médico-hospitalares na modalidade de preço pré-estabelecido, segmentados entre individuais, coletivo por adesão e demais coletivos, no horizonte de até dois anos, a partir da data-base de cálculo, defasada em 1 (um) mês. Para o Tipo de Contratação dos planos individuais/familiares, o fluxo de caixa estimado contemplará o período de 12 meses a partir do mês de cálculo e para os Tipos de Contratação Coletivo por Adesão e Demais Coletivos serão considerados 24 meses; e
- As outras provisões técnicas OPT-PIP (Provisão de Insuficiência de Prêmios) são constituídas, para a carteira de saúde individual, para fazer face às diferenças resultantes entre o valor presente esperado dos prêmios futuros e o valor presente esperado de indenizações e despesas relacionadas futuras.

Para a carteira de saúde individual, quando apurada a Insuficiência de Contraprestações (PIC) – provisão de curto prazo, estabelecida em Nota Técnica Atuarial, esta será subtraída do montante calculado para a provisão de Insuficiência de Prêmios (PIP), classificada em OPT e constituída para os eventos a longo prazo.

- Previdência complementar aberta e seguros de vida com cobertura de sobrevivência (VGBL):
 - A provisão de prêmios não ganhos (PPNG) é calculada pro rata die, com base nas contribuições líquidas, e é constituída pela parcela correspondente aos períodos de risco não decorridos dos contratos de seguros. A parcela desta provisão, correspondente a estimativa para os riscos vigentes mas não emitidos é constituída na PPNG-RVNE;
 - A provisão matemática de benefícios a conceder (PMBaC) é constituída para participantes de planos de previdência e seguros de vida com cobertura de sobrevivência cujos benefícios ainda não se iniciaram. Nos planos de previdência, com característica de benefício definido, a provisão representa a diferença entre o valor atual dos benefícios futuros e o valor atual das contribuições futuras, correspondentes às obrigações assumidas sob a forma de planos de aposentadoria, invalidez, pensão e pecúlio. Para os planos de contribuição definida, representam o montante das contribuições efetuadas pelos participantes, líquidas de carregamento e outros encargos contratuais, acrescidas dos rendimentos financeiros gerados pela aplicação dos recursos em fundos de investimento em quotas de fundos de investimento especialmente constituídos (FIEs);
 - A provisão de resgates e outros valores a regularizar (PVR) abrange os valores relativos aos resgates a regularizar, as devoluções de prêmios e as portabilidades solicitadas e ainda não transferidas para a entidade receptora;
 - A provisão matemática de benefícios concedidos (PMBC), calculada utilizando a base técnica do plano, refere-se aos participantes que se encontram em gozo de benefícios e corresponde ao valor atual das obrigações futuras relativas aos pagamentos de benefícios continuados;
 - A provisão complementar de cobertura (PCC) refere-se ao valor necessário para complementar as provisões técnicas, apurado no teste de adequação de passivos (TAP). O TAP é elaborado semestralmente e utiliza métodos estatísticos e atuariais com base em premissas realistas como a tábua biométrica BR-EMS para ambos os sexos, ajustadas por critérios de desenvolvimento de longevidade compatível com as últimas versões divulgadas (*improvement*), sinistralidade, despesas administrativas e operacionais, taxas de persistência, e estruturas a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco elaboradas pela Susep *Improvement* é uma técnica que atualiza a tábua biométrica automaticamente, considerando o aumento esperado da sobrevida futura. O resultado do teste de adequação deve ser constituído, se constatada insuficiência nas provisões técnicas, tal como requerido pela Circular SUSEP 648/2021 e alterações posteriores;
 - A provisão de despesas relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a sinistros, pagamentos de resgate e benefícios ocorridos, para os produtos estruturados nos regimes financeiros de repartição simples;
 - A provisão de despesas relacionadas a produtos estruturados em regime financeiro de capitalização ou repartição de capitais por cobertura (PDC) é constituída para a cobertura dos valores esperado de despesas relativas a

sinistro, pagamentos de resgates e benefícios relacionadas aos sinistros ocorridos e a ocorrer;

- A provisão de excedente financeiro (PEF) corresponde ao resultado financeiro excedente à rentabilidade mínima garantida, repassado aos contratos com cláusula de participação de excedente financeiro;

- A provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR) é calculada com base em triângulos de *run-off* semestrais, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros pagos e pendentes nos últimos 16 semestres para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência;

- A provisão de sinistros a liquidar (PSL) considera os valores esperados a liquidar de todos os avisos de sinistros recebidos até a data do balanço. A provisão abrange os sinistros administrativos e judiciais corrigidos monetariamente e com juros no caso de sinistros judiciais; e

- Os encargos financeiros creditados às provisões técnicas, bem como a constituição e/ou reversão da provisão excedente financeiro, são classificados como despesas financeiras, e estão apresentados na rubrica "Resultado Financeiro de Seguros, Previdência e Capitalização".

- Capitalização:

- A provisão matemática para capitalização (PMC) é constituída para cada título ativo ou suspenso durante o prazo previsto nas condições gerais do plano e é calculada através dos percentuais das cotas de capitalização, aplicável sobre os pagamentos realizados, sendo capitalizada mensalmente pelo indexador e taxas de juros definidas no plano até o resgate ou cancelamento do título;

- A provisão para resgate (PR) é constituída pelos valores dos títulos vencidos e antecipados e consiste na atualização do saldo dos títulos pelo indexador do plano até a data do efetivo pagamento do valor de resgate ao titular;

- A provisão para sorteios a realizar (PSR) é constituída para cada título ativo e deverá ser calculada para os sorteios custeados e não ocorridos, de acordo com os parâmetros do plano. A metodologia de cálculo consiste na apuração do valor presente esperado dos sorteios futuros descontado o valor presente esperado das parcelas futuras de cota de sorteio;

- A provisão para sorteios a pagar (PSP) é constituída pelos valores das premiações dos títulos contemplados em sorteios e ainda não pagos, atualizada monetariamente pelo período entre a data do sorteio e a efetiva liquidação;

- A Provisão de Receita Diferida (PRD) é constituída para cada título ativo sendo calculada através dos percentuais das cotas de carregamento e aplicada sobre as arrecadações recebidas, ao longo do prazo a decorrer durante o prazo previsto nas condições gerais dos planos;

- A Provisão Complementar de Sorteios (PCS) é constituída para complementar a Provisão de Sorteios a Realizar, sendo utilizada para cobrir eventuais insuficiências relacionadas ao valor esperado dos Sorteios a Realizar".

Os valores das provisões técnicas por conta, por produto e por segmento, bem como os valores e composição dos ativos garantidores dessas provisões técnicas, estão apresentados na Nota 23.

ii. Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais – fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09, pela Deliberação da CVM nº 594/09 e de acordo com a Carta Circular nº 3.429/10 sendo:

- **Ativos Contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- **Provisões:** são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo “contingente” é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e

- **Obrigações Legais: Provisão para Riscos Fiscais:** decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

O detalhamento dos processos judiciais, bem como a segregação e movimentação dos valores registrados por natureza, está apresentada na Nota 23.

o) Benefícios a Empregados

O reconhecimento, mensuração e divulgação dos benefícios a empregados são efetuados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, aprovado pela Resolução CMN nº 4.877/20.

Planos de Contribuição Definida

O Bradesco e suas controladas são patrocinadores de plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores. As obrigações das contribuições para planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas como despesa no resultado quando incorridas. Uma vez pagas as contribuições, a Organização, na qualidade de empregadora, não tem qualquer obrigação de pagamento adicional.

Planos de Benefício Definido

A obrigação líquida da Organização, em relação aos planos de benefício definido, é referente exclusivamente aos planos de instituições adquiridas, e é calculada separadamente para cada plano, estimando-se o benefício definido futuro que os empregados farão jus pós emprego no desligamento da Organização ou momento da aposentadoria.

A obrigação líquida do Bradesco para os planos de benefício definido é calculada com base na estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Esse valor é descontado ao seu valor presente e é apresentado líquido do valor justo de quaisquer ativos do plano.

O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado conforme requerido pela norma contábil.

As remensurações da obrigação líquida incluem: os ganhos e perdas atuariais, a diferença do retorno sobre os ativos do plano com o valor líquido do passivo de benefício definido (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (excluindo juros), são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes.

Os juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos no resultado.

O detalhamento dos benefícios a empregados, está apresentado na Nota 39.

p) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão.

São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Os eventos subsequentes, quando existirem, serão descritos na Nota 40 e são divulgados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 24 – Eventos Subsequentes, aprovado pela Resolução CMN nº 4.818/20.

q) Resultado recorrente e não recorrente

Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde as atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Os resultados não recorrentes estão apresentados na Nota 40a.

3) NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS**a) Normas, alterações e interpretações de normas adotadas a partir de 1º de janeiro de 2025**

Resolução CMN nº 4.975/21 - Dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Resolução CMN nº 4.966/21 e Resolução BCB nº 352/23, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2025 - Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das operações de *hedge*, substitui entre outras normas a Resolução nº 2.682, a Resolução nº 3.533, a Circular nº 3.068 e a Circular nº 3.082.

Em 16 de novembro de 2022, foi promulgada a Lei nº 14.467, que estabelece novas regras para a dedutibilidade das perdas de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essas regras impactam as bases de cálculo do imposto de renda e da CSLL, a partir de 1º de janeiro de 2025. A principal regra é a aplicação de fatores para dedução de operações inadimplidas (operações com atraso superior a noventa dias).

Com a publicação da Lei nº 15.078, em 27 de dezembro de 2024, as perdas relativas aos créditos inadimplidos em 31 de dezembro de 2024, que não tenham sido deduzidas até essa data (estoque), somente poderão ser excluídas na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL à razão de um oitenta e quatro avos ou cento e vinte avos, para cada mês do período de apuração, a partir de janeiro de 2026. Esta Lei vetou a dedução das perdas incorridas no ano de 2025 que excedam o lucro real do exercício. As perdas não deduzidas nesse período terão o mesmo tratamento do estoque de 1º de janeiro de 2025.

I) Classificação de risco no exercício social anterior e a sua nova classificação, conforme regulamentação vigente:

Conforme artigo nº 105 da Resolução BCB nº 352/23, segue abaixo a classificação de risco no exercício social anterior bem como o respectivo nível de provisão para perda esperada associada ao risco de crédito, conforme regulamentação anterior:

Modalidades e Níveis de Risco – Conforme Regulamentação Anterior	R\$ mil									
	Níveis de risco									
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total da carteira em 31 de dezembro de 2024
Total da carteira em 31 de dezembro de 2024	271.600.591	238.604.704	107.376.421	32.953.602	13.443.790	19.611.591	5.673.688	5.053.904	24.875.732	719.194.023
Saldo de Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito em 31 de dezembro de 2024	-	1.384.118	1.172.512	1.331.698	3.087.425	8.017.913	3.676.052	4.729.546	24.875.732	48.274.996

Conforme artigo nº 105 da Resolução BCB nº 352/23, abaixo a classificação de risco no exercício vigente bem como o respectivo nível de provisão para perda esperada associada ao risco de crédito, conforme nova regulamentação:

Instrumentos Financeiros e Estágios de Risco – Conforme Nova Regulamentação (Exercício Atual)	R\$ mil			
	Níveis de risco			Total da carteira em 1º de janeiro de 2025
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	
Total da Carteira em 1º de janeiro de 2025	629.751.917	28.858.215	60.648.453	719.258.585
Saldo de perdas esperadas associadas ao risco de crédito em 1º de janeiro de 2025	9.748.637	4.226.632	36.484.191	50.459.460
Provisão para limites de créditos concedidos	2.103.867	62.000	319.588	2.485.455
Demais	308.154	34.244	423.461	765.859
Saldo de perdas esperadas associadas ao risco de crédito em 1º de janeiro de 2025	12.160.658	4.322.876	37.227.240	53.710.774

II) Categorias de Hedge Accounting no exercício social anterior e a sua nova classificação, conforme regulamentação vigente:

Conforme artigo nº 106 da Resolução BCB nº 352/23, não houve reclassificações de categorias de estruturas de *Hedge Accounting* existentes na data do balanço do exercício social anterior e as suas novas classificações bem como não houve descontinuações de estruturas de *Hedge Accounting*, conforme regulamentação vigente.

b) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis em períodos futuros

Em 2023 foram emitidas a Resolução CMN nº 5.100 e a Resolução BCB nº 352, normas complementares à Resolução CMN nº 4.966/21, as quais postergaram a vigência do Capítulo V, que trata da Contabilidade de *Hedge*, para 1º de janeiro de 2027.

Em 2024 foram emitidas a Resolução CMN nº 5.146 e a Resolução BCB nº 397, normas complementares à Resolução CMN nº 4.966/21, que facultaram o uso da taxa de juros efetiva repactuada para a apuração do valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados.

Em 2024, foram emitidas as Resoluções CMN nº 5.185/24 e BCB nº 435/24, que dispõem sobre a as instituições elaborarem o relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, a partir do exercício social de 2026.

Em setembro de 2025, o Banco Central publicou a Resolução CMN nº 5.252, que estabelece os conceitos e critérios contábeis para mensuração, reconhecimento, baixa e evidenciação de ativos e passivos de sustentabilidade. A norma entra em vigor em 1º de janeiro de 2027.

O Banco vem analisando a aplicação das referidas normas, e os possíveis impactos decorrentes da adoção estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor das normas.

4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVOS

A Organização adota estimativas e julgamentos que podem afetar o valor reportado de ativos e passivos no próximo exercício, sendo as melhores premissas determinadas de acordo com o padrão aplicável.

São avaliados continuamente, baseados em nossa experiência histórica e entre outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados como razoáveis nas circunstâncias atuais.

Em decorrência da adoção das Resoluções do CMN nº 4.966/21 em 1º de janeiro de 2025, as estimativas e julgamentos relativos à Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito sofreram alterações e os efeitos podem ser verificados na nota 3(a)l.

As estimativas e julgamentos que possuem um risco significativo e podem ter um impacto relevante nos valores de ativos e passivos no próximo ano, com a possibilidade dos resultados efetivos serem diferentes daqueles estabelecidos anteriormente estão divulgadas a seguir e são relacionadas com as seguintes notas:

Estimativas e julgamentos contábeis	Nota
• Valor justo dos instrumentos financeiros	8 e 38 i)
• Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	12
• Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio	16
• Impostos sobre os lucros	35
• Provisões técnicas de seguros	23
• Provisões contingentes	24

I. Valor justo dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo em nossas Demonstrações Financeiras Consolidadas consistem, principalmente, em ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, incluindo derivativos e ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. O valor justo de um instrumento financeiro corresponde ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Esses instrumentos financeiros são categorizados dentro de uma hierarquia com base no nível mais baixo de informação, que é significativo para a mensuração do valor justo. Para instrumentos classificados como Nível 3, temos que usar uma quantidade significativa do nosso próprio julgamento para chegar a mensuração do valor justo de mercado. Baseamos as nossas decisões de julgamento no nosso conhecimento e observações dos mercados relevantes para os ativos e passivos individuais e esses julgamentos podem variar com base nas condições de mercado. Ao aplicar o nosso julgamento, analisamos uma série de preços e volumes de transação de terceiros para entender e avaliar a extensão das referências de mercado disponíveis e julgamento ou modelagem necessária em processos com terceiros. Com base nesses fatores, determinamos se os valores justos são observáveis em mercados ativos ou se os mercados estão inativos.

A imprecisão na estimativa de informações de mercado não observáveis pode impactar o valor da receita ou perda registrada para uma determinada posição. Além disso, embora acreditemos que nossos métodos de avaliação sejam apropriados e consistentes com aqueles de outros participantes do mercado, o uso de metodologias ou premissas diferentes para determinar o valor justo de certos instrumentos financeiros pode resultar em uma estimativa de valor justo diferente na data de divulgação.

II. Provisão para Perdas Esperadas associadas ao Risco de Crédito

A mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito requer o uso de modelos quantitativos e suposições sobre condições econômicas futuras e comportamento dos instrumentos financeiros.

Vários julgamentos significativos também são necessários para aplicar os requisitos contábeis para a mensuração da provisão, tais como:

- Determinar critérios para classificação dos instrumentos financeiros;
- Agrupar instrumentos financeiros com perfil de riscos semelhantes;
- Selecionar modelos quantitativos e pressupostos apropriados; e
- Estabelecer diferentes cenários prospectivos e suas ponderações.

O processo para determinar o nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito exige estimativas e uso de julgamentos e é possível que perdas demonstradas em períodos subsequentes sejam diferentes daquelas calculadas de acordo com as estimativas e premissas atuais.

III. Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio

A Organização analisa, pelo menos anualmente, se o valor contábil dos ativos intangíveis e do ágio (inclui ágios identificados na aquisição de coligadas e empresas de controle compartilhado) sofreram redução ao seu valor recuperável. O primeiro passo do processo exige a identificação de unidades geradoras de caixa independentes e a alocação de ágio para essas unidades. O valor contábil da unidade, incluindo o ágio alocado, é comparado ao valor em uso para determinar se há redução ao valor recuperável. Se o valor em uso de uma unidade geradora de caixa for inferior ao seu valor contábil, o ágio sofrerá uma redução ao seu valor recuperável. O cálculo é baseado no desconto de fluxos de caixa antes dos impostos a uma taxa de juros ajustada pelo risco apropriada para a unidade operacional, sendo que a determinação de ambos exige o exercício de julgamento. Embora as previsões sejam comparadas ao desempenho atual e a dados econômicos externos, os fluxos de caixa esperados refletem naturalmente a visão da Organização sobre o desempenho futuro.

IV. Impostos sobre os lucros

A determinação do valor de nosso imposto de renda passivo (incluindo contribuição social) é complexa e a nossa avaliação está relacionada à análise de nossos impostos diferidos ativos e passivos e do imposto de renda a pagar. Em geral, a nossa avaliação exige que estimemos os valores futuros de imposto de renda corrente e diferido. A nossa avaliação da possibilidade de realização de um imposto diferido é subjetiva e envolve avaliações e premissas, que são inerentemente incertas. O suporte para nossas avaliações e premissas pode mudar ao longo do tempo e é resultado de eventos ou circunstâncias não previstos, que afetam a determinação do valor de nosso passivo de impostos.

É necessário julgamento significativo para determinar se é provável que uma posição de imposto de renda seja sustentada com base em exame, mesmo após o resultado de qualquer procedimento administrativo ou judicial com base em méritos técnicos. Também, é necessário julgamento para determinar o valor de um benefício elegível para reconhecimento em nossas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Adicionalmente, monitoramos a interpretação da legislação tributária e as decisões de autoridades fiscais e judiciais, para que possamos ajustar qualquer julgamento anterior de imposto de renda acumulado. Esses ajustes também podem resultar de nosso planejamento de imposto de renda ou resolução de controvérsias de imposto de renda e pode ser significativo para os nossos resultados operacionais em qualquer período.

V. Provisões técnicas de seguros

As provisões técnicas de seguros (reservas) são passivos constituídos para honrar compromissos futuros a favor de nossos segurados, veja a nota 2n(i). São utilizadas expectativas de sinistralidade, mortalidade, longevidade, tempo de permanência, conversão em renda e taxa de juros. Essas premissas utilizadas baseiam-se na experiência das carteiras do Grupo Segurador e são periodicamente revisadas.

VI. Provisões contingentes

As provisões são revisadas regularmente, e constituídas, sempre que a perda for avaliada como provável, levando-se em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a fase processual, a complexidade e o posicionamento dos tribunais.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	R\$ mil
	Em 31 de dezembro de 2025
Disponibilidades em moeda nacional	12.518.263
Disponibilidades em moeda estrangeira	2.833.485
Total de disponibilidades (caixa)	15.351.748
Aplicações voluntárias no Banco Central	10.300.000
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	167.865.086
Total de caixa e equivalentes de caixa	193.516.834

(1) Referem-se às operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

6) ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO**a) Títulos e valores mobiliários e demais ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado**

Títulos	R\$ mil							
	Em 31 de dezembro de 2025							
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Prazo indeterminado	Valor justo	Valor de custo atualizado	Ganhos/Perdas não realizadas
- Financeiras	42.882.075	6.060.076	15.250.865	78.280.585	30.444.305	172.917.906	173.275.292	(357.386)
Letras do tesouro nacional	42.400.321	1.181.979	118.756	7.835.254	-	51.536.310	51.567.784	(31.474)
Notas do tesouro nacional	-	39.112	10.182.756	39.827.758	-	50.049.626	50.225.987	(176.361)
Ações	-	-	-	-	20.708.657	20.708.657	20.852.278	(143.621)
Letras financeiras do tesouro	360	3.361.834	4.141.904	18.774.657	-	26.278.755	26.277.129	1.626
Outros	481.394	1.477.151	807.449	11.842.916	9.735.648	24.344.558	24.352.114	(7.556)
- Grupo Segurador	1.594.051	5.565.361	23.612.240	311.311.639	11.932.149	354.015.440	353.619.722	395.718
• Seguradoras e Capitalização	531.671	17.896	107.820	24.435.408	2.088.549	27.181.344	27.198.929	(17.585)
- Letras financeiras do tesouro	391	-	68.007	24.248.295	-	24.316.693	24.314.446	2.247
- Outros	531.280	17.896	39.813	187.113	2.088.549	2.864.651	2.884.483	(19.832)
• Previdência	1.062.380	5.547.465	23.504.420	286.876.231	9.843.600	326.834.096	326.420.793	413.303
- Letras financeiras do tesouro	29.237	2.316.415	1.698.806	206.884.091	-	210.928.549	210.516.687	411.862
- Letras financeiras	723.467	2.556.525	17.003.107	22.138.488	-	42.421.587	42.211.651	209.936
- Notas do tesouro nacional	-	-	4.132.396	17.637.341	-	21.769.737	22.059.177	(289.440)
- Debêntures	46.205	282.748	467.891	29.426.211	-	30.223.055	30.243.409	(20.354)
- Letras do tesouro nacional	28.055	19.179	46.259	9.952.321	-	10.045.814	9.949.550	96.264
- Outros	235.416	372.598	155.961	837.779	9.843.600	11.445.354	11.440.319	5.035
- Outras atividades	-	4.050	-	-	-	4.050	4.052	(2)
Letras financeiras do tesouro	-	4.050	-	-	-	4.050	4.052	(2)
Total geral	44.476.126	11.629.487	38.863.105	389.592.224	42.376.454	526.937.396	526.899.066	38.330

b) Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

	R\$ mil
	Em 31 de dezembro de 2025
Instrumentos financeiros derivativos	18.562.103
Total	18.562.103

7) INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

O Bradesco realiza operações com instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias para administrar sua exposição global, bem como para atender às solicitações de seus clientes, no sentido de administrar suas exposições.

Essas operações abrangem diversos tipos de derivativos, como *swaps* de taxas de juros e de moeda, futuros, opções, contratos a termo, derivativos de crédito e contratos de câmbio com liquidação pronta e futura, contabilizados e divulgados como derivativos, conforme Resolução CMN nº 4.966/2021.

A política de gestão de riscos do Bradesco fundamenta-se na utilização de instrumentos financeiros derivativos com o objetivo, predominantemente, de mitigar os riscos decorrentes das operações realizadas pelo Bradesco e empresas controladas.

Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo e classificados na categoria de valor justo no resultado (VJR) conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado.

O valor justo é, geralmente, determinado com base em cotações ou preços de mercado aplicáveis a ativos ou passivos que possuam características semelhantes. Quando essas cotações não estão disponíveis, o valor justo é estimado com base em informações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou outras técnicas similares. Nesses casos, a determinação do valor justo pode exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

O valor justo dos *swaps* é determinado por meio de técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado, utilizando curvas de rendimento que refletem os fatores de risco adequados. Estas curvas são aplicadas na precificação dos *swaps* de moeda, de taxa de juros e *swaps* com outros fatores de risco. As informações utilizadas para construção de curvas de rendimento são obtidas, principalmente, na B3 e no mercado secundário doméstico e internacional.

O valor justo dos contratos futuros e dos contratos a termo é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou por meio de metodologias similares às utilizadas na precificação para *swaps*.

O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, tais como *Black-Scholes*, usando curvas de rendimento, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo correspondente.

O valor justo dos derivativos de crédito é determinado com base em cotações de mercado ou obtido junto a entidades especializadas. Os preços atuais de mercado são usados para precificar as volatilidades.

De acordo com a Resolução CMN nº 4.966/2021, as operações da carteira de câmbio devem ter o tratamento contábil como derivativos. Nesse sentido, os valores registrados como direitos e obrigações da carteira de câmbio (valor nominal) são registrados em contas de compensação e a variação do valor justo em contas de resultado.

Para estimar o valor justo dos derivativos de balcão, é levado em consideração a qualidade creditícia de cada contraparte, associando assim uma perda esperada para cada portfólio de derivativos (CVA).

Os instrumentos financeiros derivativos no Brasil referem-se, substancialmente, a operações de *swaps*, opções e futuros, sendo registradas na B3. Já os derivativos realizados no Exterior referem-se a operações de *swaps*, termos, opções, derivativos de crédito e futuros efetuadas, substancialmente, nas Bolsas de Chicago e Nova York, bem como no mercado de balcão.

As macros estratégias de atuação são delimitadas pelas carteiras *Trading* (proprietária) e *Banking*. As operações da Carteira *Trading*, inclusive derivativos são realizadas com o objetivo de aproveitar movimentos direcionais de preços e/ou taxas, estratégias de arbitragem, *hedge*, *market maker*, podendo ser liquidadas total ou parcialmente antes do vencimento contratado originalmente. As operações da Carteira *Banking* são compostas por operações comerciais e os seus respectivos *hedges*.

Os riscos destas carteiras são controlados em visões consolidadas por fator de risco e a gestão eficiente dos riscos destas carteiras requer o uso conjunto de operações de derivativos e demais instrumentos, dentre eles, os títulos e valores mobiliários.

a) Valor dos instrumentos financeiros derivativos por indexador

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2025	
	Valor de referência	Valor justo
Contratos futuros		
Compromissos de compra:	232.864.244	(450.905)
- Mercado interfinanceiro	150.634.305	17.542
- Moeda estrangeira	54.344.313	(471.042)
- Outros	27.885.626	2.595
Compromissos de venda:	165.612.193	523.762
- Mercado interfinanceiro (1)	111.724.128	(21.535)
- Moeda estrangeira (2)	30.741.161	530.151
- Outros	23.146.904	15.146
Contratos de opções		
Posição comprada:	783.864.910	1.828.145
- Mercado interfinanceiro	718.584.779	106.261
- Moeda estrangeira	9.616.237	1.121.228
- Outros	55.663.894	600.656
Posição vendida:	790.685.040	(2.645.067)
- Mercado interfinanceiro	721.019.609	(113.341)
- Moeda estrangeira	15.908.308	(947.331)
- Outros	53.757.123	(1.584.395)
Contratos a termo		
Compromissos de compra:	76.859.205	(200.542)
- Moeda estrangeira	64.714.131	(1.459.502)
- Outros	12.145.074	1.258.960
Compromissos de venda:	53.889.171	456.033
- Moeda estrangeira (2)	45.530.533	520.221
- Outros	8.358.638	(64.188)
Contratos de Câmbio		
Compromissos de compra:	24.877.800	(57.213)
- Moeda estrangeira	24.877.800	(57.213)
Compromissos de venda:	6.878.489	(110.916)
- Moeda estrangeira	6.878.489	(110.916)
Contratos de swap		
Posição ativa:	928.071.044	9.550.875
- Mercado interfinanceiro	75.975.089	4.695.032
- Prefixados	315.081.578	454.827
- Moeda estrangeira	521.032.423	2.485.099
- IGP-M	31.221	29.994
- Outros	15.950.733	1.885.923
Posição passiva:	873.497.122	(6.480.535)
- Mercado interfinanceiro	32.343.513	(1.378.695)
- Prefixados	470.848.308	(725.508)
- Moeda estrangeira	355.159.513	(2.649.262)
- IGP-M	103.000	(116.300)
- Outros	15.042.788	(1.610.770)
Total	3.937.099.218	2.413.637

Nos derivativos, estão incluídas as operações vencíveis em D+1.

(1) Inclui: (i) *hedge* contábil de fluxo de caixa para proteção de captações referenciadas ao DI, no valor de R\$ 100.113.669 mil; e (ii) *hedge* contábil de fluxo de caixa para proteção das aplicações referenciadas ao DI, no valor de R\$ 10.625.523 mil (Nota 7f II); e (2) Inclui *hedge* específico para proteção dos ativos e passivos, derivados de investimentos no exterior. Os investimentos no exterior totalizam o montante de R\$ 39.781.569 mil.

b) Composição dos instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos) demonstrada pelo seu valor de custo atualizado, valor justo e prazos

	R\$ mil				
	Em 31 de dezembro de 2025				
	1 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor justo
Ajuste a receber – <i>swap</i>	588.055	303.890	999.189	7.659.741	9.550.875
Ajuste a receber - futuro	182.434	37.006	24.630	460.717	704.787
Compras a termo a receber	1.908.754	110.315	152.269	2.285.361	4.456.699
Vendas a termo a receber (1)	1.457.186	1.164.011	971.125	717.268	4.309.590
Compras de moedas estrangeira a receber	58.426	41.045	-	23.518	122.989
Vendas de moedas estrangeira a receber	2.655	-	-	-	2.655
Prêmios de opções a exercer	1.377.757	44.237	147.067	259.084	1.828.145
Total do ativo (A)	5.575.267	1.700.504	2.294.280	11.405.689	20.975.740
Ajuste a pagar – <i>swap</i>	(624.422)	(555.745)	(516.903)	(4.783.465)	(6.480.535)
Ajuste a pagar - futuro	(379.883)	(98.417)	(18.514)	(135.116)	(631.930)
Compras a termo a pagar	(1.874.780)	(710.009)	(437.920)	(1.634.532)	(4.657.241)
Vendas a termo a pagar	(287.247)	(1.092.352)	(1.112.691)	(1.361.267)	(3.853.557)
Compras de moedas estrangeira a pagar	(53.290)	(98.942)	(27.970)	-	(180.202)
Vendas de moedas estrangeira a pagar	(112.651)	-	(920)	-	(113.571)
Prêmios de opções lançadas	(1.229.049)	(37.796)	(1.165.763)	(212.459)	(2.645.067)
Total do passivo (B)	(4.561.322)	(2.593.261)	(3.280.681)	(8.126.839)	(18.562.103)
Efeito Líquido (A-B)	1.013.945	(892.757)	(986.401)	3.278.850	2.413.637

(1) Inclui ajustes a receber relativo ao *hedge* de ativos e passivos, denominados e/ou indexados em moeda estrangeira, basicamente, derivados de investimentos no exterior, eliminando os efeitos da variação cambial desses ativos e passivos.

c) Contratos futuros, de opções, de termo, de câmbio e de swap – (Valor de Referência)

	R\$ mil				
	Em 31 de dezembro de 2025				
	1 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Contratos futuros (1)	103.111.078	16.714.710	29.652.847	248.997.802	398.476.437
Contratos de opções	395.909.151	552.763.652	556.540.569	69.336.578	1.574.549.950
Contratos a termo (1)	63.778.108	29.863.218	19.359.611	17.747.439	130.748.376
Contratos de câmbio	21.048.669	6.698.976	3.821.250	187.394	31.756.289
Contratos de swap	286.134.106	139.775.682	631.351.689	744.306.689	1.801.568.166
Total em 31 de dezembro de 2025	869.981.112	745.816.238	1.240.725.966	1.080.575.902	3.937.099.218

(1) Inclui contratos relativo ao *hedge* para proteção de ativos e passivos, denominados e/ou indexados em moeda estrangeira, basicamente, derivados de investimentos no exterior, eliminando os efeitos da variação cambial desses ativos e passivos.

d) Tipos de margem oferecida em garantia para instrumentos financeiros derivativos

	R\$ mil
	Em 31 de dezembro de 2025
Títulos públicos	
Notas do tesouro nacional	6.392.456
Letras do tesouro nacional	7.516.255
Total	13.908.711

e) Valores das receitas e das despesas líquidas

	R\$ mil	
	2º semestre de 2025	Acumulado em 31 de dezembro de 2025
Contratos futuros (1)	2.455.285	6.271.450
Contratos de opções	(749.738)	(948.079)
Contratos a termo (1)	(757.361)	(4.127.804)
Contratos de câmbio	53.050	1.559.173
Contratos de <i>swap</i>	1.027.649	489.744
Variação cambial de ativos e passivos no exterior	36.151	(787.517)
Total (Nota 7f III)	2.065.036	2.456.967

(1) Inclui o resultado e o respectivo ajuste ao valor justo do *hedge* para proteção de ativos e passivos, denominados e/ou indexados em moeda estrangeira, basicamente, derivados de investimentos no exterior.

f) Valores de referência dos instrumentos financeiros derivativos, separados por local de negociação e contrapartes

	R\$ mil
	Em 31 de dezembro de 2025
B3 (bolsa)	1.911.030.109
B3 (balcão)	321.618.678
- Instituições financeiras	54.045.774
- Empresas	265.717.785
- Pessoas físicas	1.855.119
Exterior (bolsa) (1)	48.081.288
Exterior (balcão) (1)	1.656.369.143
Total	3.937.099.218

(1) Compreendem operações realizadas nas Bolsas de Chicago e Nova York e no mercado de balcão.

I) Derivativos de crédito (*Credit Default Swap – CDS*)

Representam, de forma geral, um contrato bilateral no qual uma das contrapartes compra proteção contra um risco de crédito de um determinado instrumento financeiro (o risco é transferido). A contraparte que vende a proteção recebe uma remuneração que, normalmente, será paga de forma linear ao longo da vigência da operação.

No caso de um evento de crédito ("*default*"), a contraparte que comprou a proteção receberá um pagamento, cujo objetivo é compensar a perda de valor no instrumento financeiro. Nesse caso, a contraparte que vende a proteção, normalmente, receberá o ativo objeto em troca do referido pagamento.

	R\$ mil
	Em 31 de dezembro de 2025
Risco recebido de Swaps de créditos:	1.840.305
- Títulos de dívidas emitidas por empresas	1.195.369
- Títulos públicos brasileiros	644.936
Risco transferido de Swaps de créditos:	(137.560)
- Derivativos de títulos de empresas	(137.560)

Os contratos relativos às operações de derivativos de crédito acima descritos possuem vencimentos até 2032. Durante o período, não houve ocorrência de evento de crédito relativo a fatos geradores previstos nos contratos.

II) Hedge contábil

A contabilidade de *hedge* é uma prática que utiliza instrumentos financeiros derivativos, com o objetivo de reduzir ou eliminar as assimetrias contábeis existentes em uma relação de proteção, entre um instrumento de *hedge* e um item protegido. Em outras palavras, essa metodologia busca compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições a fatores específicos que possam afetar o resultado ou os outros resultados abrangentes da instituição.

A efetividade do *hedge* pode ser afetada principalmente quando, durante o período da relação de proteção, alterações no cenário de risco de mercado ou no risco de crédito da contraparte ocorrerem.

Em 31 de dezembro de 2025, o Bradesco mantinha *hedge*, em conformidade com o estabelecido na Circular nº 3.082/02 do Bacen, composto por:

Hedge de fluxo de caixa – Os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, tem por objetivo, a redução da exposição às futuras mudanças nas taxas de juros e no câmbio. A parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações destes instrumentos, é avaliada pela metodologia de comparação do ajuste a valor justo dos instrumentos e é reconhecida em conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários e só é transferida para o resultado em duas situações: (i) em caso de inefetividade do *hedge*; ou (ii) na realização do objeto de *hedge*.

Referente ao risco de taxa de juros variável do DI, as estratégias de *hedge accounting* designadas para os instrumentos classificados nessa categoria, utilizam-se de contratos de DI Futuro na B3, *Swaps* e *FED funds*, sendo os prazos de vencimentos até 2032 tornando o fluxo de caixa prefixado. A efetividade verificada na carteira de *hedge* encontra-se em conformidade com o estabelecido na regulamentação em vigor.

Estratégia	Em 31 de dezembro de 2025 - R\$ mil			
	Objeto	Instrumento		
	Objeto de <i>hedge</i> (valor contábil)	Instrumento de <i>hedge</i> (valor nominal)	Ajuste a valor justo registrado no patrimônio líquido* (parcela efetiva)	Ajuste a valor justo no patrimônio líquido (líquido dos efeitos fiscais)
Ativo				
Hedge de Títulos - recebimentos de juros	11.034.575	10.625.523	(39.611)	(21.786)
Passivo				
Hedge de Captações - pagamentos de juros	102.370.447	100.113.669	(238.820)	(131.650)

* Bruto dos efeitos fiscais.

As alterações no valor do item objeto de *hedge* utilizado como base para reconhecer a inefetividade de *hedge* do período são refletidas no valor justo do instrumento por meio de teste de efetividade.

A parcela não efetiva é reconhecida diretamente em conta de resultado. No exercício em questão não houve parcela não efetiva.

Não houve ganhos/(perdas) relativos ao *hedge* contábil de fluxo de caixa, registrados em contas de resultado no período findo em 31 de dezembro de 2025.

Hedge de valor justo – Os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, tem por objetivo, compensar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor justo do item objeto de *hedge*. A parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações do instrumento, é avaliada pela metodologia de comparação do ajuste a valor justo dos instrumentos sendo reconhecida em conta de resultado, líquida dos efeitos tributários.

Referente ao risco de Captações Pré-fixadas, as estratégias de *hedge accounting* designadas para os instrumentos classificados nessa categoria, utilizam-se contratos de DI Futuro, sendo os prazos de vencimentos até 2032. A efetividade verificada na carteira de *hedge* encontra-se em conformidade com o estabelecido na regulamentação em vigor.

Estratégia	R\$ mil				
	Instrumento		Objeto		
	Instrumento de <i>hedge</i> (valor de mercado)	Ajuste a valor justo	Objeto de <i>hedge</i> (valor contábil)	Ajuste a valor justo registrado no resultado* (parcela efetiva)	Ajuste a valor justo no resultado (líquido dos efeitos fiscais)
Ativo					
Hedge letra financeira	79.938	(1.405)	79.857	1.489	819
Total em 31 de dezembro de 2025	79.938	(1.405)	79.857	1.489	819

(*) Bruto dos efeitos fiscais.

A parcela não efetiva do objeto de *hedge* é mantida em conta de patrimônio líquido. No exercício em questão não houve parcela não efetiva.

Hedge de investimentos no exterior – Os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, tem por objetivo, a redução da exposição à

variação cambial de investimentos no exterior, cuja moeda funcional seja diferente da moeda nacional, a qual impacta o resultado da organização. A parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações destes instrumentos, é avaliada pela metodologia de comparação de variação cambial do objeto e instrumento de *hedge*, sendo reconhecida em conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários e só é transferida para o resultado em duas situações: (i) inefetividade do *hedge*; ou (ii) na alienação ou alienação parcial da operação no exterior.

Referente ao risco de moeda, cuja moeda funcional é diferente do real, as estratégias de *hedge accounting* designadas para os instrumentos classificados nessa categoria, utilizam-se de contratos *Forward* e Futuros de Dólar, tendo como objeto de *hedge* o investimento no exterior referenciado a MXN (Peso Mexicano) e USD (Dólar Americano).

A efetividade verificada na carteira de *hedge* encontra-se em conformidade com o estabelecido na regulamentação em vigor.

Estratégia	R\$ mil			
	Objeto	Instrumento		
	Objeto de hedge (valor contábil)	Instrumento de hedge (valor nominal)	Ajuste a valor justo registrado no patrimônio líquido* (parcela efetiva)	Ajuste a valor justo no patrimônio líquido (líquido dos efeitos fiscais)
Ativo				
Hedge de variação cambial de investimento no exterior	5.177.416	5.876.575	(1.207.436)	(633.209)
Total em 31 de dezembro de 2025	5.177.416	5.876.575	(1.207.436)	(633.209)

* Bruto dos efeitos fiscais.

As alterações no valor do item objeto de hedge utilizado como base para reconhecer a inefetividade de hedge do período são refletidas no valor justo do instrumento por meio de teste de efetividade.

A parcela não efetiva do respectivo *hedge* é reconhecida diretamente em conta de resultado.

III) Resultado com títulos e valores mobiliários, resultado financeiro de seguros, previdência e capitalização e instrumentos financeiros derivativos

	R\$ mil	
	2º semestre de 2025	Acumulado em 31 de dezembro de 2025
Receita de juros com aplicações em títulos e valores mobiliários	25.149.998	47.881.529
Ganho/(perda) ao valor justo por meio do resultado	122.356	729.533
Ganho/(perda) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(16.764)	86.002
Ganho/(perda) ao custo amortizado	(48.871)	(185.340)
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 10b)	20.244.247	35.634.308
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	45.450.966	84.146.032
Resultado financeiro de seguros, previdência e capitalização (1)	3.037.929	6.952.315
Resultado com instrumentos financeiros derivativos (7e)	2.065.036	2.456.967
Total	50.553.931	93.555.314

(1) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, compreende receitas financeiras de seguros, previdência e capitalização no valor de R\$ 68.278.397 mil e despesas de atualização e juros de provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização no valor de R\$ (61.326.082) mil. No segundo semestre de 2025, compreende receitas financeiras de seguros, previdência e capitalização no valor de R\$ 36.131.341 mil e despesas de atualização e juros de provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização no valor de R\$ (33.093.412) mil.

8) ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES**a) Títulos e valores mobiliários por meio de outros resultados abrangentes**

Títulos	R\$ mil							
	Em 31 de dezembro de 2025							
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Prazo indeterminado	Valor justo	Valor de custo atualizado	Ganhos/Perdas não realizadas
- Financeiras	3.344.665	17.676.958	4.532.462	49.958.302	121.334	75.633.721	75.934.070	(300.349)
Letras do tesouro nacional	858.524	8.779.690	1.603.865	12.226.686	-	23.468.765	23.587.178	(118.413)
Letras financeiras do tesouro	-	3.642.806	583.083	13.358.662	-	17.584.551	17.570.675	13.876
Títulos de governos estrangeiros	2.293.672	4.407.823	1.157.457	318.979	-	8.177.931	8.167.066	10.865
Notas do tesouro nacional	-	-	1.188.057	10.379.282	-	11.567.339	11.807.535	(240.196)
Debêntures	-	336.672	-	6.868.149	-	7.204.821	7.244.236	(39.415)
Outros	192.469	509.967	-	6.806.544	121.334	7.630.314	7.557.380	72.934
- Grupo Segurador	-	73.209	2.299.188	26.225.780	5.720.248	34.318.425	39.099.355	(4.780.930)
• Seguradoras e Capitalização	-	5.697	2.299.188	8.381.374	3.265.606	13.951.865	16.749.315	(2.797.450)
- Notas do tesouro nacional	-	-	2.270.020	7.910.233	-	10.180.253	11.966.458	(1.786.205)
- Ações	-	-	-	-	3.264.232	3.264.232	4.270.936	(1.006.704)
- Outros	-	5.697	29.168	471.141	1.374	507.380	511.921	(4.541)
• Previdência	-	67.512	-	17.844.406	2.454.642	20.366.560	22.350.040	(1.983.480)
- Notas do tesouro nacional	-	-	-	17.463.770	-	17.463.770	19.565.419	(2.101.649)
- Ações	-	-	-	-	2.454.642	2.454.642	2.313.139	141.503
- Outros	-	67.512	-	380.636	-	448.148	471.482	(23.334)
- Outras atividades	-	-	-	-	417	417	158	259
Outros	-	-	-	-	417	417	158	259
Total geral	3.344.665	17.750.167	6.831.650	76.184.082	5.841.999	109.952.563	115.033.583	(5.081.020)

Os ganhos e perdas líquidos de ativos financeiros ao VJORA consistem, principalmente, do registro das variações no valor justo de ativos financeiros quando estes são vendidos, sendo substancialmente títulos de renda fixa. Os ganhos e as perdas reconhecidos no resultado decorrente da baixa destes ativos totalizaram no período R\$ 86.002 mil.

b) Investimentos em instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

	R\$ mil		
	Custo	Ajustes ao Valor Justo (PL)	Valor Justo
Ações de companhias abertas e outras ações	6.584.739	(864.846)	5.719.893
Total em 31 de dezembro de 2025	6.584.739	(864.846)	5.719.893

Em virtude da alienação de instrumentos patrimoniais designados ao VJORA no reconhecimento inicial, no período foi transferido dentro do patrimônio líquido o montante de R\$ (727.039) mil. Na data da baixa o valor justo destes instrumentos patrimoniais era de R\$ 4.650.858 mil.

A Organização adotou a opção de designar instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes devido às particularidades de determinado mercado.

c) Reconciliação de perdas esperadas de ativos financeiros a VJORA:

	R\$ mil			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Perda esperada de ativos financeiros a VJORA em 1º de janeiro de 2025	13.022	1.565	-	14.587
Transferidos para o Estágio 1	-	-	-	-
Transferidos para o Estágio 2	-	-	-	-
Transferidos para o Estágio 3	-	-	-	-
Oriundos do Estágio 1	-	-	-	-
Oriundos do Estágio 2	-	-	-	-
Oriundos do Estágio 3	-	-	-	-
Novos ativos originados, adquiridos/liquidados ou pagos	9.657	(1.565)	-	8.092
Perda esperada de ativos financeiros a VJORA em 31 de dezembro de 2025	22.679	-	-	22.679

9) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS AO CUSTO AMORTIZADO

Títulos	R\$ mil						
	Em 31 de dezembro de 2025						
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de custo atualizado	Valor justo	Ganhos/Perdas não realizadas (1)
- Financeiras	17.808.782	14.708.855	21.413.215	183.509.678	237.440.530	231.293.172	(6.147.358)
Debêntures	145.670	2.151.204	1.000.017	42.165.075	45.461.966	42.523.624	(2.938.342)
Notas do tesouro nacional	-	-	7.403.613	53.645.422	61.049.035	57.982.451	(3.066.584)
Letras do tesouro nacional	16.216.599	-	5.178.487	27.841.105	49.236.191	48.870.121	(366.070)
Cédula do Produto Rural	644.115	4.235.448	4.073.388	27.617.601	36.570.552	36.913.914	343.362
Notas promissórias	712.862	4.292.967	2.564.866	17.233.127	24.803.822	24.861.271	57.449
Títulos da dívida externa brasileira	-	531.409	113.762	7.951.077	8.596.248	8.561.130	(35.118)
Outros	89.536	3.497.827	1.079.082	7.056.271	11.722.716	11.580.661	(142.055)
- Grupo Segurador	-	-	1.463.000	51.559.028	53.022.028	48.917.495	(4.104.533)
• Seguradoras e Capitalização	-	-	131.482	12.668.486	12.799.968	10.946.002	(1.853.966)
- Notas do tesouro nacional	-	-	131.482	12.668.486	12.799.968	10.946.002	(1.853.966)
• Previdência	-	-	1.331.518	38.890.542	40.222.060	37.971.493	(2.250.567)
- Notas do tesouro nacional	-	-	1.331.518	38.890.542	40.222.060	37.971.493	(2.250.567)
Total geral	17.808.782	14.708.855	22.876.215	235.068.706	290.462.558	280.210.667	(10.251.891)

(1) Os ganhos e perdas não são registrados contabilmente.

I) Reconciliação de perdas esperadas de títulos e valores mobiliários ao custo amortizado:

	R\$ mil			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total (1)
Perda esperada de ativos financeiros a custo amortizado em 1º de janeiro de 2025	711.909	50.705	5.408.826	6.171.440
Transferidos para o Estágio 1	-	(1.776)	(5.022)	(6.798)
Transferidos para o Estágio 2	(13.651)	-	(60.106)	(73.757)
Transferidos para o Estágio 3	(104.427)	(20.750)	-	(125.177)
Oriundos do Estágio 1	-	13.651	104.427	118.078
Oriundos do Estágio 2	1.776	-	20.750	22.526
Oriundos do Estágio 3	5.022	60.106	-	65.128
Novos ativos originados, adquiridos/liquidados ou pagos	38.915	156.320	(2.767.853)	(2.572.618)
Perda esperada de ativos financeiros a custo amortizado em 31 de dezembro de 2025	639.544	258.256	2.701.022	3.598.822

(1) O saldo da perda esperada está registrado como "Perda esperada de ativos financeiros" na Demonstração Consolidada do Resultado.

10) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ**a) Composição e prazos**

	R\$ mil				
	Em 31 de dezembro de 2025				
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Aplicações em Operações Compromissadas:					
Posição bancada	48.712.619	9.918.470	117.930	-	58.749.019
• Notas do tesouro nacional	6.895.007	280.306	-	-	7.175.313
• Letras do tesouro nacional	19.775.121	9.070.230	-	-	28.845.351
• Letras financeiras do tesouro	18.392.822	304.987	-	-	18.697.809
• Outros	3.649.669	262.947	117.930	-	4.030.546
Posição financiada	116.096.262	512.772	-	-	116.609.034
• Notas do tesouro nacional	48.400.219	-	-	-	48.400.219
• Letras do tesouro nacional	34.430.472	-	-	-	34.430.472
• Letras financeiras do tesouro	33.260.472	283.890	-	-	33.544.362
• Outros	5.099	228.882	-	-	233.981
Posição vendida	18.594.104	24.377.665	-	-	42.971.769
• Letras financeiras do tesouro	18.594.104	24.377.665	-	-	42.971.769
Subtotal	183.402.985	34.808.907	117.930	-	218.329.822
Aplicações em depósitos interfinanceiros:					
• Aplicações em depósitos interfinanceiros	2.482.226	5.502.200	6.293.020	2.173.376	16.450.822
Subtotal	2.482.226	5.502.200	6.293.020	2.173.376	16.450.822
Aplicações em moedas estrangeiras:					
• Aviso Prévio	46.590	-	-	-	46.590
• Prazo Fixo	657.820	-	-	-	657.820
Subtotal	704.410	-	-	-	704.410
Em 31 de dezembro de 2025	186.589.621	40.311.107	6.410.950	2.173.376	235.485.054
%	79,3	17,1	2,7	0,9	100,0

b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez

Classificadas na demonstração do resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários.

	R\$ mil	
	2º semestre de 2025	Acumulado em 31 de dezembro
Rendas de aplicações em operações compromissadas:		
• Posição bancada	5.241.886	9.495.468
• Posição financiada	10.958.608	19.414.030
• Posição vendida	2.104.089	2.770.565
Subtotal	18.304.583	31.680.063
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros/Outros	1.939.664	3.954.245
Total (Nota 7f III)	20.244.247	35.634.308

11) DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS E OUTROS DEPÓSITOS NO BANCO CENTRAL DO BRASIL**a) Créditos vinculados e outros depósitos**

	R\$ mil	
	Remuneração	Em 31 de dezembro de 2025
Compulsório sobre depósitos à vista	Não remunerado	9.484.964
Compulsório sobre depósitos de poupança	Índice da poupança	18.374.413
Compulsório sobre depósitos a prazo	Taxa Selic	83.520.072
Aplicações voluntárias no Banco Central	Taxa Selic	10.300.000
Total		121.679.449

b) Resultado das aplicações compulsórias

	R\$ mil	
	2º semestre de 2025	Acumulado em 31 de dezembro
Créditos vinculados ao Bacen (depósito compulsório)	6.446.234	11.905.271
Créditos vinculados ao SFH (1)	39.402	52.008
Total	6.485.636	11.957.279

(1) Os depósitos vinculados ao SFH (Sistema Financeiro de Habitação) estão registrados na rubrica "Outros ativos".

12) OPERAÇÕES DE CRÉDITO**a) Operações de crédito por tipo de produto**

	R\$ mil
	Em 31 de dezembro de 2025
Pessoa Jurídica	350.644.851
- Financiamentos e repasses	137.576.819
- Financiamento à exportação	34.763.790
- Financiamento imobiliário	34.911.156
- Repasses BNDES/Finame	24.475.073
- Financiamento de veículos	23.074.448
- Importação	12.986.200
- Leasing	7.366.152
- Empréstimos	196.080.018
- Capital de giro	143.640.424
- Crédito rural (b)	13.324.492
- Outros	39.115.102
- Operações com limites (1)	16.988.014
Pessoa Física	441.022.363
- Financiamentos e repasses	161.548.810
- Financiamento imobiliário	112.626.278
- Financiamento de veículos	41.797.766
- Repasses BNDES/Finame	6.616.649
- Outros	508.117
- Empréstimos	189.710.201
- Crédito pessoal	166.083.249
- Crédito rural (b)	17.680.946
- Outros	5.946.006
- Operações com limites (1)	89.763.352
Total da carteira	791.667.214
Perda por redução ao valor recuperável de operação de crédito	(48.347.141)
Total de operações de crédito, líquido (2)	743.320.073

(1) Refere-se a operações com limites preestabelecidos em aberto vinculados à conta corrente e ao cartão de crédito, cujos limites de crédito são recompostos automaticamente à medida que os valores utilizados são pagos; e

(2) Composto por Operações de crédito - R\$ 627.852.869 mil, Operações de arrendamento mercantil - R\$ 7.520.084 mil e Outros ativos financeiros - R\$ 107.947.119 mil, líquidos de provisões para perdas esperadas.

b) Crédito Rural (Direcionamento de Recursos)

Para o Plano Safra 2025/2026, projeta-se o direcionamento de crédito rural de R\$ 43.271.452 mil, correspondendo a soma da exigibilidade sobre o VSR - Valor Sujeito ao Recolhimento (31,5%) e LCA - Letra de Crédito do Agronegócio (60%). A título de cumprimento destas obrigações o Bradesco se utiliza dos seguintes instrumentos: Crédito Rural; DIR - Depósitos Interfinanceiros Rurais; CPR - Cédula de Produtor Rural e CDCA - Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio.

Os custos diretos e indiretos para atender a essa exigibilidade são os custos normais atrelados as operações de crédito. Não há previsão de custos por descumprimento das exigibilidades.

c) Reconciliação do valor contábil bruto de operações de crédito

Estágio 1	R\$ mil						
	Saldo em 1º de janeiro de 2025	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Oriundos do Estágio 2	Oriundos do Estágio 3	Originados / (Liquidados)	Saldo em 31 de dezembro de 2025 (1)
Pessoa Jurídica	282.633.333	(4.468.832)	(3.884.782)	698.839	408.417	40.325.039	315.712.014
- Financiamentos	125.114.755	(1.474.567)	(917.207)	184.185	82.925	6.725.393	129.715.484
- Empréstimos	145.133.328	(2.714.895)	(2.840.003)	453.602	305.971	31.352.218	171.690.221
- Rotativos	12.385.250	(279.370)	(127.572)	61.052	19.521	2.247.428	14.306.309
Pessoa Física	347.118.718	(8.578.207)	(5.922.695)	3.021.912	2.124.940	43.993.979	381.758.647
- Financiamentos	132.000.317	(4.319.775)	(2.114.956)	1.293.018	338.579	19.045.668	146.242.851
- Empréstimos	149.534.315	(2.768.929)	(3.609.760)	1.226.064	1.327.474	16.412.251	162.121.415
- Rotativos	65.584.086	(1.489.503)	(197.979)	502.830	458.887	8.536.060	73.394.381
Total	629.752.051	(13.047.039)	(9.807.477)	3.720.751	2.533.357	84.319.018	697.470.661

(1) Do total de ativos alocados no primeiro estágio, R\$ 1.012.359 mil possuem atraso superior a 30 dias.

Estágio 2	R\$ mil						
	Saldo em 1º de janeiro de 2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 3	Originados / (Liquidados)	Saldo em 31 de dezembro de 2025
Pessoa Jurídica	6.946.383	(698.839)	(980.903)	4.468.832	1.083.425	790.583	11.609.481
- Financiamentos	1.861.943	(184.185)	(232.953)	1.474.567	16.695	(447.749)	2.488.318
- Empréstimos	4.363.092	(453.602)	(709.386)	2.714.895	1.044.751	1.196.152	8.155.902
- Rotativos	721.348	(61.052)	(38.564)	279.370	21.979	42.180	965.261
Pessoa Física	21.911.700	(3.021.912)	(2.120.554)	8.578.207	1.487.035	(1.403.214)	25.431.262
- Financiamentos	8.443.456	(1.293.018)	(1.139.080)	4.319.775	197.647	(1.097.188)	9.431.592
- Empréstimos	9.169.428	(1.226.064)	(863.141)	2.768.929	1.156.186	(136.802)	10.868.536
- Rotativos	4.298.816	(502.830)	(118.333)	1.489.503	133.202	(169.224)	5.131.134
Total	28.858.083	(3.720.751)	(3.101.457)	13.047.039	2.570.460	(612.631)	37.040.743

Estágio 3	R\$ mil							
	Saldo em 1º de janeiro de 2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 2	Originados / (Liquidados)	(Write-off)	Saldo em 31 de dezembro de 2025 (1) (2)
Pessoa Jurídica	26.373.476	(408.417)	(1.083.425)	3.884.782	980.903	4.018.858	(10.442.821)	23.323.356
- Financiamentos	5.494.788	(82.925)	(16.695)	917.207	232.953	(592.035)	(580.276)	5.373.017
- Empréstimos	19.479.034	(305.971)	(1.044.751)	2.840.003	709.386	3.093.988	(8.537.794)	16.233.895
- Rotativos	1.399.654	(19.521)	(21.979)	127.572	38.564	1.516.905	(1.324.751)	1.716.444
Pessoa Física	34.274.975	(2.124.940)	(1.487.035)	5.922.695	2.120.554	19.119.586	(23.993.381)	33.832.454
- Financiamentos	4.432.803	(338.579)	(197.647)	2.114.956	1.139.080	(346.726)	(929.520)	5.874.367
- Empréstimos	18.622.180	(1.327.474)	(1.156.186)	3.609.760	863.141	10.003.497	(13.894.668)	16.720.250
- Rotativos	11.219.992	(458.887)	(133.202)	197.979	118.333	9.462.815	(9.169.193)	11.237.837
Total	60.648.451	(2.533.357)	(2.570.460)	9.807.477	3.101.457	23.138.444	(34.436.202)	57.155.810

(1) Do total de ativos alocados para o terceiro estágio, R\$ 20.251.440 mil são decorrentes de operações reestruturadas; e

(2) Não possuímos contratos que não foram alocadas no Estágio 3, em razão do risco de crédito ser significativamente inferior frente aos demais instrumentos da mesma contraparte caracterizados como ativo com problema de recuperação de crédito.

Consolidado - 3 estágios	R\$ mil			
	Saldo em 1º de janeiro de 2025	Originados / (Liquidados)	(Write-off) (1)	Saldo em 31 de dezembro de 2025 (1)
Pessoa Jurídica	315.953.192	45.134.480	(10.442.821)	350.644.851
- Financiamentos	132.471.486	5.685.609	(580.276)	137.576.819
- Empréstimos	168.975.454	35.642.358	(8.537.794)	196.080.018
- Rotativos	14.506.252	3.806.513	(1.324.751)	16.988.014
Pessoa Física	403.305.393	61.710.351	(23.993.381)	441.022.363
- Financiamentos	144.876.576	17.601.754	(929.520)	161.548.810
- Empréstimos	177.325.923	26.278.946	(13.894.668)	189.710.201
- Rotativos	81.102.894	17.829.651	(9.169.193)	89.763.352
Total	719.258.585	106.844.831	(34.436.202)	791.667.214

(1) Do total das operações, R\$ 697.470.661 mil possuem baixo risco de crédito em relação ao total da carteira, além disso, 58% das operações possuem garantia.

d) Reconciliação de perdas esperadas de operação de crédito

Estágio 1	R\$ mil						
	Saldo em 1º de janeiro de 2025	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Oriundos do Estágio 2	Oriundos do Estágio 3	Constituição / (Reversão)	Saldo em 31 de dezembro de 2025
Pessoa Jurídica	3.594.618	(124.732)	(132.544)	61.409	208.086	(592.700)	3.014.137
- Financiamentos	1.001.834	(27.102)	(18.765)	13.500	40.723	(265.378)	744.812
- Empréstimos	2.273.738	(88.913)	(108.255)	45.815	160.546	(365.910)	1.917.021
- Rotativos	319.046	(8.717)	(5.524)	2.094	6.817	38.588	352.304
Pessoa Física	6.157.999	(212.870)	(229.916)	283.812	1.043.588	(752.351)	6.290.262
- Financiamentos	437.710	(33.996)	(29.377)	42.569	82.889	6.410	506.205
- Empréstimos	3.845.053	(130.928)	(192.555)	216.763	768.091	(674.445)	3.831.979
- Rotativos	1.875.236	(47.946)	(7.984)	24.480	192.608	(84.316)	1.952.078
Total	9.752.617	(337.602)	(362.460)	345.221	1.251.674	(1.345.051)	9.304.399

Estágio 2	R\$ mil						
	Saldo em 1º de janeiro de 2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 3	Constituição / (Reversão)	Saldo em 31 de dezembro de 2025
Pessoa Jurídica	988.363	(61.409)	(166.319)	124.732	638.368	(173.910)	1.349.825
- Financiamentos	238.312	(13.500)	(46.075)	27.102	8.087	15.607	229.533
- Empréstimos	619.065	(45.815)	(115.354)	88.913	623.001	(247.249)	922.561
- Rotativos	130.986	(2.094)	(4.890)	8.717	7.280	57.732	197.731
Pessoa Física	3.236.267	(283.812)	(429.704)	212.870	801.381	305.290	3.842.292
- Financiamentos	414.750	(42.569)	(122.253)	33.996	50.259	176.070	510.253
- Empréstimos	2.158.363	(216.763)	(284.240)	130.928	695.184	(159)	2.483.313
- Rotativos	663.154	(24.480)	(23.211)	47.946	55.938	129.379	848.726
Total	4.224.630	(345.221)	(596.023)	337.602	1.439.749	131.380	5.192.117

Estágio 3	R\$ mil							
	Saldo em 1º de janeiro de 2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 2	Constituição / (Reversão)	(Write-off)	Saldo em 31 de dezembro de 2025
Pessoa Jurídica	15.090.689	(208.086)	(638.368)	132.544	166.319	7.988.352	(10.442.821)	12.088.629
- Financiamentos	2.180.059	(40.723)	(8.087)	18.765	46.075	299.042	(580.276)	1.914.855
- Empréstimos	12.049.650	(160.546)	(623.001)	108.255	115.354	6.068.229	(8.537.794)	9.020.147
- Rotativos	860.980	(6.817)	(7.280)	5.524	4.890	1.621.081	(1.324.751)	1.153.627
Pessoa Física	21.391.524	(1.043.588)	(801.381)	229.916	429.704	25.549.202	(23.993.381)	21.761.996
- Financiamentos	1.790.547	(82.889)	(50.259)	29.377	122.253	1.810.195	(929.520)	2.689.704
- Empréstimos	12.686.999	(768.091)	(695.184)	192.555	284.240	13.938.405	(13.894.668)	11.744.256
- Rotativos	6.913.978	(192.608)	(55.938)	7.984	23.211	9.800.602	(9.169.193)	7.328.036
Total	36.482.213	(1.251.674)	(1.439.749)	362.460	596.023	33.537.554	(34.436.202)	33.850.625

Consolidado - 3 estágios	R\$ mil			
	Saldo em 1º de janeiro de 2025	Constituição / (Reversão) (1)	(Write-off)	Saldo em 31 de dezembro de 2025
Pessoa Jurídica	19.673.670	7.221.742	(10.442.821)	16.452.591
- Financiamentos	3.420.205	49.271	(580.276)	2.889.200
- Empréstimos	14.942.453	5.455.070	(8.537.794)	11.859.729
- Rotativos	1.311.012	1.717.401	(1.324.751)	1.703.662
Pessoa Física	30.785.790	25.102.141	(23.993.381)	31.894.550
- Financiamentos	2.643.007	1.992.675	(929.520)	3.706.162
- Empréstimos	18.690.415	13.263.801	(13.894.668)	18.059.548
- Rotativos	9.452.368	9.845.665	(9.169.193)	10.128.840
Total	50.459.460	32.323.883	(34.436.202)	48.347.141

(1) Composto por liquidações antecipadas, vencimentos e modificações.

e) Operações de crédito reestruturadas

No total de “Operações de crédito com perda esperada associada ao risco de crédito”, onde estão incluídas as reestruturações, que são operações que contemplam alongamento de prazos, concessão de carência, redução na taxa de juros, e, em alguns casos, desconto parcial do principal.

Reestruturações podem ocorrer tanto em função de atrasos nos pagamentos ou de percepção de que a qualidade do crédito se deteriorou fortemente. O objetivo das reestruturações é adequar as operações à nova capacidade do cliente de pagar seu débito.

A tabela a seguir demonstra as mudanças efetuadas e a nossa análise da carteira de operações de crédito reestruturadas:

	R\$ mil
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2025	34.755.068
Reestruturação (1)	18.414.187
Recebimento/Outros (2)	(13.955.482)
Baixas	(12.601.134)
Saldo final em 31 de dezembro de 2025	26.612.639
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(13.973.114)
Total de operações de crédito reestruturadas, líquido de perda esperada	12.639.525
Perda esperada sobre as operações de crédito reestruturadas como percentual do total das operações de crédito reestruturadas	52,5%
Total das operações de crédito reestruturadas como percentual do portfólio de crédito total	3,4%
Total das operações de crédito reestruturadas como percentual do portfólio de crédito total, líquido de perda esperada	3,6%

(1) A Organização optou pela utilização do Artigo 71-A previsto na Resolução CMN nº 5.146 de 26 de junho de 2024, que faculta as instituições a utilização até 31 de dezembro de 2026, o uso da taxa de juros efetiva repactuada para a apuração do valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados; e

(2) Contempla a liquidação de contratos reestruturados por meio da realização de novas operações.

No momento em que o empréstimo é modificado, a Administração considera as condições do novo empréstimo e o vencimento reestruturados, e não mais o considera vencido. A partir da data da modificação, os juros reestruturados começam a acumular, utilizando o método da taxa efetiva de juros, levando em consideração a capacidade do cliente quitar o empréstimo, com base na análise efetuada pela Administração. Se o cliente não consegue manter os novos termos negociados, a Administração considera cessar o acúmulo a partir desse ponto.

Adicionalmente, quaisquer saldos relativos a empréstimos e adiantamentos a clientes reestruturados, que já tenham sido baixados e registrados em contas fora do balanço patrimonial, bem como quaisquer ganhos de reestruturações, são reconhecidos apenas quando recebidos.

f) Perda esperada líquida de recuperações

Despesa de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito líquida da recuperação de créditos baixados ("Write-off").

	R\$ mil	
	2º semestre de 2025	Acumulado em 31 de dezembro de 2025
Constituição	18.177.514	35.300.939
Recuperações	(3.041.430)	(5.760.548)
Despesas com perdas esperadas líquidas de recuperações (1)	15.136.084	29.540.391

(1) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, houve cessões de crédito de operações já baixadas para prejuízo no montante de R\$ 805.872 mil, cujo valor de venda foi de R\$ 116.665 mil e cessão de crédito de operação ativa no montante de R\$ 69.939 mil, cujo valor de venda foi de R\$ 18.383 mil, sem retenção de riscos e benefícios.

g) Itens não registrados no balanço

O quadro abaixo, demonstra os montantes que representam o risco total dos itens não registrados no balanço patrimonial (*off-balance*):

	R\$ mil
	Em 31 de dezembro de 2025
Compromissos de valores de crédito a liberar (1)	358.376.828
Beneficiários e garantias prestadas (2)	125.119.738
Créditos abertos para importação	356.071
Total	483.852.637

(1) Inclui, limites a liberar de cartão de crédito, crédito pessoal, financiamento imobiliário, conta garantida e cheque especial; e

(2) Referem-se a garantias prestadas, que em sua maior parte são realizadas com clientes Corporate.

As garantias financeiras são compromissos condicionais de empréstimos emitidos para garantir o desempenho de um cliente perante um terceiro. Segundo essas garantias, geralmente, possuímos o direito de regresso contra o cliente para recuperar quaisquer valores pagos. Além disso, podemos reter recursos em dinheiro ou outras garantias de liquidez elevada para garantir esses compromissos.

Os contratos estão sujeitos às mesmas avaliações de crédito aplicadas em outras concessões de crédito. As cartas de comprometimento de crédito são emitidas, principalmente, para avalizar acordos públicos e privados de emissão de dívida, incluindo *commercial papers*, financiamentos de títulos e transações similares. As cartas de comprometimento de crédito estão sujeitas à avaliação de crédito do cliente por parte da Administração.

As cartas de crédito são compromissos emitidos para garantir a performance de um cliente a um terceiro. Emitimos cartas comerciais de crédito para viabilizar as transações de comércio exterior. Esses instrumentos são compromissos de curto prazo para pagar o beneficiário de um terceiro sob certas condições contratuais pelo embarque de produtos. Os contratos estão sujeitos às mesmas avaliações de crédito aplicadas em outras concessões de crédito.

13) OUTROS ATIVOS FINANCEIROS**a) Diversos**

	R\$ mil
	Em 31 de dezembro de 2025
Valores a receber relativos a transações de pagamento	68.690.210
Títulos e créditos a receber	30.918.155
Devedores por depósitos em garantia	23.808.198
Adiantamentos de contrato de câmbio	12.094.380
Rendas a receber	5.817.881
Valores específicos	8.309.872
Negociação e intermediação de valores	6.014.189
Outros	2.981.601
Total	158.634.486

14) INVESTIMENTOS EM COLIGADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO**a) Composição dos investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto (joint venture)**

Empresas	R\$ mil											
	Em 31 de dezembro de 2025											
	Localização da Sede	Participação Total	Participação com Direito a Voto	Valor Contábil do Investimento	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Resultado da Equivalência Patrimonial		Outros Resultados Abrangentes do período	Resultado Abrangente Total
									2º semestre de 2025 (1)	Acumulado em 31 de dezembro de 2025 (1)		
Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A.	São Paulo - Brasil	20,00%	20,00%	109.290	5.862.399	2.236.478	5.255.969	2.299.487	(6.503)	13.635	1.472	15.107
Tecnologia Bancária S.A. (2)	São Paulo - Brasil	24,55%	24,32%	249.118	766.711	2.473.255	668.796	1.579.574	1.127	7.841	-	7.841
Swiss Re Corporate Solutions Brasil (2)	São Paulo - Brasil	40,00%	40,00%	534.853	3.075.599	2.171.323	3.187.083	959.644	11.836	20.053	(5.298)	14.755
Elo Participações Ltda. (3)	São Paulo - Brasil	50,01%	50,01%	1.305.990	1.433.582	6.152.357	597.993	4.375.461	621.203	1.019.308	(72.804)	946.504
Outras (4)				11.149.182					651.786	1.100.890		
Total Geral em 31 de dezembro de 2025				13.348.433					1.279.449	2.161.727		

(1) Os ajustes decorrentes de avaliação consideram os resultados apurados, periodicamente, pelas companhias e incluem variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, bem como os ajustes por equalização de práticas contábeis, quando aplicáveis;

(2) Empresas com cálculo de equivalência patrimonial utilizando balanços com defasagem em relação a data-base das demonstrações financeiras, permitidos pela regulamentação;

(3) Empresa brasileira, prestadora de serviços relacionados a cartões de crédito e débito e outros meios de pagamento; e

(4) Inclui, basicamente, investimentos na Cielo S.A., Fleury S.A. e Banco John Deere. No acumulado em 31 de dezembro de 2025, a Organização recebeu dividendos e/ou juros sobre capital próprio de R\$ 123.957 mil referente à Empresa Cielo S.A., e R\$ 237.235 mil das demais empresas.

15) IMOBILIZADO DE USO**a) Composição por classe de imobilizado de uso**

	R\$ mil				
	Vida útil estimada	Custo	Depreciação acumulada	Provisões para redução ao valor recuperável de ativos	Custo líquido de depreciação
Edificações	4%	1.396.863	(1.054.334)	(233)	342.296
Terrenos	-	699.712	-	-	699.712
Instalações, móveis e equipamentos de uso (2)	10%	5.048.680	(2.741.850)	(939)	2.305.891
Direitos de Uso (1)	-	2.990.067	(832.437)	-	2.157.630
Sistemas de segurança e comunicações (2)	10% a 20%	390.081	(262.871)	(2.380)	124.830
Sistemas de processamento de dados (2)	20% a 40%	7.707.607	(5.290.697)	(7.986)	2.408.924
Sistemas de transportes	10% a 20%	316.315	(137.819)	-	178.496
Imobilizações em curso	-	408.830	-	-	408.830
Saldos em 31 de dezembro de 2025 (1)		18.958.155	(10.320.008)	(11.538)	8.626.609

(1) Inclui ativos subjacentes identificados nos contratos de arrendamento reconhecidos no escopo da Resolução nº 4.975/21; e

(2) Em 31 de dezembro de 2025, foram registradas constituição de *impairment* na rubrica de "Outras Despesas Operacionais" no montante de R\$ 1.398 mil.

Celebramos contratos de arrendamento mercantil, basicamente, para imóveis e equipamentos de processamento de dados, que são registrados como edificações e equipamentos arrendados no ativo imobilizado. Veja Nota de Outros Passivos Financeiros para a divulgação da obrigação.

b) Movimentação líquida do imobilizado de uso por classe

	R\$ mil							
	Edificações	Terrenos	Instalações, móveis e equipamentos de uso	Sistema de segurança e comunicações	Sistemas de processamento de dados	Sistemas de transporte	Outros (1)	Total (2)
Saldos em 1º de janeiro de 2025	330.752	713.838	2.079.067	119.670	3.432.633	207.142	547.277	7.430.379
Adições / Reduções	59.418	(14.126)	647.546	33.413	(249.550)	4.184	3.276.969	3.757.854
Depreciação	(47.874)	-	(420.722)	(28.253)	(774.159)	(32.830)	(1.257.786)	(2.561.624)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	342.296	699.712	2.305.891	124.830	2.408.924	178.496	2.566.460	8.626.609

(1) Contempla Imobilizado em Curso e Direitos de Uso; e

(2) Inclui ativos subjacentes identificados nos contratos de arrendamento reconhecidos no escopo da Resolução 4.975/21.

O índice de imobilização em relação ao patrimônio de referência do "conglomerado prudencial" foi de 26,9%, sendo o limite máximo de 50,0% conforme Resolução CMN nº 4.957/21.

16) INTANGÍVEL**a) Ágios**

O ágio apurado nas aquisições de investimentos, líquido das provisões para redução ao valor recuperável de ativos, totalizou R\$ 4.061.719 mil, líquido das amortizações acumuladas, quando aplicável, sendo: (i) R\$ 2.552.155 mil representado pela aquisição de ações de empresas coligadas e de controle compartilhado, que estão registradas em Investimentos (Cielo/Fleury/Swiss/Grupo Santa/Outros); e (ii) R\$ 1.509.564 mil líquido das amortizações acumuladas, quando aplicável, representado pela aquisição de ações de empresas controladas, representado por rentabilidade futura/carteira de clientes/valor de mercado, que é amortizado em até vinte anos, registrado em Ativos Intangíveis.

Foram amortizados ágios no 2º semestre de 2025 no montante de R\$ 181.405 mil e no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 no montante de R\$ 346.648 mil.

b) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos são compostos por:

	R\$ mil				
	Em 31 de dezembro de 2025				
	Taxa Amortização (1)	Custo	Amortização	Provisões para Redução ao Valor Recuperável de Ativos	Custo líquido de amortização
Aquisição de direito para prestação de serviços financeiros (2)	Contrato	10.133.782	(4.392.708)	(81.776)	5.659.298
Software (2)	Até 10%	28.646.462	(16.197.351)	(7.879)	12.441.232
Ágio (3)	Até 20%	13.955.498	(12.117.414)	(328.520)	1.509.564
Outros	Contrato	2.365.920	(1.307.092)	-	1.058.828
Total em 31 de dezembro de 2025		55.101.662	(34.014.565)	(418.175)	20.668.922

(1) A amortização dos ativos intangíveis é efetuada no decorrer de um período estimado de benefício econômico, sendo: (i) Software e Outros registrados em "Outras Despesas Administrativas"; e (ii) Aquisição de Direitos para prestação de serviços financeiros e Ágio em "Outras Despesas Operacionais";

(2) Em 31 de dezembro de 2025, houve *impairment*/baixa em: (i) Aquisição de direito para prestação de serviços financeiros, no valor de R\$ 22.470 mil; e (ii) Software R\$ 3.976 mil; e

(3) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, composto, basicamente, pelos ágios na aquisição da participação acionária na Bradesco Bank – R\$ 700.167 mil, Odonto System – R\$ 4.836 mil, Bradescard México – R\$ 6.061 mil, Kirtan Bank – R\$ 382.942 mil, RCB Investimentos – R\$ 4.485 mil, Banco Dígito – R\$ 60.170 mil e Tivio Capital – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários – R\$ 98.069 mil.

c) Movimentação dos ativos intangíveis por classe

	R\$ mil			
	Em 1º de janeiro de 2025	Adições/ (baixas)	Amortização do período	Em 31 de dezembro de 2025
Aquisição de direito para prestação de serviços financeiros	5.553.483	1.959.294	(1.853.479)	5.659.298
Software	10.287.797	4.944.937	(2.791.502)	12.441.232
Ágio – Rentabilidade futura	660.471	(62.545)	(246.381)	351.545
Ágio – Baseado em intangíveis e outras razões	903.626		(94.125)	809.501
Ágio – Diferença de valor de mercado de ativos/passivos	354.660	-	(6.142)	348.518
Outros	1.230.115	41.891	(213.178)	1.058.828
Total	18.990.152	6.883.577	(5.204.807)	20.668.922

17) OUTROS ATIVOS

	R\$ mil
	Em 31 de dezembro de 2025
Relações interfinanceiras e interdependências	159.265
Devedores diversos	5.132.552
Despesas antecipadas (i)	5.081.590
Outros Valores e Bens	92.925
Outros (1)	5.670.921
Total	16.137.253

(1) Inclui, basicamente, valores a receber, outros adiantamentos, antecipações e pagamentos a ressarcir, propriedade para investimento, no montante de R\$ 1.383.569 mil e R\$ 2.060.445 mil de ações de companhias abertas recebidas em dação de pagamento, registradas como investimentos mantidos para venda, conforme Resolução nº 4.817/20, e que estão avaliadas por laudo de avaliação independente.

i. Despesas antecipadas

	R\$ mil
	Em 31 de dezembro de 2025
Custos de aquisição diferidos de seguros (1)	3.324.757
Comissão na colocação de empréstimos e financiamentos (2)	7.782
Despesas de propaganda e publicidade (3)	135.435
Outras (4)	1.613.616
Total	5.081.590

(1) Comissões pagas aos corretores e representantes sobre as comercializações de produtos de seguros, previdência e capitalização;

(2) Comissões pagas a lojistas e revendedores de veículos e para correspondentes – crédito consignado;

(3) Despesas de propaganda e publicidade pagas antecipadamente, cuja veiculação na mídia ocorrerá em períodos futuros; e

(4) Inclui, basicamente: (i) despesa de infraestrutura de TI; e (ii) despesas pela emissão de cartões.

a) Ativos não Financeiros Mantidos para Venda

	R\$ mil		
	Em 31 de dezembro de 2025		
	Custo	Provisões para Redução ao Valor Recuperável de Ativos	Custo líquido de provisão
Imóveis	2.353.456	(1.169.231)	1.184.225
Veículos e afins	766.922	(340.027)	426.895
Máquinas e equipamentos	4.323	(2.581)	1.742
Total em 31 de dezembro de 2025	3.124.701	(1.511.839)	1.612.862

18) RECURSOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

	R\$ mil				
	Em 31 de dezembro de 2025				
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Depósitos à vista - instituições financeiras	1.203.130	-	-	-	1.203.130
Depósitos interfinanceiros	2.945.299	229.850	1.731.592	579.136	5.485.877
Captações no mercado aberto (a)	316.634.256	31.214.807	6.658	1.846.496	349.702.217
Obrigações por empréstimos (b)	5.056.343	21.178.358	11.120.445	1.644.504	38.999.650
Obrigações por repasses (c)	1.175.067	4.086.293	7.310.814	19.136.446	31.708.620
Total geral em 31 de dezembro de 2025	327.014.095	56.709.308	20.169.509	23.206.582	427.099.494
%	76,6	13,3	4,7	5,4	100,0

a) Captações no mercado aberto

	R\$ mil				
	Em 31 de dezembro de 2025				
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Carteira própria	181.307.264	5.905.616	6.658	1.846.496	189.066.034
• Títulos públicos	143.203.041	613.764	-	-	143.816.805
• Títulos privados	28.867.303	425.375	3.942	-	29.296.620
• Exterior	9.236.920	4.866.477	2.716	1.846.496	15.952.609
Carteira de terceiros (1)	115.897.419	972.203	-	-	116.869.622
Carteira livre movimentação (1)	19.429.573	24.336.988	-	-	43.766.561
Total geral em 31 de dezembro de 2025	316.634.256	31.214.807	6.658	1.846.496	349.702.217
%	90,6	8,9	-	0,5	100,0

(1) Representada por títulos públicos.

b) Obrigações por empréstimos

	R\$ mil				
	Em 31 de dezembro de 2025				
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
No Exterior	5.056.343	21.178.358	11.120.445	1.644.504	38.999.650
Total geral em 31 de dezembro de 2025	5.056.343	21.178.358	11.120.445	1.644.504	38.999.650
%	13,0	54,3	28,5	4,2	100,0

c) Obrigações por repasses ⁽¹⁾

	R\$ mil				
	Em 31 de dezembro de 2025				
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Do País	1.175.067	4.086.293	7.310.814	19.136.446	31.708.620
- FINAME	570.206	2.762.830	3.784.962	12.455.940	19.573.938
- BNDES	481.680	1.323.463	2.944.037	6.411.333	11.160.513
- Tesouro nacional	-	-	481.783	-	481.783
- Outras instituições	123.181	-	100.032	269.173	492.386
Total geral em 31 de dezembro de 2025	1.175.067	4.086.293	7.310.814	19.136.446	31.708.620
%	3,7	12,8	23,1	60,4	100,0

(1) As obrigações por repasses consistem em recursos para repasses locais, em que tomamos emprestado de entidades e órgãos governamentais nacionais para conceder empréstimos a empresas brasileiras, para investimentos em instalações, equipamentos, agricultura, entre outros.

d) Despesas de operações de empréstimos e repasses

	R\$ mil	
	2º semestre de 2025	Acumulado em 31 de dezembro de 2025
Empréstimos:		
- No País	55.028	157.847
- No Exterior	665.109	1.284.888
- Variação cambial de ativos e passivos no exterior	(223.044)	823.443
Subtotal de empréstimos	497.093	2.266.178
Repasses do País:		
- BNDES	345.854	664.260
- FINAME	1.606.239	2.652.005
- Tesouro nacional	24.996	40.114
- Outras instituições	6.302	11.086
Repasses do Exterior:		
- Obrigações com banqueiros no exterior	2.027.322	2.225.274
Subtotal de repasses	4.010.713	5.592.739
Total	4.507.806	7.858.917

e) Despesas com operações de captações no mercado

	R\$ mil	
	2º semestre de 2025	Acumulado em 31 de dezembro de 2025
Depósitos de poupança	4.596.820	9.041.498
Depósitos a prazo	25.936.218	47.141.946
Captações no mercado aberto	21.563.737	38.659.677
Recursos de emissão de títulos (Nota 20a)	19.823.202	32.907.338
Dívidas subordinadas (Nota 21b)	4.238.325	8.397.038
Outras despesas de captação	358.681	520.036
Total	76.516.983	136.667.533

19) RECURSOS DE CLIENTES

	R\$ mil				
	Em 31 de dezembro de 2025				
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Depósitos à vista - clientes (1)	36.792.675	-	-	-	36.792.675
Depósitos de poupança (1)	124.461.404	-	-	-	124.461.404
Depósitos a prazo (2)	46.755.527	66.066.548	102.249.281	344.948.716	560.020.072
Total em 31 de dezembro de 2025	208.009.606	66.066.548	102.249.281	344.948.716	721.274.151
%	28,8	9,2	14,2	47,8	100,0

(1) Classificados no prazo de 1 a 30 dias, sem considerar a média histórica do giro; e

(2) Consideram os vencimentos estabelecidos nas aplicações.

20) RECURSOS DE EMISSÃO DE TÍTULOS

	R\$ mil				
	Em 31 de dezembro de 2025				
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Títulos e valores mobiliários – País:					
- Letras de crédito imobiliário	3.259.746	6.846.721	6.361.886	58.853.322	75.321.675
- Letras de crédito do agronegócio	4.973.449	5.838.311	4.260.171	39.216.019	54.287.950
- Letras financeiras	6.295.747	10.987.359	31.938.304	86.451.563	135.672.973
- Letras imobiliárias garantidas (1)	453.098	1.049.026	2.531.384	19.566.691	23.600.199
Subtotal	14.982.040	24.721.417	45.091.745	204.087.595	288.882.797
Títulos e valores mobiliários – Exterior:					
- MTN Program Issues (2)	1.341.546	37.964	2.997	10.040.958	11.423.465
Subtotal	1.341.546	37.964	2.997	10.040.958	11.423.465
Certificados de operações estruturadas	33.706	323.448	350.632	5.246.634	5.954.420
Total geral em 31 de dezembro de 2025	16.357.292	25.082.829	45.445.374	219.375.187	306.260.682
%	5,3	8,2	14,8	71,7	100,0

(1) Captações garantidas pela carteira de créditos imobiliários, no montante de R\$ 29.496.034 mil, que cumpre todos os requisitos determinados pela Resolução CMN nº 5.001/22, sendo:

Requisito de suficiência, requisito de liquidez, requisito de prazo. Os programas 2 e 3 de emissão de LIG, tem respectivamente, prazo médio ponderado da carteira de ativos de 219 e 240 meses sendo a emissão das LIGs com prazo de 53 e 28 meses, não havendo vencimento de LIGs nos próximos 180 dias, os direitos creditórios corresponde a 1,58% do total de ativos e 33,78% do valor de garantia dos imóveis. Adicionalmente, o Termo de Emissão de LIG e a política de gestão da carteira de ativos seguem na forma do artigo 11 da Resolução CMN nº 5.001/22; e

(2) Emissão de títulos no mercado internacional para aplicação em operações comerciais de câmbio, pré-financiamento à exportação, financiamento à importação e financiamento de capital de giro, substancialmente, a médio e longo prazo. Em janeiro de 2026, houve a emissão de US\$ 750 milhões de dívida sênior no exterior, com prazo de 60 meses e cupom de 5,375% ao ano.

a) Movimentação de recursos de emissão de títulos

	R\$ mil
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2025	257.977.344
Emissões	156.468.949
Juros	32.907.338
Liquidação e pagamentos de juros	(143.196.203)
Variação cambial	2.103.254
Saldo final em 31 de dezembro de 2025	306.260.682

21) DÍVIDAS SUBORDINADAS**a) Composição por vencimento**

Vencimento	R\$ mil		
	Prazo original em anos	Valor da operação	Em 31 de dezembro de 2025
No País			
Letras Financeiras:			
2027	7	13.000	24.005
2026	8	694.800	1.380.842
2030	8	2.368.200	3.923.963
2027	9	89.700	187.469
2026	10	196.196	655.486
2027	10	256.243	586.866
2028	10	248.300	567.279
2030	10	124.500	213.615
2031	10	7.270.000	13.246.380
2032	10	5.378.500	8.884.021
2033	10	531.000	700.964
2035	10	2.503.500	2.519.653
2026	11	2.500	4.531
2027	11	47.046	118.795
2028	11	74.764	176.548
Perpétua		19.064.300	21.524.109
Total geral (1) (2)			54.714.526

(1) Inclui o montante de R\$ 50.648.748 mil, referente as dívidas subordinadas registradas como "Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital" para fins de capital regulamentar; e

(2) As informações de resultado estão apresentadas na Nota 18e, despesas com operações no mercado e atualização de juros de provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização.

b) Movimentação das dívidas subordinadas

	R\$ mil
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2025	57.458.927
Emissões	8.059.200
Juros	8.397.038
Liquidação e pagamentos de juros	(19.200.639)
Saldo final em 31 de dezembro de 2025	54.714.526

22) OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

	R\$ mil
	Em 31 de dezembro de 2025
Relações interfinanceiras e interdependências	49.911.261
Negociação e intermediação de valores	19.285.262
Passivo financeiro de arrendamento (a)	3.247.390
Obrigações por operações vinculadas a cessão	3.488.479
Total	75.932.392

a) Passivo de arrendamento

	R\$ mil
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2025	3.014.544
Remensuração e novos contratos	1.435.866
Pagamentos	(1.538.211)
Apropriação de encargos financeiros	335.191
Saldo final em 31 de dezembro de 2025	3.247.390

Vencimento dos arrendamentos

O vencimento destes passivos financeiros em 31 de dezembro de 2025 está dividido da seguinte forma: R\$ 730.937 mil até 1 ano, R\$ 1.730.439 mil entre 1 à 5 anos e R\$ 495.566 mil com mais de 5 anos.

Impactos no resultado

O impacto no resultado no acumulado em 31 de dezembro de 2025 foi de: Despesas de depreciação – R\$ 1.257.786 mil e Despesas financeiras – R\$ 335.191 mil.

23) PROVISÕES**a) Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização****l) Provisões técnicas por conta**

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro de 2025			
	Seguros (1)	Vida e Previdência (2)	Capitalização	Total
Passivo circulante e exigível a longo prazo				
Provisão matemática de benefícios a conceder	1.205.288	380.224.229	-	381.429.517
Provisão matemática de benefícios concedidos	452.783	12.634.815	-	13.087.598
Provisão matemática para capitalização	-	-	8.577.383	8.577.383
Provisão de IBNR	8.242.451	1.013.195	-	9.255.646
Provisão de prêmios não ganhos	7.868.218	2.990.930	-	10.859.148
Provisão de sinistros a liquidar	8.253.820	1.379.945	-	9.633.765
Provisão de excedente financeiro	-	573.999	-	573.999
Provisão para sorteios e resgates	-	-	1.583.685	1.583.685
Outras provisões	5.019.655	5.867.928	105.929	10.993.512
Total das provisões técnicas	31.042.215	404.685.041	10.266.997	445.994.253

II) Garantias das provisões técnicas

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro de 2025			
	Seguros	Vida e Previdência	Capitalização	Total
Total das provisões técnicas	31.042.215	404.685.041	10.266.997	445.994.253
(-) Provisão matemática de benefícios a conceder (PGBL e VGBL) (4)	-	(347.205.689)	-	(347.205.689)
(-) Carregamento de comercialização – garantia estendida	(310.981)	-	-	(310.981)
(-) Parcela correspondente a resseguros contratados	(32.532)	(14.585)	-	(47.117)
(-) Direitos creditórios	(3.038.361)	-	-	(3.038.361)
(-) Provisão de prêmios não ganhos – seguro saúde e odontológico (3)	(2.708.907)	-	-	(2.708.907)
(-) Outras deduções - Seguro saúde e odontológico (3)	(5.102.720)	-	-	(5.102.720)
Total a ser coberto	19.848.714	57.464.767	10.266.997	87.580.478
Cotas de fundos de investimento (exceto VGBL e PGBL)	9.478.221	23.454.951	5.869.752	38.802.924
Títulos públicos	14.159.178	33.525.466	4.501.219	52.185.863
Ações	-	1.606.238	-	1.606.238
Títulos privados	230.593	373.042	-	603.635
Total das garantias das provisões técnicas	23.867.992	58.959.697	10.370.971	93.198.660

(1) A linha de “Outras provisões” de Seguros inclui, substancialmente, a Provisão de Insuficiência de Prêmios (PIP) de R\$ 4.882.897 mil e Provisão de Despesas Relacionadas de R\$ 106.272 mil;

(2) A linha de “Outras provisões” de Vida e Previdência inclui, substancialmente, a “Provisão de resgates e outros valores a regularizar” no montante de R\$ 4.696.501 mil, “Provisão de despesas relacionadas” de R\$ 309.684 mil;

(3) De acordo com a Resolução Normativa ANS nº 521/2022 e alterações subsequentes, não há obrigatoriedade de vinculação de ativos garantidores para cobertura do montante contabilizado a título de Provisão para Prêmios/Contraprestações Não Ganhas (PPCNG), Provisão para Insuficiência de Contraprestações (PIC) e Provisão para Eventos/Sinistros a Liquidar (PESL): (i) garantidos por depósito judicial; (ii) relacionados a cobranças do SUS; e (iii) planos da modalidade pós-estabelecido; e

(4) Em atendimento ao artigo 57 da Resolução CNSP nº 432/2021, foi desconsiderado do cálculo das provisões técnicas da vida e previdência, o montante das provisões matemáticas de benefícios a conceder e seus respectivos fundos de investimentos especialmente constituídos relativos a PGBL e VGBL.

III) Resultado de Operações com Seguros, Previdência e Capitalização

	R\$ mil	
	2º semestre de 2025	Em 31 de dezembro de 2025
Prêmios emitidos	38.700.369	74.712.314
Contribuições de previdência complementar (inclui VGBL)	16.884.734	36.457.997
Receitas com títulos de capitalização	3.777.003	7.414.878
Prêmios de cosseguros cedidos	(24.306)	(49.720)
Prêmios restituídos	(13.041)	(25.936)
Prêmios emitidos líquidos de seguros, planos de previdência e capitalização	59.324.759	118.509.533
Prêmios de resseguros	(91.108)	(96.253)
Prêmios retidos de seguros, planos de previdência e capitalização	59.233.651	118.413.280
Variação nas provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	(20.778.697)	(44.705.172)
Sorteios e resgates de títulos de capitalização	(3.288.646)	(6.455.393)
Sinistros retidos	(25.529.551)	(48.382.745)
Despesas de comercialização de seguros, previdência e capitalização	(2.671.459)	(4.948.487)
Resultado de Operações com Seguros, Previdência e Capitalização	6.965.298	13.921.483

b) Outras provisões

	R\$ mil
	Em 31 de dezembro de 2025
Provisão para contingências (Nota 24)	18.030.353
Outras (1)	17.430.161
Total	35.460.514

(1) Inclui, basicamente, provisão para pagamentos a efetuar relativos a obrigações com os funcionários e outras provisões administrativas.

24) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES**a) Ativos contingentes**

A Organização Bradesco mantém discussões, administrativas e judiciais, referentes a eventuais pagamentos a maior ou indevidos de tributos e contribuições federais. Os ativos contingentes, relativos aos tributos em discussão, bem como a estimativa dos valores a serem recuperados, quando aplicável, somente são reconhecidos quando o ganho da ação e o respectivo crédito forem praticamente certos.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis

A Organização é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

I) Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados e terceiros, visando obter indenizações. Considerando que a base de processos é formada, basicamente, por processos com características semelhantes e não julgados, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram aprimorados os parâmetros de mensuração para o registro da provisão, que é constituída considerando os seguintes fatores, entre outros: data da entrada dos processos (antes ou após a reforma trabalhista de novembro/2017), com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados nas reclamações trabalhistas antes e após a reforma trabalhista, propensão a perda e correção monetária das médias apuradas, além da avaliação individual em casos específicos.

II) Processos cíveis

São pleitos de indenização referentes a produtos e serviços bancários e à reposição dos índices de inflação expurgados resultantes de planos econômicos. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema e provisionadas, conforme, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram aprimorados os parâmetros de mensuração para o registro da provisão, cujo os critérios próprios aplicados a cada tipo específico, os quais podem envolver o valor médio dos processos ou avaliação individual, sempre que a perda for constatada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de tribunais.

Em relação as ações judiciais pleiteando supostas diferenças de correção monetária dos saldos de cadernetas de poupança, em decorrência da implantação dos planos econômicos, que fizeram parte da política econômica do Governo Federal no combate à inflação nas décadas de 80 e 90, o Bradesco, embora tenha cumprido a legislação e regulamentação vigente à época, provisionou referidos processos, considerando as ações em que foi citado e as correspondentes perspectivas de perdas de cada demanda, tendo em vista as decisões e as matérias ainda em análise no Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Em dezembro de 2017, com mediação da Advocacia Geral da União (AGU) e interveniência do Banco Central do Brasil (BCB), as entidades representativas dos bancos e dos poupadores, firmaram acordo relacionado aos litígios de planos econômicos, com a finalidade de encerramento dessas ações, no qual foram estabelecidos condições e cronograma para os poupadores exercerem o direito a adesão. O referido acordo foi homologado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 1º de março de 2018. Em 11 de março de 2020 as entidades signatárias celebraram aditivo prorrogando o acordo coletivo pelo prazo de 5 (cinco) anos, o Supremo Tribunal Federal homologou a prorrogação do acordo por 30 meses. Em 16 de dezembro de 2022, o Supremo Tribunal Federal (STF) homologou o pedido de prorrogação do acordo por mais 30 meses. Em 23 de maio de 2025, o STF proferiu decisão reconhecendo a constitucionalidade dos planos econômicos, mas também validou o acordo firmado entre poupadores, bancos e entidades para o pagamento das diferenças de correção monetária, prorrogando o período para adesão em mais 24 meses a contar a partir do julgamento. Considerando tratar de acordo voluntário, o qual não obriga o poupador a adesão, não existe estimativa de quantos o farão. Destaca-se que, o Bradesco entende que possui provisionamento para cobrir os processos elegíveis ao referido acordo.

III) Provisão para riscos fiscais

A Organização vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados. Esses processos, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário e nas esferas administrativas, dos quais destacamos:

- PIS e Cofins – R\$ 3.467.535 mil: pleiteia calcular e recolher as contribuições ao PIS e a Cofins somente sobre venda de mercadorias/prestação de serviços (faturamento), excluindo das bases de cálculo as receitas financeiras;
- PIS e Cofins – R\$ 951.899 mil: pleiteia assegurar as empresas o direito de recolher as contribuições ao PIS e a Cofins pelo regime cumulativo (alíquota 3,65% sobre vendas de mercadorias/prestação de serviços);
- INSS - Contribuição ao SAT – R\$ 560.495 mil: em ação ordinária movida pela Federação Nacional dos Bancos - Febraban, desde abril de 2007, em nome de seus associados, é questionado o enquadramento dos bancos no grau de risco mais elevado, no que tange ao Risco de Acidentes de Trabalho - RAT, o que acabou por elevar a alíquota da respectiva contribuição de 1% para 3%, conforme Decreto no 6.042/07; e
- Contribuições Previdenciárias – R\$ 11.293 mil: relativas às contribuições previdenciárias sobre aportes em planos de previdência privada, referentes aos períodos anteriores, considerados pela fiscalização como verbas remuneratórias. No período, houve processos incluídos no Programa de Transação Integral (PTI) criado pela Portaria MF nº 1.384/2024.

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

IV) Movimentação das provisões segregadas por natureza

	R\$ mil			
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2025	2.613.403	7.827.251	7.457.160	17.897.814
Atualização monetária	224.294	422.466	626.644	1.273.404
Constituições líquidas de (reversões e baixas)	4.953.345	2.087.918	336.585	7.377.848
Pagamentos	(3.429.390)	(3.418.776)	(1.670.547)	(8.518.713)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	4.361.652	6.918.859	6.749.842	18.030.353

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Organização mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como “autora” ou “ré” e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e totalizaram em 31 de dezembro de 2025 R\$ 1.456.696 mil para processos trabalhistas, R\$ 11.124.335 mil para os processos cíveis e R\$ 43.095.893 mil para os processos fiscais.

Os principais processos fiscais com essa classificação são:

- Autuações de IRPJ e CSLL – Anos bases de 2012 a 2015 – R\$ 11.141.274 mil: glosa de despesas operacionais de captação (CDI), relativas a recursos que foram capitalizados entre as empresas da Organização;
- COFINS – Anos bases de 1999 a 2014 – R\$ 10.475.878 mil: autuações e glosas de compensações de créditos de Cofins, lançadas após o trânsito em julgado favorável em processo judicial, onde foi discutida a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo pretendida para outras receitas que não as de faturamento (Lei nº 9.718/98);
- IRPJ e CSLL – Anos bases de 2006 a 2020 – R\$ 7.749.082 mil: lançados sobre glosa de amortização de ágio na aquisição de investimentos;
- Autuação de IRPJ e CSLL – Anos bases de 2008 a 2019 – R\$ 3.502.232 mil: relativa à glosa de despesas com perdas no recebimento de créditos;
- PIS e COFINS – Autuações e glosas de compensações – R\$ 1.967.940 mil: relativas à inconstitucional ampliação da base de cálculo pretendida para outras receitas que não as de faturamento (Lei nº 9.718/98), oriundas de empresas adquiridas;
- Juros Sobre Capital Próprio – Ano base 2019 e 2021 – R\$ 933.359 mil: autuações de IRPJ/CSLL relativas aos anos de 2019 e 2021 questionando a dedutibilidade nas bases de cálculo dos tributos acima da despesa relativa ao Juros Sobre Capital Próprio;
- Autuações de IRPJ e CSLL – Anos bases de 2000 a 2014 – R\$ 835.865 mil: relativas às glosas de despesas e exclusões sobre receitas de superveniência de depreciação, despesas de insuficiência de depreciação, despesas de depreciação de bens arrendados, despesas e receitas operacionais e glosa de compensação de prejuízo fiscal; e
- PLR – Participação nos Lucros e Resultados – Anos bases de 2009 a 2011 – R\$ 202.467 mil: autuações para exigência de contribuição previdenciária sobre valores pagos aos empregados como participação nos lucros e resultados, por suposto desatendimento das regras contidas na Lei nº 10.101/00 oriundas de empresas adquiridas.

25) OUTROS PASSIVOS

	R\$ mil
	Em 31 de dezembro de 2025
Credores diversos	7.717.586
Sociais e estatutárias	9.111.650
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	1.030.874
Ordens de pagamento em moeda estrangeira	3.981.481
Obrigações por cotas de fundos de investimento	3.799.034
Fiscais e previdenciárias	2.272.401
Operações com cartão de crédito	1.310.188
Taxa de administração antecipada	1.045.207
Obrigações por aquisição de bens e direitos	625.933
Outros (1)	6.990.616
Total	37.884.970

(1) Inclui, basicamente, créditos por recursos a liberar e obrigações por recursos de pagamentos.

26) PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADOR)**a) Composição do capital social em quantidade de ações**

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro de 2025
Ordinárias	5.303.870.781
Preferenciais	5.288.141.247
Subtotal	10.592.012.028
Em tesouraria (ordinárias) (1)	(7.500.000)
Em tesouraria (preferenciais) (1)	(7.500.000)
Total em circulação	10.577.012.028

(1) Em janeiro de 2025 houve aquisição de 4.970.900 ações em Tesouraria. Em 07 de fevereiro de 2025, foi aprovado o cancelamento de 50.158.200 ações mantidas em Tesouraria de emissão da Companhia (item d). No 1º trimestre houve aquisição de 15.000.000 para serem mantidas em Tesouraria.

b) Reservas de lucros

	R\$ mil
	Em 31 de dezembro de 2025
Reservas de lucros	
- Reserva legal (1)	15.356.673
- Reserva estatutária (2)	75.708.214
Total	91.064.887

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido, até atingir 20% do capital social realizado. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Organização, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

c) Juros sobre o capital próprio/dividendos

A política de remuneração do capital adotada pelo Bradesco visa distribuir juros sobre o capital próprio no valor máximo calculado em conformidade com a legislação vigente, os quais são computados, líquidos de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), no cálculo dos dividendos obrigatórios do exercício previsto no Estatuto Social.

Em reunião do Conselho de Administração de 20 de março de 2025, aprovou-se a proposta da Diretoria para pagamento aos acionistas de juros sobre capital próprio intermediários, relativos ao primeiro trimestre de 2025, no valor de R\$ 2.300.000 mil, sendo R\$ 0,207112492 por ação ordinária e R\$ 0,227823742 por ação preferencial, cujo pagamento ocorreu em 31 de outubro de 2025.

Em reunião do Conselho de Administração de 18 de junho de 2025, aprovou-se a proposta da Diretoria para pagamento aos acionistas de juros sobre capital próprio intermediários, relativos ao primeiro semestre de 2025, no valor de R\$ 3.000.000 mil, sendo R\$ 0,270146729 por ação ordinária e R\$ 0,297161402 por ação preferencial, cujo pagamento ocorreu em 30 de janeiro de 2026.

Em reunião do Conselho de Administração de 18 de setembro de 2025, aprovou-se a proposta da Diretoria para pagamento aos acionistas de juros sobre capital próprio intermediários, relativos ao segundo semestre de 2025, no valor de R\$ 3.000.00 mil, sendo R\$ 0,270146729 por ação ordinária e R\$ 0,297161402 por ação preferencial, cujo pagamento ocorrerá até 30 de abril de 2026.

Em reunião do Conselho de Administração de 18 de dezembro de 2025, aprovou-se a proposta da Diretoria para pagamento aos acionistas de juros sobre capital próprio complementares, relativos ao segundo semestre de 2025, no valor de R\$ 3.900.000 mil, sendo R\$ 0,351190748 por ação ordinária e R\$ 0,386309823 por ação preferencial, cujo pagamento ocorrerá até 31 de julho de 2026.

O cálculo dos juros sobre o capital próprio relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, está demonstrado a seguir:

	R\$ mil	% (1)
Lucro líquido do período	24.549.089	
(-) Reserva legal (2)	1.061.695	
Base de cálculo ajustada	23.487.394	
Juros sobre o capital próprio (bruto) mensais pagos	2.299.273	
Juros sobre o capital próprio (bruto) intermediários pagos	5.300.000	
Juros sobre o capital próprio (bruto) intermediários provisionados	3.000.000	
Juros sobre o capital próprio (bruto) complementares provisionados	3.900.000	
IRRF relativo aos juros sobre o capital próprio	(2.174.891)	
Juros sobre o capital próprio (líquido) acumulados em 31 de dezembro de 2025	12.324.382	52,47

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio/dividendos sobre a base de cálculo ajustada; e

(2) Considera a absorção dos efeitos da Adoção Inicial das Resoluções nº 4.966/21 e nº 4.975/21, em 1º de janeiro de 2025.

Foram pagos e provisionados juros sobre o capital próprio, conforme segue:

Descrição	Por ação (bruto) - R\$		R\$ mil		
	Ordinárias	Preferenciais	Valor pago / provisionado	IRRF (15%)	Valor pago / provisionado líquido
Juros sobre o capital próprio mensais pagos	0,206998	0,227698	2.299.273	(344.891)	1.954.382
Juros sobre o capital próprio intermediários pagos (2)	0,477259	0,524985	5.300.000	(795.000)	4.505.000
Juros sobre o capital próprio intermediários provisionados (1)	0,270147	0,297161	3.000.000	(450.000)	2.550.000
Juros sobre o capital próprio complementares provisionados	0,351191	0,386310	3.900.000	(585.000)	3.315.000
Total acumulado em 31 de dezembro de 2025	1,305595	1,436154	14.499.273	(2.174.891)	12.324.382

(1) A serem pagos em 30 de abril de 2026; e

(2) Pagos em 31 de outubro de 2025 e 30 de janeiro de 2026.

d) Ações em tesouraria

Em 7 de maio de 2025, o Conselho de Administração deliberou instituir um novo programa de recompra que autoriza a Diretoria do Bradesco a adquirir, no período de 08 de maio de 2025 a 08 de novembro de 2026, até 106.584.881 ações nominativas escriturais, sem valor nominal, sendo até 53.413.506 ações ordinárias e até 53.171.375 ações preferenciais, para permanência em tesouraria e posterior cancelamento, sem redução do capital social.

Em 31 de dezembro de 2025, permaneciam em tesouraria 7.500.000 ações ordinárias e 7.500.000 ações preferenciais, no montante de R\$ 168.625 mil. O custo mínimo, médio e máximo por ação ON é de R\$ 10,65, R\$ 10,73 e R\$ 10,85 e por ação PN é de R\$ 11,53, R\$ 11,75 e R\$ 11,96 respectivamente.

e) Lucro por ação

i. Lucro por ação básico

O lucro por ação básico foi calculado com base na quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, conforme quadro a seguir:

	Acumulado em 31 de dezembro de 2025
Lucro líquido atribuível aos acionistas ordinários da Organização (R\$ mil)	11.690.044
Lucro líquido atribuível aos acionistas preferenciais da Organização (R\$ mil)	12.859.045
Número médio ponderado de ações ordinárias em circulação (milhares)	5.297.305
Número médio ponderado de ações preferenciais em circulação (milhares)	5.281.575
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas ordinários da Organização (R\$)	2,21
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas preferenciais da Organização (R\$)	2,43

ii. Lucro por ação diluído

O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há instrumentos potenciais diluíveis.

27) PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA NAS CONTROLADAS

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo das participações minoritárias das controladas foi de R\$ 795.562 mil, representada basicamente, pela empresa Odontoprev.

28) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	R\$ mil	
	2º semestre de 2025	Acumulado em 31 de dezembro de 2025
Rendas de cartão	5.302.755	10.314.150
Conta corrente	3.300.873	6.663.008
Administração de consórcios	1.656.878	3.135.339
Mercado de capitais/Assessoria financeira	1.161.438	2.158.120
Cobrança	658.053	1.349.286
Administração de fundos	855.776	1.538.038
Serviços de custódia e corretagens	774.980	1.490.464
Operações de crédito	1.514.876	2.809.149
Arrecadações	187.576	369.284
Outras	702.708	1.328.564
Total	16.115.913	31.155.402

29) DESPESAS DE PESSOAL

	R\$ mil	
	2º semestre de 2025	Acumulado em 31 de dezembro de 2025
Proventos	7.307.683	14.056.700
Benefícios	2.650.366	5.364.472
Encargos sociais	2.433.087	4.727.038
Participação dos empregados nos lucros	1.173.774	2.219.402
Treinamentos	88.112	130.883
Total	13.653.022	26.498.495

30) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	R\$ mil	
	2º semestre de 2025	Acumulado em 31 de dezembro de 2025
Serviços de terceiros	2.829.497	5.319.755
Depreciação e amortização	2.758.357	5.449.754
Processamento de dados	1.673.887	2.955.297
Comunicação	346.694	674.096
Manutenção e conservação de bens	654.701	1.307.748
Serviços do sistema financeiro	758.480	1.565.474
Propaganda, promoções e publicidade	862.918	1.448.526
Segurança e vigilância	221.304	463.084
Transportes	302.110	615.865
Água, energia e gás	134.007	289.612
Materiais	59.077	114.168
Viagens	125.042	218.003
Aluguéis	47.802	98.853
Outras	1.168.081	2.145.315
Total	11.941.957	22.665.550

31) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	R\$ mil	
	2º semestre de 2025	Acumulado em 31 de dezembro de 2025
Contribuição à Cofins	2.751.473	5.664.988
Contribuição ao PIS	479.156	975.591
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	557.381	1.073.925
Despesas com IPTU	47.162	128.144
Outras	138.758	285.455
Total	3.973.930	8.128.103

32) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	R\$ mil	
	2º semestre de 2025	Acumulado em 31 de dezembro de 2025
Outras receitas financeiras	1.589.764	3.236.699
Reversão de outras provisões operacionais	1.002.065	1.864.473
Receitas de recuperação de encargos e despesas	489.401	939.514
Outras (1)	2.806.684	5.079.656
Total	5.887.914	11.120.342

(1) Composto, principalmente, por receitas operacionais cujo saldos não são relevantes individualmente e não possuem classificação específica.

33) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	R\$ mil	
	2º semestre de 2025	Acumulado em 31 de dezembro de 2025
Outras despesas financeiras	501.775	1.177.989
Despesas com perdas diversas	311.165	713.534
Despesas com descontos concedidos	1.612.906	2.742.610
Despesas com comissão de empréstimos e financiamentos	315.423	528.508
Amortização - direito para prestação de serviços financeiros	909.247	1.853.479
Amortização de ágio (Nota 16a)	181.405	346.648
Despesas com comercialização de cartões	2.340.562	4.466.598
Outras (1) (2)	6.649.000	12.398.749
Total	12.821.483	24.228.115

(1) Em 31 de dezembro de 2025, inclui *impairment* em: aquisição de direito para prestação de serviços financeiros, no valor de R\$ 22.470 mil; imobilizado/intangível, no valor de R\$ 5.374 mil e despesas com provisão para reestruturação conforme plano aprovado pela Administração, no valor de R\$ 1.201.144 mil; e

(2) Composto, principalmente, por despesas operacionais cujo saldos não são relevantes individualmente e não possuem classificação específica.

34) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	R\$ mil	
	2º semestre de 2025	Acumulado em 31 de dezembro de 2025
Resultado na alienação e baixa de valores, bens e investimentos	52.954	130.146
Constituição/reversão de provisões não operacionais (1)	(214.129)	(405.983)
Outros	1.912	26.573
Total	(159.263)	(249.264)

(1) Inclui, basicamente, a provisão para desvalorização de ativos não financeiros mantidos para venda.

35) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social**

	R\$ mil	
	2º semestre de 2025	Acumulado em 31 de dezembro de 2025
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	11.851.832	22.637.975
Encargo total do imposto de renda (25%) e contribuição social (20%) às alíquotas vigentes	(5.333.325)	(10.187.089)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Participações em coligadas e de controle compartilhado	575.752	972.777
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis (1)	1.350.835	3.046.366
Juros sobre o capital próprio (pagos e a pagar)	3.444.855	6.524.673
Outros valores (2)	898.776	1.806.317
Imposto de renda e contribuição social do período	936.893	2.163.044

(1) Contempla os valores relativos à Adesão ao Programa de Transação Integral (PTI); e

(2) Inclui, basicamente: (i) a equalização da alíquota efetiva das empresas financeiras exceto banco, empresas do ramo segurador e das empresas não financeiras, em relação a demonstrada; e (ii) as deduções incentivadas.

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	R\$ mil	
	2º semestre de 2025	Acumulado em 31 de dezembro de 2025
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(3.201.450)	(10.115.203)
Impostos diferidos:		
Constituição/realização no período sobre adições e exclusões temporárias	6.450.594	12.351.393
Utilização de saldos iniciais de:		
Base negativa de contribuição social	(197.386)	(454.315)
Prejuízo fiscal	(202.604)	(351.064)
Constituição/(realização) no período sobre:		
Base negativa de contribuição social	(844.871)	209.295
Prejuízo fiscal	(1.067.390)	522.938
Total dos impostos diferidos	4.138.343	12.278.247
Imposto de renda e contribuição social do período	936.893	2.163.044

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil			
	Saldo em 1º de janeiro de 2025	Constituição	Realização	Saldo em 31 de dezembro de 2025
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	71.978.932	25.171.355	(14.909.485)	82.240.802
Provisões cíveis	3.427.730	463.454	(903.478)	2.987.706
Provisões fiscais	3.428.498	538.174	(1.252.195)	2.714.477
Provisões trabalhistas	1.165.970	961.001	(183.121)	1.943.850
Ativos não financeiros mantidos para venda	699.332	214.299	(273.408)	640.223
Ajuste a valor justo - Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR)	15.812	21.773	(3.481)	34.104
Ágio amortizado	226.255	17.016	(7.583)	235.688
Outros	6.143.515	4.430.816	(4.089.804)	6.484.527
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	87.086.044	31.817.888	(21.622.555)	97.281.377
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social do país e exterior	18.755.350	732.233	(805.379)	18.682.204
Subtotal	105.841.394	32.550.121	(22.427.934)	115.963.581
Ajuste a valor justo - Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	3.354.802	620.720	(1.237.056)	2.738.466
Total dos créditos tributários	109.196.196	33.170.841	(23.664.990)	118.702.047
Obrigações fiscais diferidas (Nota 35e)	4.637.595	1.495.122	(682.246)	5.450.471
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	104.558.601	31.675.719	(22.982.744)	113.251.576
- Proporção dos créditos tributários líquidos sobre o patrimônio de referência (Nota 38a)	68,2%			64,7%
- Proporção dos créditos tributários líquidos sobre o ativo total	5,1%			4,9%

d) Projeção de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social

	Em 31 de dezembro de 2025 - R\$ mil				
	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal e base negativa		Total
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	
2026	9.704.212	7.585.325	151.279	43.152	17.483.968
2027	8.701.496	6.886.455	165.918	60.867	15.814.736
2028	7.348.894	5.819.178	281.828	156.461	13.606.361
2029	6.640.177	5.261.690	603.812	407.804	12.913.483
2030	5.769.646	4.453.228	935.804	679.480	11.838.158
2031	3.762.093	2.975.648	1.539.679	1.150.859	9.428.279
2032	3.309.224	2.609.925	1.772.660	1.396.868	9.088.677
2033	3.092.647	2.443.750	2.149.245	1.709.662	9.395.304
2034	3.183.364	2.464.327	2.302.591	1.834.036	9.784.318
2035	2.950.915	2.319.183	419.912	920.287	6.610.297
Total	54.462.668	42.818.709	10.322.728	8.359.476	115.963.581

A projeção de realização dos créditos tributários é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis e contemplam as regras de perdas incorridas no recebimento de créditos instituídas pelas Leis nº 14.467/2022 e Lei nº 15.078/24.

Em 31 de dezembro de 2025, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a

R\$ 100.947.137 mil, sendo: R\$ 85.872.618 mil de diferenças temporárias e R\$ 15.074.519 mil de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

e) Obrigações fiscais diferidas

	R\$ mil			
	Saldo em 1º de janeiro de 2025	Constituição	Realização / Baixas	Saldo em 31 de dezembro de 2025
Ajuste a valor justo - Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR)	443.139	258.277	(227.301)	474.115
Superveniência de depreciação	726.203	329.534	-	1.055.737
Atualização de depósitos judiciais	2.008.528	331.827	(118.186)	2.222.169
Outros	1.003.150	180.403	(289.029)	894.524
Total dos passivos diferidos sobre exclusões temporárias	4.181.020	1.100.041	(634.516)	4.646.545
Ajuste a valor justo - Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	456.575	395.081	(47.730)	803.926
Total dos impostos diferidos (Nota 35c)	4.637.595	1.495.122	(682.246)	5.450.471

36) BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO GERENCIAL POR SEGMENTO DE NEGÓCIO**a) Conciliação do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado – Contábil x Gerencial**

A Administração usa uma variedade de informações para avaliar a natureza e os efeitos financeiros das atividades de negócio nos quais está envolvida e os ambientes econômicos em que opera, incluindo as oriundas das demonstrações financeiras consolidadas que estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), que levam em consideração, nos critérios de consolidação, empresas de controle compartilhado, portanto, diferindo, em parte, dos critérios do CPC 36.

As principais diferenças de critérios de consolidação são demonstradas a seguir, através da Conciliação do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado – Contábil x Gerencial:

	R\$ mil			
	Balanço Patrimonial Contábil	Empresas Proporcionais (1)	Ajustes de Consolidação (2)	Balanço Patrimonial Gerencial
Ativo				
Disponibilidades	15.351.748	213.416	(202.124)	15.363.040
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	948.328.257	9.309.378	49.560.938	1.007.198.573
Aplicações interfinanceiras de liquidez e depósitos compulsórios e outros depósitos no Banco Central do Brasil	357.164.503	891.534	(129.852)	357.926.185
Operações de crédito e de arrendamento mercantil	635.372.953	16.242.350	(1.602.655)	650.012.648
Outros ativos financeiros	158.634.486	(762.031)	(1.252.923)	156.619.532
Ativos não financeiros mantidos para venda	1.612.862	102.196	(362.264)	1.352.794
Investimentos em coligadas, controladas em conjunto e outros investimentos	13.348.433	(7.392.844)	-	5.955.589
Imobilizado de uso, líquido de depreciação	8.626.609	407.657	-	9.034.266
Intangíveis e ágio, líquidos de amortização	20.668.922	5.782.477	-	26.451.399
Impostos a compensar e crédito tributário	131.481.737	2.510.377	-	133.992.114
Outros ativos	16.137.253	2.625.494	(67.217)	18.695.530
Total em 31 de dezembro de 2025	2.306.727.763	29.930.004	45.943.903	2.382.601.670

	R\$ mil			
	Balanço Patrimonial Contábil	Empresas Proporcionais (1)	Ajustes de Consolidação (2)	Balanço Patrimonial Gerencial
Passivo				
Recursos de instituições financeiras	427.099.494	10.026.836	35.655.299	472.781.629
Recursos de clientes	721.274.151	179.666	3.010.641	724.464.458
Recursos de emissão de títulos	306.260.682	8.929.610	12.693.948	327.884.240
Dívidas subordinadas	54.714.526	-	-	54.714.526
Outros passivos financeiros	75.932.392	(6.580.745)	(921.062)	68.430.585
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	18.562.103	-	(399.318)	18.162.785
Provisão para perda esperada	3.056.120	1.670	-	3.057.790
Provisões técnicas de seguros e previdência	445.994.253	-	-	445.994.253
Outras provisões	35.460.514	1.067.961	(124.985)	36.403.490
Impostos correntes e diferidos	7.453.957	622.969	(3.809)	8.073.117
Outros passivos	37.884.970	12.142.596	(3.966.811)	46.060.755
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	172.239.039	-	-	172.239.039
Participação de acionistas não controladores	795.562	3.539.441	-	4.335.003
Total em 31 de dezembro de 2025	2.306.727.763	29.930.004	45.943.903	2.382.601.670

	R\$ mil			
	DRE Contábil	Empresas Proporcionais (1)	Ajustes de Consolidação (2)	DRE Gerencial
Receitas da intermediação financeira	233.396.498	5.190.067	5.505.872	244.092.437
Despesas da intermediação financeira	(144.526.450)	(1.530.732)	(8.416.250)	(154.473.432)
Resultado da intermediação financeira	88.870.048	3.659.335	(2.910.378)	89.619.005
Perdas esperadas de ativos financeiros	(35.300.939)	(1.069.096)	-	(36.370.035)
Resultado bruto da intermediação financeira	53.569.109	2.590.239	(2.910.378)	53.248.970
Resultado de operações com seguros, previdência e capitalização	13.921.483	-	-	13.921.483
Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias	31.155.402	8.008.985	2.469.449	41.633.836
Despesas de pessoal/administrativas	(49.164.045)	(2.410.916)	403.143	(51.171.818)
Despesas tributárias	(8.128.103)	(899.826)	-	(9.027.929)
Resultado de participação em coligadas e controladas em conjunto	2.161.727	(1.776.372)	-	385.355
IR/CS e Outras receitas/despesas	(18.966.484)	(5.512.110)	37.786	(24.440.808)
Lucro líquido acumulado em 31 de dezembro de 2025	24.549.089	-	-	24.549.089
Lucro líquido no 2º semestre de 2025	12.680.172	-	-	12.680.172

(1) Refere-se aos efeitos dos ajustes de consolidação, decorrente de empresas consolidadas proporcionalmente (Grupo Cielo, Grupo Elopap, Banco John Deere etc.) para fins gerenciais; e

(2) Refere-se, basicamente, à reversão da consolidação de fundos exclusivos.

b) Balanço patrimonial e demonstração do resultado por segmento - Gerencial

As informações gerenciais por segmento, a seguir, foram preparadas com base em relatórios disponibilizados à Administração para avaliar o desempenho e tomar decisões referentes à alocação de recursos para investimentos e outros fins.

	R\$ mil						
	Financeiras (1) (2)		Grupo Segurador (2) (3)		Outras Atividades (2)	Eliminações (4)	Consolidado Gerencial
	País	Exterior	País	Exterior			
Ativo							
Disponibilidades	10.544.337	5.195.101	398.456	4.479	521	(779.854)	15.363.040
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	514.473.556	58.669.677	470.803.454	8.026	2.666.235	(39.422.375)	1.007.198.573
Aplicações interfinanceiras de liquidez e depósitos compulsórios e outros depósitos no Banco Central do Brasil	355.123.395	2.802.790	-	-	-	-	357.926.185
Operações de crédito e de arrendamento mercantil	583.018.541	96.136.878	-	-	-	(29.142.771)	650.012.648
Outros ativos financeiros	151.405.006	363.125	12.718.120	30.617	104.768	(8.002.104)	156.619.532
Ativos não financeiros mantidos para venda	1.111.266	39.431	202.097	-	-	-	1.352.794
Investimentos em coligadas, controladas em conjunto e outros investimentos	86.292.770	-	5.612.184	-	318.322	(86.267.687)	5.955.589
Imobilizado de uso, líquido de depreciação	7.309.271	129.573	2.421.458	994	21.870	(848.900)	9.034.266
Intangíveis e ágio, líquidos de amortização	21.922.081	173.861	4.354.751	121	585	-	26.451.399
Impostos a compensar e crédito tributário	127.198.118	397.478	6.236.171	3.706	156.641	-	133.992.114
Outros ativos	11.956.930	1.748.368	4.993.960	1.255	9.384	(14.367)	18.695.530
Total em 31 de dezembro de 2025	1.870.355.271	165.656.282	507.740.651	49.198	3.278.326	(164.478.058)	2.382.601.670
Passivo							
Recursos de instituições financeiras	470.889.830	33.293.310	-	-	-	(31.401.511)	472.781.629
Recursos de clientes	649.289.264	75.659.483	-	-	-	(484.289)	724.464.458
Recursos de emissão de títulos	353.924.602	11.417.683	-	-	-	(37.458.045)	327.884.240
Dívidas subordinadas	54.714.526	-	-	-	-	-	54.714.526
Outros passivos financeiros	69.008.977	6.490	264.018	-	-	(848.900)	68.430.585
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	14.728.512	3.434.273	-	-	-	-	18.162.785
Provisão para perda esperada	3.051.591	6.199	-	-	-	-	3.057.790
Provisões técnicas de seguros e previdência	-	-	445.972.890	21.363	-	-	445.994.253
Outras provisões	29.382.045	136.211	6.772.057	11.219	109.934	(7.976)	36.403.490
Impostos correntes e diferidos	5.716.987	204.572	2.108.429	-	43.129	-	8.073.117
Outros passivos	43.477.047	1.897.060	8.654.432	3.170	38.696	(8.009.650)	46.060.755
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	172.239.039	-	-	-	-	-	172.239.039
Participação de acionistas não controladores	3.932.851	39.601.001	43.968.825	13.446	3.086.567	(86.267.687)	4.335.003
Total em 31 de dezembro de 2025	1.870.355.271	165.656.282	507.740.651	49.198	3.278.326	(164.478.058)	2.382.601.670

	R\$ mil						
	Financeiras (1) (2)		Grupo Segurador (2) (3)		Outras Atividades (2)	Eliminações (4)	DRE Gerencial
	País	Exterior	País	Exterior			
Receitas da intermediação financeira	228.249.268	9.506.801	8.505.473	1.506	355.635	(2.526.246)	244.092.437
Despesas da intermediação financeira	(152.764.997)	(4.358.708)	(18.430)	-	-	2.668.703	(154.473.432)
Resultado da intermediação financeira	75.484.271	5.148.093	8.487.043	1.506	355.635	142.457	89.619.005
Perdas esperadas de ativos financeiros	(35.630.185)	(739.850)	-	-	-	-	(36.370.035)
Resultado bruto da intermediação financeira	39.854.086	4.408.243	8.487.043	1.506	355.635	142.457	53.248.970
Resultado de operações com seguros, previdência e capitalização	-	-	13.862.778	24.958	-	33.747	13.921.483
Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias	38.588.133	1.010.549	2.061.017	-	142.372	(168.235)	41.633.836
Despesas de pessoal/administrativas	(44.883.522)	(1.325.078)	(5.116.756)	(22.148)	(133.738)	309.424	(51.171.818)
Despesas tributárias	(7.506.579)	(13.608)	(1.484.930)	-	(22.812)	-	(9.027.929)
Resultado de participação em coligadas e controladas em conjunto	(225.416)	-	610.771	-	-	-	385.355
IR/CS e Outras receitas/despesas	(13.976.460)	(1.519.569)	(8.350.688)	(3.785)	(272.913)	(317.393)	(24.440.808)
Lucro líquido acumulado em 31 de dezembro de 2025	11.850.242	2.560.537	10.069.235	531	68.544	-	24.549.089
Lucro líquido no 2º semestre de 2025	5.631.560	1.678.594	5.336.694	(3.928)	37.252	-	12.680.172

(1) Segmento "Financeiras" é representado por instituições financeiras, empresas holdings que, basicamente, administram recursos financeiros, empresas administradoras de cartões de crédito, consórcios e de ativos;

(2) Estão sendo eliminados os saldos de contas patrimoniais, as receitas e as despesas entre empresas brasileiras e estrangeiras do mesmo segmento;

(3) Segmento "Grupo Segurador" é representado por empresas seguradoras, de previdência e de capitalização; e

(4) Representam as eliminações entre empresas de segmentos diferentes, bem como entre operações realizadas no País e exterior.

37) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

- a) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a Resolução CMN nº 4.818/20 e a Resolução CVM nº 94/22, a Organização também dispõe de política de transações com partes relacionadas que são divulgadas no site de Relações com Investidores. Essas operações são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações. As principais transações estão assim representadas:

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro de 2025			
	Controladores (1)	Coligadas e de controle compartilhado (2)	Pessoal chave da Administração (3)	Total
Ativos				
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	-	15.086	-	15.086
Operações de crédito, outros ativos e outros valores e bens	11	4.515.700	185.425	4.701.136
Passivos				
Depósitos à vista e de poupança	261	13.997	16.305	30.563
Depósitos a prazo	5.144.469	473.959	384.200	6.002.628
Captações no mercado aberto	289.285	683.359	-	972.644
Recursos de emissões de títulos e dívidas subordinadas	28.982.300	-	912.486	29.894.786
Juros sobre capital próprio a pagar	3.171.676	-	-	3.171.676
Outros passivos	-	13.786.032	1.991	13.788.023

	2º semestre de 2025 - R\$ mil			
	Controladores (1)	Coligadas e de controle compartilhado (2)	Pessoal chave da Administração (3)	Total
Resultado				
Receitas de intermediação financeira	-	109.885	8	109.893
Despesas de intermediação financeira	(2.512.199)	(90.376)	(91.694)	(2.694.269)
Receita de prestação de serviços	52	225.478	154	225.684
Outras despesas, líquidas de outras receitas operacionais	94.549	(1.332.073)	(22.972)	(1.260.496)

(1) Cidade de Deus Cia. Coml. de Participações, Fundação Bradesco, NCF Participações S.A., BBD Participações S.A., Nova Cidade de Deus Participações S.A. e NCD Participações Ltda.;

(2) Empresas relacionadas na Nota 14; e

(3) Membros do Conselho de Administração e Diretoria.

	R\$ mil			
	Acumulado em 31 de dezembro de 2025			
	Controladores (1)	Coligadas e de controle compartilhado (2)	Pessoal chave da Administração (3)	Total
Resultado				
Receitas de intermediação financeira	-	(25.244)	16	(25.228)
Despesas de intermediação financeira	(4.477.481)	(177.492)	(202.564)	(4.857.537)
Receita de prestação de serviços	132	434.790	345	435.267
Outras despesas, líquidas de outras receitas operacionais	193.150	(2.689.489)	(59.636)	(2.555.975)

(1) Cidade de Deus Cia. Coml. de Participações, Fundação Bradesco, NCF Participações S.A., BBD Participações S.A., Nova Cidade de Deus Participações S.A. e NCD Participações Ltda.;

(2) Empresas relacionadas na Nota 14; e

(3) Membros do Conselho de Administração e Diretoria.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária são fixados:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores da Organização Bradesco (Bradesco S.A. e demais empresas do conglomerado), que é definido em reunião do Conselho de Administração, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência dos Administradores da Organização Bradesco (Bradesco S.A. e demais empresas do conglomerado).

Para 2025, foi determinado o valor máximo de R\$ 1.185.662 mil para remuneração dos Administradores e de R\$ 53.824 mil para custear planos de previdência de contribuição definida.

Ainda em relação à remuneração da Administração, a atual política estabelece que 50% do valor líquido da remuneração variável, caso haja, deve ser destinada à aquisição de ações PNB de emissão da BBD Participações S.A. e/ou de ações PN de emissão do Banco Bradesco S.A., que terão sua movimentação disponível em três parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencendo a primeira parcela no ano subsequente da data de pagamento. Este procedimento está aderente às Resoluções da CMN nº 5.177/24 e nº 432/24, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras.

	R\$ mil	
	2º semestre de 2025	Acumulado em 31 de dezembro de 2025
Remuneração de curto, médio e longo prazo	596.745	1.166.743
Pós emprego - Plano de previdência	25.691	51.586
Total	622.436	1.218.329

O Bradesco não possui benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

Participação acionária

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria possuíam, em conjunto, a seguinte participação acionária no Bradesco:

Participação acionária direta	Em 31 de dezembro de 2025
• Ações ordinárias	0,32%
• Ações preferenciais	1,05%
• Total de ações (1)	0,69%

(1) Em 31 de dezembro de 2025, a participação acionária direta e indireta dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria no Bradesco totalizou 2,10% de ações ordinárias, 1,09% de ações preferenciais e 1,59% do total de ações.

38) GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL**a) Gerenciamento de Riscos**

Para o quarto trimestre de 2025 o Bradesco manteve os mesmos critérios divulgados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024, em especial quanto aos critérios relacionados a mensuração de acordo com os níveis hierárquicos, análise de sensibilidade dos ativos financeiros classificados no Nível 3 e metodologias utilizadas para determinar os valores justos.

A atividade de gerenciamento de riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos produtos e serviços e da globalização dos negócios da Organização. O dinamismo dos mercados conduz a Organização a um constante aprimoramento desta atividade.

A Organização exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos e ferramentas de mensuração e controle. Promove a disseminação da cultura de riscos a todos os funcionários, em todos os níveis hierárquicos, desde as áreas de negócios até o Conselho de Administração.

A estrutura de gerenciamento de riscos e capital é composta por diversos comitês, comissões e áreas que subsidiam o Conselho de Administração, o Diretor-Presidente, o Diretor Executivo de Riscos (*Chief Risk Officer – CRO*) e a Diretoria Executiva da Organização na tomada de decisões estratégicas.

Dentre os fóruns de governança relacionados ao tema, destacam-se:

- **Comitê de Riscos** tem a atribuição de avaliar o arcabouço de gerenciamento dos riscos da Organização e, eventualmente, propor aperfeiçoamentos e desafiar a estrutura de riscos da Organização frente às novas tendências e/ou ameaças, bem como assessorar o Conselho de Administração no desempenho de suas atribuições na gestão e controle dos riscos e do capital;
- **Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital – COGIRAC**, que tem por objetivo assessorar o Diretor-Presidente no desempenho das suas atribuições relacionadas à gestão e controle de todos os riscos e do capital da Organização.

Informações detalhadas a respeito do processo de gerenciamento de riscos, incluindo risco de crédito, risco de mercado, risco de liquidez, riscos sociais, ambientais e climáticos, bem como das exposições a riscos do Bradesco, podem ser encontradas no Relatório de Gerenciamento de Riscos da Organização.

b) Gerenciamento de Capital

O Índice de Basileia é um dos principais indicadores monitorados no processo de Gerenciamento de Capital, com o objetivo de mensurar a suficiência de capital em relação à exposição aos riscos. Através de estratégias consistentes, o Banco busca

superar os indicadores mínimos regulatórios, mantendo-os em níveis que garantam a solidez e a sustentabilidade da estrutura de capital do Banco a longo prazo.

A tabela a seguir apresenta a composição do Patrimônio de Referência e dos Ativos Ponderados pelo Risco, conforme as normas estabelecidas pelo Bacen. No período analisado, o Bradesco manteve-se em conformidade com todos os requerimentos mínimos regulatórios.

Apresentamos a seguir o cálculo do Índice de Basileia:

Base de cálculo - Índice de Basileia	R\$ mil
	Basileia III
	Em 31 de dezembro de 2025
	Prudencial
Capital regulamentar - valores	
Capital Principal	124.320.006
Nível I	145.844.118
Patrimônio de Referência - PR	174.968.754
Ativos ponderados pelo risco (RWA) - valores	
RWA total	1.108.961.848
Capital regulamentar como proporção do RWA	
Índice de Capital Principal - ICP	11,2%
Índice de Nível I	13,2%
Índice de Basileia	15,8%
Adicional de Capital Principal (ACP) como proporção do RWA	
Adicional de Conservação de Capital Principal - ACPConservação	2,50%
Adicional Contracíclico de Capital Principal - ACPContracíclico	0,00%
Adicional de Importância Sistêmica de Capital Principal - ACPSistêmico	1,00%
ACP total (1)	3,50%
Margem excedente de Capital Principal	3,21%
Razão de Alavancagem (RA)	
Exposição total	2.141.573.090
RA	6,8%
Indicador Liquidez de Curto Prazo (LCR)	
Total de Ativos de Alta Liquidez (HQLA)	253.255.892
Total de saídas líquidas de caixa	160.033.728
LCR	158,3%
Indicador de Liquidez de Longo Prazo (NSFR)	
Recursos estáveis disponíveis (ASF)	1.136.032.540
Recursos estáveis requeridos (RSF)	925.369.687
NSFR	122,8%

(1) O não cumprimento das regras de ACP ocasiona restrições ao pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, sobras líquidas, recompra de ações, redução do capital social, e remuneração variável aos seus administradores.

c) Risco de Crédito

O risco de crédito é representado pela possibilidade de ocorrer perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação, aos custos de recuperação e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras da contraparte. Adicionalmente, inclui o risco de concentração e o risco país/risco de transferência.

O gerenciamento de risco de crédito da Organização é um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico por meio de modelos, instrumentos e procedimentos, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas e preservando a integridade e a independência dos processos.

A Organização controla a exposição ao risco de crédito, que decorre principalmente de operações de crédito, compromissos de crédito, garantias financeiras prestadas, títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.

Com o objetivo de não comprometer a qualidade da carteira, são observados todos os aspectos pertinentes ao processo de concessão de crédito, concentração, exigência de garantias, prazos, dentre outros.

A Organização exerce continuamente o mapeamento de todas as atividades que podem gerar exposição ao risco de crédito, com as respectivas classificações quanto à probabilidade e magnitude, assim como a identificação dos seus gestores e planos de mitigação.

Risco de crédito de contraparte

O risco de crédito de contraparte, ao qual a Organização está exposta, é representado pela possibilidade de perda em razão do não cumprimento, por determinada contraparte, das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam fluxos bilaterais, incluindo a negociação de ativos financeiros ou de derivativos.

A Organização mantém total controle sobre o custo de reposição e exposição potencial futura das operações nas quais existe o risco de crédito de contraparte. Assim toda a exposição referente a este risco faz parte dos limites gerais de crédito concedidos aos clientes da Organização.

Em suma, a gestão de Risco de Crédito de Contraparte abrange a modelagem e o monitoramento (i) do consumo de limite de crédito das contrapartes, (ii) da parcela do ajuste ao valor justo de crédito da carteira de derivativos (CVA – *Credit Value Adjustment*), segregada por contraparte, e (iii) do respectivo capital regulatório e econômico. A metodologia adotada pela Organização estabelece que a exposição de crédito da carteira a uma dada contraparte pode ser calculada a partir do Custo de Reposição (RC) de suas operações em diferentes cenários do mercado financeiro, o que é possível através do processo de simulação de Monte Carlo.

No contexto de gestão de riscos, a Organização realiza estudos de projeção de capital, a exemplo do Teste de Estresse do ICAAP (Avaliação de Adequação de Capital) e do TEBU (Teste de Estresse Bottom-Up). Trata-se de programas multidisciplinares que envolvem minimamente as áreas de Negócio e os Departamentos Econômico, de Orçamento/Resultado e de Risco.

Com relação às formas de mitigação do risco de crédito de contraparte que a Organização está exposta, a mais usual é a composição de garantias como depósitos de margem e alienação de títulos públicos, que são realizados pela

contraparte na própria Organização ou em outras instituições custodiantes, que também possuem seus riscos de contraparte devidamente avaliados.

A partir de junho/19, o cálculo do valor da exposição relativa ao risco de crédito da contraparte decorrente de operações com instrumentos financeiros derivativos sujeita ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada (RWA_{CPAD}) foi atualizado para a Abordagem SA-CCR (*Standardized Approach for Counterparty Credit Risk*), seguindo o Anexo I da Resolução BCB nº 229, de 2022.

Processo de gerenciamento do risco de crédito

O processo de gerenciamento do risco de crédito é realizado de maneira corporativa. Este processo envolve diversas áreas, com atribuições específicas, garantindo uma estrutura eficiente, sendo que a mensuração e controle do risco de crédito são realizados de maneira centralizada e independente.

Tanto o processo de governança como os limites existentes são validados pelo Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital e submetidos para aprovação do Conselho de Administração, sendo revisados ao menos uma vez por ano.

A estrutura de gerenciamento do risco de crédito exerce papel fundamental na segunda linha da Organização, participando ativamente do processo de melhoria de modelos de classificação de riscos de clientes, realizando o acompanhamento de grandes riscos por meio do monitoramento periódico dos principais eventos de inadimplência, nível de provisionamento frente às perdas esperadas e inesperadas.

Esta estrutura atua continuamente na revisão dos processos internos, inclusive papéis e responsabilidades, capacitação e demandas de tecnologia da informação, bem como na revisão periódica do processo de avaliação de riscos visando à incorporação de novas práticas e metodologias.

As atribuições da estrutura de gerenciamento de risco de crédito seguem fielmente os preceitos de conformidade definidos pela Organização. A integração com as demais linhas ocorre de forma contínua e frequente, possibilitando assertividade na identificação, mensuração e controle do risco de crédito.

Concessão de crédito

O modelo de negócios diversificado permite o atendimento de diversos públicos, em canais direcionados e convenientes nas diversas regiões do Brasil. As estratégias de segmentação, tanto na Pessoa Física quanto na Pessoa Jurídica, também colaboram para um bom relacionamento com os clientes e para ofertas precisas de produtos e serviços.

Esse posicionamento tem reflexos positivos no perfil de crédito da Organização, sendo traduzido em um portfólio diversificado e pulverizado, tanto em termos de produtos como de segmentos. Isso é condizente com os riscos assumidos e com níveis de provisionamento e concentração adequados.

Sob a responsabilidade da área de Crédito, o processo de concessão apoia-se na Política de Crédito da Organização, primando pela segurança, qualidade e liquidez na aplicação dos ativos de crédito. Todo esse processo é permeado pela governança de gerenciamento de riscos e atende às determinações do Banco Central do Brasil.

As metodologias adotadas prezam pela agilidade e rentabilidade nos negócios, com procedimentos direcionados e adequados, orientados à concessão de operações de crédito e à fixação de limites operacionais.

Na avaliação e classificação do risco total do cliente ou grupo econômico, são considerados aspectos quantitativos (indicadores econômicos e financeiros) e qualitativos (dados cadastrais, comportamentais e transacionais), ligados à capacidade dos clientes de honrarem os seus compromissos.

Todas as propostas de negócios respeitam as alçadas operacionais, contidas nas Normas e Procedimentos de Crédito. Nas agências, a delegação de poder para a submissão de propostas depende do seu porte, da exposição total do cliente junto à Organização, das garantias oferecidas, do grau de restrição, bem como da sua classificação de risco de crédito (*rating*). Todas as propostas de negócio são submetidas para análise técnica e deferimento da área de Crédito.

Os Comitês de Crédito, por sua vez, têm por objetivo a tomada de decisões, dentro de sua alçada, sobre consultas de concessão de limites e operações propostas pelas áreas de negócios, previamente analisadas e com parecer da área de Crédito. De acordo com o montante financeiro, as propostas de operações/limites desse Comitê poderão ser submetidas ao Conselho de Administração para deliberação.

As propostas de crédito tramitam por um sistema automatizado e parametrizado, com o propósito de fornecer subsídios imprescindíveis para a análise, concessão e o acompanhamento dos créditos concedidos, minimizando os riscos inerentes às operações.

Para a concessão de créditos massificados de varejo, existem sistemas exclusivos de *Credit e Behavior Scoring*, que proporcionam agilidade e confiabilidade, além da padronização de procedimentos no processo de análise e deferimento dos créditos.

Os negócios são diversificados, pulverizados e destinados a indivíduos e empresas que demonstrem capacidade de pagamento e idoneidade, procurando ampará-los com garantias condizentes com os riscos assumidos, considerando os montantes, as finalidades e os prazos dos créditos concedidos.

Classificação de risco de crédito

A Organização dispõe de um robusto processo de Governança, práticas e acompanhamentos. Dentre as práticas, pode ser citada a Governança de Alçadas de Concessão e de Recuperação de Crédito, as quais, dependendo do montante da operação ou da exposição total da contraparte, requerem aprovação no nível do Conselho de Administração. Além disto, são realizados acompanhamentos frequentes da carteira, com avaliações de sua evolução, inadimplência,

provisionamentos, estudos de safras, capital, entre outros.

Além do processo e da governança de alçadas para aprovação de operações de crédito e recuperação, no apetite a riscos definido pela Organização são acompanhados os limites de concentração das operações para Grupo Econômico, Setor de Atividade Econômica e Transferência (concentração por países). Além dos indicadores de concentração, também foram estabelecidos no apetite a riscos indicadores de qualidade de novos créditos, nível de inadimplência e de ativos problemáticos, margem de capital econômico e despesa de provisão para perdas esperadas.

A metodologia de avaliação de risco de crédito, além de fornecer subsídios ao estabelecimento de parâmetros mínimos para concessão de crédito e gerenciamento de riscos, possibilita a definição de Normas e Procedimentos de Crédito diferenciados em função das características e do porte do cliente. Com isto, oferece embasamento tanto para a correta precificação das operações, quanto para a definição de garantias adequadas a cada situação.

A metodologia aplicada segue também os requisitos estabelecidos pela Resolução nº 4.945 do Conselho Monetário Nacional e inclui as análises de riscos social e ambiental em projetos, que buscam avaliar o cumprimento da legislação pertinente por parte dos clientes, bem como atender aos “Princípios do Equador”, conjunto de regras que estabelecem critérios mínimos sociais e ambientais que devem ser atendidos para a concessão de crédito.

Em consonância com o compromisso de constante aperfeiçoamento metodológico, a classificação de risco de crédito de operações contratadas é distribuída em grupos homogêneos de risco de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966 para fins de constituição da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

De forma simplificada, as classificações de risco das operações são determinadas em função da qualidade creditícia dos grupos econômicos/clientes, definida pelo *Rating* Cliente, garantias atreladas ao contrato, características do produto de crédito, comportamento de atrasos no pagamento, valor do crédito contratado, dentre outras características da operação.

As classificações de *Rating* Cliente para grupos econômicos fundamentam-se em procedimentos estatísticos parametrizados, informações quantitativas e qualitativas, além do fator julgamental. As classificações são efetuadas por grupo econômico e acompanhadas periodicamente com o objetivo de preservar a qualidade da carteira de crédito.

Para as pessoas físicas, em geral, as classificações de *Rating* Cliente baseiam-se também em procedimentos estatísticos e análise de variáveis que discriminam o comportamento de risco. Isso é feito mediante aplicação de modelos estatísticos de avaliação de crédito.

O *Rating* Cliente é utilizado, em conjuntos com diversas variáveis de decisão, para análise de concessão e/ou renovação de operações e limites de crédito, assim como

para o acompanhamento da deterioração do perfil de risco dos clientes.

Controle e acompanhamento

O risco de crédito tem seu controle e acompanhamento corporativo realizado por área independente, que calcula o risco das posições em aberto, consolida os resultados e realiza os reportes determinados pelo processo de governança existente.

Esta área promove reuniões mensais com todos os executivos e diretores de produtos e segmentos, com o objetivo de posicioná-los quanto à evolução da carteira de crédito, inadimplência, ativos problemáticos, reestruturações, adequação das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, recuperações de crédito, perdas, limites e concentrações de carteiras, alocação de capital econômico e regulamentar, dentre outros.

Além disso, acompanha todo e qualquer evento, interno ou externo, que possa trazer impacto significativo ao risco de crédito da Organização, tais como: fusões, falências, quebra de safra, além de monitorar os setores de atividade econômica em que a empresa tem as exposições mais representativas.

Comunicação interna

O risco de crédito é monitorado tempestivamente visando manter os níveis de risco em conformidade com os limites estabelecidos pela Organização. Relatórios gerenciais de controle de risco são disponibilizados para todas as alçadas, desde as agências até a Alta Administração.

Com o objetivo principal de antecipar situações de risco, que possam impactar na liquidez dos créditos concedidos aos clientes, a área de monitoramento de risco de crédito fornece diariamente informações por meio de um sistema corporativo às agências, gerências nacionais, segmentos de negócios e áreas de concessão de crédito e recuperação de crédito. Este sistema apresenta informações dinâmicas da carteira de crédito e cadastrais, além de proporcionar a comparação entre as informações anteriores e as atuais, destacando pontos que deverão ser analisados de maneira mais profunda pelos gestores como: informações de ativo por segmento, produto, região, classificação de risco, inadimplência, perda esperada e inesperada, dentre outras, possibilitando a visualização das informações desde um nível macro até o mais detalhado e permitindo chegar à visão de uma operação de crédito específica.

A visualização e entrega das informações é feita por meio de relatórios, sendo possível a realização de pesquisas em diversos níveis, tais como segmentos de negócios, diretorias, gerências, regiões, produtos, funcionários e clientes, e sob vários aspectos (exposição, inadimplência, estágio, provisão, *write-off*, graus de restrição, participação de garantias reais, qualidade da carteira por tipo de *rating*, entre outros).

Mensuração do risco de crédito

Periodicamente a Organização avalia as perdas de crédito esperadas dos ativos financeiros por meio de modelos quantitativos, que consideram a experiência histórica de perdas de créditos dos diferentes tipos de carteira (que pode variar de 2 a 7 anos), a qualidade e as características atuais dos clientes, das operações e dos mitigadores, de acordo com os processos e a governança interna.

A experiência de perda de créditos reais é ajustada para refletir as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, condições atuais e a visão da Organização sobre as condições econômicas futuras, que são incorporadas na mensuração por meio de modelos econométricos, que capturam efeitos correntes e futuros nas estimativas das perdas esperadas. As principais variáveis macroeconômicas utilizadas neste processo são taxas de juros brasileira, taxa de desemprego, índices de inflação e índices de atividade econômica.

A estimativa de perda esperada dos ativos financeiros é dividida em três categorias (estágios):

- Estágio 1: Ativos financeiros que não apresentaram aumento significativo no risco de crédito;
- Estágio 2: Ativos financeiros que apresentaram aumento significativo no risco de crédito; e
- Estágio 3: Ativos financeiros que apresentaram indicativos de que não serão honrados integralmente.

O aumento significativo no risco de crédito é avaliado com base em diferentes indicadores para classificação em estágios, de acordo com o perfil do cliente, o tipo do produto e o status de pagamento atual, conforme demonstramos abaixo:

Segmento Varejo:

- Estágio 1: Ativos financeiros que estão com as obrigações em dia ou vencidas até 30 dias e cuja classificação de risco de crédito do cliente seja baixo risco;
- Estágio 2 (Aumento significativo de risco de crédito): Ativos financeiros que estão com as obrigações vencidas entre 31 e 90 dias ou cujo *rating* interno dos clientes migraram de baixo risco para médio ou alto risco;
- Estágio 3 (Descumprimento ou *"impaired"*): Ativos financeiros que estão com as obrigações vencidas acima de 90 dias ou que apresentaram eventos falimentares, recuperação judicial ou reestruturação de dívidas;
- Recategorização do estágio 3 para estágio 2: Ativos financeiros que regularizaram os valores vencidos e os *ratings* internos migraram para médio risco;
- Recategorização do estágio 2 para estágio 1: Ativos financeiros que regularizaram os valores vencidos e os *ratings* internos migraram para baixo risco; e

- Recategorização do estágio 3 para o estágio 1: Ativos financeiros que retornaram o pagamento regular levando à reclassificação como baixo risco.

Segmento Atacado:

- Estágio 1: Ativos financeiros que estão com as obrigações em dia ou vencidas até 30 dias e cuja classificação de risco de crédito do cliente seja baixo risco;
- Estágio 2 (Aumento significativo de risco de crédito): Ativos financeiros que estão com as obrigações vencidas entre 31 e 90 dias ou cujo *rating* interno dos clientes migraram de baixo risco para médio ou alto risco;
- Estágio 3 (Descumprimento ou “*impaired*”): Ativos financeiros que estão com as obrigações relevantes vencidas acima de 90 dias ou que apresentaram eventos falimentares, recuperação judicial, reestruturação de dívidas ou necessidade de execução de garantias;
- Recategorização do estágio 3 para estágio 2: Ativos financeiros que não atentaram aos critérios do estágio 3 e os *ratings* internos migraram para médio risco;
- Recategorização do estágio 2 para estágio 1: Ativos financeiros que regularizaram os valores vencidos e os *ratings* internos migraram para baixo risco; e
- Recategorização do estágio 3 para o estágio 1: Ativos financeiros que retornaram o pagamento regular levando à reclassificação como baixo risco.

As perdas esperadas são baseadas na multiplicação dos parâmetros de risco de crédito: Probabilidade de descumprimento (PD), Perda dado o descumprimento (LGD) e Exposição ao descumprimento (EAD).

O parâmetro PD refere-se à probabilidade de descumprimento percebida pela Organização sobre o cliente, conforme modelos internos de avaliação, que no varejo utilizam metodologias estatísticas baseadas nas características do cliente, tais como *rating* interno e segmento de negócio, e da operação, tais como produto e garantia e no caso do atacado utilizam modelos especialistas baseados em informações financeiras e análises qualitativas.

O LGD refere-se ao percentual de perda em relação a exposição em caso de descumprimento, considerando todos os esforços de recuperação, conforme modelo interno de avaliação que utilizam metodologias estatísticas baseadas nas características da operação, tais como produto e garantia.

Clientes com exposição significativa possuem estimativas baseadas em análise individuais, que são embasadas na estrutura da operação e no conhecimento de especialista, visando capturar a complexidade e as particularidades de cada operação.

O EAD refere-se à exposição (valor contábil) do cliente perante a Organização no momento da estimação da perda esperada. No caso de compromissos ou garantias financeiras prestadas, o EAD terá a adição do valor esperado dos compromissos ou

garantias financeiras prestadas que serão convertidos em crédito em caso de descumprimento do cliente.

Exposição ao risco de crédito

A tabela a seguir apresenta a exposição máxima ao risco de crédito dos instrumentos financeiros:

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2025	
	Valor bruto	Perda esperada
Ativos financeiros		
Caixa e disponibilidades em bancos (Nota 5)	15.351.748	-
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (Nota 6) (1)	530.456.510	(3.519.114)
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (Nota 8) (1)	109.975.242	(22.679)
Títulos e valores mobiliários ao custo amortizado (Nota 9)	294.061.380	(3.598.822)
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 10)	235.485.054	-
Operações de crédito e de Arrendamento mercantil (Nota 12)	681.288.684	(45.915.731)
Outros ativos financeiros (Nota 13)	161.901.541	(3.267.055)
Compromissos de valores de crédito a liberar - <i>off-balance</i> (Nota 12)	358.376.828	(1.775.512)
Beneficiários e garantias prestadas - <i>off-balance</i> (Nota 12)	125.119.738	(1.280.608)
Total da exposição	2.512.016.725	(59.379.521)

(1) Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não são reduzidos pela provisão para perda.

Concentração das operações de crédito

	R\$ mil
	Em 31 de dezembro de 2025
Por concentração	
Maior devedor	4.013.413
Dez maiores devedores	27.452.911
Vinte maiores devedores	42.537.914
Cinquenta maiores devedores	69.173.022
Cem maiores devedores	91.346.520

Setor de atividade econômica

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2025	%
Setor público	9.695.176	1,2
Setor privado	781.972.038	98,8
Total	791.667.214	100,0
Pessoa jurídica	350.644.851	44,3
Atividades imobiliárias e construção	25.188.642	3,2
Varejo	41.304.495	5,2
Serviços	115.073.789	14,5
Transportes e concessão	28.635.592	3,6
Automobilística	7.228.928	0,9
Alimentícia	15.258.682	1,9
Atacado	20.564.676	2,6
Energia elétrica	10.541.406	1,3
Petróleo, derivados e atividades agregadas	5.568.769	0,7
Demais setores	81.279.872	10,3
Pessoa física	441.022.363	55,7

d) Indicador de Avaliação de Importância Sistêmica Global (IAISG)

Conforme definido por meio das Resoluções BCB nº 171/21 e nº 54/20, o Bradesco divulga anualmente a apuração das informações para a avaliação da importância sistêmica global (IAISG), calculada em bases consolidadas, a qual estabelece requerimento adicional de capital para as instituições financeiras classificadas como sistemicamente importantes. Para mais informações e detalhamentos, acesse o site bradesco.com.br na seção de Informações ao Mercado, item de Gerenciamento de Riscos.

e) Risco de Mercado

O processo de gerenciamento do risco de mercado é realizado de maneira corporativa, abrangendo desde as áreas de negócios até o Conselho de Administração. Este processo envolve diversas áreas, com atribuições específicas, garantindo uma estrutura eficiente, sendo que a mensuração e controle do risco de mercado são realizados de maneira centralizada e independente. Este processo permitiu à Organização ser a primeira instituição financeira no país autorizada pelo Banco Central do Brasil a utilizar, desde janeiro de 2013, seus modelos internos de risco de mercado para a apuração da necessidade do capital regulamentar. O processo de gerenciamento é também revisado, no mínimo, anualmente pelos Comitês e aprovado pelo próprio Conselho de Administração. As propostas de limites de risco de mercado são validadas em Comitês específicos, referendadas pelo Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, e submetidas à aprovação do Conselho de Administração, conforme as características dos negócios, que são segregados nas seguintes carteiras:

Carteira *Trading*: composta por todas as operações realizadas com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* de outros instrumentos da carteira própria, e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios a partir de variação de preços efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem. Os riscos desta carteira são monitorados por meio de:

- *Value at Risk (VaR)*;
- Estresse (medida de impacto negativo de eventos extremos, com base em cenários históricos e prospectivos);
- Resultado; e
- Exposição Financeira/Concentração.

Carteira *Banking*: composta por operações não classificadas na carteira *Trading*, provenientes dos demais negócios da Organização e seus respectivos *hedges*. Os riscos desta carteira são monitorados por meio de:

- Variação do valor econômico devido à variação de taxa de juros – ΔEVE (*Economic Value of Equity*); e
- Variação da receita líquida de juros devido à variação de taxa de juros – ΔNII (*Net Interest Income*).

VaR Modelo Interno – Carteira *Trading*

O VaR para o horizonte de 1 dia está demonstrado no quadro a seguir:

Fatores de riscos (1)	R\$ mil
	Em 31 de dezembro de 2025
Prefixado	8.265
IGP-M / IPCA	6.902
Cupom cambial	67
Moeda estrangeira	4.031
Renda variável	1.940
Soberanos/eurobonds e treasuries	7.055
Outros	1.378
Efeito correlação/diversificação	(14.825)
VaR (Value at Risk)	14.814

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais.

Análise de sensibilidade das exposições financeiras

As análises de sensibilidade das exposições financeiras (Carteiras *Trading* e *Banking*) da Organização, foram efetuadas a partir dos cenários elaborados para as respectivas datas, sempre considerando as informações de mercado na época e cenários que afetariam negativamente nossas posições, conforme exemplos abaixo:

Cenário 1: Com base nas informações de mercado (B3, Anbima etc.) foram aplicados choques de 1 ponto base para taxa de juros e 1,0% de variação para preços, e neste considerando o pior cenário com relação a posição apurada. Por exemplo: para uma cotação de preço Real/Dólar de R\$ 5,50 foi utilizado um cenário de R\$ 5,56, enquanto para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 13,80% foi aplicado um cenário de 13,81%;

Cenário 2: Foram determinados choques de 25,0% com base no mercado. Por exemplo: para uma cotação Real/Dólar de R\$ 5,50 foi utilizado um cenário de R\$ 6,88, enquanto para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 13,80% foi utilizado um cenário de 17,25%. Os cenários considerados para os fatores de riscos são de acordo com a posição apurada; e

Cenário 3: Foram determinados choques de 50,0% com base no mercado. Por exemplo: para uma cotação Real/Dólar de R\$ 5,50 foi utilizado um cenário de R\$ 8,25, enquanto para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 13,80% foi utilizado um cenário de 20,70%. Os cenários considerados para os fatores de riscos são de acordo com a posição apurada.

Os resultados apresentados revelam os impactos para cada cenário numa posição estática da carteira. O dinamismo do mercado e das carteiras faz com que essas posições se alterem continuamente e não obrigatoriamente reflitam a posição aqui demonstrada. Além disso, a Organização possui um processo de gestão contínua do risco de mercado, que procura, constantemente, formas de mitigar os riscos associados, de acordo com a estratégia determinada pela Alta Administração. Assim, em casos de sinais de deterioração de determinada posição, ações proativas são tomadas para minimização de possíveis impactos negativos, visando maximizar a relação risco retorno para a Organização.

I - Análise de Sensibilidade – Carteira Trading

		R\$ mil		
		Carteira Trading (1)		
		Em 31 de dezembro de 2025		
		Cenários		
		1	2	3
Taxa de juros em reais (2)	Exposições sujeitas às variações de taxas de juros prefixadas e cupom de taxas de juros	(318)	(102.871)	(195.792)
Índices de preços	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índices de preços	(294)	(54.032)	(102.722)
Cupom cambial	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de moedas estrangeiras	(2)	(347)	(688)
Moeda estrangeira	Exposições sujeitas à variação cambial	(2.184)	(54.595)	(109.190)
Renda variável	Exposições sujeitas à variação do preço de ações	476	11.888	23.776
Soberanos/eurobonds e treasuries	Exposições sujeitas à variação da taxa de juros de papéis negociados no mercado internacional	83	6.687	13.058
Outros	Exposições que não se enquadram nas definições anteriores	(13)	(320)	(640)
Total sem correlação dos fatores de risco		(2.252)	(193.590)	(372.198)

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais; e

(2) Como referência dos choques aplicados para o vértice de 1 ano, os valores foram de aproximadamente 335 bps e 651 bps (cenários 2 e 3 respectivamente) em Dez/2025.

Demonstramos a seguir, os impactos das exposições financeiras (valor justo) considerando, também, a Carteira *Banking* (composta por operações não classificadas na Carteira *Trading*, provenientes dos demais negócios da Organização e seus respectivos *hedges*).

II - Análise de Sensibilidade – Carteiras Trading e Banking

		R\$ mil		
		Carteira Trading e Banking (1)		
		Em 31 de dezembro de 2025		
		Cenários		
		1	2	3
Taxa de juros em reais (2)	Exposições sujeitas às variações de taxas de juros prefixadas e cupom de taxas de juros	(10.533)	(3.584.634)	(7.069.069)
Índices de preços	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índices de preços	(17.802)	(2.747.631)	(4.869.645)
Cupom cambial	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de moedas estrangeiras	(1.899)	(231.410)	(447.013)
Moeda estrangeira	Exposições sujeitas à variação cambial	(4.244)	(106.104)	(212.207)
Renda variável	Exposições sujeitas à variação do preço de ações	(35.194)	(879.844)	(1.759.689)
Soberanos/eurobonds e treasuries	Exposições sujeitas à variação da taxa de juros de papéis negociados no mercado internacional	2.442	239.377	465.818
Outros	Exposições que não se enquadram nas definições anteriores	935	23.368	46.735
Total sem correlação dos fatores de risco		(66.296)	(7.286.879)	(13.845.070)

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais; e

(2) Como referência dos choques aplicados para o vértice de 1 ano, os valores foram de aproximadamente 335 bps e 653 bps (cenários 2 e 3 respectivamente) em Dez/2025.

F) Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos

Os riscos sociais, ambientais e climáticos representam a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras para a Organização em função dos potenciais impactos decorrentes das mudanças do clima e de danos que uma atividade econômica pode causar à sociedade e ao meio ambiente.

Esses riscos, quando associados às instituições financeiras são, em sua maioria, indiretos e advêm das relações de negócios, incluindo aquelas com a cadeia de fornecimento e com os clientes por meio de atividades de financiamento e investimento. Conforme definidos no Art. 38-C da Resolução nº 4.557/17 do CMN, os Riscos Sociais compreendem a violação de direitos, garantias fundamentais ou a atos lesivos ao interesse comum, como a prática de trabalho análogo à de escravo e ao trabalho infantil, os Riscos Ambientais abrangem a degradação do meio ambiente e uso excessivo de recursos naturais e os Riscos Climáticos, referem-se à possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados a intempéries frequentes e severas ou a alterações ambientais de longo prazo, que possam ser relacionadas a mudanças em padrões climáticos (riscos físicos). Em resposta ao aumento desses riscos, mudanças socioeconômicas precisam acontecer, causando a possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados ao processo de transição para uma economia de baixo carbono, em que a emissão de gases do efeito estufa é reduzida ou compensada e os mecanismos naturais de captura desses gases são preservados (riscos de transição).

Como direcionador desse trabalho utilizamos a Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC), Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.945/2021 e Sistema de Autorregulação Bancária da Federação Brasileira de Bancos (SARB) nº 14/2014, que estabelecem princípios e diretrizes, observados nos princípios de relevância e proporcionalidade, bem como orientador na condução de nossos negócios, atividades e processos.

O processo de gerenciamento conta com uma estrutura de governança composta por comitês, políticas, normas e procedimentos, que visa a identificação, mensuração, mitigação, acompanhamento e reporte desses riscos em diversos processos. A seguir estão as atribuições das áreas que se destacam no gerenciamento e controle de riscos sociais, ambientais e climáticos:

Avaliação de Riscos SAC (Social, Ambiental e Climático)

Analisar e emitir parecer de riscos nas operações de crédito e em garantias imobiliárias que se enquadram no escopo;

Analisar e monitorar operações de financiamento a projetos;

Propor metodologias de avaliação SAC prévias às operações enquadrados no escopo e realizar acultramento das áreas chaves da organização em relação ao tema.

Metodologia e Governança de Riscos SAC

Propor as métricas de controle RSAC, atentando para a sua devida aprovação no processo de governança estabelecido;

Monitorar a exposição da carteira de crédito aos potenciais impactos SAC por setor;

Avaliar cenários associados às mudanças em padrões climáticos e à transição para uma economia de baixo carbono;

Reportar assuntos relacionados ao controle e monitoramento do risco SAC nas comissões e comitês executivos onde o tema é abordado, e garantir que os assuntos relevantes sejam reportados ao Conselho de Administração.

A Organização assumiu diversos compromissos e participa de iniciativas relacionadas aos aspectos sociais, ambientais e climáticos, tais como Princípios do Equador, Princípios para o Investimento Responsável (PRI), Carta Empresarial pelos Direitos Humanos e Promoção do Trabalho Decente (Ethos), Programa das Ações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP-FI), *Net Zero Banking Alliance* (NZBA), além de ser signatária do Pacto Global e integrar o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP-FI). Desde 2019 participa de iniciativas setoriais com foco no desenvolvimento de metodologias e ferramentas de gestão de risco climático para a indústria bancária, em linha com as recomendações da *Task Force on Climate-related Financial Disclosures* (TCFD).

g) Risco de Liquidez

O risco de liquidez é representado pela possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como pela possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O conhecimento e o acompanhamento deste risco são cruciais, sobretudo para que a Organização possa liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro.

Controle e acompanhamento

O gerenciamento do risco de liquidez da Organização é realizado através de ferramentas desenvolvidas em plataformas robustas e validadas pelas áreas independentes da Organização. Dentre as principais métricas e indicadores considerados no *framework* de risco de liquidez, destacam-se:

- **Indicador de Liquidez de Curto Prazo (LCR):** consiste na verificação da suficiência de instrumentos líquidos para honrar as saídas líquidas de caixa da Organização nos próximos trinta dias em cenário de estresse;
- **Indicador de Liquidez de Longo Prazo (NSFR):** consiste na verificação da suficiência de *funding* estrutural para financiar os ativos de longo prazo do balanço da Organização;

- Perdas de depósitos para diferentes horizontes de tempo;
- Mapas de concentração das captações em diferentes visões (produto, prazo e contraparte); e
- Exercícios de estresse integrado onde diferentes dimensões de risco são abordadas.

Para as principais métricas foram estabelecidos limites, que podem ser estratégicos (aprovados até o nível do Conselho de Administração) ou operacionais (aprovados no Comitê Executivo), baseados em sinalizadores, que acionam diferentes níveis de governança conforme o percentual de utilização (consumo) dos seus respectivos limites.

Mitigação do Risco de Liquidez

A governança estabelecida para o gerenciamento do risco de liquidez contempla uma série de recomendações para mitigação do risco de liquidez, dentre as principais estratégias, destacam-se:

- Diversificação de captações quanto a contraparte, produto e prazo;
- Adoção de limites gerenciais de liquidez, além daqueles requeridos pelo regulador;
- Análise prévia de produtos que possam afetar a liquidez antes da sua implementação; e
- Simulações de estresse de liquidez da carteira.

Testes de Estresse

Em função da dinâmica e criticidade deste tema, a gestão e controle do risco de liquidez deve acontecer de forma diária e ser baseada em cenários de estresse. Desta forma, a principal métrica utilizada para o monitoramento do risco de liquidez do Conglomerado Prudencial é o Índice de Liquidez Curto Prazo (LCR), que mede a suficiência de recursos líquidos para honrar os compromissos nos próximos trinta dias considerando um cenário de estresse. Portanto, a gestão diária já é realizada através de teste de estresse.

De qualquer forma, adicionalmente ao LCR e outras métricas de monitoramento, são executadas simulações de cenários de estresse de longo prazo, dentro do programa de teste de estresse integrado (ICAAP por exemplo), para também avaliar uma eventual deterioração dos indicadores de liquidez para diferentes horizontes de tempo.

Comunicação Interna

A comunicação interna sobre o risco de liquidez, tanto entre os departamentos quanto entre as diversas camadas da governança interna é feita por meio de relatórios internos e comitês envolvendo as duas áreas (Tesouraria e Gerenciamento de Riscos Financeiros) e a administração sênior da Organização.

Adicionalmente, são distribuídos diariamente relatórios às áreas envolvidas na gestão e no controle, bem como à Alta Administração. Fazem parte deste processo diversos instrumentos de análises que são utilizados no monitoramento da liquidez,

tais como:

- Distribuição diária dos instrumentos de controle da liquidez;
- Atualização automática intraday dos relatórios de liquidez para a adequada gestão do Departamento de Tesouraria;
- Elaboração de relatórios com as movimentações passadas e futuras, com base em cenários;
- Verificação diária do cumprimento do nível mínimo de liquidez;
- Elaboração de relatórios complementares onde são apresentadas as concentrações das captações por tipo de produto, prazo e contraparte; e
- Relatórios semanais para a Alta Administração com o comportamento e as expectativas referentes à situação da liquidez.

O processo de gerenciamento de risco de liquidez conta com um sistema de alertas, que determina o nível adequado de reporte dos relatórios de risco de acordo com o percentual de utilização dos limites estabelecidos. Desta forma, quanto menor forem os índices de liquidez, maiores níveis da Organização recebem os relatórios.

h) Apresentamos o balanço patrimonial por moedas e por prazo**I - Balanço patrimonial por moedas**

	R\$ mil		
	Em 31 de dezembro de 2025		
	Balanço	Nacional	Estrangeira (1) (2)
Ativo			
Disponibilidades	15.351.748	9.596.625	5.755.123
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	547.913.136	532.439.393	15.473.743
- Títulos e valores mobiliários e demais ativos financeiros	526.937.396	513.687.481	13.249.915
- Instrumentos financeiros derivativos	20.975.740	18.751.912	2.223.828
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	109.952.563	95.284.918	14.667.645
- Títulos e valores mobiliários, líquido de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	109.952.563	95.284.918	14.667.645
Ativos financeiros ao custo amortizado	1.441.634.500	1.353.752.137	87.882.363
- Aplicações interfinanceiras de liquidez	235.485.054	232.677.339	2.807.715
- Depósitos compulsórios e outros depósitos no Banco Central do Brasil	121.679.449	121.635.435	44.014
- Títulos e valores mobiliários, líquido de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	290.462.558	277.739.598	12.722.960
- Operações de crédito, líquido de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	627.852.869	555.951.100	71.901.769
- Operações de arrendamento mercantil, líquido de provisão para perdas associadas ao risco de crédito	7.520.084	7.520.084	-
- Outros ativos financeiros	158.634.486	158.228.581	405.905
Ativos não financeiros mantidos para venda	1.612.862	1.573.431	39.431
Investimentos em coligadas e controladas em conjunto	13.348.433	13.348.433	-
Imobilizado de uso, líquido de depreciação	8.626.609	8.495.718	130.891
Intangíveis e ágio, líquidos de amortização	20.668.922	20.494.929	173.993
Impostos a compensar	12.779.690	12.407.960	371.730
Crédito tributário	118.702.047	118.670.741	31.306
Outros ativos	16.137.253	14.379.615	1.757.638
Total do Ativo	2.306.727.763	2.180.443.900	126.283.863
Passivo			
Passivos financeiros ao custo amortizado	1.585.281.245	1.446.061.817	139.219.428
- Recursos de instituições financeiras	427.099.494	371.867.964	55.231.530
- Recursos de clientes	721.274.151	648.719.573	72.554.578
- Recursos de emissão de títulos	306.260.682	294.842.999	11.417.683
- Dívidas subordinadas	54.714.526	54.714.526	-
- Outros passivos financeiros	75.932.392	75.916.755	15.637
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	18.562.103	14.614.260	3.947.843
Provisão para perda esperada	3.056.120	3.049.921	6.199
- Compromissos de empréstimos	1.775.512	1.769.597	5.915
- Garantias Financeiras	1.280.608	1.280.324	284
Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	445.994.253	445.972.890	21.363
Outras provisões	35.460.514	35.312.996	147.518
Impostos correntes	2.003.486	1.882.993	120.493
Impostos diferidos	5.450.471	5.366.186	84.285
Outros passivos	37.884.970	35.976.244	1.908.726
Total do passivo	2.133.693.162	1.988.237.307	145.455.855
Patrimônio líquido			
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	172.239.039	172.239.039	-
Participação de acionistas não controladores	795.562	795.562	-
Total do Patrimônio Líquido	173.034.601	173.034.601	-
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	2.306.727.763	2.161.271.908	145.455.855
Posição líquida de ativos e passivos			(19.171.992)
Derivativos - posição líquida (2)			13.836.792
Outras contas de compensação líquidas (3)			(224.924)
Posição cambial líquida (passiva) (4) (5)	-		(5.560.124)

(1) Valores expressos e/ou indexados, basicamente, em dólares norte-americanos;

(2) Excluídas as operações vencíveis em D+1, a serem liquidadas em moeda do último dia do mês;

(3) Referem-se a outros compromissos registrados em conta de compensação;

(4) Os ativos, passivos e resultados dos investimentos e dependências no exterior são convertidos para reais, de acordo com as taxas de câmbio da moeda local, sendo que os efeitos resultantes do processo de conversão, totalizaram no período findo em 31 de dezembro de 2025, R\$ (4.063.122) mil e foram registrados no resultado. Estes efeitos foram neutralizados pelos resultados obtidos pelos instrumentos financeiros utilizados para proteger os efeitos da variação cambial produzida pelos nossos investimentos no exterior. Para os investimentos no exterior que possuem moeda funcional diferente do real, os efeitos da conversão estão registrados no Patrimônio Líquido na rubrica Ajustes de Avaliação Patrimonial no valor de R\$ 806.407 mil; e

(5) No período/exercício a variação cambial dos instrumentos financeiros reconhecida no resultado foi de R\$ (787.517) mil.

II - Balanço patrimonial por prazo

	R\$ mil					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Prazo indeterminado	Total
Ativo						
Disponibilidades	15.351.748	-	-	-	-	15.351.748
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	537.941.697	1.410.541	999.871	7.561.027	-	547.913.136
- Títulos e valores mobiliários e demais ativos financeiros (1) (2)	526.937.396	-	-	-	-	526.937.396
- Instrumentos financeiros derivativos	11.004.301	1.410.541	999.871	7.561.027	-	20.975.740
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	3.466.772	17.750.167	6.831.650	76.184.082	5.719.892	109.952.563
- Títulos e valores mobiliários, líquido de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (1) (2)	3.466.772	17.750.167	6.831.650	76.184.082	5.719.892	109.952.563
Ativos financeiros ao custo amortizado	542.178.102	190.403.232	135.386.929	573.666.237	-	1.441.634.500
- Títulos e valores mobiliários, líquido de provisão para perdas associadas ao risco de crédito (1)	17.808.782	14.708.855	22.876.215	235.068.706	-	290.462.558
- Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	186.589.621	40.311.107	6.410.950	2.173.376	-	235.485.054
- Depósitos compulsórios e outros depósitos no Banco Central do Brasil	121.635.435	44.014	-	-	-	121.679.449
- Operações de crédito, líquido de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	125.590.012	94.940.258	84.628.932	322.693.667	-	627.852.869
- Operações de arrendamento mercantil, líquido de provisão para perdas associadas ao risco de crédito	6.699	79.941	204.652	7.228.792	-	7.520.084
- Outros ativos financeiros	90.547.553	40.319.057	21.266.180	6.501.696	-	158.634.486
Ativos não financeiros mantidos para venda	1.612.862	-	-	-	-	1.612.862
Investimentos em coligadas e controladas em conjunto	-	-	-	-	13.348.433	13.348.433
Imobilizado de uso, líquido de depreciação	94.571	472.853	567.424	6.792.049	699.712	8.626.609
Intangíveis e ágio, líquidos de amortização	546.267	2.092.208	2.302.187	15.475.802	252.458	20.668.922
Impostos a compensar	2.500.541	218.489	239.505	9.821.155	-	12.779.690
Crédito tributário	2.283.324	8.263.205	8.592.157	99.563.361	-	118.702.047
Outros Ativos	4.611.405	7.447.888	861.343	3.216.617	-	16.137.253
Total em 31 de dezembro de 2025	1.110.587.289	228.058.583	155.781.066	792.280.330	20.020.495	2.306.727.763

Passivo						
Passivos financeiros ao custo amortizado	587.925.897	177.663.353	176.215.412	621.952.474	21.524.109	1.585.281.245
- Recursos de Instituições Financeiras (1) (3)	327.014.095	56.709.308	20.169.509	23.206.582	-	427.099.494
- Recursos de Clientes (3)	208.009.606	66.066.548	102.249.281	344.948.716	-	721.274.151
- Recursos de Emissão de Títulos	16.357.292	25.082.829	45.445.374	219.375.187	-	306.260.682
- Dívidas Subordinadas	14.708	385.063	1.641.087	31.149.559	21.524.109	54.714.526
- Outros Passivos Financeiros	36.530.196	29.419.605	6.710.161	3.272.430	-	75.932.392
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	11.417.063	2.146.761	1.109.855	3.888.424	-	18.562.103
Provisão para perda esperada	655.218	733.889	581.721	1.085.292	-	3.056.120
- Compromissos de empréstimos e créditos a liberar	605.665	686.255	478.174	5.418	-	1.775.512

Demonstrações Financeiras Consolidadas | Notas Explicativas

- Garantias Financeiras	49.553	47.634	103.547	1.079.874	-	1.280.608
Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	12.672.649	20.650.689	7.074.527	405.596.388	-	445.994.253
Outras provisões	17.960.293	940.092	631.322	15.928.807	-	35.460.514
Impostos correntes	1.832.835	170.651	-	-	-	2.003.486
Impostos diferidos	303.409	-	4.313	5.142.749	-	5.450.471
Outros passivos	35.904.065	143.932	1.625.050	211.923	-	37.884.970
Patrimônio líquido						
Patrimônio Líquido Atribuído aos Acionistas Controladores	-	-	-	-	172.239.039	172.239.039
Participação de Acionistas não Controladores	-	-	-	-	795.562	795.562
Total Patrimônio líquido	-	-	-	-	173.034.601	173.034.601
Total em 31 de dezembro de 2025	668.671.429	202.449.367	187.242.200	1.053.806.057	194.558.710	2.306.727.763

(1) As operações vinculadas a compromissos de recompra estão classificadas conforme o prazo da operação;

(2) As aplicações em fundos de investimento estão classificadas no prazo de 1 a 30 dias; e

(3) Os depósitos à vista e de poupança, estão classificados no prazo de 1 a 30 dias, sem considerar a média histórica do giro.

i) Valor justo de ativos e passivos financeiros

Valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros:

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2025	
	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos		
Aplicações interfinanceiras de liquidez	235.485.054	235.513.370
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	121.679.449	121.679.449
Títulos e valores mobiliários:		
Ao valor justo por meio do resultado (1)	526.937.396	526.937.396
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	109.952.563	109.952.563
Ao custo amortizado (1)	290.462.558	280.210.667
Instrumentos financeiros derivativos	20.975.740	20.975.740
Operações de crédito e arrendamento mercantil	635.372.953	617.337.432
Outros ativos financeiros	158.634.486	158.634.486
Passivos		
Recursos de instituições financeiras	427.099.494	427.535.327
Recursos de clientes	721.274.151	718.421.538
Recursos de emissão de títulos	306.260.682	306.537.715
Dívidas subordinadas	54.714.526	56.371.225
Instrumentos financeiros derivativos	18.562.103	18.562.103
Outros passivos financeiros	75.932.392	75.932.392

(1) Inclui títulos com características de concessão de crédito.

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro de 2025			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Valor Justo
Valor justo por meio do resultado	462.534.100	60.865.736	3.537.560	526.937.396
Letras financeiras do tesouro	261.528.047	-	-	261.528.047
Letras do tesouro nacional	61.582.124	-	-	61.582.124
Notas do tesouro nacional	71.921.718	-	-	71.921.718
Letras financeiras	-	42.434.666	-	42.434.666
Debêntures	28.607.553	4.746.501	44.747	33.398.801
Ações	17.515.905	4.143.553	1.876.636	23.536.094
Outros	21.378.753	9.541.016	1.616.177	32.535.946
Derivativos	(333.439)	3.521.624	(774.548)	2.413.637
Instrumentos financeiros derivativos (Ativos)	9.266.883	11.435.197	273.660	20.975.740
Instrumentos financeiros derivativos (Passivos)	(9.600.322)	(7.913.573)	(1.048.208)	(18.562.103)
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	106.020.325	3.051.953	880.285	109.952.563
Notas do tesouro nacional	39.211.359	-	-	39.211.359
Letras do tesouro nacional	23.738.481	-	-	23.738.481
Letras financeiras do tesouro	17.665.354	-	-	17.665.354
Títulos de governos estrangeiros	8.177.931	-	-	8.177.931
Ações	4.846.400	-	873.493	5.719.893
Outros	12.380.800	3.051.953	6.792	15.439.545
Total	568.220.986	67.439.313	3.643.297	639.303.596
Públicos	488.945.557	-	6.792	488.952.349
Privados	79.275.429	67.439.313	3.636.505	150.351.247

A tabela a seguir apresenta uma reconciliação dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo, de maneira recorrente, usando dados não observáveis relevantes (Nível 3):

	R\$ mil				
	Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Derivativos ativos	Derivativos passivos	Total
Em 1º de janeiro de 2025	2.424.132	1.094.128	137.552	(557.559)	3.098.253
Incluídos no resultado	411.620	(1.791)	-	-	409.829
Incluídos em outros resultados abrangentes	-	(194.336)	-	-	(194.336)
Aquisições	1.672.199	-	136.108	(490.649)	1.317.658
Liquidações	(844.017)	(13.773)	-	-	(857.790)
Vencimentos	(55.218)	(3.943)	-	-	(59.161)
Transferência entre níveis (1)	(71.156)	-	-	-	(71.156)
Em 31 de dezembro de 2025	3.537.560	880.285	273.660	(1.048.208)	3.643.297

(1) Estes papéis foram reclassificados entre os níveis 2 e 3, pois houve aumento no risco de crédito e a curva de spread possui parâmetros não observáveis. Quando há uma redução neste risco de crédito, os papéis são transferidos do nível 3 para o nível 2.

Análise de sensibilidade dos ativos financeiros classificados no Nível 3

	R\$ mil					
	Em 31 de dezembro de 2025					
	Impacto no resultado			Impacto no patrimônio		
	1	2	3	1	2	3
Taxa de juros em reais	(28)	(9.841)	(19.247)	-	(77)	(151)
Cupom cambial	(54)	(6.508)	(12.485)	-	-	-
Moeda estrangeira	1.469	36.729	73.459	-	-	-
Renda variável	10.321	258.037	516.075	4.804	120.105	240.211

Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo

A tabela abaixo resume os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros que não foram apresentados no balanço patrimonial ao seu valor justo, classificados pelos níveis hierárquicos:

	R\$ mil				
	Em 31 de dezembro de 2025				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Valor Justo	Valor Contábil
Ativos					
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	235.513.370	-	235.513.370	235.485.054
Títulos e valores mobiliários ao custo amortizado (1)	170.286.961	104.670.553	5.253.153	280.210.667	290.462.558
Operações de crédito e arrendamento mercantil	-	-	617.337.432	617.337.432	635.372.953
Passivos					
Recursos de instituições financeiras	-	-	427.535.327	427.535.327	427.099.494
Recursos de clientes	-	-	718.421.538	718.421.538	721.274.151
Recursos de emissão de títulos	-	-	306.537.715	306.537.715	306.260.682
Dívidas subordinadas	-	-	56.371.225	56.371.225	54.714.526

(1) Inclui títulos com características de concessão de créditos.

39) BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

O Bradesco e suas controladas são patrocinadores de um plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições pagas por ele mesmo e pela empresa patrocinadora, sendo os recursos investidos em um FIE (Fundo de Investimento Exclusivo). O plano é administrado pela Bradesco Vida e Previdência S.A. e o Banco Bradesco S.A. é o responsável pela gestão financeira dos fundos FIEs.

O plano de previdência complementar conta com contribuições dos funcionários e administradores do Bradesco e de suas controladas equivalentes a, no mínimo, 4% do salário e, pela empresa, 5% do salário, acrescidas do percentual destinado a coberturas dos benefícios de risco (morte e invalidez). As obrigações atuariais do plano de contribuição definida estão integralmente cobertas pelo patrimônio do FIE correspondente. Além do plano apresentado, está assegurado aos participantes que, em 2001, optaram em migrar do plano de benefício definido, um benefício proporcional diferido, correspondente aos seus direitos acumulados naquele plano. Para os participantes ativos, aposentados e pensionistas do plano de benefício definido, em extinção, o valor presente das obrigações atuariais do plano está integralmente coberto por ativos garantidores.

O Kirton Bank S.A. Banco Múltiplo e Ágora Corretora de Seguros S.A. patrocinam planos de previdência complementar nas modalidades de contribuição variável e de benefício definido, por meio da Fundação Baneb de Seguridade Social – Bases, aos funcionários oriundos do Baneb.

O Banco Bradesco S.A. patrocina plano de previdência complementar na modalidade de contribuição variável, por meio da Caixa de Assistência e Aposentadoria dos Funcionários do Banco do Estado do Maranhão – Capof, aos funcionários oriundos do Banco BEM S.A.

O Banco Bradesco S.A. patrocina plano de previdência complementar na modalidade de benefício definido por meio da Caixa de Previdência Privada Bec – Cabec, aos funcionários oriundos do Banco do Estado do Ceará S.A.

O Banco Bradesco S.A., Kirton Bank S.A. Banco Múltiplo, Bradesco Capitalização S.A., Bradescor Corretora de Seguros Ltda., Bradesco Kirton Corretora de Câmbio S.A. e a Bradesco Seguros S.A. patrocinam plano de previdência complementar na modalidade de benefício definido, por meio do Multibra Fundo de Pensão, aos funcionários oriundos do Banco Bamerindus do Brasil S.A..

O Banco Bradesco S.A. assumiu ainda as obrigações do Kirton Bank S.A. Banco Múltiplo com relação ao Seguro de Vida, Plano de Saúde e Indenização por Aposentadoria dos funcionários oriundos do Banco Bamerindus do Brasil S.A., bem como o Plano de Saúde de funcionários oriundos do Lloyds.

De acordo com o CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, aprovado pela Resolução CMN nº 4.424/15, o Bradesco e suas controladas, como patrocinadores dos referidos planos, considerando estudo econômico e atuariais, calcularam os seus compromissos atuariais utilizando taxa real de juros e reconhecem em suas demonstrações financeiras a obrigação devida. Os recursos garantidores dos planos de previdência são investidos de acordo com a legislação pertinente (títulos públicos e privados, ações de companhias abertas e imóveis). Seguem as principais premissas utilizadas pelo atuário independente na avaliação atuarial dos nossos planos, com base no CPC 33 (R1):

Fatores de riscos	Em 31 de dezembro
	2025
Taxa nominal de desconto	3,50% - 11,32% a.a.
Taxa nominal de crescimentos salariais futuros	3,50% a.a.
Taxa nominal de crescimento dos benefícios da previdência social e dos planos	3,50% a.a.
Taxa inicial de crescimento de custos médicos	6,92% - 7,64% a.a.
Taxa de inflação	3,50% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT 2000 e BR-EMS
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Por Plano
Taxa de rotatividade esperada	-
Probabilidade de ingresso em aposentadoria	100% na 1ª elegibilidade a um benefício pelo plano

Considerando as premissas acima, de acordo com o CPC 33 (R1), o valor presente das obrigações atuariais dos planos de benefícios e de seus ativos para cobertura dessas obrigações, está representado abaixo:

	R\$ mil	
	Benefícios de aposentadoria	Outros benefícios pós-emprego
	Acumulado em 31 de dezembro de 2025	Acumulado em 31 de dezembro de 2025
(i) Obrigações com benefícios projetados:		
No início do exercício	2.556.966	819.725
Custo do serviço corrente	327	-
Custo de juros	258.434	83.635
Contribuição do participante	467	-
Ganho/(perda) atuarial (1)	(11.271)	10.232
Transferências	-	-
Custo de serviço passado - alterações do plano	(18.286)	-
Eliminação antecipada de obrigações	-	-
Benefícios pagos	(262.798)	(52.264)
No encerramento do exercício	2.523.839	861.328
(ii) Ativos no plano pelo valor de mercado:		
No início do exercício	2.416.615	-
Rendimento esperado	245.129	-
Ganho/(perda) atuarial (1)	(98.294)	-
Contribuições recebidas:		
- Empregador	56.179	-
- Empregados	467	-
Transferências	-	-
Eliminação antecipada de obrigações	-	-
Benefícios pagos	(262.288)	-
No encerramento do exercício	2.357.808	-
(iii) Mudanças no superávit irrecuperável:		
No início do exercício	62.210	-
Juros sobre o superávit irrecuperável	6.642	-
Mudança no superávit irrecuperável (1)	986	-
No encerramento do exercício	69.838	-
(iv) Posição financiada:		
Planos deficitários (2)	235.869	861.328
Saldo líquido	235.869	861.328

(1) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, os efeitos de remensuração reconhecidos em Patrimônio Líquido, em Outros Resultados Abrangentes totalizaram R\$ (54.773) mil, líquido dos efeitos fiscais; e

(2) O Bradesco e suas controladas, como patrocinadores dos referidos planos, considerando estudo econômico e atuariais, calcularam os seus compromissos atuariais e reconhecem em suas demonstrações contábeis a obrigação atuarial devida.

O custo/(benefício) líquido dos planos de pensão, reconhecidos na demonstração do resultado, inclui os seguintes componentes:

	R\$ - mil
	Acumulado em 31 de dezembro 2025
Obrigações com benefícios projetados:	
Custo do serviço	(17.958)
Custo de juros sobre obrigações atuariais	341.787
Rendimento esperado dos ativos do plano	(244.914)
Juros sobre o superávit irrecuperável	6.642
Custo/(benefício) líquido dos planos de pensão	85.557

Perfil de vencimento do valor presente das obrigações dos planos de benefícios definido para os próximos anos:

	R\$ mil	
	Benefícios aposentadoria	Outros benefícios pós-emprego
Duração média ponderada (em anos)	7,91	9,53
2026	277.251	65.693
2027	292.614	68.711
2028	295.969	72.796
2029	298.759	76.963
2030	300.824	81.159
Após 2031	1.506.457	467.572

Em 2026 as contribuições esperadas para os planos de benefícios definido é de R\$ 23.972 mil.

A taxa de retorno de longo prazo dos ativos do plano baseia-se no seguinte:

- Expectativas de médio a longo prazo dos gestores dos ativos; e
- Títulos privados e públicos, parcela representativa da carteira de investimentos de nossas controladas, cuja rentabilidade é superior a inflação mais juros, com vencimentos de curto a longo prazo.

Os recursos garantidores dos planos de previdência são investidos de acordo com a legislação pertinente (títulos públicos e privados, ações de companhias abertas e imóveis) e a alocação média ponderada dos ativos pertencentes ao plano de previdência, por categoria de ativo, é a seguinte:

	Em 31 de dezembro		
	Ativos do Plano do Alvorada	Ativos do Plano do Bradesco	Ativos do Plano do Kirtton
	2025	2025	2025
Categorias de ativo:			
Renda variável	-	1,6%	-
Renda fixa	95,6%	95,6%	100,0%
Imóveis	3,4%	1,7%	-
Outros	1,0%	1,2%	-
Total	100,0%	100,0%	100,0%

O quadro abaixo, de análise de sensibilidade das obrigações dos planos de benefícios, demonstra o impacto na exposição atuarial (6,92% - 11,32% a.a.) pela alteração da premissa na taxa de desconto e inflação médica em 1 p.p.:

Taxa	Taxa de desconto/Taxa de inflação médica	Análise de Sensibilidade	Efeito no passivo atuarial	Efeito no valor presente das obrigações
Taxa de Desconto	11,72% - 12,32%	Aumento de 1 p.p.	redução	(237.741)
Taxa de Desconto	9,72% - 10,32%	Redução de 1 p.p.	aumento	272.395
Inflação Médica	7,92% - 8,64%	Aumento de 1 p.p.	aumento	70.578
Inflação Médica	5,92% - 6,64%	Redução de 1 p.p.	redução	(61.359)

O Bradesco, em suas dependências no exterior, proporciona para seus funcionários e administradores plano de pensão, de acordo com as normas estabelecidas pelas autoridades locais, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante.

As despesas totais com contribuições efetuadas, no 2º semestre de 2025, foram de R\$ 126.462 mil e no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram de R\$ 346.851 mil.

Além desse benefício, o Bradesco e suas controladas oferecem aos seus funcionários e administradores outros benefícios, dentre os quais: seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento profissional, cujo montante dessas despesas, incluindo as contribuições mencionadas anteriormente, totalizaram, no 2º semestre de 2025, o montante de R\$ 2.738.478 mil e no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o montante de R\$ 5.495.355 mil.

40) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Resultados não recorrentes

De acordo com a Resolução BCB nº 2/2020 (Artigo 34) e política de avaliação e mensuração de eventos não recorrentes da Organização Bradesco, apresentamos abaixo os resultados não recorrentes dos períodos:

Nosso resultado contábil no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 24.549.089 mil, o resultado recorrente foi de R\$ 25.277.145 mil e o resultado não recorrente foi de R\$ (728.056) mil líquido de impostos (Provisão para reestruturação – R\$ (660.629) mil e demais – R\$ (67.427) mil).

b) Fundos de investimentos e carteiras

A Organização administra fundos de investimento e carteiras, cujos patrimônios líquidos em 31 de dezembro de 2025 atingiram R\$ 1.409.467.167 mil.

c) Recolhimento Compulsório

Em 2025, houve alterações nas regras de recolhimento compulsório conforme quadro a seguir:

Descrição	Norma Anterior	Norma Atual
Recursos de Depósitos de Poupança	Resolução BCB nº 188 de 23/2/2022 Sem previsão de dedução específica para crédito imobiliário.	Resolução BCB nº 512 de 10/10/2025 Inclui o Art. 6º-A na Resolução BCB nº 188, que permite a dedução do valor nominal das operações de crédito imobiliário na exigibilidade do recolhimento compulsório sobre depósitos de poupança livre. São elegíveis para dedução apenas as operações de crédito imobiliário contratadas a partir de 13/10/2025, que atendam aos parâmetros estabelecidos na Resolução CMN nº 5.255/2025. Limites para dedução (%): Até 5% da base de cálculo no período de 28/12 a 31/12/26 (cumprimento em jan/27); a partir de 2027, acréscimo de 1,5 ponto percentual ao ano, ajustado no primeiro período de cálculo de cada ano.

- d)** Em conformidade com a Resolução CMN nº 3.263/05, informamos que o Banco Bradesco S.A. possui acordos para a compensação e liquidação de obrigações firmadas com determinadas contrapartes. As obrigações de pagamento para com o Banco Bradesco S.A., decorrentes de operações de crédito e derivativos, na hipótese de inadimplência da contraparte, serão compensadas com as obrigações de pagamento do Banco Bradesco junto à contraparte.
- e)** Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214/2025, resultante da conversão do PLP nº 68/2024, a qual integra parte da regulamentação da Emenda Constitucional nº 132/2023, que institui a Reforma Tributária sobre o Consumo. A referida lei dispõe, entre outros aspectos, sobre a criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), marcando um passo importante na Reforma Tributária do consumo.

Em 13 de janeiro de 2026, foi sancionada a Lei Complementar nº 227, derivada do PLP nº 108/2024, que dispõe sobre a criação do Comitê Gestor do IBS (CGIBS) e estabeleceu regras gerais para sua administração, fiscalização, arrecadação e distribuição da receita do imposto. A norma também definiu as alíquotas do IBS/CBS aplicáveis aos serviços financeiros entre 2027 e 2033, prevendo aumento progressivo de 10,85% para 12,50%. Para as tarifas atualmente sujeitas ao ISS, está prevista, no mesmo período, uma redução da alíquota de 2% para 1,2%.

O Banco permanece acompanhando a evolução da regulamentação, bem como aguarda a publicação das normas e regras gerais complementares pela Receita Federal e Comitê Gestor do IBS, as quais serão necessárias para a plena implementação do novo modelo tributário. Até o momento não é possível mensurar, de forma precisa, os impactos decorrentes dessas mudanças.

- f)** Em 8 de agosto de 2024, nós, por meio das nossas controladas, celebramos um Acordo de Investimentos com a John Deere Brasil S.A. ("John Deere Brasil"), uma subsidiária integral da Deere & Company (USA), uma das líderes globais no fornecimento de equipamentos agrícolas, de construção e silvicultura. Por meio deste acordo, deteremos uma participação de 50% no Banco John Deere S.A. ("Transação"). Essa parceria estratégica fortalecerá ainda mais o posicionamento nos setores de agronegócio e construção, expandindo a oferta de financiamento e serviços financeiros para clientes e concessionários na aquisição de equipamentos, peças e serviços do grupo John Deere. Em 10 de fevereiro de 2025, após o cumprimento das condições precedentes, legais e regulatórias, a aquisição foi concluída.
- g)** Em 1º de setembro de 2025 o Banco Bradesco S.A. ("Bradesco") comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que a Atlântica Hospitais e Participações S.A. ("Atlântica"), companhia voltada ao investimento em hospitais, controlada indireta do Bradesco e da Bradseg Participações S.A., esta última controladora do Grupo Bradesco Seguros, celebrou, nesta data, um Acordo de Investimento com o grupo Rede D'Or São Luiz S.A. ("Rede D'Or") para inclusão do Hospital Glória D'Or na rede hospitalar "Atlântica D'Or" ("Transação"), expandindo assim a parceria celebrada com a Rede D'Or, divulgada ao mercado em 8 de maio e 1º de novembro de 2024 ("Parceria"), mantendo-se a estrutura societária existente, com participação de 50,01% para a Rede D'Or e 49,99% para Atlântica. A gestão médica do Hospital Glória D'Or será de responsabilidade da Rede D'Or. A consumação da transação está sujeita ao cumprimento de certas condições suspensivas, usuais em operações desta natureza, incluindo as devidas aprovações regulatórias.

- h)** Em 10 de novembro de 2025 o Banco Bradesco S.A. ("Bradesco") comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que a Atlântica Hospitais e Participações S.A. ("Atlântica"), companhia voltada ao investimento em hospitais, controlada indireta do Bradesco e da Bradseg Participações S.A., (controladora do Grupo Bradesco Seguros), celebrou, nesta data, um Acordo de Investimento com o Grupo Rede D'Or São Luiz S.A. ("Rede D'Or") para inclusão da Maternidade São Luiz Star, localizada na cidade de São Paulo/SP, na estrutura "Atlântica D'Or" ("Transação"), mantendo-se a estrutura societária existente, com participação de 50,01% para a Rede D'Or e 49,99% para Atlântica. A gestão médica da Maternidade São Luiz Star permanecerá sob a responsabilidade da Rede D'Or. A consumação da Transação está sujeita ao cumprimento de certas condições suspensivas, usuais em operações desta natureza, incluindo as devidas aprovações regulatórias.

Data-Base 4.2.2026

Conselho de Administração

Presidente

Luiz Carlos Trabuco Cappi

Vice-Presidente

Alexandre da Silva Glüher

Membros

Denise Aguiar Alvarez
Maurício Machado de Minas
Rubens Aguiar Alvarez
Rogério Pedro Câmara

Membros Independentes

Samuel Monteiro dos Santos Junior
Walter Luís Bernardes Albertoni
Paulo Roberto Simões da Cunha
Denise Pauli Pavarina

Diretoria

Diretor-Presidente

Marcelo de Araújo Noronha

Diretores Vice-Presidentes

Cassiano Ricardo Scarpelli
José Ramos Rocha Neto
Guilherme Muller Leal
Bruno D'Ávila Melo Boetger

Diretores Executivos

Roberto de Jesus Paris
Oswaldo Tadeu Fernandes
Juliano Ribeiro Marcílio
André Luís Duarte de Oliveira
Cintia Scovine Barcelos de Souza
Fernando Freiberger
José Augusto Ramalho Miranda
Marcos Valério Tescarolo
Renata Geiser Mantarro
Vinicius Urias Favarão
Silvana Rosa Machado
Túlio Xavier de Oliveira
Francesco Di Marcello
Júlio César Bueno
Alexandre Panico
Carlos Henrique Villela Pedras

Diretores

Affonso Correa Taciro Junior
Afranio Carlos Camargo Dantzger
Alessandro Zampieri
*Alex de Brito Bonifácio
Alexandre Cesar Pinheiro Quercia
Ana Luisa Rodela Blanco
André Costa Carvalho
André David Marques
André Ferreira Gomes
Antonio Campanha Junior
Bráulio Miranda Oliveira
Bruno Funchal
Bruno Rosa Cardoso
Clayton Neves Xavier
Cristiano Adjuto e Campos
Cristina Coelho de Abreu Pinna
Daniela Pinheiro de Castro
Danilo Luís Damasceno
Fábio Monteiro Chehab
Fabio Suzigan Dragone
Fernando Antônio Tenório
Fernando Honorato Barbosa
Fernando Julião de Souza Amaral
Francisco Armando Aranda
*Francisco Henrique França Fernandes
*Henrique Leme Pinto
Jeferson Ricardo Garcia Honorato
José Leandro Borges
Juliana Laham
Julio Cardoso Paixão
Júlio César de Almeida Guedes
Leandro José Diniz
Leandro Karam Correa Leite
Leandro Marçal Araújo

Letícia Cardelli Buso Gomes
Lucas Nogueira e Nogueira
Luís Claudio de Freitas Coelho Pereira
Luiz Philipe Roxo Biotchini
Manoel Guedes de Araujo Neto
Marcelo Souza Ramos
Márcio Renato Ribeiro Silva
Marco Aurélio Galicioli
Marcos Alexandre Pina Cavagnoli
Marcos Daniel Boll
Marina Bauab Carvalho Werebe
Marina Claudia González Martin de Carvalho
Marina Gravina Veasey
Mateus Pagotto Yoshida
Nairo José Martinelli Vidal Júnior
Nathalia Lobo Garcia Miranda
Patrícia Kessler de Assumpção
*Patrícia Soares Martil
Rafael Forte Araújo Cavalcanti
Rafael Padilha de Lima Costa
*Régis Eduardo Preenhaça Carreira
*Renato Camargo Nascimento Junior
*Ricardo Barbieri de Andrade
Ricardo Eleutério da Silva
Roberto França
Roberto Medeiros Paula
Romero Gomes de Albuquerque
Rubia Becker
Ruy Celso Rosa Filho
Soraya Bahde
Telma Maria dos Santos Calura
Vinicius Panaro

Diretores Regionais

Altair Luiz Guarda
Amadeu Emílio Suter Neto
César Cabús Berenguer Silvany
Deborah D'Ávila Pereira Campani Santana
Edmir José Domingues
Hebercley Magno dos Santos Lima
José Roberto Guzela
Marcelo Magalhães
Marcos Alberto Willemann
Nelson Pasche Junior
Welder Coelho de Oliveira

Comitês Subordinados ao Conselho de Administração

Comitês Estatutários

Comitê de Auditoria

Paulo Ricardo Satyro Bianchini – Coordenador
Amaro Luiz de Oliveira Gomes – Membro Qualificado
*Rogério Pedro Câmara - Membro
Antônio José da Barbara - Membro
Samuel Monteiro dos Santos Junior – Membro

Comitê de Remuneração

Alexandre da Silva Glüher – Coordenador
Maurício Machado de Minas
Samuel Monteiro dos Santos Junior
Fabio Augusto Iwasaki (Membro não Administrador)

Comitês Não Estatutários

Comitê de Integridade e Conduta Ética

Alexandre da Silva Glüher – Coordenador
Maurício Machado de Minas
Walter Luís Bernardes Albertoni
Rubens Aguiar Alvarez
Rogério Pedro Câmara
Marcelo de Araújo Noronha
Cassiano Ricardo Scarpelli
José Ramos Rocha Neto
Vinicius Urias Favarão
Silvana Rosa Machado
Ivan Luiz Gontijo Júnior
Affonso Correa Taciro Junior

Comitê de Riscos

Maurício Machado de Minas – Coordenador
Paulo Roberto Simões da Cunha

Rogério Pedro Câmara

Comitê de Nomeação e Sucessão

Luiz Carlos Trabuco Cappi – Coordenador
Alexandre da Silva Glüher
Maurício Machado de Minas
Marcelo de Araújo Noronha

Comitê de Sustentabilidade e Diversity

Rogério Pedro Câmara – Coordenador
Alexandre da Silva Glüher
Denise Aguiar Alvarez
Maurício Machado de Minas
Walter Luís Bernardes Albertoni
Denise Pauli Pavarina
Marcelo de Araújo Noronha
Bruno D'Ávila Melo Boetger
Juliano Ribeiro Marcílio
Silvana Rosa Machado
André Costa Carvalho
Fabiana Costa Tolentino

Comitê Estratégico

Alexandre da Silva Glüher – Coordenador
Maurício Machado de Minas
Samuel Monteiro dos Santos Junior
Denise Pauli Pavarina
Marcelo de Araújo Noronha
Vinicius Urias Favarão

Comitê Subordinado ao Diretor-Presidente

Comitê Executivo de Divulgação

André Costa Carvalho – Coordenador
Marcelo de Araújo Noronha
Cassiano Ricardo Scarpelli
José Ramos Rocha Neto
Guilherme Muller Leal
Roberto de Jesus Paris
Oswaldo Tadeu Fernandes
Vinicius Urias Favarão
Ivan Luiz Gontijo Júnior
Antonio Campanha Junior
Marina Claudia González Martin de Carvalho
Vinicius Panaro

Conselho Fiscal

Membros Efetivos

José Maria Soares Nunes
Joaquim Caxias Romão
Vicente Carmo Santo
Ludmila de Melo Souza
Ava Cohn

Membros Suplentes

Frederico William Wolf
Artur Padula Omuro
Luiz Eduardo Nobre Borges
Mônica Pires da Silva
Marcos Aparecido Galende

Ouvidoria

Marcos Daniel Boll – Ouvidor

Departamento de Contadoria Geral

Vinicius Panaro
Contador – CRC 1SP324844/O-6

*** eleição pendente de homologação pelo BACEN. Consequentemente não tomou posse do cargo**



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas do
Banco Bradesco S.A.
Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Bradesco S.A. e suas controladas ("Banco" ou "Bradesco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Bradesco S.A., em 31 de dezembro de 2025, foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BCB").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação ao Bradesco e suas controladas de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Informações comparativas

Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras consolidadas que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores



comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) e na Resolução BCB nº 352 do Banco Central do Brasil (“BCB”). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de ativos financeiros

Conforme descrito nas notas explicativas nº 2e vii, 4, 8c, 9i, 12 e 38.c às demonstrações financeiras consolidadas, o Banco possui o montante de R\$ 59.379.521 mil de provisão para perdas esperadas (PE) associadas ao risco de crédito de ativos financeiros em 31 de dezembro de 2025, conforme detalhado na nota explicativa nº 38.c.

O Banco reconhece a perda esperada para a vida toda do contrato em todos os contratos que apresentaram um aumento significativo do risco de crédito (*SICR – Significant Credit Risk*) desde o seu reconhecimento inicial ou apresentaram inadimplência da contraparte (*default*) (estágio 2 e 3, respectivamente) e uma perda esperada para 12 meses a partir da data do balanço para todos os outros contratos (estágio 1). O Banco calcula a perda esperada em grupos homogêneos, por meio de modelos ou, para certas exposições significativas, com base em uma avaliação individual, estimando os fluxos de caixa futuros, considerando o valor das garantias relacionadas. Para calcular a perda esperada em grupos homogêneos, o Banco separa os contratos com base em características de risco de crédito comuns e usa estimativas de probabilidade de inadimplência (*PD - Probability of Default*), o percentual da perda financeira no momento que a operação entrou em inadimplência (*LGD – Loss Given Default*) e a exposição financeira no momento da inadimplência (*EAD – Exposure at Default*), bem como identifica variáveis macroeconômicas relevantes e estima o impacto das projeções das condições econômicas futuras. O Banco projeta múltiplos cenários econômicos para essas variáveis macroeconômicas e pondera cada cenário de acordo com a probabilidade designada a eles.

Identificamos a avaliação das provisões de perdas esperadas como um principal assunto de auditoria, uma vez que a estimativa de perda esperada envolve incerteza significativa em sua mensuração, principalmente como resultado da complexidade dos modelos e subjetividade e precisão das premissas utilizadas. Dentre essas incertezas, estão: (i) as metodologias e premissas utilizadas para estimar as PDs, EADs e LGDs e a segmentação de contratos por características de risco de crédito comuns; (ii) os cenários macroeconômicos futuros e a respectiva ponderação de cada cenário de acordo com a probabilidade designada a eles; (iii) a identificação de aumento significativo de risco de crédito (estágio 2) e ativos problemáticos (estágio 3); e (iv) para a perda esperada avaliada individualmente, os fluxos de caixa futuros, considerando a avaliação das garantias relacionadas.



Como nossa auditoria abordou esse assunto

Os principais procedimentos que realizamos para tratar esse assunto significativo para nossa auditoria incluíram os resumos abaixo:

- Testamos o desenho e a efetividade operacional de certos controles internos relacionados ao processo de cálculo da PE. Isso incluiu controles relacionados: (i) ao desenvolvimento e aprovação da metodologia da PE, incluindo a definição do Banco de aumento significativo no risco de crédito (estágio 2) e ativos problemáticos (estágio 3); (ii) a determinação das metodologias e premissas utilizadas para estimar a PD, EAD, LGD, incluindo a segmentação de contratos por características de risco de crédito comuns, e os modelos usados para identificar as variáveis macroeconômicas futuras relevantes e estimar o impacto quantitativo dessas variáveis; e (iii) a validação independente dos modelos e definição da probabilidade de cada cenário, utilizados para o cálculo da PE; (iv) o cálculo da estimativa de PE; e (v) a projeção de fluxos de caixa esperados, incluindo os valores das garantias relacionadas, para PE calculada individualmente.
- Envolvemos profissionais com experiência e conhecimento especializados em risco de crédito que nos auxiliaram: (i) na avaliação qualitativa das metodologias de PE do Banco através da revisão dos modelos com base nos requisitos técnicos; (ii) no teste da precisão das PDs, EADs e LGDs do Banco, na identificação das variáveis macroeconômicas relevantes e na estimativa do impacto quantitativo dessas variáveis, inspecionando as documentações dos modelos para determinar se estão compatíveis com suas intenções de uso; (iii) na avaliação da definição de aumento significativo no risco de crédito do Banco, analisando as métricas relevantes utilizadas pelo Banco e comparando-as com as práticas regulatórias e do setor aplicáveis; (iv) na verificação da precisão das estimativas de PDs, EADs e LGDs do Banco usando dados históricos e metodologias definidas pelo Banco; (v) na avaliação da base para a segregação de operações por características de risco de crédito comuns usadas na estimativa de PDs, EAD e LGD, observando correlações históricas; (vi) na avaliação da razoabilidade das variáveis macroeconômicas consideradas nos cenários futuros por meio de análise de regressão da correlação histórica dessas variáveis e risco de crédito e (vii) execução de análise quantitativa, aplicando os percentuais de impacto para cada cenário, os quais foram validados de forma independente.
- Comparamos os índices projetados pelo Banco nos cenários macroeconômicos futuros com projeções independentes de terceiros. Para uma seleção de contratos, avaliamos a PE calculada individualmente, avaliamos as premissas e inspecionamos a documentação relacionada utilizada pelo Banco para determinar os fluxos de caixa esperados, incluindo os de garantia.
- Para uma amostra dos contratos financeiros, avaliamos a aderência às políticas internas sobre a identificação do aumento significativo de risco de crédito e a classificação dos instrumentos financeiros.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a perda esperada de ativos financeiros no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025.



Avaliação da mensuração das provisões e das divulgações dos passivos contingentes

Conforme descrito nas notas explicativas nº 2n ii, 4 e 24 às demonstrações financeiras consolidadas, o Banco é parte passiva em processos judiciais de naturezas fiscais, cíveis e trabalhistas para os quais possui provisões registradas nos montantes de R\$ 6.749.842 mil, R\$ 6.918.859 mil e R\$ 4.361.652 mil, e divulgações de passivos contingentes classificados como perdas possíveis no valor de R\$ 43.095.893 mil, R\$ 11.124.335 mil e R\$ 1.456.696 mil, respectivamente, em 31 de dezembro de 2025.

Para as provisões de processos judiciais, como aqueles relacionados à legalidade e constitucionalidade de certos impostos, indenização de supostos danos morais e patrimoniais referentes a produtos e serviços bancários, inserção de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito, ajustes de correção monetária dos saldos de cadernetas de poupança devido à implementação de planos econômicos pelo Governo Federal, outras ações cíveis específicas, ações ajuizadas por ex-empregados e terceiros, visando obter indenizações, foi necessário julgamento significativo para determinar a probabilidade de perda e estimar o valor envolvido.

Identificamos a avaliação da mensuração das provisões e a divulgação de passivos contingentes para processos judiciais como um dos principais assuntos de auditoria, uma vez que, a avaliação exigiu um alto grau de julgamento dos auditores devido à natureza subjetiva das estimativas, julgamentos e premissas adotadas pelo Banco. No caso dos processos tributários e cíveis, as estimativas, julgamentos e premissas estão relacionadas a determinação da probabilidade de perda e do valor envolvido.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Os principais procedimentos que realizamos para tratar esse assunto significativo para nossa auditoria incluíram os resumos abaixo:

- Testamos o desenho e a efetividade operacional de certos controles internos relacionados a avaliação e mensuração das provisões e das divulgações dos processos judiciais. Dentre esses controles estão a avaliação de informações recebidas de consultores jurídicos externos e internos sobre os processos judiciais;
- Obtivemos e lemos as cartas recebidas diretamente dos consultores jurídicos externos do Banco para certos processos tributários, e a documentação preparada pelos consultores jurídicos internos para certos processos cíveis e trabalhistas com a avaliação da probabilidade e estimativa do valor de perda de tais ações. Para demais processos, cíveis e trabalhistas, avaliamos a razoabilidade das premissas utilizadas para classificação da probabilidade de perda. Comparamos essas avaliações e estimativas com as utilizadas pelo Banco e, consideramos os dados e informações históricas relacionadas aos processos em questão, a fim de avaliar as provisões e divulgações feitas em relação a esses assuntos; e
- Envolvemos profissionais com experiência e conhecimentos especializados na área tributária, que auxiliaram na avaliação da probabilidade e estimativa de perda de determinados processos tributários específicos em relação aos méritos técnicos e a documentação suporte da posição do Banco.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a mensuração das provisões e as divulgações dos passivos contingentes, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025.



Avaliação da recuperabilidade dos créditos tributários

Conforme descrito nas notas explicativas nº 2g, 4 e 35c às demonstrações financeiras consolidadas, o Banco possui o montante de R\$ 118.702.047 mil de ativos relativos a créditos tributários, em 31 de dezembro de 2025.

O Banco reconhece esses créditos tributários considerando que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização. As estimativas de lucros tributáveis futuros do Banco são baseadas nos planos de negócios e orçamentos preparados pela Administração, e exigem que o Banco estabeleça uma série de premissas relacionadas a eventos e condições futuras. Alterações em certas premissas sobre o futuro, tais como taxas de crescimento das principais linhas de negócios, taxas de juros e taxas de câmbio, podem ter um impacto significativo nas projeções e, consequentemente, na recuperabilidade dos créditos tributários.

Identificamos a avaliação da recuperabilidade dos créditos tributários como um principal assunto de auditoria. A avaliação das estimativas de lucro tributável futuro e as premissas subjacentes às expectativas de geração dos lucros futuros exigem julgamento dos auditores devido à sensibilidade a pequenas mudanças nas premissas e ao grau de subjetividade associado a essas premissas.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Os principais procedimentos que realizamos para tratar esse assunto significativo para nossa auditoria incluíram os resumidos abaixo:

- Testamos o desenho e a efetividade operacional de certos controles internos sobre o processo de estimativa dos lucros tributáveis futuros. Dentre esses estão os controles relacionados ao desenvolvimento e aprovação das premissas chaves para a elaboração do orçamento e as estimativas de lucros tributáveis futuros; e
- Envolvermos profissionais com habilidades e conhecimento especializados em finanças corporativas que nos auxiliaram na avaliação das premissas, incluindo taxas de crescimento das principais linhas de negócio, taxas de juros futuras e taxas de câmbio subjacentes às estimativas do Banco de lucros tributáveis futuros. Avaliamos a capacidade do Banco para projetar os lucros tributáveis com precisão ao compararmos os lucros tributáveis estimados para o ano encerrado em 31 de dezembro de 2025 preparados no ano anterior, com os lucros tributáveis reais em 2025.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a avaliação da recuperabilidade dos créditos tributários no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025.

Avaliação da mensuração das provisões técnicas de seguros e previdência privada

Conforme descrito nas notas explicativas nº 2n i, 4 e 23a i às demonstrações financeiras consolidadas, o Bradesco registrou provisões técnicas relacionadas aos contratos de seguros e de previdência privada no montante de R\$ 435.727.256 mil em 31 de dezembro de 2025.

Para realizar o teste de adequação de passivos e para mensurar certas provisões técnicas o Bradesco utiliza técnicas e métodos atuariais que requerem julgamento na determinação de metodologias e definição de premissas que incluem, entre outras, longevidade, conversão em renda, taxas de desconto e expectativa de sinistros.



Identificamos a avaliação da mensuração das provisões técnicas de seguros e previdência privada como um assunto significativo de auditoria. Foi requerido julgamento complexo do auditor para avaliar a mensuração dessas provisões técnicas considerando que envolvem incertezas de mensuração significativas como resultado da complexidade dos modelos e metodologias atuariais, especificamente aquelas utilizadas para determinar a longevidade, conversão em renda, taxas de desconto e expectativa de sinistros. Mudanças menores nessas premissas poderiam resultar em mudanças significativas na mensuração dessas provisões técnicas. Adicionalmente, o esforço de auditoria associado com a avaliação da mensuração dessas provisões técnicas requereu o envolvimento de profissionais atuariais com habilidades e conhecimento especializados.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Os principais procedimentos que realizamos para tratar esse assunto significativo para nossa auditoria incluíram os resumos abaixo:

- Testamos o desenho e a efetividade operacional de certos controles internos relacionados à mensuração das provisões técnicas e à realização do teste de adequação de passivos. Isto incluiu controles relativos ao desenvolvimento e aprovação de modelos e metodologia para determinação da longevidade, conversão em renda, taxas de desconto e expectativa de sinistros.
- Envolvermos profissionais atuariais com conhecimentos específicos que nos auxiliaram:
 - I. na avaliação das metodologias utilizadas na realização do teste de adequação de passivos e na mensuração das provisões técnicas mencionadas acima, mediante a comparação com requerimentos regulatórios e práticas de mercado;
 - II. na avaliação conceitual dos modelos e técnicas de modelagem, incluindo aqueles usados para determinar a longevidade, conversão em renda, taxas de desconto e expectativa de sinistros, ao inspecionar as documentações do modelo, para determinar se os modelos estão adequados para o uso pretendido;
 - III. nos testes sobre a razoabilidade das premissas relacionadas à expectativa de sinistros, ao utilizar modelos desenvolvidos de forma independente e informações históricas do Banco, para comparar as estimativas históricas com os pagamentos subsequentes realizados;
 - IV. na avaliação da precisão dos modelos do Banco para estimar longevidade, taxas de desconto e conversão em renda; e
 - V. na avaliação da razoabilidade das premissas relacionadas a longevidade, taxas de desconto e conversão em renda ao comparar com as práticas regulatórias e da indústria aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a mensuração das provisões técnicas de seguros e previdência, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025.



Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações consolidadas do valor adicionado (DVA) referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Administração do Bradesco, e apresentadas como informação suplementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Bradesco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, as demonstrações consolidadas do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Demonstrações financeiras individuais

O Bradesco elaborou demonstrações financeiras individuais para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025 de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BCB"), apresentadas separadamente, sobre as quais emitimos relatório de auditoria independente separado, não contendo qualquer modificação, datado de 04 de fevereiro de 2026

Demonstrações financeiras consolidadas

Essas demonstrações financeiras consolidadas para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025, que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BCB"), estão sendo apresentadas de maneira adicional, conforme faculdade prevista no Art. nº 77 da Resolução CMN nº 4.966, às demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e foram apresentadas separadamente pelo Bradesco nesta data e sobre as quais emitimos relatório de auditoria independente, não contendo qualquer modificação, com data de 04 de fevereiro de 2026.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas e o relatório dos auditores

A Administração do Bradesco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Bradesco e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Bradesco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Bradesco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Bradesco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e as respectivas divulgações feitas pela Administração.



- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Bradesco e suas controladas. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Bradesco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do semestre e exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 04 de fevereiro de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6

Cláudio Rogério Sertório
Contador CRC 1SP212059/O-0

Aos Conselheiros de Administração da ORGANIZAÇÃO BRADESCO

1. APRESENTAÇÃO

1.1. O ambiente macroeconômico, regulação relevante introduzida e as prioridades exercidas pelo COAUD no Exercício Social de 2025

Conforme destacado pelo Banco Central do Brasil - BACEN no Relatório de Política Monetária – RPM de dezembro de 2025¹, o **cenário internacional** continua marcado por elevada incerteza nas principais economias avançadas e emergentes — como esteve durante todo o ano de 2025 — em função da conjuntura e da política econômica nos Estados Unidos da América - EUA, com a imposição de tarifas comerciais, e da tensão geopolítica em várias regiões, com reflexos nas condições financeiras globais, exigindo cautela por parte de países emergentes. Nesse ambiente, o BACEN ressalta que *“a atividade global continuou crescendo, porém a taxas menores do que observada antes da pandemia, caracterizando uma tendência de desaceleração gradual”*, em virtude da combinação de políticas monetárias menos contracionistas em várias dessas jurisdições e políticas fiscais mais expansionistas sustentando a atividade nas principais economias, se contrapondo à persistente incerteza de política econômica, com perspectiva de que o aumento generalizado do endividamento soberano amplie riscos à sustentabilidade de suas dívidas e a incerteza sobre o crescimento e a inflação no longo prazo.

Quanto ao **cenário doméstico**, o BACEN pontua que a atividade econômica continua em trajetória de moderação no crescimento, com **Produto Interno Bruto - PIB** crescendo a um menor ritmo que o observado no início de 2025, com desaceleração pronunciada da demanda, sobretudo no consumo das famílias (com fatores limitantes para a expansão do consumo associados ao arrefecimento da renda disponível, refletindo menor expansão do rendimento do trabalho, crescimento mais lento da população ocupada e dos benefícios sociais, o aumento do endividamento e o comprometimento da renda com o serviço da dívida). Por seu lado, o **mercado de trabalho** apresenta resiliência, permanecendo aquecido, com desemprego baixo e rendimento real em alta, embora com alguns sinais de arrefecimento da ocupação. Nesse contexto, a estimativa de crescimento do PIB para 2025 é de 2,3%, e a projeção para 2026 é de 1,6%.

Com a **inflação** corrente e a esperada ainda acima da meta de 3% até o final de 2027 (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA de 4,46% em novembro), com projeções do Comitê de Política Monetária - Copom² de 3,5% no final de 2026 e 3,2% em junho de 2027, o BACEN continua a adotar política monetária cautelosa e contracionista, com a taxa básica de juros estabelecida em 15,00% ao ano (decisão tomada na reunião do Copom de junho de 2025), com o objetivo de assegurar a convergência da inflação à meta e a consequente

¹ Relatório de Política Monetária, Volume 1, Número 4, Dezembro 2025
(<https://www.bcb.gov.br/content/ri/relatorioinflacao/202512/rpm202512p.pdf>)

² 275ª reunião do Copom, realizada em 9 e 10 de dezembro de 2025
(<https://www.bcb.gov.br/content/copom/atascopom/Copom275-not20251210275.pdf>)

estabilidade de preços, auxiliando na suavização das flutuações do nível de atividade econômica e no fomento ao pleno emprego. No ano de 2025, a apreciação do real e a redução dos preços das *commodities* — refletindo essa apreciação da moeda nacional e a queda das cotações internacionais — contribuíram para a desaceleração dos preços de alimentos e bens industriais, enquanto a inflação de serviços permaneceu elevada.

O BACEN confirma que, em linha com os efeitos esperados da política monetária contracionista, o **mercado de crédito** continua mostrando sinais de desaquecimento moderado, com arrefecimento do crédito livre às empresas (especialmente nas operações de crédito direcionado, desconto de duplicatas e recebíveis, redução de dívidas indexadas à moeda estrangeira, efeito do aumento da alíquota do Imposto sobre Operações Financeiras - IOF sobre algumas modalidades e do deslocamento de parte da demanda por financiamento para os mercados de capitais) e do crédito direcionado às famílias (financiamento imobiliário e crédito rural), contrastando com a expansão do crédito direcionado a empresas (Programa Emergencial de Acesso ao Crédito – PEAC e crédito rural) e o crescimento das concessões do crédito livre a pessoas físicas (retomada moderada do consignado para aposentados e pensionistas do INSS, contratações robustas do novo consignado privado, cartão de crédito, financiamento de veículos e operações de crédito emergencial, de alto custo — sugerindo aperto do orçamento das famílias).

A **inadimplência** apresenta indício de estabilização após seguidas elevações ao longo do ano de 2025, com as famílias apresentando endividamento em nível elevado e o comprometimento da renda com pagamentos de operações de crédito em nível recorde. Para 2025, a projeção de crescimento do crédito é de 9,4%, e para 2026 é de 8,6%, mantendo a expectativa de desaceleração, com esperado desempenho robusto do crédito direcionado, particularmente a pessoas jurídicas.

No **âmbito regulatório**, as demandas continuam a impactar diversas áreas da Organização Bradesco, em particular tecnologia da informação (gestão de crises cibernéticas associadas a eventos adversos), prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo e proliferação de armas de destruição em massa (PLDFT), conduta (relacionamento com clientes e usuários de serviços financeiros, educação financeira, *suitability* de produtos, fraudes e golpes, clientes potencialmente vulneráveis, expansão do *open finance*), gestão corporativa de riscos (integração dos riscos Ambientais, Sociais e de Governança – ASG, ou ESG na sua expressão em inglês – e, particularmente, no Risco Climático), e o avanço na adoção completa das Normas Internacionais de Informação Financeira - NIIF para todas as instituições subordinadas à supervisão do Bacen, e não somente para as Demonstrações Financeiras Consolidadas, com destaque para a entrada em vigor da Resolução CMN nº 4.966, de 2021.

Além dos objetivos de promover a concorrência, a inovação e a eficiência no SFN, em 2025 o BACEN concentrou sua agenda da área de regulação no fortalecimento da segurança do PIX, criptoativos e aprimoramento da governança das instituições de pagamento e fintechs, culminando com alterações no arcabouço normativo que objetivaram combater fraudes e lavagem de dinheiro, garantir a resiliência operacional, fortalecer a segurança cibernética, e a continuidade dos serviços financeiros, inclusive frente a crescentes tentativas de ataques cibernéticos que buscaram explorar vulnerabilidades operacionais e tecnológicas no SFN.

Dentre os avanços normativos com impactos operacionais relevantes destacamos a regulamentação da prestação de serviços de ativos virtuais (Resolução Conjunta CMN-BACEN nº 14 e Resoluções BCB nº 519, 520 e 521); *Banking as a Service* – BaaS (Resolução Conjunta CMN-BACEN nº 16); as novas regras para encerramento compulsório de contas de depósito e de contas de pagamento — medida que contribui para coibir a utilização das chamadas

“contas-bolsão” (Resolução CMN nº 5.261 e Resolução BCB nº 518); a exigência de níveis mais robustos de capital e de patrimônio líquido para instituições autorizadas e supervisionadas pelo Banco Central (Resolução Conjunta CMN-BACEN nº 14); requerimentos prudenciais de capital e liquidez em bases individuais ou subconsolidadas (Resoluções CMN nº 5.221, 5.222 e 5.223 e Resoluções BCB nº 477 e 478); o estabelecimento de novos padrões de governança e de gestão de riscos aplicáveis aos Provedores de Serviços de Tecnologia de Informação - PSTI (Resoluções BCB nºs 497 e 498); e a limitação de valores de transações de pagamento de PIX e TED realizadas por instituições de pagamento não autorizadas ou que se conectam à Rede do Sistema Financeiro Nacional por intermédio de PSTI (Resolução BCB nº 496).

Na área de contabilidade, o ano de 2025 marcou uma mudança significativa, com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2025 da Resolução CMN nº 4.966, de 2021, complementada pela Resolução CMN nº 5.244, de 2025, que refinou os critérios contábeis para os instrumentos financeiros e as operações de cobertura (*“hedge accounting”*), convergindo com as normas internacionais de informação financeira promulgadas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB.

A Resolução CMN 4.966 estabeleceu novas regras para a classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros, mas o impacto mais significativo está na exigência da constituição de provisão para perdas esperadas para um escopo ampliado de instrumentos financeiros e a adoção de níveis regulamentares (“pisos”) de provisão para perdas incorridas e esperadas, além da observância de outros procedimentos, alterando a dinâmica das baixas para prejuízo, resultando em uma mensuração de inadimplência com valores mais altos do que os calculados sob a égide da Resolução CMN 2.682, de 1999, vigente até 31 de dezembro de 2024.

Ainda, a Resolução CMN 4.966 alterou o critério de vedação do reconhecimento de receitas ainda não recebidas (*Stop-Accrual*), que deixou de ser o atraso da operação de crédito igual ou superior a sessenta dias e passou a ser o ativo financeiro com problema de recuperação de crédito — denominado de Ativo Problemático - AP. Portanto, se determinada operação de crédito passa a ser classificada como AP, a instituição deve cessar o reconhecimento de receitas não recebidas até que a operação deixe de ser classificada como tal. O impacto dessa mudança decorre da diferença entre dois efeitos: (1) as receitas que deixam de ser reconhecidas porque a operação possui atraso inferior a sessenta dias, mas está classificada como AP; e (2) as receitas que passam a ser reconhecidas porque a operação possui atraso superior a sessenta dias, mas não está classificada como AP.

Já os valores de provisão mínima (“pisos”) para perdas incorridas foram introduzidos pela Resolução BCB nº 352, de 2023, e dependem do tipo de carteira e da faixa de atraso. Até 31 de dezembro de 2024, nos termos da Resolução CMN 2.682, após se tornar inadimplente e assim permanecer por três meses, a operação era classificada como risco “H”, sendo constituída provisão de 100%. Seis meses após a classificação como “H” (portanto, nove meses após o inadimplemento), a operação deveria ser baixada a prejuízo, tipicamente.

Nas novas regras, a baixa para prejuízo passa a depender também da perda esperada: uma operação deve ser baixada caso não seja mais provável que a instituição recupere o seu valor. Em tese, se não houver expectativa de recuperação, a mesma pode ser “baixada” antes do prazo de atingimento do nível máximo de provisão requerido pelos “pisos” de perda incorrida para operações inadimplentes. Por outro lado, mesmo que o atraso seja tal que a norma exija completo provisionamento, a instituição pode manter a operação em carteira ativa caso ainda tenha expectativa de recuperação.

Na **visão do COAUD**, corroborada pelos resultados da mais recente Pesquisa de Estabilidade Financeira – PEF³ realizada pelo BACEN, diante de tal ambiente macroeconômico, os principais aspectos a impactar o SFN estão relacionados ao cenário internacional (conflitos geopolíticos globais e o impacto no preço de *commodities* e na inflação global, política econômica norte-americana e as tarifas impostas a produtos brasileiros e o aumento da incerteza global), política fiscal (sustentabilidade da dívida pública e impacto nos preços de ativos, na curva de juros, na taxa de câmbio e na condução da política monetária), inadimplência e atividade (decorrente da desaceleração do crescimento econômico, das altas taxas de juros, do elevado nível do hiato de crédito/PIB e do endividamento das famílias e empresas), culminando em elevados custos de captação e no aumento do risco de mercado, afetando negativamente as instituições financeiras com a intensificação da inadimplência e com maiores provisões, o que pode levar ao aumento de aversão a risco (restrição de crédito) e impactar na liquidez dos mercados..

Ainda, os riscos operacionais decorrentes de incidentes cibernéticos e fraudes eletrônicas em um ambiente de crescente digitalização dos serviços financeiros, com ataques cada vez mais sofisticados, num cenário onde a interconexão do sistema financeiro que pode ampliar o potencial do impacto de uma falha numa única instituição financeira ou mesmo um PSTI. Além das perdas financeiras, esses ataques podem afetar a confiança dos clientes e levar a riscos reputacionais.

As diversas alterações na regulação prudencial ocorridas em 2025 não produziram efeito líquido relevante no resultado do exercício ou no Balanço Patrimonial da Organização Bradesco, que continua a apresentar ampla margem no atendimento aos requisitos prudenciais, viabilizando o crescimento robusto nas contratações de operações de crédito, dentro dos critérios operacionais e apetite a risco estabelecidos.

Diante do ambiente macroeconômico e regulatório em constante e significativa transformação, e considerando ainda o processo de transformação interno resultante do *Change*, o Comitê de Auditoria Estatutário (COAUD ou Comitê) da Organização Bradesco, nos termos de suas atribuições e responsabilidades, dedica atenção especial aos desafios resultantes, às prioridades estratégicas da Organização Bradesco e aos riscos associados, acompanhando os avanços e aprimoramentos na governança e sistemas de gestão de riscos e de controles internos associados às principais operações e produtos. O COAUD está focado primordialmente na integridade das Demonstrações Financeiras e controles internos a elas relacionados, na eficácia da Auditoria Interna Global – AIGL e na qualidade e independência da Auditoria Independente (KPMG), focando na transparência na divulgação da posição econômico-financeira e dos resultados da Organização Bradesco, desenvolvendo seus trabalhos em parceria com a Diretoria Executiva, a Auditoria Independente e a AIGL.

No Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2025, o COAUD objetivou entender e avaliar os efeitos do ambiente macroeconômico, do ciclo da política monetária e da taxa básica de juros nos negócios e resultados da Organização Bradesco, com atenção às políticas de concessão de crédito, inadimplência, constituição de provisões para perdas esperadas, mensuração dos instrumentos financeiros, premissas, julgamentos e modelos relacionados a componentes significativos das Demonstrações Financeiras (como valor recuperável de créditos tributários e ágios, provisões e passivos contingentes), divulgações contábeis relacionadas aos componentes significativos dessas Demonstrações Financeiras, e os efeitos de mudanças regulatórias no ambiente de controles internos.

³ Pesquisa de Estabilidade Financeira - PEF, Quarto Trimestre de 2025
(https://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/pef/202511/RelatorioPEF_novembro2025.pdf)

Nesse processo, o Comitê se reuniu regularmente com os executivos responsáveis pela gestão do Banco Bradesco e do Grupo Bradesco Seguros (GBS), com interações frequentes com as áreas de Gestão de Riscos Corporativos, Gerenciamento de Riscos Financeiros, *Compliance* e Gerenciamento de Riscos Não Financeiros, Auditoria Interna Global (acompanhando a execução do seu Plano de Trabalho conforme aprovado pelo COAUD), e os comitês de auditoria da Bradseg e da Bradesco Saúde.

Também, ao longo do Exercício Social, o COAUD recebeu atualizações regulares do sócio responsável pela auditoria independente da Organização Bradesco acerca dos processos internos da KPMG voltados ao acompanhamento de sua independência e sobre o progresso do trabalho em relação ao planejamento de auditoria, com foco em eventuais riscos novos e emergentes identificados para o período, sistemas de controles internos e gestão de riscos, e nos Principais Assuntos de Auditoria - PAAs. A KPMG Auditores Independentes continua a desafiar a administração nas questões mais relevantes e a fornecer opinião independente ao COAUD sobre julgamentos de questões materiais e o ambiente de controles internos.

1.2. O Comitê de Auditoria Estatutário na Organização Bradesco

Órgão de caráter permanente, vinculado diretamente ao Conselho de Administração da Organização Bradesco, o COAUD é estruturado nos termos da Resolução nº 4.910, de 2021, do Conselho Monetário Nacional (CMN), da Resolução nº 23, de 2021, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), demais regulamentações aplicáveis, entre as quais a Lei nº 6.404, de 1976 (Lei das S/A), e a Lei *Sarbanes-Oxley*, cuja observância é requerida para as Companhias registradas na *U.S. Securities and Exchange Commission* (SEC) e listadas na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE).

O COAUD Bradesco, doravante denominado COAUD, é composto por 1 (um) Conselheiro de Administração, e 3 (três) outros membros, sendo 1 (um) denominado Coordenador, e outro qualificado como Especialista Financeiro. Todos os membros atendem aos critérios de independência estabelecidos na regulamentação vigente e suas competências, conhecimento, habilidades e experiência são relevantes, compatíveis e adequadas ao segmento em que a Organização Bradesco atua.

O objetivo principal do COAUD é assessorar o Conselho de Administração em suas atribuições relacionadas ao acompanhamento das práticas contábeis adotadas na elaboração das Demonstrações Financeiras da Organização Bradesco, e na recomendação da Auditoria Independente. No exercício de suas atribuições, o Comitê atua principalmente sobre (i) a qualidade, transparência e integridade das Demonstrações Financeiras – Individual e Consolidada; (ii) a efetividade dos controles internos para a mitigação dos riscos em processos relevantes a elas associados; e (iii) a asseguuração da independência e qualidade dos trabalhos das Auditorias Independente e Interna.

O COAUD realiza reuniões trimestrais com o Conselho de Administração e com o Conselho Fiscal, ocasião em que apresenta o resultado dos trabalhos de suas atividades.

A composição no período de 1º de janeiro de 2025 a 04 de fevereiro de 2026 foi a seguinte:

Nome	Membro
Alexandre da Silva Glüher (coordenador)	Até 15/01/2025
Paulo Ricardo Satyro Bianchini (coordenador)	Desde 11/2018. Coordenação a partir de 17/04/2025
Amaro Luiz de Oliveira Gomes (especialista financeiro)	Desde 03/2021
Antonio José da Barbara (membro)	Desde 30/04/2025
Samuel Monteiro dos Santos Junior (membro)	Desde 09/06/2025

O senhor Amaro Gomes, tendo em conta seu conhecimento, competências, habilidades e experiência em contabilidade, auditoria e regulação do mercado financeiro, bem como os diversos cargos de liderança que ocupou em organizações onde tais atributos profissionais era requisito essencial, inclusive no âmbito internacional, é membro qualificado especialista financeiro, nos termos do art. 9º. da Resolução CMN nº 4.910, de 2021, do art. 31-C da Resolução CVM nº 23, de 2021, e da seção 407 da Lei *Sarbanes-Oxley*.

2. ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES

2.1. Comitê de Auditoria Estatutário

O Regimento Interno detalhando as atribuições do COAUD está disponível no site www.bradesco.com.br/ri, área de Governança Corporativa. Em essência, a principal atribuição do Comitê é assessorar o Conselho de Administração no monitoramento, avaliação e revisão:

- Das responsabilidades da Diretoria Executiva para garantir:
 - A existência e funcionamento de sistema de controles internos eficaz e estruturado para proteger os ativos e as receitas da Organização, e para a elaboração das Demonstrações Financeiras;
 - A integridade das Demonstrações Financeiras Individual e Consolidada da Organização Bradesco, com atenção aos julgamentos e premissas contábeis significativos, bem como dos Relatórios da Administração e quaisquer anúncios formais e informações requeridas pelos reguladores e a elas relacionados;
 - A conformidade (*compliance*) com os padrões éticos, políticas, planos e procedimentos da Organização, bem como com leis e regulamentos;
- Da qualificação, independência e desempenho da Auditoria Independente, incluindo responsáveis pela Auditoria Atuarial, bem como o relacionamento com eles;
- Da independência, desempenho, capacitação e eficácia da Auditoria Interna;
- Da eficácia das políticas e procedimentos para recepção e tratamento de informações e denúncias acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Organização Bradesco.

Mensalmente, o COAUD elabora Relatório com os assuntos relevantes tratados em reuniões e devidamente registrados em Atas com recomendações e acompanhamentos de adequação, melhorias de processos e controles, instrumento disponibilizado no Portal de

Governança denominado “Atlas” para conhecimento dos Membros do Conselho de Administração. Adicionalmente mantém o Conselho de Administração regularmente informado acerca dos assuntos associados às suas atribuições, em especial aqueles diretamente relacionados às Demonstrações Financeiras.

2.2. Administração da Organização Bradesco

A Administração é responsável:

- Pela definição e implementação de processos e procedimentos que visam a coletar dados para a elaboração das Demonstrações Financeiras, com observância da legislação societária, das práticas contábeis adotadas no Brasil, das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), dos atos normativos pertinentes do Conselho Monetário Nacional (CMN), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Banco Central do Brasil (Bacen) e, pelo Banco Bradesco ser listado na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE), das normas estabelecidas pela SEC e pela Lei *Sarbanes-Oxley* (SOx);
- Pela elaboração das Demonstrações Financeiras de forma íntegra, gestão dos riscos, efetividade do sistema de controles internos, e por zelar pela conformidade das atividades em atendimento às normas legais e regulamentares; e
- Pelos processos, políticas e procedimentos de controles internos que assegurem a salvaguarda dos ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos e a eliminação ou redução, em níveis aceitáveis, dos fatores de risco.

2.3. Auditoria Independente

A KPMG é a responsável pela auditoria das Demonstrações Financeiras semestrais e anuais, e pela revisão das Informações Trimestrais (ITRs), emitindo relatórios que refletem o resultado de suas verificações e apresentando a sua opinião independente a respeito da fidedignidade dessas Demonstrações em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS, emitidas pelo IASB, além da aderência às normas do CMN, da CVM, do Bacen, da SUSEP, da ANS e preceitos da legislação societária brasileira e regulamentação norte-americana aplicável ao Banco Bradesco e suas Controladas.

2.4. Auditoria Interna Global (AIGL)

Diretamente subordinada ao Conselho de Administração, a Auditoria Interna Global (AIGL) atua de forma independente e objetiva – livre de qualquer interferência quanto as questões de auditoria, seleção, escopo, procedimentos, frequência, tempo ou conteúdo do relatório – na avaliação dos controles internos e processos voltados para a eficácia operacional da Organização Bradesco. Mediante o uso de bases estatísticas e modelos, a Auditoria Interna prioriza as áreas e atividades que apresentam os riscos mais sensíveis às operações e à estratégia, as ações de gerenciamento desses riscos e a adequação da governança e dos controles pertinentes, exercendo papel fundamental para auxiliar a administração na sua responsabilidade de proteger os ativos, a reputação e a sustentabilidade da Organização. Com o uso de ferramentas de tecnologia avançada, como a AILA, a Inteligência Artificial da Auditoria Interna, tem dado suporte aos trabalhos desenvolvidos. De acordo com a regulamentação

vigente e com o Regimento Interno, o COAUD e o Conselho de Administração têm a responsabilidade pela aprovação do Regimento Interno, do Plano de Trabalho e Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna Global.

Relevante reiterar que a AIGL se encontra Recertificada pela entidade IIA Brasil, com a revisão metodológica, avaliação da governança e dos papéis de trabalho, e da observância aos atributos recomendados internacionalmente.

2.5. Gerenciamento de Riscos Financeiros

A dependência de Gerenciamento de Riscos Financeiros, vinculada à Diretoria Executiva de Riscos, é responsável por fortalecer a visão corporativa dos riscos financeiros, através da identificação, avaliação, monitoramento e gestão de riscos, em articulação com as diversas áreas e empresas da Organização Bradesco.

2.6. Compliance e Gerenciamento de Riscos Não Financeiros – Controles Internos

A dependência de Compliance e Gerenciamento de Riscos Não Financeiros, vinculada à Diretoria Executiva de Riscos, apoia o Conselho de Administração, o Comitê de Auditoria e a Diretoria Executiva na coordenação do Programa de Conduta Corporativa (*Compliance*), que consiste na conformidade com leis e regulamentos internos e externos, alinhado com a estratégia da Organização Bradesco e seu entorno social. Adicionalmente, responde pela elaboração de normas internas e pelo subsídio às áreas no cumprimento dos temas relacionados à integridade, conflito de interesses, ética e condutas – corporativa, concorrencial e anticorrupção. Também responde, de modo independente das áreas comerciais, pela Área Corporativa do Sistema de Controles Internos.

2.7. Gestão Corporativa de Riscos

A dependência de Gestão Corporativa de Riscos, vinculada à Diretoria Executiva de Riscos, tem a missão de fortalecer a atuação estratégica e integrada das áreas de controle, com responsabilidade sob o Plano Estratégico das segundas linhas, *Apetite a Riscos (RAS)*, Governança de Riscos, Gestão de Projetos e Risco de Estratégia.

2.8. Ouvidorias - Serviço de Atendimento ao Consumidor

As Ouvidorias do Banco Bradesco e do Grupo Bradesco Seguros têm a competência de acompanhar o desempenho da Organização nos *Rankings* de Reclamações, reportando os principais eventos e contribuindo com recomendações para aprimoramentos e modificações de práticas e rotinas para atendimento das expectativas dos clientes e usuários. Para garantir o resultado e estimular a melhoria contínua dos processos, produtos e serviços, as Ouvidorias interagem com as Dependências e Empresas Ligadas, além de atuarem no relacionamento com órgãos reguladores e de proteção e defesa do consumidor. O COAUD mantém reuniões semestrais com a Ouvidoria (Banco Bradesco e Grupo Bradesco Seguros, neste caso através dos Comitês de Auditoria da Holding Bradseg e do Bradesco Saúde) para conhecimento da natureza dos registros e acompanhamento da implementação de recomendações.

2.9 Avaliação Independente de Modelos

Dependência responsável por avaliar, de modo independente, os modelos adotados nas diversas áreas do Banco Bradesco, como gerenciamento de riscos, cálculo de capital, teste de estresse, precificação, provisões, mediante o uso de ferramentas quantitativas voltadas para a certificação de tais modelos, de modo aprimorar a eficiência e a precisão, e reduzir custos no processo de tomada de decisões.

3. COMO O COAUD EXERCEU SUAS ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES

Preliminarmente, destacamos que o Capítulo 4 – Principais atividades e temas significativos considerados pelo COAUD deste Relatório, apresenta em detalhes os trabalhos desenvolvidos. Neste capítulo apresentamos um panorama geral com o objetivo de destacar alguns aspectos relevantes.

Considerando o ambiente macroeconômico e as prioridades para o Exercício Social de 2026, destacados na introdução deste Relatório, bem como a estratégia da Organização Bradesco, o COAUD dedicou atenção à informações sobre (i) os efeitos diretos e indiretos nos resultados das operações; (ii) riscos e incertezas e o impacto nos julgamentos, premissas e estimativas atuais e futuras relativas às informações contábeis, em particular provisões cíveis, trabalhistas e fiscais, e mensuração de ativos financeiros; (iii) os efeitos no capital econômico e regulatório e o impacto na liquidez; e (iv) procedimentos de revisão e conclusões da Auditoria Independente e da Auditoria Interna Global, e demais Linhas de Defesa.

Em particular, o COAUD intensificou o acompanhamento das premissas, modelos e julgamentos relativos ao risco de crédito, principalmente quanto à adequação dos parâmetros utilizados para desenvolver e calibrar os modelos de provisionamento, tendo em conta os dados históricos e a experiência recente. Adicionalmente, outras áreas de julgamentos contábeis significativos que demandaram atenção incluíram a mensuração de instrumentos financeiros, a avaliação do valor recuperável de ativos, a análise dos passivos contingentes, os investimentos em empresas ligadas e as provisões constituídas no Grupo Bradesco Seguros.

A Auditoria Independente compartilhou regularmente seus pontos de vista sobre a razoabilidade das premissas utilizadas nos modelos adotados, considerando o ambiente macroeconômico no desenho, implementação e operação dos controles relacionados a esses e a outros temas considerados pertinentes.

Relevante destacar que o COAUD permanece acompanhando a implementação da Estratégia Corporativa no âmbito do Processo de Transformação denominado “Change”, divulgado em meados de fevereiro/24 pelo Presidente do Banco Bradesco.

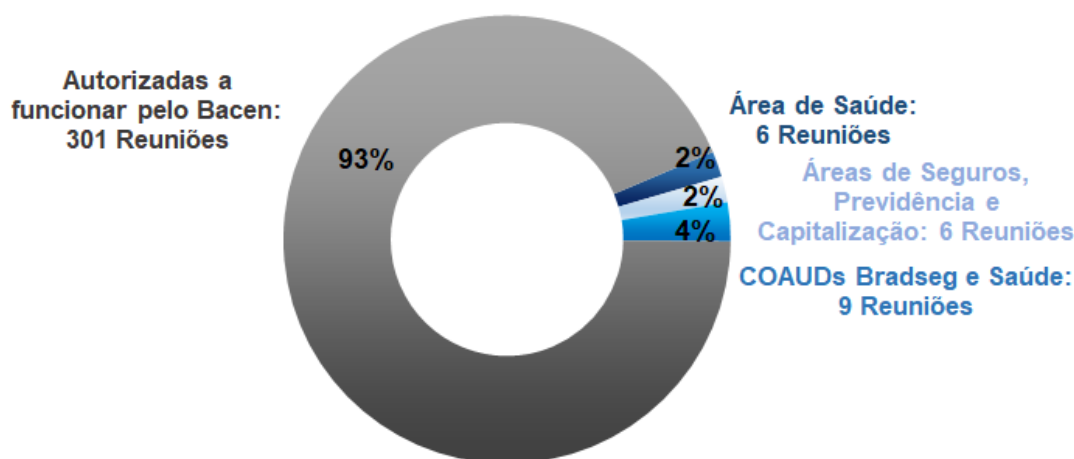
3.1. Reuniões e Capacitação

Com observância ao seu planejamento anual, o COAUD realizou reuniões (devidamente formalizadas em Atas, conforme requerido pela regulamentação vigente) com os representantes das áreas responsáveis pelos processos de negócios, contábeis, financeiros, tributários, e provisões cíveis, fiscais e trabalhistas, assim como no acompanhamento pelas 2ª, 3ª e 4ª Linhas de Defesa, no âmbito da abordagem dos riscos e controles internos, e recebeu regularmente os Relatórios Gerenciais de “Acompanhamento das Operações de Crédito e Inadimplência”, “Riscos de Mercado e de Liquidez e Limites”, e da Comissão de Avaliação de Pendências Regulatórias e Auditoria Externa (CAPRAE).

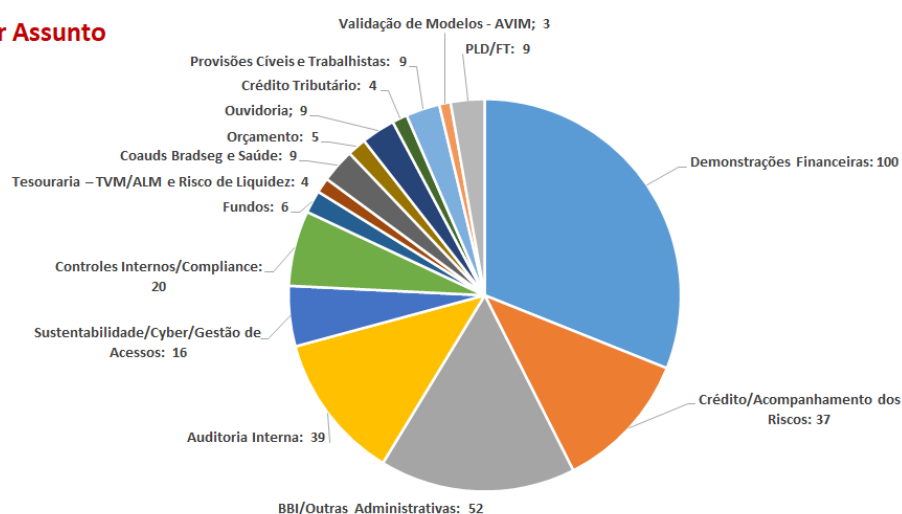
No exercício de 2025 o COAUD participou de **322** reuniões, destacando-se aquelas com o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal, os Executivos das áreas de Negócios, de Tecnologia da Informação, de Gestão de Riscos, de Controle Interno, e de *Compliance*, bem como com a KPMG Auditores Independentes, a Auditoria Interna Global, e o Banco Central do Brasil (Bacen). Nessas ocasiões, o COAUD recebeu atualizações sobre assuntos relevantes e acompanhou, principalmente, as ações compromissadas e prioritárias estabelecidas; o apetite e a abordagem à gestão de riscos, incluindo riscos emergentes; a segurança cibernética; o uso de nuvem (*cloud*); Incidentes Relevantes, Sustentabilidade e ESG, com foco em impactos das mudanças climáticas e dos requisitos regulatórios do Bacen, CVM, SUSEP, ANS e SEC; implementação da Resolução CMN nº 4966 e seus impactos contábeis; prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo e proliferação de armas de destruição em massa; conduta e tratamento de clientes potencialmente vulneráveis; governança; cidadania financeira; e o aprimoramento e desenvolvimento de modelos.

A seguir apresentamos o sumário das reuniões realizadas:

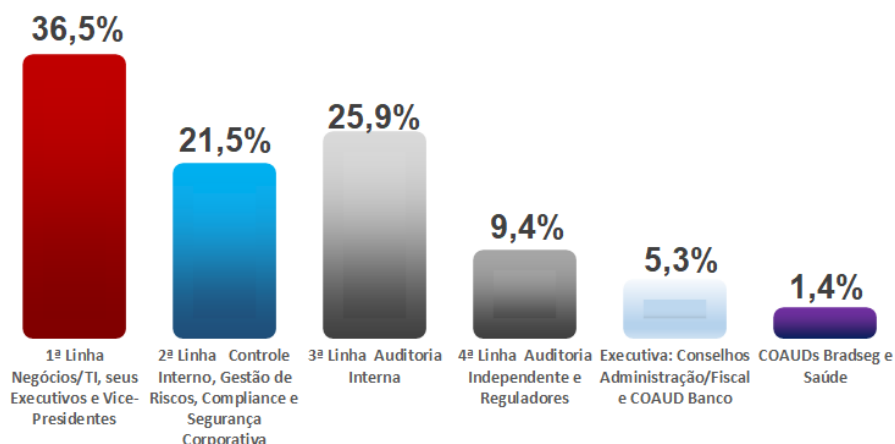
Por Instituições



Por Assunto



Por Linha de Defesa



No âmbito da educação continuada, o Comitê de Auditoria participou no decorrer de 2025 de diversas atividades de capacitação.

- 2º Congresso de Prevenção e Repressão a Fraudes, Segurança Cibernética e Bancária – FEBRABAN;
- Summit de Sustentabilidade – Negócios que Transformam;
- 93ª Mesa de Debates do ACI Institute – KPMG;
- 3ª Edição do Summit de Educação Financeira - Organização Bradesco: “Segurança Financeira - Estratégias para alcançar o bem-estar financeiro”;
- 26º Congresso IBGC: “Governança em um mundo disruptivo”;
- CONBRAI 2025: O Papel Transformador da Auditoria Interna na Governança Corporativa – IIA Brasil;
- 15º Congresso Internacional de Gestão de Riscos – Febraban/GRisc; e
- 94ª Mesa de Debates do ACI Institute.

3.2. Revisão das Demonstrações Financeiras

A revisão de Demonstrações Financeiras pelo COAUD no exercício de 2025 incluiu o Relatório Trimestral (ITR) para as datas-base de 31/03/2025 e 30/09/2025, e o Relatório Semestral para a data-base de 30/06/2025. É de responsabilidade da Administração a elaboração de Demonstrações Financeiras – Individual e Consolidada – da Organização Bradesco completas e exatas, apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sejam estabelecidas pelo Bacen e/ou emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e referendadas pela CVM, extensivas à SUSEP e ANS, e com as IFRS, emitidas pelo IASB, que devem ser auditadas por auditores independentes registrados na CVM.

Como parte dessa revisão, o COAUD avaliou a aplicação de políticas contábeis críticas, julgamentos contábeis e premissas significativas, e a conformidade com os requerimentos de divulgação, para garantir que fossem consistentes, apropriados e aceitáveis, de acordo com os requisitos relevantes para a elaboração e divulgação de Demonstrações Financeiras. O Comitê discutiu com as áreas técnicas e considerou as métricas de desempenho relacionadas às prioridades estratégicas, de modo a acompanhar a evolução no período e identificar os principais aspectos a influenciar a consecução das metas orçamentárias, bem como analisar se foram apresentadas de forma equilibrada e refletindo os riscos e incertezas de forma adequada.

Adicionalmente, o COAUD avaliou a eficácia do sistema de controles internos relacionado à elaboração das Demonstrações Financeiras, com atenção e avaliação crítica das alterações, aprimoramentos e quaisquer desenvolvimentos que o afetem. Documentou-se de atualizações e confirmações regulares de que a Administração havia adotado as ações necessárias para remediar eventuais falhas ou fragilidades importantes para os processos e controles operacionais identificadas através da operação da estrutura de controles da Organização Bradesco. Os procedimentos adotados nas três Linhas de Defesa para identificar, monitorar, avaliar e mitigar impactos potencialmente relevantes foram regularmente reportados ao COAUD.

Finalmente, o COAUD dedicou atenção particular aos Principais Assuntos de Auditoria (PAAs) destacados pela Auditoria Independente por ocasião da emissão do seu Relatório e publicação das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2025, acompanhando as discussões mais relevantes com as áreas responsáveis e a equipe de auditores independentes.

3.3. O COAUD e a Auditoria Independente

A KPMG é responsável pela auditoria das Demonstrações Financeiras da Organização Bradesco, exercendo essa função desde 2011, promovendo, a cada 5 (cinco) anos, o rodízio do sócio e principais responsáveis pela realização de auditoria, de acordo com as melhores práticas do mercado. Dada a sua missão e responsabilidade, o COAUD reitera que apresentou ao Conselho de Administração a sua recomendação pela permanência da KPMG para a prestação de serviços de auditoria independente também para o exercício social de 2026.

3.3.1. Planejamento da Auditoria Independente e Execução dos Trabalhos

O COAUD revisou a abordagem e estratégia da Auditoria Independente para a auditoria do Exercício Social de 2025, discutindo com a KPMG o escopo geral e o planejamento dos trabalhos, a estratégia para riscos significativos identificados, a natureza e extensão da capacitação da equipe de auditores e o uso de especialistas (tecnologia da informação, atuária, finanças corporativas, tributação) necessários para realizar a auditoria planejada na Organização Bradesco. Ao longo do exercício de 2025 o COAUD recebeu atualizações regulares da KPMG sobre os avanços do processo de auditoria, apresentadas pelo sócio responsável e sua equipe sênior, com o objetivo de acompanhar o tratamento das questões de contabilidade e seus impactos nas Demonstrações Financeiras e demais relatórios relacionados ao sistema de controles internos e Principais Assuntos de Auditoria (PAAs). O COAUD deu ênfase às ações tomadas pela KPMG em relação aos PAAs apontados em seu Relatório relativo à data-base de 30/06/2025, bem como àqueles identificados no planejamento de auditoria para a continuidade dos trabalhos do exercício de 2025, discutindo-os desde a etapa do planejamento.

O COAUD avaliou regularmente a eficácia, o desempenho e a independência da KPMG, focando no processo geral de auditoria e na qualidade dos resultados. A KPMG destacou a continuidade do investimento em recursos adicionais e novas tecnologias para o aprimoramento contínuo da qualidade e consistência na prestação de serviços de auditoria.

O Comitê, ao tomar conhecimento de pontos relevantes envolvendo a avaliação dos sistemas contábil e de controles internos, identificados em conexão com os exames das Demonstrações Financeiras, acompanhou as implementações das respectivas recomendações para o aprimoramento de processos, sistemas e mitigação de riscos.

A KPMG apresentou tempestivamente ao Comitê nos resultados e principais conclusões dos trabalhos de auditoria realizados ao longo do ano de 2025.

Adicionalmente, é oportuno destacar que o COAUD, ao tomar conhecimento de eventos relevantes que envolvam a KPMG, no Brasil e no Exterior, interpela imediatamente os auditores independentes, que apresentam tempestivamente explicações e explicações acerca da ocorrência, como foram regularizadas, riscos potencialmente identificados para o exercício independente dos trabalhos da empresa, e eventuais impactos aos trabalhos em andamento. Assuntos mantidos em processo de follow-up até suas plenas resolutividades.

3.3.2. Realização de “Outros Serviços” pela Auditoria Independente

No âmbito de sua atribuição de monitorar e avaliar a independência do auditor independente, o Comitê de Auditoria toma ciência da extensão e natureza da realização de “Outros Serviços” pela KPMG. A execução de tais serviços, não relacionados com a Auditoria Independente das Demonstrações Financeiras, deve ser objeto de avaliação primordial e preliminar por parte do auditor independente, de acordo com a sua política de independência, e observados os requisitos estabelecidos pela regulamentação promulgada pelo CMN, pela CVM, pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, pela SEC, pela *Public Company Accounting Oversight Board* – PCAOB, pela *International Ethics Standards Board for Accountants* – IESBA e pela *International Auditing and Assurance Standards Board* – IAASB, de forma a garantir que não representam conflito de interesses.

A contratação de tais serviços ocorre somente após confirmação pela KPMG de que foram considerados todos os requisitos de independência, bem como o atendimento aos melhores interesses da Organização Bradesco para contratar a KPMG para a realização de tais serviços, incluindo aspectos como trabalho intimamente relacionado àquele realizado para fins de auditoria independente; serviços que demandem a obtenção de evidência de auditoria apropriada para expressar uma conclusão destinada a aumentar o grau de confiança dos auditores; ou para averiguação de controles internos em complemento ao escopo normal dos trabalhos de auditoria independente. Os “Outros Serviços” realizados pela KPMG no exercício de 2025 foram:

- Tivio Capital DTVM S/A – Demonstrações Financeiras de Fundos de Investimento;
- Banco Bradesco e Grupo Bradesco Seguros – Asseguração Limitada de “ESG”;
- Banco Bradesco Argentina – Demonstrações Financeiras do exercício de 2024;
- Bradesco Saúde - Due Diligence;
- Bradesco Saúde – Demonstrações Financeiras do “Grupo Santa”;
- Banco Bradesco e Empresas Ligadas – Demonstrações Financeiras de 2025;
- BradesCard México – Demonstrações Financeiras de 2024;
- Bradesco Investments Inc – Demonstrações Financeiras de 2025;
- Bradesco Bank e Global Advisors – Demonstrações Financeiras de 2025;
- Banco Bradesco Europa – Demonstrações Financeiras de 2025;
- Odontoprev S/A – Demonstrações Financeiras e Procedimentos Previamente Aprovados;
- Grupo Odontoprev – Asseguração do Preenchimento das Escriturações Contábeis;
- Odontoprev S/A – Asseguração Limitada / Lei do Bem;
- Odontored – Asseguração Limitada / Documentação do Risco de Solvência Institucional;

- Bradesco Comercializadora de Energia – Demonstrações Financeiras / base 30/06/2025;
- Bradescard México e Fideicomiso - Demonstrações Financeiras 31/12/2025;
- Odontored - Auditoria Atuarial / Reservas Técnicas;
- Multibrás Fundo de Pensão - Asseguração dos registros contábeis;
- Bradesco Securities UK – Demonstrações Financeiras 31/12/2025;
- Grupo Elopár – Revisão das ECF;
- Odontoprev – Asseguração Razoável das Provisões Técnicas;
- Bradescard México – Asseguração Limitada (Compliance e Preços de Transferência);
- Bradesco Seguros Argentina – Demonstrações Financeiras – 30/09/2025 até 30/06/2026;
- Bradesco Procyon Fund, Ltd – Demonstrações Financeiras 31/12/2025;
- ABPF Oncologia S/A – Demonstrações Financeiras 31/12/2025;
- Ictineo Plataforma S/A – SOFIPO – Demonstrações Financeiras 31/12/2025;
- Bradesco Gestão de Saúde-Demonstrações Financeira 06 e 12/2025;
- Tesouraria / Negócios Internacionais – base Prospectus Supplements;
- Europ Assistance Brasil Serviços de Assistência S/A – Demonstrações Financeiras 31/12/2025;
- Bradesco – Custódia e Serviços Financeiros / Relatório de Asseguração SOC 1 e de Asseguração Limitada – ANBIMA;
- Bradesco Global Funds – Demonstrações Financeiras 31/12/2025;
- Banco Bradesco e Bradesco Leasing – Formulário de Referência;
- Bradesco – Custódia e Serviços Financeiros – Demonstrações Contábeis dos Fundos de Investimento; e
- Bradesco Saúde Operadora de Planos – Asseguração Razoável em observância à legislação vigente.

O COAUD ao tomar CIÊNCIA das propostas de trabalhos não identificou razões objetivas para caracterizar conflitos de interesse, risco de perda de independência ou de objetividade na realização dos “Outros Serviços” pela KPMG. A avaliação da independência da KPMG considerou também a situação pessoal e a relação financeira que o auditor (sócio responsável e demais integrantes da equipe de profissionais envolvidos com a realização da auditoria) têm com a Organização Bradesco, analisando as possíveis ameaças e estabelecendo as medidas necessárias para solução.

Com base no planejamento apresentado pela KPMG e nas discussões subsequentes sobre os resultados dos trabalhos, o COAUD considera que os trabalhos desenvolvidos foram adequados aos negócios da Organização Bradesco.

3.4. O COAUD e a Auditoria Interna

Para permitir um efetivo e adequado acompanhamento das atividades realizadas pela Auditoria Interna Global (AIGL), em aderência ao seu Regimento Interno e regulamentação vigentes, o COAUD aprovou o Plano de Auditoria de 2025 e eventuais atualizações relevantes promovidas ao longo do exercício social. Além do foco contínuo nos requisitos da legislação e regulamentação em vigor, o COAUD atentou para a inclusão no escopo da Auditoria Interna de questões relacionadas à estratégia, governança e cultura, prevenção à lavagem de dinheiro e

financiamento ao terrorismo, critérios contábeis, fiscais e tributários, tecnologia empregada ao negócio, conduta no relacionamento com clientes e conformidade, e resiliências - financeira e operacional.

Os resultados dos trabalhos da Auditoria Interna Global, juntamente com a avaliação da governança, gestão de riscos e estrutura de controle e processos, são regularmente relatados ao COAUD, em reuniões e por meio de relatórios e súmulas executivas, destacando os principais temas identificados, cobertura de auditoria e trabalhos desenvolvidos, proporcionando visão independente de riscos emergentes e impactos nos negócios.

Ao tomar conhecimento dos pontos de atenção e das recomendações, o COAUD acompanha o estabelecimento de calendário adequado para remediar as questões indicadas, de responsabilidade da Diretoria Executiva, e monitora a sua execução, acompanhando as providências saneadoras adotadas pela Administração junto as áreas auditadas.

A Auditoria Interna Global mantém estreita relação de trabalho com a Auditoria Independente, que é informada das atividades e resultados dos trabalhos da Auditoria Interna, e tem acesso a todos os relatórios e registros de suporte.

Anualmente, a função da Auditoria Interna Global é submetida a processo de avaliação técnica conduzido pelo COAUD, cujos resultados são discutidos com a sua Diretoria Executiva. Também, a citada Diretoria é avaliada formalmente acerca de sua atuação estratégica, comportamental, independência e de resultados. Tais avaliações são itens importantes na manutenção do Programa de Certificação de Qualidade do *The Institute of Internal Auditors* (IIA), que visa a melhoria contínua da gestão dos processos da área e a adoção das melhores práticas (metodologias, ferramentas e gestão). A avaliação da Auditoria Interna referente ao Exercício Social de 2025 foi conduzida em observância à Resolução CMN nº 4.910, de 2021.

Ressaltamos que a Auditoria Interna tem respondido adequadamente às demandas do Comitê de Auditoria e às necessidades e exigências da Organização Bradesco e dos Órgãos Reguladores.

4. ATIVIDADES E TEMAS SIGNIFICATIVOS CONSIDERADOS PELO COAUD

4.1. Visão geral

O COAUD trabalhou em estreita colaboração com as dependências de Gestão Corporativa de Riscos, Gerenciamento de Riscos Financeiros e de *Compliance* e Gerenciamento de Riscos Não Financeiros, bem como outras áreas da Organização Bradesco, na observância dos procedimentos para gerenciar riscos e a estrutura de controle interno, para garantir que as áreas de responsabilidade comum foram tratadas apropriadamente nas agendas das reuniões com o Comitê com o objetivo de aprimorar a conectividade, coordenação e fluxo de informações, e dessa forma garantir uma compreensão profunda dos principais temas.

Entre os principais aspectos discutidos destacaram-se a responsabilidade pela identificação, mensuração, monitoramento, mitigação e supervisão dos controles e riscos, e a comunicação aos níveis adequados da administração mediante a elaboração de relatórios regulares, tempestivos e completos. Nessas reuniões, o COAUD objetivou identificar e discutir prioridades mútuas, melhorias e programas de remediação, e questões futuras em relação à gestão de riscos e controles internos, tendo como base a Matriz de Riscos Corporativos (Biblioteca de Riscos).

O COAUD tem acesso às Matrizes de Riscos das dependências da Organização Bradesco, possibilitando acompanhar, em particular, os riscos altos e muito altos tratados em cada Matriz, fortalecendo a visão tempestiva das operações versus controles versus riscos.

4.2. Detalhamento das principais atividades e temas significativos

O Programa de Trabalho do Comitê de Auditoria para o Exercício Social de 2025 teve como foco os principais processos, riscos e produtos inerentes aos negócios da Organização Bradesco. Destacamos a seguir os aspectos mais relevantes:

Atribuição/Área	Principais temas abordados e ações do COAUD
Demonstrações Financeiras da Organização Bradesco (Banco Bradesco e Empresas Ligadas)	
Revisão das Demonstrações Financeiras, Notas Explicativas, Relatórios da Administração e do Auditor Independente	Principais políticas contábeis, práticas e critérios gerais adotados: - Discussão com a Contadoria Geral (CG), Controladoria, Gestão Corporativa de Riscos, Gestão de Riscos Financeiros, Compliance e Gestão de Riscos Não Financeiros, Grupo Bradesco Seguros, Auditoria Interna Global (AIGL) e Auditoria Independente (KPMG); - Avaliação criteriosa das políticas contábeis mais significativas, considerando a regulamentação vigente no Brasil, editadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e requeridas pelas autoridades reguladoras – Banco Central do Brasil (Bacen), Superintendência de Seguros Privados (Susep), Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Agência Nacional de Saúde (ANS) – e as IFRS promulgadas pelo IASB; Preparação das Demonstrações Financeiras Consolidadas: Revisão dos procedimentos para a elaboração e divulgação de acordo com as IFRS promulgadas pelo IASB; Ambiente macroeconômico no Brasil: especial atenção para avaliar como a Administração abordou e refletiu as questões decorrentes do ambiente macroeconômico e os impactos na Organização Bradesco, nos relatórios financeiros e outras divulgações relevantes, tais como os efeitos presente e futuro e os reflexos potenciais identificados para operações e segmentos de negócio, como operações de crédito, seguros (vida e saúde) e previdência privada; Auditoria Independente: Reunião com a KPMG, antes das divulgações das Informações Trimestrais de 31/03/2025 e 30/09/2025, e das Demonstrações Financeiras relativas ao semestre findo em 30/06/2025 e anual de 31/12/2025, para avaliar os aspectos de independência dos auditores e do ambiente de controle na geração das informações divulgadas, inclusive quanto à observância da recomendação do COAUD para que as principais empresas do Conglomerado Bradesco de capital fechado e o Grupo Bradesco Seguros, que compõem as Demonstrações Financeiras Consolidadas, publiquem suas Demonstrações Financeiras em conjunto; Revisão das Demonstrações Financeiras – Individual e Consolidada – e Relatórios da Administração (ITR de 31/03/2025 e 30/09/2025) e semestral de 30/06/2025 e anual de 31/12/2025: endossando seu conteúdo, antes da aprovação pelo Conselho de Administração e sua autorização para divulgação, garantindo a conformidade com os requisitos legais e a aplicação adequada dos princípios contábeis pertinentes, e certificando que a Auditoria Independente emitiu o seu Relatório correspondente.
Empresas controladas	Destaque para atividades relacionadas ao Grupo Bradesco Seguros, Aarin, RCB e Banco Digo: Acompanhamento dos principais aspectos associados à

	elaboração das Demonstrações Financeiras, inclusive mediante discussões regulares com os Comitês de Auditoria do Grupo Segurador (Holding Bradseg e Bradesco Saúde). Em tal processo o COAUD exerce suas atribuições mediante reuniões de monitoramento com os responsáveis pelos registros contábeis e requerimentos legais aplicáveis à essas organizações, bem como os auditores interno e independente. Nessas ocasiões são discutidos temas relevantes diversos de caráter operacional, legal, fiscal, tributário e de tecnologia da informação, com destaque para estrutura administrativa, estratégias, resultados, gerenciamento de riscos, controles internos, apontamentos relevantes pela auditoria interna e pontos dos auditores independentes.
Principais políticas contábeis, estimativas e julgamentos	Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa (PDD): o cálculo da provisão para as perdas esperadas associadas ao risco de crédito considerando a probabilidade de o instrumento ser caracterizado como inadimplente e a expectativa de recuperação do instrumento. Tais parâmetros devem ser estimados de forma prospectiva, com base nas condições econômicas correntes e esperadas, considerando os estágios em que os instrumentos estão classificados. Como objetivam refletir a expectativa de perdas em cenários econômicos, envolve julgamentos significativos, especialmente considerando o grau de incerteza sob as condições macroeconômicas atuais e futuras. Entre os principais aspectos analisados pelo COAUD destacaram-se a redução ao valor recuperável; carteira de empréstimos e adiantamentos, incluindo avais, fianças e debêntures, com ênfase às expectativas de perdas futuras nos portfólios Massificados e Dívida Corporativa; Mensuração de instrumentos financeiros: Devido às condições de maior volatilidade no mercado, principalmente em decorrência do comportamento da inflação e da taxa básica de juros estabelecida pelo Bacen, o COAUD discutiu periodicamente os impactos nos modelos para avaliar a carteira de investimentos e derivativos, particularmente considerando as principais premissas, métricas e julgamentos significativos utilizados para a determinação do valor justo; Créditos tributários: Atenção especial dada ao cálculo dos ativos fiscais diferidos e às estimativas de recuperação (realização), principalmente quanto ao ambiente macroeconômico, nos resultados futuros da Organização e nos consequentes lucros tributáveis, com base no plano de negócios e orçamentos estabelecidos pela Administração. Em particular, tomar conhecimento das projeções de probabilidade e suficiência de lucros tributáveis futuros, reversões futuras de diferenças temporárias, estratégias de planejamento tributário em curso, e impactos de mudanças na legislação tributária. O COAUD também considerou os julgamentos da Administração relativos a questões fiscais em relação às quais o tratamento tributário apropriado é incerto ou sujeito a interpretação, e que estão em processo de discussão judicial e categorizados como contingentes (classificados como possíveis, e, portanto, objeto somente de Nota Explicativa); Valor Recuperável dos Ativos – Ágio (Goodwill) e outros ativos não financeiros: A Administração testou o valor recuperável (imparidade) do ágio (<i>goodwill</i>) e outros ativos não financeiros, com julgamentos que consideraram o crescimento de longo prazo, taxas de juros, fatores de desconto e fluxos de caixa esperados, em termos de conformidade com as normas contábeis e razoabilidade da previsão; Provisões e Passivos Contingentes: Processos legais e questões regulatórias – Julgamento em relação ao reconhecimento e mensuração de provisões, bem como a existência e a avaliação quanto aos passivos contingentes. As questões que requerem julgamentos significativos foram destacadas e a avaliação do COAUD considerou a integridade da base de dados, os critérios adotados para as provisões contábeis e respectivas suficiências, e acompanha com rigor crítico os aprimoramentos aos modelos e critérios adotados para a constituição de provisões cíveis, fiscais e trabalhistas;

	Grupo Bradesco Seguros – Provisões Técnicas de Seguros, Previdência e Capitalização: o COAUD tomou conhecimento das premissas e julgamentos adotados pelo Grupo Bradesco Seguros (GBS) e se certificou da aderência dos processos aos requisitos estabelecidos pela Susep e ANS nas Notas Técnicas Atuariais, incluindo os Ativos Garantidores (títulos e valores mobiliários vinculados). Reunião de alinhamento com os Comitês da Holding Bradseg e Saúde acerca do resultado obtido pela PwC Auditoria Independente, responsável pela Auditoria Atuarial no Grupo Bradesco Seguros. Contabilidade de cobertura (<i>hedge accounting</i>): dentre os vários aspectos relacionados à contabilidade de cobertura abordados pelo COAUD, atenção particular para a governança específica no processo de contratação de operações e sua classificação contábil, tendo em conta os requerimentos estabelecidos pelos órgãos reguladores e os requisitos específicos das IFRS. O COAUD discutiu as principais características das operações de cobertura registradas, a observância da governança e controles internos (incluindo documentação necessária para habilitar o reconhecimento contábil específico), as condições macroeconômicas atuais e seu impacto nas previsões de fluxo de caixa prováveis e custo das operações, e a eficácia das estruturas ao longo do horizonte coberto.
Sustentabilidade, ESG e Risco Climático	
Estratégia da Organização Bradesco e requisitos regulatórios de Sustentabilidade, ESG e Risco Climático	Acompanhamento dos processos para incorporar os requisitos regulatórios e elaborar os relatórios de Sustentabilidade, incluindo tópicos associados à ESG e, particularmente, questões de riscos climáticos. Ao longo do exercício de 2025 o COAUD tomou conhecimento do alinhamento da estratégia da Organização Bradesco na contratação de operações de crédito e na gestão integrada de riscos, particularmente após a publicação da Resolução CMN nº 4.943, de 2021, que incluiu requisitos aplicáveis ao gerenciamento do risco social, do risco ambiental e do risco climático na estrutura de gerenciamento de riscos e de capital, e da Resolução CMN nº 4.945, de 2021, com aprimoramentos da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) e inovando no requerimento de divulgação de informações ao público em geral, com vigência a partir de julho de 2022. Adicionalmente, o COAUD tomou conhecimento dos processos em andamento para a observância dos requerimentos estabelecidos pela Resolução CVM nº 59, de 2021, que requer informações a serem prestadas a respeito de aspectos ambientais, sociais e de governança corporativa. Adicionalmente, com a promulgação pelo <i>International Sustainability Standards Board</i> – ISSB, em junho de 2023, de normas internacionais com recomendações para a elaboração do relatório de sustentabilidade (IFRS S1) e para divulgações relacionadas ao clima (IFRS S2), a CVM determinou sua observância no Brasil, nos termos da Resolução CVM nº 193, de 2023, a partir do Exercício Social de 2026. Igual decisão tomou o CMN, por meio da Resolução nº 5.185, de 2024, determinando que as instituições financeiras de maior porte elaborem e divulguem, juntamente com suas demonstrações financeiras, o relatório de sustentabilidade em conformidade com os mencionados IFRS S1 e IFRS S2. O COAUD passou a dedicar tempo para compreender aspectos como sistemas de controle interno voltados para identificar, quantificar e divulgar tais riscos, os esforços para desenvolver medidas e métricas para o acompanhamento dos avanços e dos compromissos assumidos pela Organização Bradesco, e a governança adotada para a elaboração do Relatório de Sustentabilidade na forma determinada pelos Reguladores. Vale observar que a integração de fatores sociais, ambientais e climáticos no gerenciamento de riscos, que faz parte da estratégia da Organização, já era objeto de acompanhamento pelo COAUD junto às áreas competentes, com foco nos avanços dos processos necessários para o atendimento de tais demandas regulatórias. As discussões ao longo do exercício envolveram a área de crédito, a Bradesco Asset Management (BRAM), a área de Gestão de Riscos Financeiros, os responsáveis pela gestão da estratégia de sustentabilidade, a Controladoria e a área de Sustentabilidade, responsável corporativo pela coordenação dos assuntos ESG – Ambiental, Social e de Governança, inclusive da elaboração do Relatório de Sustentabilidade.

Auditoria Independente	
Planejamento e execução da Auditoria Independente	Processo: Análise e discussão detalhada sobre o planejamento, andamento e execução do plano de auditoria; Execução: Obteve confirmação do auditor de que teve acesso total a todas as informações para realizar a auditoria conforme planejado; Recomendações: Discutiu e exerceu controle rígido sobre recomendações da Auditoria Independente e as ações necessárias para correção junto às unidades corporativas, acompanhando a implementação dos planos de ação pertinentes; Relatórios: Discutiu melhorias nos relatórios financeiros com base em novos padrões de contabilidade e melhores práticas; Posicionamentos acerca da Imagem – Reputacional: Na eventual citação da Auditoria Independente na mídia, seja esta qual for, em registros que requeiram explicações formais de seu sócio Líder, as mesmas ocorrem tempestivamente, com fundamentações da causa raiz e efetividade na condução das resolutividades requeridas pelos respectivos Órgãos demandantes dos Ofícios decorrentes. Registros mantidos em Atas de Reuniões; Revisão: Analisou os relatórios do auditor sobre a ITR para a data base de 31/03/2025 e 30/09/2025, bem como das Demonstrações Financeiras de 30/06/2025 e 31/12/2025, antes que o Auditor Independente as apresentasse ao Conselho de Administração.
Relacionamento	O Auditor Independente participou em várias reuniões do COAUD, permitindo que este atue como um canal de comunicação entre o Auditor e o Conselho de Administração, e acompanhe o cumprimento de suas recomendações e/ou esclarecimentos às suas indagações, inclusive no que se refere ao planejamento e execução dos respectivos trabalhos de auditoria.
Efetividade	Avaliamos o Auditor Independente e sua contribuição para a integridade das Demonstrações Financeiras em decorrência do seu trabalho.
Auditoria Interna	
Planejamento e execução da Auditoria Interna	Dispositivos legais e normativos: Verificação do cumprimento daqueles aplicáveis à Organização Bradesco, além de regulamentos internos, no âmbito dos esforços contínuos para desenvolver, implementar, aprimorar e manter um ambiente de controle forte e adequado à estrutura, operações e riscos; Plano de trabalho para 2026: Aprovação pelo COAUD previamente à submissão ao Conselho de Administração, com base em avaliação de risco abrangente, alinhamento à estratégia e demandas regulatórias; Execução do plano de auditoria: Recepção de relatórios e reportes regulares sobre as atividades de auditoria interna, permitindo ao COAUD o escrutínio adicional, bem como exercer controles rígidos sobre suas recomendações e as ações necessárias para correção junto às unidades corporativas, obrigadas a apresentar planos de ação de resolutividades.
Relacionamento	Reuniões com o COAUD: A Diretora Executiva da Auditoria Interna e outros representantes da área participaram regularmente de reuniões e o Comitê acompanhou o cumprimento de suas recomendações e/ou esclarecimentos às suas indagações, inclusive no que se refere ao planejamento e execução dos respectivos trabalhos de auditoria.
Efetividade	O COAUD avalia regularmente a execução dos trabalhos da Auditoria Interna e sua contribuição para a integridade, adequação e eficácia dos sistemas de controles internos relacionados à contabilidade, contingências, riscos, financeiros e operacionais, a partir da aplicação de abordagem sistemática

	e disciplinada à avaliação e aprimoramento contínuo dos processos relacionados.
Estrutura	Recursos: Análise do orçamento da Auditoria Interna para 2026, certificando a disponibilidade de recursos humanos e materiais necessários. De particular interesse para o COAUD foram temas como desenvolvimento, capacitação e treinamento da equipe, atração e manutenção de talentos, e iniciativas digitais necessárias para o aprimoramento dos processos de trabalho. Questões reportadas no instrumento “Avaliação Anual de 2025 da Auditoria Interna Global”, conduzida pelo COAUD Bradesco.
Controles internos e Ouvidoria	
Sistema de Controles Internos	Sistema de Controles Internos: o COAUD acompanhou e monitorou, em discussões regulares com as áreas de Segurança Corporativa, Gestão de Riscos Financeiros, Compliance e Gestão de Riscos Não Financeiros, Gestão Corporativa de Riscos, AIGL, Auditoria Independente e demais áreas de negócio, a atuação das 3 (três) Linhas de Defesa, focando nas atribuições e responsabilidades de cada uma na observância e no aprimoramento dos controles adotados, visando a mitigar os riscos inerentes aos processos de negócios.
Ouvidorias	Bradesco e Grupo Bradesco Seguros: Reuniões periódicas com representantes da Ouvidoria do Bradesco e com os membros dos COAUDs da Holding Bradseg e Bradesco Saúde para discutir situações específicas de reclamações catalogadas pelos diversos Canais de Denúncias, particularmente em relação a práticas negociais, conduta, financeiras, contábeis, relatórios financeiros, auditoria e controles internos. De conhecimento dos detalhes apresentados quanto aos procedimentos vigentes normatizados e os praticados em desacordo a tais orientações, foram averiguados os registros das ações encaminhadas junto aos gestores de Negócio envolvidos com o tema para regularizar anomalias identificadas, de sorte a permitir, corporativamente, a melhoria dos processos e o acultramento das Áreas na comercialização de Produtos e Serviços da Organização Bradesco.
Negócios e concorrência	
Negócios e Concorrência	Gerenciamento das Carteiras de Crédito: Acompanhamento da evolução das carteiras de crédito. Atenção especial foi dada ao alinhamento da estratégia relacionada a ESG e à concessão de créditos, aos controles internos e governança, à evolução das contratações conduzidas por meio dos canais digitais e às prorrogações, renegociações, renovações, recuperações e baixas; Conduta, suitability e atendimento às pessoas potencialmente vulneráveis: Acompanhamento e monitoramento dos avanços nos processos voltados para observância dos requisitos regulamentares, dado o contingente de clientes caracterizados como “potencialmente vulneráveis” e as demandas de natureza regulatória; Relacionamento com Clientes: Acompanhamento quanto ao cumprimento de normas e atendimento ao consumidor, inclusive tendo em conta os temas identificados pela Organização Bradesco (Serviço de Atendimento ao Cliente - SAC/Ouvidoria); Cidadania Financeira: Acompanhamento do Projeto voltado para o atendimento dos requisitos estabelecidos pela Resolução Conjunta nº 8, de 21/12/2023, instituindo medidas direcionadas à clientes e usuários pessoas naturais, incluindo empresários individuais; Inovação Tecnológica: atualizado periodicamente sobre os avanços e potenciais impactos do <i>Open Finance</i>, <i>Fintechs</i> e outras <i>startups</i>, uso de nuvem (<i>cloud</i>), inteligência artificial, Big Data, ativos digitais, entre outros.
Gestão de riscos	

Gestão de Riscos	Coordenação com outros Comitês: Participação em reuniões conjuntas com o Comitê de Riscos, a área de gestão de riscos, regulamentação e <i>compliance</i>, Auditoria Interna, e outros. Entre os tópicos discutidos destacamos o relatório sobre risco de modelo, gestão de risco do grupo, reclamações enviadas ao Canal Aberto, risco de fornecedor; Estratégia, estrutura e política para gestão de riscos: Acompanhamento dos trabalhos da área de Gerenciamento de Riscos Não Financeiros para avaliação da aderência do sistema de controles internos e na identificação, monitoramento e gestão dos riscos mais relevantes, bem como das atividades e resultados dos trabalhos das dependências de Gerenciamento de Riscos Financeiros e de Compliance e Gerenciamento de Riscos Não Financeiros, gestor corporativo do Sistema de Controles Internos, e da dependência de Gestão Corporativa de Riscos, responsável, dentre outros, pelo Plano Estratégico das Segundas Linhas; Áreas de Negócio: Reuniões com as diversas áreas de Negócios e de Controle, e com as Auditorias Independente e Interna, para acompanhamento dos principais processos, e certificação quanto ao comprometimento da Administração para a mitigação dos riscos e o aperfeiçoamento contínuo dos controles internos; Riscos de Mercado e Liquidez: Acompanhamento periódico, por intermédio de relatórios elaborados pela área de Gestão de Riscos Financeiros, dos resultados da carteira “trading” e os limites estabelecidos pela governança para <i>Value at Risk</i> (VAR), <i>Liquidity Coverage Ratio</i> (LCR) e Reserva Mínima de Liquidez (RML) – Corretoras de Valores e Grupo Bradesco Seguros, bem como das principais exposições em moedas, índices e ativos, inclusive da Carteira “Banking”, com correspondentes <i>Economic Value of Equity</i> (ΔEVE); Risco de Crédito: Acompanhamento mensal com as áreas de Gestão de Riscos Financeiros, Recuperação de Créditos, e ID – Setor de Cadastro, e Concessão de Crédito, incluso a gestão das Garantias, para conhecimento da evolução das principais carteiras de crédito e níveis de inadimplência (pessoas físicas, pessoas jurídicas, e seus respectivos segmentos, modalidade e setor da economia). Também foram discutidas as suficiências de provisão (vide tópico específico sobre PDD), níveis de concentração e abordagens para recuperação de crédito, com ênfase nas Expectativas de Perdas Futuras em portfólios massificados (requisito regulatório a partir de 1º de janeiro de 2025) e movimentação dos <i>Ratings</i> da Dívida Corporativa. Prestadores de Serviços: monitoramento da Governança na contratação, acompanhamento na qualidade dos serviços prestados, incluindo aplicação de penalidades e outras medidas adotadas.
Órgãos reguladores (Questões regulatórias e <i>compliance</i>)	
Demandas e Expectativas	Questionamentos do Bacen: Conhecimento do conteúdo dos Ofícios, das respostas e acompanhamento do progresso para atendimento às demandas e solução das recomendações e expectativas do Departamento de Supervisão Direta (Desup), do Departamento de Supervisão de Conduta (Decon), do Departamento de Supervisão Indireta (Desig) e do Departamento de Gestão Estratégica e Supervisão Especializada (Degef), relativamente à observância da regulamentação e requisitos específicos relacionados a modelos, conduta (por exemplo, fraudes e golpes, <i>suitability</i> e pessoas potencialmente vulneráveis, relacionamento com clientes), e prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo.
Relacionamento com Órgãos Reguladores	Compliance: Acompanhamento da efetividade da área de Compliance e Gestão de Riscos Não Financeiros e demais estruturas responsáveis por garantir o cumprimento das leis, regras e regulamentos aplicáveis aos negócios; Relatórios submetidos aos órgãos reguladores: O COAUD discutiu os principais elementos dos Relatórios ICAAP e de Efetividade (Circular nº 3.978), encaminhados para o Bacen, e debateu sobre a necessidade de

	manter foco contínuo na qualidade e confiabilidade dos relatórios regulatórios.
Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo	Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo e Proliferação de Armas de Destruição em Massa: Contínuo acompanhamento quanto ao aprimoramento no gerenciamento do processo de PLD, embasado nos resultados das inspeções regulares dos órgãos internos e externos, nas melhores práticas de gestão (metodologias, ferramentas e pessoas), permitindo a atuação da Área de Segurança Corporativa com visão centralizada de análise e despacho frente às movimentações de maior risco ocorridas nas transações de negócios e em contas correntes.
Tecnologia da Informação	
Segurança e Controles em processos chave	Controles de aplicativos e gerais de tecnologia da informação: Acompanhamento das mudanças em andamento, segurança (lógica e física), operação computacional e registro, migração para CLOUD, análise e resolução de incidentes e problemas; Cybersecurity: Contínuo acompanhamento de medidas de segurança, mitigando os riscos associados.
Resolução CMN nº 4.966, de 2021 – Contabilidade para instrumentos financeiros nos termos do IFRS 9: aspectos operacionais, financeiros e tributários	Implementação dos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN 4.966, de 2021 a partir de 1º/1/2025 – Adoção dos preceitos contidos no IFRS 9 – Contabilização de instrumentos financeiros e tratamento tributário: O COAUD permanece acompanhando, por meio de reuniões regulares com a área de Contadoria Geral, coordenadora corporativa do mencionado Projeto. A Resolução CMN nº 4.966, de 2021, tem como principal impacto o cálculo da provisão para perdas com operações de crédito e outros instrumentos financeiros com base na perda esperada, escopo mais abrangente do que o estabelecido na Resolução CMN nº 2.682, de 1999, e com abordagem prospectiva mais ampla. Tais critérios estão em conformidade com o IFRS 9 – Instrumentos Financeiros promulgado pelo <i>International Accounting Standards Board</i> – IASB. Fato é que apesar de ser o IFRS 9 adotado, desde janeiro de 2018, para a elaboração das Demonstrações Financeiras Consolidadas, a implementação da Resolução 4.966 requereu desenvolvimento de sistemas, adaptações, ajustes e adoção de ferramentas e modelos específicos no nível individual (para todas as instituições subordinadas à supervisão do Bacen). A propósito do escopo, a provisão nos termos da Resolução nº 2.682, de 1999, somente era aplicada a operações de crédito, instrumentos com características de crédito, arrendamento mercantil e garantias prestadas. Importante destacar que a partir de 1º/1/2025, a Resolução CMN nº 4.966, de 2021, exige que todos os ativos financeiros, inclusive títulos e valores mobiliários, garantias prestadas, compromissos de crédito e exposições não reconhecidas em contas patrimoniais (<i>off-balance sheet</i>) devem compor a base para a constituição da provisão para perdas esperadas. Quanto ao modelo de cálculo, a provisão passa a ser prospectiva, constituída com base no risco de crédito esperado, mensurado de acordo com a probabilidade de inadimplemento e a expectativa de recuperação do instrumento, levando em consideração as condições econômicas presentes e previsões futuras que possam afetar o risco de crédito dos instrumentos, bem como o valor de garantias e colaterais vinculados a operação. No âmbito tributário, a Lei nº 14.467, de 2022, que alterou as regras para as instituições financeiras deduzirem as perdas com operações de crédito, igualmente a partir de 2025, em alinhamento com os requisitos de provisionamento estabelecidos pela referida Resolução CMN nº 4.966, de 2021, viabilizando a manutenção do tratamento tributário (dedutibilidade e eventuais créditos tributários) das despesas decorrentes da aplicação do novo modelo, foi alterada com a edição da Lei nº 15.078, de 27/12/2024, esclarecendo que as mencionadas perdas poderão ser excluídas do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, à razão de 1/84 (um oitenta e quatro avos) para cada mês do período de apuração, a partir do mês de janeiro de 2026. No entanto, a Lei nº 15.078 permitiu que, até 31 de dezembro de 2025, as instituições poderão optar, de forma

	irrevogável e irretratável, por efetuar as deduções à razão de 1/120 (um cento e vinte avos). Tal medida foi fundamental para esclarecer a questão e o COAUD acompanhará os impactos pertinentes, dada a decisão tomada de efetivar as deduções em 1/120 (um cento e vinte avos).

5. CONCLUSÃO

As atividades exercidas no âmbito de gestão de riscos, *compliance*, e avaliação do sistema de controles internos corporativo estão adequadamente direcionadas, considerando o porte e complexidade da Organização Bradesco. O COAUD registra como positivos os esforços contínuos que vêm sendo desenvolvidos para a garantia da eficiência das operações, das informações que geram os Relatórios Financeiros e Contábeis, bem como a observância às normas internas e externas a que se sujeitam as transações.

Relativamente às demandas do Banco Central do Brasil, o COAUD acompanha e monitora o atendimento àquelas apresentadas pelo Departamento de Supervisão de Conduta - Decon e pelo Departamento de Supervisão Direta - Desup relativas à observância da regulamentação e requisitos específicos relacionados a modelos, conduta, *suitability* e pessoas potencialmente vulneráveis, relacionamento com clientes, prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo (PLDFT).

O COAUD destaca os esforços da Diretoria Executiva para atender tempestivamente, com a qualidade requerida, os requerimentos do Bacen, o comprometimento da Alta Administração ao liderar os processos necessários, patrocinando e apoiando as ações voltadas ao pleno cumprimento dos pontos e recomendações, e adoção de procedimentos operacionais e práticas contábeis em linha com a política interna e ética empresarial da Organização Bradesco.

O Comitê de Auditoria revisou com a Diretoria Executiva as Demonstrações Financeiras auditadas da Organização Bradesco, para o exercício de 2025 e discutiu com a KPMG os Principais Assuntos de Auditoria (PAAs) e as recomendações para aprimoramento do sistema de controles internos, incluindo gestão de riscos, governança e tecnologia da informação, bem como monitorou a execução dos trabalhos de acordo com o planejamento apresentado no início do exercício, avaliando a qualificação e independência dos auditores independentes.

Relativamente aos principais itens reportados nas Demonstrações Financeiras, o COAUD, após análise e escrutínio dos relatórios apresentados pela área técnica, concordou com a conclusão da Diretoria Executiva de que:

(i) a provisão para perdas com operações de crédito é adequada, em particular face à conjuntura macroeconômica atual e às incertezas inerentes ao presente ambiente;

(ii) as previsões, estudos e expectativas de realização do ágio e dos créditos tributários, embasadas em premissas e estimativas de rentabilidade futura, suportam a recuperabilidade de tais ativos;

(iii) a avaliação dos instrumentos financeiros aos eventos que pudessem culminar em revisão ou novos julgamentos significativos, considerando o ambiente macroeconômico e a característica de tais ativos, onde o COAUD considerou satisfatório o tratamento contábil em relação às várias questões relacionadas à classificação nas carteiras de *Trading* e *Banking*, ao reconhecimento de receitas ou perdas, e à sua apresentação;

(iv) para as provisões e contingências, o COAUD certificou-se quanto à integridade das bases de dados e revisou os critérios e premissas adotados para a constituição das provisões

fiscais, cíveis e trabalhistas, bem como quanto às informações disponíveis para a classificação de obrigações como “remoto”, “possível” e “provável”, concordando quanto ao volume de provisão constituído e que o nível das divulgações em Notas Explicativas fornecem informações adequadas aos investidores acerca dos passivos contingentes;

(v) para o Grupo Bradesco Seguros, o COAUD certificou-se que as Provisões Técnicas são aderentes às Notas Técnicas da Susep e ANS; as Provisões Técnicas Complementares relacionadas ao descasamento de ativos e passivos em IGPM, os ativos garantidores vinculados às Reservas Técnicas (TVM e Outros Ativos) foram avaliados corretamente, com base em procedimentos tecnicamente recomendados e requeridos pelos Órgãos Reguladores.

O COAUD acompanha os estudos contínuos relativos à gestão de passivos atrelados ao IGPM.

Dado o presente ambiente macroeconômico, o COAUD se concentrou na capacidade da Organização Bradesco em manter fortes controles internos no contexto dos desafios trazidos.

Tendo em conta as tratativas com a Diretoria Executiva e a Auditoria Independente e considerando os processos subjacentes utilizados para preparar os relatórios financeiros, o COAUD entende que as Demonstrações Financeiras do Exercício Social de 2025 estão apresentadas, em todos os aspectos relevantes, de forma compreensível, fornecendo aos acionistas as informações necessárias para a avaliação da posição financeira e do desempenho da Organização Bradesco, bem como dos aspectos relevantes do seu modelo de negócio, estratégia e riscos, e recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das citadas Demonstrações Financeiras.

6. PRIORIDADES DO COAUD PARA O EXERCÍCIO DE 2026

O ambiente macroeconômico no Brasil continua a apresentar desafios importantes, como destacado pelo Bacen e relatado na introdução deste Relatório, o que se reflete na taxa básica de juros mantida elevada no final de 2024, e de sua continuidade até dezembro de 2025, refletindo a manutenção de política monetária restritiva, objetivando o atingimento da meta de inflação estabelecida pelo CMN.

Além dos temas relevantes objeto de acompanhamento, o COAUD continuará a monitorar os impactos das mudanças no ambiente macroeconômico, particularmente nos processos necessários para a observância dos requisitos do IFRS 9 para o cálculo da perda esperada para as Demonstrações Financeiras Consolidadas, a implementação de mudanças regulatórias em grande escala, como as relativas a ESG, e em particular as demandas do Bacen quanto ao Risco Climático, a adoção integral do IFRS 9 para todos os instrumentos financeiros e o tratamento tributário e de capital regulamentar e a evolução das atividades dos controles internos do Grupo Bradesco Seguros (GBS).

Nesse contexto, o foco do COAUD continuará nos impactos no resultado (performance) da Organização Bradesco, no ambiente de riscos e controles internos, e nos modelos utilizados para a análise e cálculo da provisão para perdas com operações de crédito e para a avaliação de ativos e passivos, e discutirá cuidadosamente os principais julgamentos e premissas em relação aos cenários econômicos futuros, a razoabilidade das ponderações e julgamentos, e o impacto nas Demonstrações Financeiras e divulgações pertinentes.

Entre as ações específicas, o COAUD continuará a (i) aprimorar a comunicação com os Comitês de Auditoria das empresas controladas para garantir que haja um compartilhamento eficaz de conhecimentos, preocupações e respectivas soluções; (ii) monitorar a execução do

Plano Anual da Auditoria Interna e do Plano de Trabalho da Auditoria Independente; (iii) buscar coordenação adequada com outros Comitês do Conselho de Administração, especialmente o de Risco, Regulamentação e Conformidade; e (iv) garantir a eficácia do COAUD, levando em consideração quaisquer áreas de melhoria e permitindo tempo suficiente para um debate de qualidade sobre os principais tópicos e questões identificados pelas Auditorias – Independente e Interna.

Adicionalmente, o COAUD concentrará esforços para compreender os impactos dos novos modelos negócios e concorrentes (Fintechs), da transformação digital no sistema bancário brasileiro e da evolução tecnológica digital (uso de Cloud e novos canais), sobretudo nos aspectos de atendimento às demandas do mercado (alinhadas à estratégia de Clientecentrismo) e do Banco Central do Brasil nas questões de conduta (Atendimento a clientes, Clientes potencialmente vulneráveis, e Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo), do Projeto de Cidadania Financeira e foco na capacitação do quadro de funcionários, em especial aqueles envolvidos com as áreas de controle, riscos e auditoria interna, a fim de resguardar essas atividades e garantir a sua efetividade.

No âmbito da evolução tecnológica, tópico que tem demandado a atenção do Comitê diz respeito aos processos, riscos, controles, governança e oportunidades decorrentes do uso de Inteligência Artificial (AI) e *machine learning* (ML) como fundamentais em várias áreas da Organização, viabilizando o desempenho de atividades com maior precisão, rapidez e eficiência, entre outros atributos. Além da automação de tarefas operacionais, o uso de AI tende a disseminar significativa e rapidamente para ações como detecção de fraudes e transações suspeitas de lavagem de dinheiro, prevenção de ataques cibernéticos, *compliance*, simulações, suporte à tomada de decisões e gestão de riscos, entre outros.

Finalmente, considerando as crescentes expectativas relacionadas a ESG, com a aceleração no estabelecimento de requerimentos padronizados para divulgação promulgados pelo *International Sustainability Standards Board* - ISSB, impostos pelos reguladores (Resoluções CMN nº 4.943, 4.944, e 4.945, de 2021, que tratam de gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático, Resolução CVM nº 59, e Circular SUSEP nº 666, de 2022), os requisitos relacionados à gestão de riscos e comunicações ao público em geral relativas a ESG evoluirão e aumentarão rapidamente.

Diante das informações atuais, o COAUD mantém-se atento aos eventuais impactos decorrentes dos temas ESG nas Demonstrações Financeiras e ambiente de riscos. No entanto, considerando o interesse particular dos reguladores e investidores, continuará a acompanhar os aprimoramentos na qualidade dos dados, controles internos, processos, governança e divulgação nas Demonstrações Financeiras, bem como o papel das Auditorias – Independente e Interna.

Nesse contexto, manterá o monitoramento do cenário de Relatórios de Sustentabilidade e avaliará as implicações para a Organização Bradesco, incluindo a comunicação com as partes interessadas.

Cidade de Deus, Osasco, SP, 4 de fevereiro de 2026.

COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO DA ORGANIZAÇÃO BRADESCO

PAULO RICARDO SATYRO BIANCHINI

(Coordenador)

AMARO LUIZ DE OLIVEIRA GOMES

(Especialista Financeiro)

ANTONIO JOSÉ DA BARBARA

(Membro)

SAMUEL MONTEIRO DOS SANTOS JUNIOR

(Membro)

Os membros do Conselho Fiscal, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Bradesco S.A. (Bradesco) referentes ao exercício social findo em 31 de Dezembro de 2025 e, com base nas informações recebidas em reuniões com: (i) administradores e gestores de áreas; (ii) Comitê de Auditoria e nos seus relatórios; e (iii) KPMG Auditores Independentes Ltda. e nos seus relatórios, concluíram que os citados documentos examinados refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira do Bradesco e que os controles internos são adequados ao porte e à complexidade de seus negócios.

Diante do exposto, os membros do Conselho Fiscal emitem a opinião de que o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Bradesco, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, estão em condições adequadas para serem apreciados pelos seus acionistas na próxima Assembleia Geral Ordinária.

Cidade de Deus, Osasco, SP, 04 de fevereiro de 2026

José Maria Soares Nunes

Joaquim Caxias Romão

Vicente Carmo Santo

Ludmila de Melo Souza

Ava Cohn

Para mais informações, favor contatar:

André Carvalho

Diretor de Relações com Investidores

investidores@bradesco.com.br

Cidade de Deus, s/nº - Prédio Vermelho - 2º andar

Osasco-SP

Brasil

banco.bradesco/ri







Barueri, 30 de março de 2026.

Carta de Apresentação

Banco Digio S.A.

Em cumprimento às determinações legais da Resolução BCB nº 2/2020, apresentamos as demonstrações contábeis do Banco Digio S.A. (Banco), que compreendem o balanço patrimonial, demonstração do resultado, demonstração dos resultados abrangentes, mutações do patrimônio líquido, fluxos de caixa e notas explicativas, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e do relatório da administração, para contas patrimoniais e de resultado relativas aos períodos de 01/01 a 31/12 de 2025.

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), e pelos controles internos necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorções relevantes.

As demonstrações contábeis foram divulgadas em diretório público no site (www.digio.com.br) em 27/03/2026.

Atenciosamente.



Documento assinado digitalmente
CARLOS GIOVANE NEVES
Data: 30/03/2026 17:54:57-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Carlos Giovane Neves

Diretor-Presidente

CPF: 019.600.887-50



Documento assinado digitalmente
DOUGLAS PAZ DE LIMA
Data: 30/03/2026 15:37:14-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Douglas Paz de Lima

Contador – CRC nº 1SP201688

CPF: 205.957.768-33

Demonstrações Financeiras

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	5
BALANÇO PATRIMONIAL	6
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO	7
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	8
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	10
1 CONTEXTO OPERACIONAL.....	11
2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	11
3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS	12
4 NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS	23
5 DISPONIBILIDADES	25
6 ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	25
7 ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO	26
8 DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS E OUTROS DEPÓSITOS NO BANCO CENTRAL DO BRASIL	27
9 OPERAÇÕES DE CRÉDITO	27
10 OUTROS ATIVOS FINANCEIROS	31
11 IMOBILIZADO DE USO	31
12 INTANGÍVEL	31
13 OUTROS ATIVOS	32
14 RECURSOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS.....	33
15 RECURSOS DE CLIENTES	33
16 OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS.....	33
17 OUTRAS PROVISÕES.....	34
18 PROVISÕES PARA PASSIVOS CONTINGENTES.....	34
19 OUTROS PASSIVOS	35
20 PATRIMÔNIO LÍQUIDO	36
21 RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E TARIFAS BANCÁRIAS.....	36
22 DESPESAS DE PESSOAL	37
23 OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS.....	37
24 DESPESAS TRIBUTÁRIAS	37
25 OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	38
26 OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	38
27 PARTES RELACIONADAS	38

28 REMUNERAÇÃO DO PESSOAL-CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO	41
29 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	42
30 BALANÇO POR PRAZO.....	45
31 GESTÃO DE RISCOS	47
32 INSTRUMENTOS FINANCEIROS MENSURADOS A VALOR JUSTO.....	49
33 OUTRAS INFORMAÇÕES	50
34 O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	52

Relatório da Administração

O Banco Digio, integrante da Organização Bradesco, atua como instituição financeira de perfil digital, com portfólio abrangente de produtos e serviços ofertados por meio de uma jornada 100% digital, incluindo conta de pagamento, cartões, crédito pessoal, crédito consignado público e privado, seguros, investimentos em CDB, marketplace de serviços financeiros e plataforma whitelabel para parceiros estratégicos.

Ao final do exercício de 2025, o Banco registrou base de 10,0 milhões de clientes únicos, representando crescimento de 7% em relação ao exercício anterior. A carteira de crédito atingiu R\$ 20,1 bilhões, enquanto as receitas de intermediação financeira totalizaram R\$ 3,5 bilhões.

No período, o Banco manteve avaliações positivas nas principais plataformas digitais, incluindo lojas de aplicativos, Google My Business e Reclame Aqui, refletindo o compromisso com a excelência na experiência digital.

Para o exercício de 2026, o principal objetivo estratégico do Banco Digio é ampliar sua relevância no crédito colateralizado, sobretudo no Crédito Consignado Público — servidores federais, estaduais e autarquias — e Crédito do Trabalhador, através da contínua evolução de nossa plataforma tecnológica.

A contratação e a gestão dos serviços de auditoria independente são realizadas de forma centralizada pela Organização Bradesco, conforme divulgado nas Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Bradesco S.A.

Nos termos do Estatuto Social, é assegurado ao acionista o pagamento mínimo obrigatório de dividendos correspondente a 1% do lucro líquido, após as deduções legais e observadas as disposições estatutárias aplicáveis.

A Administração registra agradecimentos aos colaboradores pelo comprometimento e dedicação ao longo do exercício, bem como aos clientes, fornecedores e parceiros estratégicos, reiterando o reconhecimento ao acionista pelo apoio contínuo e pela confiança depositada no Banco Digio.

Barueri, 25 de março de 2026.

Balanço Patrimonial

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2025 (em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2025
Disponibilidades	5	7.330
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		2.007.113
Títulos e valores mobiliários	6	2.007.113
Ativos financeiros ao custo amortizado		19.553.914
Aplicações interfinanceiras de liquidez, líquido de provisões para perdas esperadas de ativos financeiros	7	295.218
Depósitos compulsórios e outros depósitos no Banco Central do Brasil	8	153.379
Operações de crédito, líquido de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9	18.717.038
Outros ativos financeiros	10	388.279
Imobilizado de uso, líquido de depreciações	11	820
Intangíveis, líquido de amortizações	12	101.331
Impostos a compensar		8.418
Créditos tributários	29.c	2.019.818
Outros ativos	13	2.116.184
TOTAL DO ATIVO		25.814.928

PASSIVO	Nota explicativa	31/12/2025
Passivos financeiros ao custo amortizado		24.887.851
Recursos de instituições financeiras	14	22.767.486
Recursos de clientes	15	669.776
Outros passivos financeiros	16	1.450.589
Provisão para perda esperada		81.272
Compromissos de empréstimos e créditos a liberar		81.272
Outras provisões	17	582.935
Passivos fiscais		10.280
Impostos diferidos		10.280
Outros passivos	19	176.915
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		75.675
Capital social	20.a	1.323.490
Reservas de capital	20.b	295.764
Outros resultados abrangentes		961
Prejuízos Acumulados	20.c	(1.544.540)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		25.814.928

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração de Resultado

Exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2025 (em milhares de reais)

	Nota Explicativa	2º Semestre 2025	31/12/2025
Receitas da Intermediação Financeira		1.791.581	3.493.591
Operações de crédito	9.d	1.634.206	3.191.218
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	7.c	151.326	296.419
Resultado das aplicações compulsórias		6.179	6.179
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		(131)	(225)
Despesas da Intermediação Financeira		(1.309.098)	(2.521.847)
Operações de captações no mercado	14.b	(1.309.098)	(2.521.847)
Resultado da Intermediação Financeira		482.483	971.745
Perdas Esperadas de Ativos Financeiros		(299.349)	(601.860)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira Líquido de Perdas Esperadas de Ativos Financeiros		183.134	369.885
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais		(391.270)	(771.772)
Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias	21	113.846	220.461
Despesas de pessoal	22	(85.923)	(171.888)
Despesas administrativas	23	(309.125)	(589.759)
Despesas tributárias	24	(36.829)	(76.013)
Outras receitas operacionais	25	179.086	373.065
Outras despesas operacionais	26	(308.354)	(533.349)
Provisão fiscal, cível, trabalhista e outras		56.029	5.712
Resultado operacional		(208.136)	(401.887)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participação de não controladores		(208.136)	(401.887)
Imposto de renda e contribuição social	29.b	90.474	177.469
(Prejuízo) Líquido do exercício		(117.662)	(224.418)
Resultado por ação		(0,004)	(0,007)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente

Exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2025
(em milhares de reais)

	2º semestre 2025	31/12/2025
Resultados do semestre / exercício	(117.662)	(224.418)
Outros resultados abrangentes que serão reclassificados subsequentemente para o resultado:		
Variação no valor justo dos ativos financeiros	42	309
Ajuste ao valor justo contra o patrimônio líquido	42	309
Resultado abrangente do semestre / exercício	(117.620)	(224.109)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2025

(em milhares de reais)

	Capital social	Capital social (em aprovação)	Reserva de capital	Outros resultados abrangentes	Lucros / (Prejuízos) Acumulados	Total
Saldos em 31 dezembro de 2024	823.490	500.000	295.764	652	(1.001.879)	618.027
Ajustes Iniciais na Adoção da Resolução nº 4.966/21	-	-	-	-	(318.243)	(318.243)
Saldos em 1º de janeiro de 2025	823.490	500.000	295.764	652	(1.320.122)	299.784
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(224.418)	(224.418)
MTM - Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	309	-	309
Aumento de capital aprovado em 25/03/2025	500.000	(500.000)	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.323.490	-	295.764	961	(1.544.540)	75.675
Saldos em 30 de junho de 2025	1.323.490	-	295.764	919	(1.426.878)	193.295
Prejuízo do semestre	-	-	-	-	(117.662)	(117.662)
MTM - Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	42	-	42
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.323.490	-	295.764	961	(1.544.540)	75.675

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2025

Método Indireto (em milhares de reais)

	Nota explicativa	2º Semestre 2025	31/12/2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do período	20.c	(117.662)	(224.418)
Ajustes ao prejuízo líquido do período		147.834	194.677
- Ajustes Iniciais na Adoção da Resolução nº 4.966/21		-	(318.243)
- Provisões para perdas esperadas de ativo financeiro		299.349	601.860
- Constituição/(reversão) e atualização monetária com provisões cíveis, trabalhistas e fiscais	18	(57.239)	(25.450)
- Depreciação e amortização	11 e 12	15.635	32.391
- Compromissos de créditos	31.b	(19.637)	81.272
- Crédito tributário		(90.474)	(177.469)
- Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		201	317
(Aumento)/redução nas variações em ativos		(1.364.049)	(1.129.553)
- Depósitos compulsórios no Banco Central		(125.307)	87.254
- Aplicações interfinanceiras de liquidez		(286.626)	(287.132)
- Operações de crédito		(771.864)	(829.621)
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		(131.007)	(244.960)
- Impostos a compensar		(75)	(10.612)
- Impostos diferidos		(5.208)	(271.651)
- Outros ativos financeiros		(58.271)	(161.200)
- Outros ativos		14.308	588.369
(Redução)/aumento nas variações em passivos		1.344.203	1.187.824
- Depósitos e demais instrumentos financeiros		1.301.040	1.142.087
- Impostos diferidos		(8.491)	8.988
- Provisões		57.987	(4.116)
- Outros passivos		(6.333)	35.646
- Imposto de renda e contribuição social pagos	29	-	5.219
Caixa líquido proveniente/(utilizado) das atividades operacionais		10.326	28.531
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:			
(Aquisição) de imobilizado de uso	11	(7)	(32)
(Aquisição) de intangível	12	(15.067)	(28.523)
Caixa líquido proveniente/(utilizado) nas atividades de investimentos		(15.074)	(28.555)
Caixa líquido proveniente/(utilizado) nas atividades de financiamentos		-	-
Aumento/(redução) líquido, de caixa e equivalentes de caixa		(4.748)	(24)
Caixa e equivalentes de caixa - Início do período		12.279	7.671
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		201	317
Caixa e equivalentes de caixa - Fim do período		7.330	7.330
Aumento/(redução) líquido, de caixa e equivalentes de caixa		(4.748)	(24)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Contexto Operacional

O Banco Digio S.A. (“Banco Digio” ou “Banco”) é uma instituição financeira autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil, em conformidade com a legislação e regulamentação vigentes, tendo por objeto social a realização de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às carteiras de crédito, financiamento e investimento, bem como a participação, como sócio ou acionista, em sociedades nacionais ou estrangeiras.

Integrante da Organização Bradesco, o Banco Digio combina a solidez e a robustez de um grupo financeiro tradicional com a agilidade operacional característica de um modelo digital. Suas atividades são suportadas por plataforma tecnológica moderna, continuamente aprimorada por meio de investimentos em segurança cibernética, análise de dados e inteligência artificial, assegurando elevados padrões de confiabilidade, eficiência operacional e inovação, com foco em uma experiência simples, ágil e segura.

O Banco oferece portfólio diversificado de produtos e serviços financeiros, direcionado predominantemente a clientes pessoa física das classes B e C, incluindo cartão de crédito com gestão integral por aplicativo, conta de pagamento 100% digital, crédito pessoal contratado integralmente por canais digitais, antecipação do Saque-Aniversário do FGTS, investimentos em CDB e soluções desenvolvidas para parceiros estratégicos, com destaque para a Uber Conta.

O Banco Digio atua de forma relevante no segmento de crédito consignado, com operações destinadas a trabalhadores do setor privado, aposentados e pensionistas do INSS, servidores públicos federais, estaduais e de autarquias, integrantes das Forças Armadas e demais convênios elegíveis, com desconto direto em folha de pagamento ou benefício. As contratações são realizadas por meio de correspondentes bancários, com expansão gradual para canais digitais, em conformidade com a regulamentação vigente.

O relacionamento com os clientes ocorre prioritariamente por canais digitais, incluindo aplicativo, website, whatsapp e redes sociais, complementados por Central de Atendimento. A distribuição dos produtos é realizada por canais digitais próprios, correspondentes bancários e parcerias estratégicas.

Para a execução de seu plano de negócios, o Banco Digio mantém estrutura operacional enxuta e eficiente, sustentada por financiamento proveniente do banco controlador, assegurando adequado suporte financeiro, alinhamento estratégico e continuidade operacional.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as normas aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), advindas da Resolução CMN nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 2/20, incluindo as diretrizes emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com as respectivas alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. Para a contabilização das operações, foram utilizadas as

normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen).

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente no exercício de 2025.

O Banco optou pela isenção facultada pela Norma de não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores, decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas), nas demonstrações financeiras, referente ao primeiro exercício de 2025. Os efeitos decorrentes da aplicação dos critérios contábeis, estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/21, foram registrados em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados pelo valor líquido dos efeitos tributários.

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas que são revisadas, no mínimo, anualmente, tais como: a mensuração de perdas estimadas com instrumentos financeiros; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros.

Alguns números incluídos neste relatório foram submetidos a ajustes de arredondamento. Assim sendo, os valores indicados como totais em alguns quadros podem não ser a soma aritmética dos números que os precedem.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 25 de março de 2026.

3 Principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras seguem, em todos os seus aspectos relevantes, os princípios, métodos e critérios uniformes, conforme apresentadas a seguir:

a) Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional, que é a moeda do ambiente econômico principal no qual uma entidade opera. Nas demonstrações financeiras, a moeda de apresentação é o real.

b) Apuração do resultado

As receitas dos ativos financeiros e as despesas de juros de passivos são reconhecidas pelo regime de competência na demonstração do resultado. Com relação aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao VJORA e as despesas de juros de passivos classificados ao custo amortizado o Banco utiliza o método da taxa efetiva de juros, com exceção de instrumentos de patrimônio.

c) Ativos e passivos financeiros

1) Ativos financeiros

O Banco classifica e mensura os ativos financeiros com base tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual.

O Banco classifica os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao custo amortizado (CA); (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

- **Modelo de negócio:** configura a maneira pela qual o Banco administra seu ativo financeiro para gerar fluxos de caixa. O objetivo da Administração para um determinado modelo de negócio, é: (i) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais; (ii) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais e venda; ou (iii) manter os ativos para negociação. Quando os ativos financeiros se enquadram nos modelos de negócios (i) e (ii) deve-se aplicar o teste SPPJ (somente pagamento de principal e juros). Os ativos financeiros mantidos sob o modelo de negócios (iii) são mensurados ao VJR.

- **Teste SPPJ:** O objetivo deste teste é avaliar os termos contratuais dos instrumentos financeiros para determinar se dão origem a fluxos de caixa em datas específicas que se enquadram como somente pagamento de principal e juros sobre o montante principal. Neste sentido, o principal se refere ao valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial e juros se refere à contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo, ao risco de crédito associado ao valor do principal em aberto durante período específico e a outros riscos e custos básicos de empréstimos. Os instrumentos financeiros que não se enquadrarem no conceito mencionado acima são mensurados a VJR.

• Mensurados a valor justo por meio do resultado

Todos os ativos financeiros que não atendam aos critérios de mensuração ao custo amortizado ou ao VJORA, são classificados como mensurados ao VJR, além daqueles ativos que no reconhecimento inicial são irrevogavelmente designados ao VJR, caso isso elimine ou reduza significativamente descasamentos contábeis.

Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período.

Ganhos e perdas realizados e não realizados decorrentes de mudanças no valor justo de ativos financeiros não derivativos são reconhecidos diretamente no resultado em “Ganhos /(perdas) líquidos de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado”. As receitas de juros de ativos financeiros mensurados ao VJR são reconhecidas em “Resultado de operações com títulos e valores mobiliários”.

• Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

São ativos financeiros que atendam ao critério do teste SPPJ, cujo objetivo seja tanto manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais quanto para venda.

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais as receitas ou custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado.

A receita de juros é reconhecida no resultado utilizando-se do método da taxa efetiva de juros. A receita de dividendos é reconhecida na demonstração do resultado, na rubrica de “Resultado de operações com títulos e valores mobiliários” quando o Banco passa a ter direito ao dividendo. Os ganhos ou perdas originadas das variações cambiais em investimentos de títulos de dívida classificadas como VJORA são reconhecidas na demonstração do resultado.

O Banco pode adicionalmente designar de forma irrevogável um instrumento patrimonial, para os quais não exista a estratégia de negociação para a categoria de Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes. Neste caso, não há registro de quaisquer efeitos na Demonstração do Resultado de eventos subsequentes relativos a este ativo.

• **Mensurados ao custo amortizado**

São ativos financeiros que atendam ao critério do teste SPPJ, cujo objetivo é o de manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais.

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos reconhecidos inicialmente a valor justo incluindo os custos diretos e incrementais, e contabilizados, subsequentemente, pelo custo amortizado, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

No caso de perda de crédito esperada é reconhecida uma dedução do valor contábil do ativo financeiro e é reconhecida na demonstração do resultado.

2) Passivos financeiros

O Banco classifica seus passivos financeiros como mensurados ao custo amortizado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros, exceto para os passivos financeiros para negociação.

O Banco não possui nenhum passivo financeiro designado a valor justo por meio do resultado.

3) Baixas

É realizada a baixa do ativo financeiro quando não há expectativa razoável de recuperação, quando os direitos contratuais de seus fluxos de caixa expiram, ou quando se transferem os direitos de recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre o ativo financeiro e, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro também são transferidos. O Banco efetua a baixa de um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são pagas, resgatadas, canceladas ou expiradas.

4) Renegociação e reestruturação

Os ativos financeiros renegociados são aqueles em que há alteração das condições originalmente pactuadas do instrumento ou a substituição do instrumento financeiro original por outro, com liquidação ou refinanciamento parcial ou integral da respectiva obrigação original. As renegociações em que há concessões significativas à contraparte, em decorrência da deterioração relevante de sua qualidade creditícia, as quais não seriam concedidas caso não ocorresse tal deterioração são caracterizadas como reestruturações.

A movimentação da carteira de reestruturação está apresentada na Nota 9.e.

5) Determinação do valor justo

A determinação do valor justo da maioria dos ativos e passivos financeiros é baseada nos preços de cotações do mercado ou cotações de preços de distribuidoras para os instrumentos financeiros negociados em mercados ativos. Para os demais instrumentos financeiros, o valor justo é determinado utilizando-se de técnicas de avaliação, as quais incluem uso de transações em mercado recente, método de fluxos de caixa descontados, comparação com instrumentos similares para os quais existam preços observáveis no mercado e modelos de avaliação.

Para outros instrumentos mais comumente tratados, o Banco utiliza modelos de avaliação conhecidos, que consideram dados observáveis no mercado, a fim de determinar o valor justo de instrumentos financeiros.

Para instrumentos mais complexos, o Banco utiliza modelos próprios, que usualmente são desenvolvidos com base em modelos de avaliação reconhecidos. Algumas informações incluídas nesses modelos podem não ser observáveis no mercado e são derivadas de preços ou taxas de mercado, ou ainda, são estimadas com base em premissas.

O valor produzido por um modelo ou por uma técnica de avaliação é ajustado para refletir diversos fatores, uma vez que as técnicas de avaliação podem não refletir adequadamente todos os fatores que os participantes do mercado consideram quando realizam uma transação.

Os ajustes de avaliação são registrados levando-se em conta os riscos dos modelos, as diferenças entre o preço de compra e venda, riscos de crédito e liquidez, bem como outros fatores. Na opinião da Administração, tais ajustes de avaliação são necessários e apropriados para a correta demonstração do valor justo dos instrumentos financeiros

registrados no balanço patrimonial.

6) Perdas de créditos esperadas

Em relação a provisão para perdas de crédito, as Resoluções CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23 estabelecem critérios aplicáveis aos instrumentos financeiros, inclusive aos compromissos de crédito e créditos a liberar.

O risco de crédito e as perdas esperadas são calculadas pelo Banco Bradesco, de forma coletiva, agrupando os instrumentos financeiros, gerenciados de forma massificada, em grupos homogêneos de risco conforme sua política de crédito.

As perdas esperadas são apuradas em bases prospectivas para instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, ao VJORA (com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais), ativos financeiros mensurados a VJR no nível 1 da hierarquia de valor justo que sejam títulos privados ou operações com característica de concessão de crédito, compromissos de crédito e créditos a liberar.

- **Constituição de Provisão**

A provisão para perdas esperadas é constituída em seu reconhecimento inicial com base no estágio de risco de crédito do instrumento financeiro, como despesa do período e em contrapartida à adequada conta do ativo para ativos financeiros ou do passivo para compromissos de crédito.

A provisão é constituída sobre o valor contábil bruto dos ativos financeiros, o qual inclui a apropriação de juros e encargos (*accrual*) pela taxa efetiva de juros até o momento que se torne um ativo com problemas de recuperação de crédito.

O Digio constitui provisão para perdas esperadas para compromissos de crédito sobre o valor presente da estimativa da utilização de recursos dos compromissos de crédito.

A provisão para perda é revista mensalmente, sempre que há alteração na estimativa da perda esperada ou no estágio do instrumento.

- **Alocação em Estágios**

Os instrumentos financeiros são alocados em um de três estágios, desde seu o reconhecimento inicial e serão realocados entre eles à medida que seu risco de crédito aumente ou diminua, considerando o surgimento de fatos novos relevantes.

Primeiro estágio: Instrumentos que não sejam caracterizados como ativos com problema de recuperação de crédito e cujo risco de crédito não tenha aumentado significativamente.

Considera-se que há aumento significativo do risco de crédito quando ocorrer atraso superior a 30 dias no pagamento do principal ou de encargos. Em casos específicos, admite-se considerar atraso de até 60 dias, conforme evidências consistentes e

verificáveis.

Para os instrumentos alocados no primeiro estágio, a provisão corresponde à perda esperada apurada pelo Banco, considerando a probabilidade de o instrumento se caracterizar como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito nos próximos 12 meses ou durante o prazo esperado do instrumento, quando este for inferior a 12 meses.

Segundo estágio: Instrumentos cujo risco de crédito tenha aumentado significativamente ou que deixarem de ser caracterizados como ativos com problema de recuperação de crédito.

Para os instrumentos alocados no segundo estágio, a provisão corresponde à perda esperada apurada pelo Banco, considerando a probabilidade de o instrumento se caracterizar como ativo com problema de recuperação de crédito durante todo o prazo esperado do instrumento financeiro.

Terceiro estágio: Instrumentos com problema de recuperação de crédito.

No terceiro estágio, a provisão corresponde à perda esperada apurada pelo Banco, considerando que o instrumento se caracteriza como um ativo com problema de recuperação de crédito.

São classificados neste estágio: os ativos financeiros inadimplidos (mais de 90 dias de atraso), aqueles que tenham indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais e os ativos financeiros reestruturados.

Estes instrumentos têm seu reconhecimento de receitas suspenso (*stop-accrual*), sendo contabilizadas apenas no seu recebimento, pelo regime de caixa. Essa abordagem também se aplica a possíveis ganhos obtidos nas reestruturações.

Além disto, para ativos inadimplidos (atraso maior que 90 dias) que fazem parte do estágio 3, é constituída provisão para perdas incorridas, como um componente da provisão para perdas esperadas. Essa provisão é calculada com base em percentuais, de acordo com as carteiras (C1 à C5) e as faixas de atraso estipuladas na Resolução BCB nº 352/23.

Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco (cura), resultando no retorno do reconhecimento de receitas (*accrual*) para os instrumentos do estágio 3 e reversões de provisão.

Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação. O registro correspondente é efetuado em contas de compensação e controles de identificação mantendo-se até o esgotamento de todos os procedimentos de cobrança por um prazo mínimo de 5 anos. No caso de recuperações subsequentes ou reestruturações de ativos financeiros previamente baixados, os valores recuperados são creditados na demonstração do resultado até o limite do valor baixado anteriormente. Os

ativos são então alocados no terceiro estágio, com provisão para perdas esperadas igual a totalidade do valor do instrumento.

Os eventuais ganhos provenientes da reestruturação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos, independentemente de serem operações ativas ou recuperadas de prejuízo.

A alocação em estágios é revista minimamente: mensalmente, no caso de atrasos de pagamento de principal e encargos; a cada 6 meses para instrumentos de uma mesma contraparte cujo montante seja superior a 5% do patrimônio líquido do Banco; uma vez a cada 12 meses para os demais instrumentos, sempre que novos fatos indicarem alteração significativa da qualidade de crédito; e quando o instrumento for reestruturado.

Apuração

A avaliação da perda esperada associada ao risco de crédito dos instrumentos financeiros baseia-se em critérios consistentes e verificáveis, utilizando técnicas de mensuração compatíveis com a natureza e complexidade dos instrumentos financeiros.

A apuração do risco de crédito e da perda esperada associada ao risco de crédito pode ser realizada de forma coletiva mediante utilização de modelo adequado ao tratamento de risco de crédito por carteira. São agrupados instrumentos financeiros que pertençam ao mesmo grupo homogêneo de risco, definidos na política de crédito e nos procedimentos de gestão de crédito do grupo Bradesco.

Considera-se minimamente os seguintes parâmetros, em termos percentuais:

- **Probabilidade de se caracterizar com Problema de Recuperação de Crédito:** Avaliada com base no prazo esperado do instrumento financeiro e na situação econômica corrente, além de previsões de alterações nas condições econômicas e de mercado.

- **Expectativa de Recuperação:** Considera os custos de recuperação, características de garantias ou colaterais, taxas históricas de recuperação, concessão de vantagens à contraparte e previsões econômicas.

A expectativa de recuperação corresponde ao quociente entre o valor presente dos fluxos de caixa esperados durante o processo de recuperação do crédito e o valor da base de cálculo definida.

Ao estimar a expectativa de recuperação, o Banco Bradesco observa critérios específicos, como a utilização da taxa de juros efetiva do instrumento no reconhecimento inicial e a consideração dos fluxos de caixa esperados, tanto positivos quanto negativos. As metodologias e premissas são revisadas regularmente para reduzir quaisquer diferenças entre as estimativas de perda e a perda real.

d) Juros

Seguindo as diretrizes do Banco Bradesco, o Banco utiliza a metodologia diferenciada

proporcional para fins do reconhecimento de receitas e despesas relativas aos custos de transação pela taxa de juros efetiva de operações de crédito e demais operações com característica de concessão de crédito classificadas na categoria custo amortizado, conforme facultado pelo artigo nº 75 da Resolução BCB nº 352/23.

O cálculo da taxa efetiva de juros inclui todas as comissões, custos da transação, descontos ou prêmios, que são parte integrante da taxa efetiva de juros. Os custos de transação são custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição, emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro.

Adicionalmente o Banco optou para alguns componentes na utilização da materialidade para fins de taxa efetiva de juros, conforme artigo nº 13 da Resolução BCB nº 352/23.

e) Imobilizado de uso

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Banco Digio. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do período baseado na vida útil econômica estimada de cada componente e a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

Instalações	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos de informática e telecomunicações	5 anos

Os métodos de depreciação e as vidas úteis são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

A composição dos custos dos bens e suas depreciações correspondentes, estão apresentadas na Nota 11.

f) Intangível

O ativo intangível corresponde a direitos adquiridos que tenham por objetos bens incorpóreos destinados à manutenção das atividades do Banco Digio. Aqueles com vida útil definida, são amortizados linearmente durante o período estimado do benefício

econômico do bem.

A composição dos ativos intangíveis, incluindo a movimentação desses direitos por classe, está apresentada na Nota 12.

g) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal e adições temporárias, são registrados na rubrica “Ativos Fiscais – Créditos Tributários”, e a provisão para obrigações fiscais diferidas sobre atualização de depósitos judiciais são registradas na rubrica “Passivos Fiscais – Passivos tributários correntes e Obrigações fiscais diferidas”.

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. Para as instituições financeiras, a CSLL é calculada pela alíquota de 20%, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal.

Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e/ou a liquidação do passivo. De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável a sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos e a origem e previsão de realização dos créditos tributários estão apresentados na Nota 29.

h) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do exercício se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

i) Provisões, ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões e das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN, sendo:

- **Ativos Contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- **Provisões:** são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- **Passivos Contingentes:** reconhecidos quando um evento passado gera uma obrigação legal ou implícita, existe a probabilidade de uma saída de recurso e o valor da obrigação pode ser estimado com segurança. Os passivos contingentes classificados como de perda possíveis, não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgadas apenas em notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

O detalhamento dos processos judiciais, bem como a segregação e movimentação dos valores registrados por natureza, está apresentada na Nota 18.

j) Despesas antecipadas

Despesas antecipadas são aplicações em gastos que tenham realização no curso do período subsequente à data do balanço patrimonial.

As despesas antecipadas são constituídas por desembolsos que se referem a despesas relativas à competência futura, estas despesas são apropriadas mensalmente com base no princípio da competência.

k) Depósitos, captações no mercado aberto

Os depósitos e captações no mercado são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do Balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

A composição das operações está apresentada na Nota 14.

l) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos (em base *pro rata dia*) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos (em base *pro rata dia*).

A composição de Outros ativos e passivos estão apresentados nas Notas 13 e 19, respectivamente.

m) Resultado recorrente e não recorrente

Para classificação de resultado entre recorrente e não recorrente, o Banco Digio considera como sendo recorrentes, os resultados obtidos com suas atividades regulares e habituais, tais como receitas e despesas relacionadas a operações ativas (aplicações) e passivas (captações), prestações de serviço e demais gastos relacionados à manutenção das atividades do Banco.

Os resultados não recorrentes englobam receitas e despesas provenientes de atos e fatos administrativos não usuais ou que possuam baixa probabilidade de ocorrência em exercícios futuros.

Os resultados recorrentes e não recorrentes estão apresentados na Nota 33.a.

n) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras a data de autorização para sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Os eventos subsequentes, quando existirem, serão descritos na Nota 33.b e são divulgados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 24 – Eventos Subsequentes, aprovado pela Resolução CMN nº 4.818/20.

4 Normas, alterações e interpretações de normas

a) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2025

Resolução CMN nº 4.975/21 – Dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Resolução CMN nº 4.966/21 e Resolução BCB nº 352/23, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2025 – Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das operações de hedge, substitui entre outras normas a Resolução nº 2.682, a Resolução nº 3.533, a Circular nº 3.068 e a Circular nº 3.082.

Em 16 de novembro de 2022, foi promulgada a Lei nº 14.467, que estabelece novas regras para a dedutibilidade das perdas de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essas regras impactam as bases de cálculo do imposto de renda e da CSLL, a partir de 1º de janeiro de 2025. A principal regra é a aplicação de fatores para dedução de operações inadimplidas (operações com atraso superior a noventa dias).

Com a publicação da Lei nº 15.078, em 27 de dezembro de 2024, as perdas relativas aos créditos inadimplidos em 31 de dezembro de 2024, que não tenham sido deduzidas até essa data (estoque), somente poderão ser excluídas na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL à razão de um oitenta e quatro avos ou cento e vinte avos, para cada mês do período de apuração, a partir de janeiro de 2026. Esta Lei vetou a dedução das perdas incorridas no ano de 2025 que excedam o lucro real do exercício. As perdas não deduzidas nesse período terão o mesmo tratamento do estoque de 1º de janeiro de 2025.

I. Classificação de risco no exercício social anterior e a sua nova classificação, conforme regulamentação vigente:

Conforme artigo nº 105 da Resolução BCB nº 352/23, segue abaixo a classificação de risco no exercício social anterior bem como o respectivo nível de provisão para perda esperada associada ao risco de crédito, conforme regulamentação anterior:

Modalidade e Níveis de Risco – Conforme Regulamentação Anterior	R\$ Mil									Total da carteira em 31 de dezembro de 2024
	Níveis de risco									
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	
Total da carteira em 31 de dezembro de 2024	7.866.009	6.360.195	2.279.393	205.426	148.643	121.476	89.919	78.840	537.673	17.687.574

Saldo de perdas esperadas associadas ao Risco de Crédito em 31/12/2024	-	37.196	68.153	20.522	44.582	60.729	62.932	78.579	537.673	910.366

Conforme artigo nº 105 da Resolução BCB nº 352/23, abaixo a classificação de risco no exercício vigente bem como o respectivo nível de provisão para perda esperada associada ao risco de crédito, conforme nova regulamentação:

Modalidade e Níveis de Risco – Conforme Regulamentação Anterior	R\$ Mil			Total da carteira em 1º de janeiro de 2025
	Níveis de risco			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	
Total da carteira em 1º janeiro de 2025	15.392.127	1.401.320	894.127	17.687.574
Saldos de perdas esperadas associadas ao Risco de Crédito em 1º de janeiro de 2025	602.257	102.974	687.225	1.392.456
Provisão para compromissos de crédito	90.197	4.664	7.632	102.493
Saldos de perdas esperadas associadas ao Risco de Crédito em 1º de janeiro de 2025	692.454	107.638	694.857	1.494.949

b) Uso de estimativas e julgamentos contábeis significativos

Exceto pela mensuração da Provisão para Perdas Esperadas associadas ao Risco de Crédito, as estimativas e julgamentos contábeis significativos utilizados na preparação destas demonstrações financeiras são uniformes em relação àqueles que foram adotados para as demonstrações financeiras anuais do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Provisão para Perdas Esperadas associadas ao Risco de Crédito

A mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito requer o uso de modelos quantitativos e suposições sobre condições econômicas futuras e comportamento dos instrumentos financeiros.

Vários julgamentos significativos também são necessários para aplicar os requisitos contábeis para a mensuração da provisão, tais como:

- Determinar critérios para classificação dos instrumentos financeiros;
- Agrupar instrumentos financeiros com perfil de riscos semelhantes;
- Selecionar modelos quantitativos e pressupostos apropriados; e
- Estabelecer diferentes cenários prospectivos e suas ponderações.

O processo para determinar o nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito exige estimativas e uso de julgamentos e é possível que perdas demonstradas em períodos subsequentes sejam diferentes daquelas calculadas de acordo com as estimativas e premissas atuais.

5 Disponibilidades

	31/12/2025
Disponibilidade em moeda nacional	6.915
Disponibilidade em moeda estrangeira ⁽¹⁾	415
Total	7.330

(1) Os valores em moeda estrangeira são convertidos pela PTAX do último dia útil do exercício.

6 Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

a) Composição e prazos

	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor Justo	Valor de custo amortizado	Ganhos/ Perdas não realizados
Letras Financeiras do Tesouro	601.124	185.860	1.220.129	2.007.113	2.007.127	(14)
Saldo em 31/12/2025	601.124	185.860	1.220.129	2.007.113	2.007.127	(14)

b) Receitas com títulos e valores mobiliários

	2º semestre	31/12/2025
Rendas de títulos e valores mobiliários		
Letras Financeiras do Tesouro	139.191	252.394
Total em 31/12/2025	139.191	252.394

7 Ativos financeiros ao custo amortizado

a) Composição e prazos

	31/12/2025					
	61 a 90 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de custo amortizado	Valor Justo	Ganhos/ Perdas não realizados
Aplicações no mercado aberto:						
Operações Compromissadas						
Posição bancada	289.999	-	-	289.999	289.999	-
Subtotal						
Aplicações de depósitos interfinanceiros						
Aplicações de depósitos interfinanceiros	-	2.912	2.307	5.219	5.339	120
Subtotal						
Total	289.999	2.912	2.307	295.218	295.338	120

(1) Os ganhos e perdas não são registrados contabilmente

b) Reconciliação de perdas esperadas de ativos financeiros ao custo amortizado

Perda esperada de ativos financeiros a custo amortizado em 1º de janeiro de 2025	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total ⁽¹⁾
Novos ativos originados, adquiridos/liquidados ou pagos	13	-	-	13
Perda esperada de ativos financeiros a custo amortizado em 31 de dezembro de 2025	13	-	-	13

(1) O saldo da perda esperada está registrado como "Perda esperada de Ativos Financeiros" na Demonstração do Resultado.

c) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez

Classificadas na demonstração de resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários:

	2º semestre	31/12/2025
Rendas de aplicações em operações compromissadas		
Posição Bancada	11.716	28.572
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros		
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	420	15.453
Total em 31/12/2025	12.135	44.025

8 Depósitos compulsórios e outros depósitos no Banco Central do Brasil

a. Créditos vinculados e outros depósitos

	Remuneração	31/12/2025
Conta de pagamento instantâneo	CDI	153.379
Total		153.379

b. Composição e prazos

	Prazo	31/12/2025
Conta de pagamento instantâneo	Prazo indeterminado	153.379
Total		153.379

9 Operações de crédito

a. Operações de crédito por tipo de produto

Modalidade	31/12/2025
Pessoa Física	
Empréstimos	20.011.698
Crédito Pessoal	18.055.507
Outros Créditos ⁽¹⁾	1.956.191
Financiamentos	1.546
Financiamentos por interveniência	1.546
Total da carteira de crédito	20.013.244
Perdas por redução ao valor recuperável de operações de crédito	(1.296.206)
Total da carteira de crédito, líquida	18.717.038

(1) Com característica de concessão de crédito – cartão de crédito.

b. Reconciliação do valor contábil bruto de operações de crédito

Estágio 1	Saldo em 1º de janeiro de 2025	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Oriundos do Estágio 2	Oriundos do Estágio 3	Originados / (Liquidados)	(Write-off)	Saldo em 31 de dezembro de 2025	
Pessoa Física									
Empréstimos	15.390.918	(334.587)	(115.448)	179.206	15.398	2.142.220	-	17.277.708	
Crédito Pessoal	13.758.210	(299.287)	(85.979)	170.206	30	2.328.742	-	15.871.922	
Outros Créditos	1.632.709	(35.300)	(29.469)	9.000	15.369	(186.522)	-	1.405.787	
Financiamentos	-	-	-	-	-	1.396	-	1.396	
Financiamentos	-	-	-	-	-	1.396	-	1.396	
Total	15.390.918	(334.587)	(115.448)	179.206	15.398	2.143.616	-	17.279.104	
Estágio 2	Saldo em 1º de janeiro de 2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 3	Originados / (Liquidados)	(Write-off)	Saldo em 31 de dezembro de 2025	
Pessoa Física									
Empréstimos	1.401.320	(179.206)	(28.867)	334.587	4.658	355.332	-	1.887.824	
Crédito Pessoal	1.277.118	(170.206)	(26.367)	299.287	9	403.643	-	1.783.484	
Outros Créditos	124.202	(9.000)	(2.500)	35.300	4.649	(48.311)	-	104.340	
Financiamentos	-	-	-	-	-	150	-	150	
Financiamentos	-	-	-	-	-	150	-	150	
Total	1.401.320	(179.206)	(28.867)	334.587	4.658	355.482	-	1.887.974	
Estágio 3	Saldo em 1º de janeiro de 2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 2	Originados / (Liquidados)	(Write-off)	Saldo em 31 de dezembro de 2025	
Pessoa Física									
Empréstimos	894.127	(15.398)	(4.658)	115.448	28.867	502.395	(674.614)	846.166	
Crédito Pessoal	358.801	(30)	(9)	85.979	26.367	302.546	(373.554)	400.101	
Outros Créditos	535.326	(15.369)	(4.649)	29.469	2.500	199.848	(301.060)	446.065	
Financiamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	
Financiamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	
Total	894.127	(15.398)	(4.658)	115.448	28.867	502.395	(674.614)	846.166	
Consolidado - 3 estágios		Saldo em 1º de janeiro de 2025		Originados / (Liquidados)		(Write-off)		Saldo em 31 de dezembro de 2025	
Pessoa Física									
Empréstimos			17.686.365		2.999.947		(674.614)		20.011.698
Crédito Pessoal			15.394.129		3.034.932		(373.554)		18.055.507
Outros Créditos			2.292.236		(34.985)		(301.060)		1.956.191
Financiamentos			-		1.546		-		1.546
Financiamentos			-		1.546		-		1.546
Total			17.686.365		3.001.493		(674.614)		20.013.244

c. Reconciliação de perdas esperadas de operações de crédito

Estágio 1	Saldo em 1º de janeiro de 2025	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Oriundos do Estágio 2	Oriundos do Estágio 3	Constituição / (Reversão)	(Write-off)	Saldo em 31 de dezembro de 2025
Pessoa Física								
Empréstimos	602.257	(16.030)	(16.817)	7.855	12.398	(47.672)	-	541.990
Crédito Pessoal	523.710	(14.332)	(15.400)	5.936	1	(19.827)	-	480.089
Outros Créditos	78.547	(1.698)	(1.418)	1.919	12.396	(27.845)	-	61.901
Financiamentos	-	-	-	-	-	5	-	5
Financiamentos	-	-	-	-	-	5	-	5
Total	602.257	(16.030)	(16.817)	7.855	12.398	(47.667)	-	541.995

Estágio 2	Saldo em 1º de janeiro de 2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 3	Constituição / (Reversão)	(Write-off)	Saldo em 31 de dezembro de 2025
Pessoa Física								
Empréstimos	102.973	(7.855)	(10.614)	16.030	3.751	22.930	-	127.216
Crédito Pessoal	76.489	(5.936)	(10.081)	14.332	1	22.337	-	97.142
Outros Créditos	26.485	(1.919)	(533)	1.698	3.750	594	-	30.074
Financiamentos	-	-	-	-	-	1	-	1
Financiamentos	-	-	-	-	-	1	-	1
Total	102.973	(7.855)	(10.614)	16.030	3.751	22.932	-	127.217

Estágio 3	Saldo em 1º de janeiro de 2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 2	Constituição / (Reversão)	(Write-off)	Saldo em 31 de dezembro de 2025
Pessoa Física								
Empréstimos	687.225	(12.398)	(3.751)	16.817	10.614	603.101	(674.614)	626.994
Crédito Pessoal	255.433	(1)	(1)	15.400	10.081	396.763	(373.554)	304.119
Outros Créditos	431.792	(12.396)	(3.750)	1.418	533	206.338	(301.060)	322.875
Financiamentos	-	-	-	-	-	-	-	-
Financiamentos	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	687.225	(12.398)	(3.751)	16.817	10.614	603.101	(674.614)	626.994

Consolidado - 3 estágios	Saldo em 1º de janeiro de 2025	Constituição / (Reversão)	(Write-off)	Saldo em 31 de dezembro de 2025
Pessoa Física				
Empréstimos	1.392.455	578.359	(674.614)	1.296.200
Crédito Pessoal	855.631	399.273	(373.554)	881.350
Outros Créditos	536.824	179.086	(301.060)	414.851
Financiamentos	-	6	-	6
Financiamentos	-	6	-	6
Total	1.392.455	578.365	(674.614)	1.296.206

d. Receita de operações de crédito

	2º semestre	31/12/2025
Rendas de empréstimos	1.563.786	3.075.696
Rendas de financiamentos	3	3
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	70.417	115.519
Total	1.634.206	3.191.218

No exercício findo em 31 de dezembro 2025 não foi realizada cessão de carteira de crédito.

e. Operações de crédito renegociadas e reestruturadas

No total de operações com perda esperada associada ao risco de crédito estão incluídas as renegociações e reestruturações, que são operações que contemplam alongamento de prazos, concessão de carência, redução na taxa de juros, e, em alguns casos, desconto parcial do principal.

	31/12/2025
Saldo inicial do exercício	1.364.039
Renegociações e Reestruturações ⁽¹⁾	569.144
Recebimentos ⁽²⁾	(169.771)
Baixas	(470.323)
Total	1.293.089

- (1) O Banco optou pela utilização do Artigo 71-A previsto na Resolução CMN nº 5,146 de 26 de junho de 2024, que faculta as instituições a utilização até 31 de dezembro de 2026, o uso de taxa de juros efetiva repactuada para a apuração do valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados, desta forma os procedimentos contábeis para tratamento das operações reestruturadas é o mesmo das operações renegociadas;
- (2) Contempla a liquidação de contratos renegociados por meio da realização de novas operações.

No momento em que a operação de crédito é modificada, a Administração considera as condições da nova operação e o vencimento renegociados ou reestruturados, e não mais

o considera vencido. A partir da data de modificação, os juros renegociados ou reestruturados começam a acumular, utilizando o método de taxa efetiva de juros, levando em consideração a capacidade do cliente quitar o empréstimo, com base na análise efetuada pela Administração. Se o cliente não consegue manter os novos termos renegociados, a Administração considera cessar o acúmulo a partir deste ponto.

Adicionalmente, quaisquer saldos relativos a operações de crédito a clientes renegociados ou reestruturados, que já tenham sido baixados e registrados em contas fora do balanço patrimonial, bem como quaisquer ganhos são reconhecidos apenas quando recebidos.

10 Outros ativos financeiros

	31/12/2025
Devedores por depósito em garantia	388.132
Outros	147
Total	388.279

11 Imobilizado de uso

	31/12/2025		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Instalações	937	(659)	278
Móveis e equipamentos	1.311	(1.142)	169
Sistemas de Processamento de dados	1.489	(1.116)	373
Total	3.737	(2.917)	820

A movimentação do ativo imobilizado está demonstrada abaixo:

	Saldo 31/12/2024	Adições	Depreciação	Saldo 31/12/2025
Instalações	415	-	(137)	278
Móveis e equipamentos	214	3	(48)	169
Sistemas de Processamento de dados	570	29	(226)	373
Total	1.199	32	(411)	820

12 Intangível

31/12/2025				
	Taxas de Amortização	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Softwares	Contrato	37.676	(32.576)	5.100
Direitos de Exclusividade ⁽¹⁾	-	1.942	(1.910)	32
Projetos corporativos ⁽²⁾	Até 10%	203.282	(107.083)	96.199
Total	-	242.900	(141.569)	101.331

(1) O prazo de amortização é determinado pelo período de contrato.

(2) Refere-se a gastos com desenvolvimento de sistemas internos.

A movimentação do intangível, está demonstrada abaixo:

	Saldo 31/12/2024	Adições	Amortização	Saldo 31/12/2025
Softwares	3.518	3.625	(2.043)	5.100
Direitos de Exclusividade ⁽¹⁾	247	-	(215)	32
Projetos corporativos ⁽²⁾	101.023	24.898	(29.722)	96.199
Total	104.787	28.523	(31.980)	101.331

(1) O prazo de amortização é determinado pelo período de contrato.

(2) Refere-se a gastos com desenvolvimento de sistemas internos.

13 Outros Ativos

	31/12/2025
Relações Interfinanceiras ⁽¹⁾	2.085.357
Despesa antecipada	15.316
Devedores diversos	7.271
Adiantamentos e antecipações salariais	7.200
Material em estoque	908
Serviços prestados a receber	21
Outros	110
Total	2.116.184

(1) Refere-se substancialmente, a valores a receber cedidos de transações de pagamento.

14 Recursos de Instituições Financeiras

a) Depósitos

	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 31 de dezembro de 2025
Depósitos interfinanceiros (nota 27)	1.742.917	5.234.027	3.254.491	12.536.051	22.767.486
Total	1.742.917	5.234.027	3.254.491	12.536.051	22.767.486
%	8%	23%	14%	55%	100%

b) Despesas com captações

	2º semestre	Saldo 31/12/2025
Despesas com depósitos interfinanceiros	(1.306.638)	(2.515.463)
Despesas com depósitos a prazo	(1.595)	(2.638)
Despesas operações compromissadas	(865)	(3.746)
Total	(1.309.098)	(2.521.847)

15 Recursos de clientes

	1 a 30 dias	Acima de 360 dias	Total
Depósito à vista - clientes ⁽¹⁾	587.095	-	587.095
Depósito a prazo	-	27.003	27.003
Saldos credores em contas de empréstimos ⁽²⁾	55.678	-	55.678
Total	642.773	27.003	669.776

(1) Referem-se a depósitos de contas de pagamento digitais.

(2) Saldos credores de clientes, informados no Sistema de valores a receber (SVR) no Banco Central do Brasil

16 Outros passivos financeiros

	31/12/2025
Relações Interfinanceiras ⁽¹⁾	1.450.589
Total	1.450.589

(1) Valores a repassar a integrantes de arranjo de pagamento relacionados ao cartão de crédito.

17 Outras provisões

	31/12/2025
Provisão para contingências (Nota 18)	417.384
Recursos de terceiros	101.211
Outras ⁽¹⁾	64.340
Total	582.935

(1) Inclui basicamente provisão para pagamentos a efetuar relativos a obrigações com os funcionários e outras provisões administrativas

18 Provisões para passivos contingentes

O Banco Digio é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. A Administração do Banco entende que a provisão constituída é suficiente para atender perdas decorrentes dos respectivos processos.

a) Processos trabalhistas

Referem-se substancialmente a ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter o pagamento de horas extras, comissões e reflexos, indenizações e demais pedidos passíveis de serem discutidos no Poder Judiciário sob a ótica do Consolidação das Leis do Trabalho. A provisão desses casos é feita individualmente, sempre que a perda for avaliada como provável, de acordo com a liquidação dos pedidos elencados pelo ex-empregado no processo e alterada de acordo com o andamento do processo. A constituição da provisão é realizada de acordo com a fase do processo (25% na fase inicial do processo, 50% após sentença e 100% na fase de execução).

b) Processos cíveis

Referem-se substancialmente a ações ajuizadas, visando obter a indenização por danos morais e materiais. A provisão desses processos é feita individualmente, considerando a análise de assessores jurídicos externos, procedência da reclamação, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento dos Tribunais.

c) Provisões Fiscais

O Banco Digio é parte em ações que discutem a legalidade, constitucionalidade recolhimento de alguns tributos e contribuições, os quais estão provisionados de acordo com a opinião dos assessores jurídicos.

d) Provisões segregadas por natureza

O Banco Digio é parte em processos judiciais, perante diferentes tribunais e instâncias, de natureza cível, tributária e trabalhista. A composição das provisões referentes a esses processos segue demonstrada no quadro abaixo:

	31/12/2025
Cíveis	375.549
Trabalhistas	40.039
Tributárias	1.795
Total	417.384

A movimentação da provisão para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 está representada no quadro abaixo:

	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Total
Saldo em 1º janeiro de 2025	374.480	67.401	953	442.834
Constituições líquidas de (reversão e baixas)	(42.732)	(35.000)	742	(76.990)
Pagamentos	(9.976)	(265)	-	(10.241)
Atualização monetária	53.777	7.903	101	61.781
Saldo em 31 de dezembro de 2025	375.549	40.039	1.796	417.384

Passivos contingentes – risco de perda possível

O Banco Digio mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Sociedade figura como “autora” ou “ré” e, amparada na opinião dos assessores jurídicos classifica as ações de acordo com a expectativa de perda. Anualmente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco e perda possível e remoto não são reconhecidos contabilmente:

Em 31 de dezembro de 2025, o montante de R\$ 500.635 compõe os processos de natureza cível, trabalhista e fiscal classificados com base na expectativa de perda possível.

O montante classificado como perda possível está distribuído conforme quadro abaixo:

Natureza	Cível	Trabalhista	Tributário	Total em 31/12/2025
Total	494.354	5.947	334	500.635

19 Outros passivos

31/12/2025

Credores diversos ⁽¹⁾	150.981
Impostos a recolher	17.364
Valores a pagar a sociedades ligadas (nota 27)	8.571
Total	176.915

(1) Refere-se, substancialmente, a provisões a pagar a fornecedores e recebimento de terceiros.

20 Patrimônio Líquido

a) Capital social

	31/12/2025
Capital Social ⁽¹⁾	1.323.490
Total	1.323.490

(1) Em 25/03/2025 foi aprovado pelo Banco Central do Brasil o aumento de capital realizado em 27/12/2024 no valor de R\$ 500.000 mediante a emissão de 23.204.420.612 novas ações ordinárias com sua integralização na mesma data.

b) Reservas de capital

	31/12/2025
Reservas de capital ⁽¹⁾	295.764
Total	295.764

(1) Reserva de capital oriunda da incorporação reversa da Farly Participações Ltda.

c) Prejuízos acumulados

	31/12/2025
(Prejuízos) acumulados inicial	(1.320.122)
(Prejuízo) líquido do exercício	(224.418)
Total	(1.544.540)

d) Prejuízos por ação

	31/12/2025
(Prejuízo) líquido do exercício	(224.418)
Número médio ponderado de ações	31.245.681.880
Total	(0,007)

21 Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias

	2º semestre	31/12/2025
Interchange	65.336	134.155

Rendas com cartões de crédito ⁽¹⁾	35.761	63.134
Rendas de comissões de operações pré-pagas	12.682	23.015
Outras	67	157
Total	113.846	220.461

(1) Inclui tarifas bancárias, comissões e anuidades.

22 Despesas de pessoal

	2º semestre	31/12/2025
Proventos	(41.178)	(84.471)
Encargos sociais	(14.853)	(30.679)
Benefícios	(14.613)	(28.371)
Participação dos empregados no lucro	(15.279)	(28.368)
Total	(85.923)	(171.888)

23 Outras despesas administrativas

	2º semestre	31/12/2025
Sistema financeiro - correspondente no país ⁽¹⁾	(89.851)	(185.118)
Serviços de terceiros ⁽²⁾	(91.734)	(152.178)
Processamento de dados ⁽³⁾	(64.522)	(129.709)
Honorários	(25.866)	(49.391)
Depreciações e amortizações	(15.635)	(32.391)
Materiais	(3.957)	(8.957)
Comunicações	(4.373)	(7.889)
Outras	(4.470)	(7.885)
Propaganda e publicação	(2.929)	(4.826)
Aluguéis	(2.641)	(4.657)
Transportes	(1.333)	(2.770)
Sistema financeiro	(794)	(2.230)
Viagens	(1.022)	(1.756)
Total	(309.125)	(589.759)

(1) Refere-se a comissões pagas a correspondentes bancários para originação e manutenção das operações de crédito.

(2) Refere-se substancialmente a pagamento de comissão e despesas com serviço de call center, tecnologia e consultorias.

(3) Em sua maioria, está relacionado a despesas com manutenção de softwares.

24 Despesas tributárias

	2º semestre	31/12/2025
Contribuição à COFINS	(27.893)	(57.719)
Contribuição ao PIS/PASEP	(4.544)	(9.411)
Impostos sobre serviços – ISS	(3.401)	(6.447)

Outros impostos e taxas	(666)	(1.791)
IOF	(325)	(645)
Total	(36.829)	(76.013)

25 Outras receitas operacionais

	2º semestre	31/12/2025
Antecipação de recebíveis	142.317	305.880
Outras receitas operacionais ⁽¹⁾	31.858	57.131
Ressarcimento de custos ⁽²⁾	4.710	9.736
Variação cambial	201	318
Total	179.086	373.065

(1) Refere-se, substancialmente, a ressarcimento operacional de contratos.

(2) Ressarcimento de custos operacionais de contratos de portabilidade.

26 Outras despesas operacionais

	2º semestre	31/12/2025
Indenizações e custas judiciais	(222.628)	(399.178)
Descontos concedidos em renegociações ⁽¹⁾	(45.436)	(71.457)
Fee de bandeiras	(10.540)	(20.986)
Despesas juros sobre conta pagamento ⁽²⁾	(10.566)	(19.783)
Outras	(17.379)	(16.404)
Centro administrativo compartilhado (Nota 27)	(1.805)	(5.541)
Total	(308.354)	(533.349)

(1) Ação de cobrança a fim de mitigar o aumento de PLC (perdas líquidas de crédito) impulsionado pelos feirões de crédito.

(2) Remuneração da conta digital.

27 Partes relacionadas

No curso habitual das atividades e em condições de mercado são mantidas pelo Banco com partes relacionadas, tais como contas bancárias e aplicações financeiras com controlador indireto (Banco Bradesco S.A.), controlador direto (Kartra Participações Ltda.) e empresas coligadas que o controlador indireto detém participação acionária, tais como: Alelo S.A., Livelos S.A., Elo Participações Ltda., Elo Serviços S.A., Banco Bradescard S.A., Cielo S.A., Bradesco Saúde S.A., Odontoprev S.A., e o Bradesco Vida E Previdência S.A.

O Banco na realização de seus negócios e na contratação de serviços, realiza cotações e pesquisas de mercado tendo por critério a busca pelas melhores condições técnicas e de preços. Essas operações são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

As tabelas a seguir incluem os saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025, discriminados por modalidade de contrato, controlador e empresas coligadas do Banco

Bradesco, bem como as movimentações relativas ao 2º semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2025:

	Ativos / (Passivos)	Receitas / (Despesas)	Receitas / (Despesas)
	31/12/2025	2º Semestre 2025	31/12/2025
Caixa e equivalentes de caixa:	1.093	-	-
Banco Bradesco S.A.	1.093	-	-
Aplicações em Operações Compromissadas	289.999	11.548	28.404
Banco Bradesco S.A.	289.999	11.548	28.404
Aplicações interfinanceiras de liquidez	2.307	217	560
Banco Bradesco S.A.	2.307	217	560
Transações de Pagamento - Valores a receber adquiridos	243.847	-	-
Banco Bradesco S.A.	243.847	-	-
Captação em depósitos interfinanceiros (nota 14):	(22.687.353)	(1.289.284)	(2.471.858)
Banco Bradesco S.A.	(22.687.353)	(1.289.284)	(2.471.858)
Outros depósitos	(79)	66	169
Livelo S.A.	(79)	66	169
Transações de Pagamento	(197.957)	-	-
Cielo S.A.	(197.957)	-	-
Obrigações por operações compromissadas:	-	(865)	(3.746)
Banco Bradesco S.A.	-	(865)	(3.746)
Valores a pagar (nota 19):	(8.571)	-	-
Banco Bradescard S.A.	(8.391)	-	-
Banco Bradesco Financiamentos S.A.	(180)	-	-
Sistema financeiro – correspondente no país:	-	-	(12.497)
Alelo S.A.	-	-	(12.497)
Serviços do sistema financeiro:	-	(5.004)	(9.136)
Banco Bradesco S.A.	-	(5.004)	(9.136)
Rendas sobre antecipação de recebíveis	-	1.191	2.564
Cielo S.A.	-	1.191	2.564
Serviços administrativos (Nota 26):	-	(2.742)	(8.212)
Elo Participações Ltda.	-	(1.805)	(5.541)
Livelo S.A.	-	(937)	(2.671)
Despesas de Pessoal:	-	(6.890)	(14.724)
Bradesco Vida e Previdência S.A.	-	(777)	(2.550)
Odontoprev S.A.	-	(67)	(200)
Bradesco Saúde S.A.	-	(6.046)	(11.974)
Despesas de processamento de cartão:	-	(520)	(1.454)
Banco Bradescard S.A.	-	(205)	(681)
Elo Serviços S.A.	-	(314)	(773)
Despesas com serviços associação a transações de pagamentos:	-	(1.935)	(2.446)
Elo Serviços S.A.	-	(1.935)	(2.446)

28 Remuneração do pessoal-chave da Administração

O montante global anual da remuneração dos Administradores é definido anualmente na Assembleia Geral Ordinária e fixado conforme determina o Estatuto Social.

Os honorários dos Administradores em 31 de dezembro de 2025 totalizaram R\$ 688, os quais foram apropriados ao resultado na rubrica “Despesas de pessoal”.

Aos empregados é concedida uma gratificação com base nas metas do Banco Digio definidas pela Presidência (Comitê de Direção), alinhada com o Conselho de Administração, e conforme regras definidas nas políticas do Banco Digio.

Em 31 de dezembro de 2025, a provisão para gratificação aos empregados, não incluindo a Diretoria, é de R\$ 27.082, apropriada ao resultado na rubrica “Despesas de pessoal”.

O Banco Digio dispõe de plano de benefício previdenciário no modelo PGBL (Plano Gerador de Benefício Livre Empresarial), que objetiva complementar os benefícios de seus empregados e administradores, de acordo com um benefício-alvo estabelecido. A contribuição líquida do Banco Digio para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 está contabilizada na rubrica “Despesa de pessoal” e totalizaram R\$ 3.090.

a) Outras informações

Conforme determina a Resolução nº 4.693, as operações com partes relacionadas, são realizadas em condições compatíveis com as transações efetuadas com terceiros no que tange à limites, taxas de juros, carência, prazos, garantias requeridas e critérios para classificação de risco para fins de constituição de provisão para perdas prováveis.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não foram realizadas operações de crédito ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

29 Imposto de renda e contribuição social

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	2º semestre	31/12/2025
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social, deduzidas as participações estatutárias no lucro	(208.136)	(401.887)
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes ⁽¹⁾	(93.661)	(180.849)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Contingências fiscais, cíveis, trabalhistas e garantias prestadas	(25.213)	(11.529)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	114.711	194.119
Ativo Fiscal Diferido	(90.474)	(177.469)
Obrigações fiscais diferidas	(5.304)	(9.048)
Participação nos lucros – funcionários	6.875	3.827
Provisão para despesas de pessoal e administrativas	(690)	9
Incentivos Fiscais	(34)	80
Despesas indedutíveis liquidas de receitas não tributáveis	3.316	3.365
Imposto de renda e contribuição social do semestre/exercício	(90.474)	(177.469)

(1) Alíquotas vigentes: (i) de 25% para o imposto de renda; (ii) de 20% para a contribuição social.

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	2º semestre	31/12/2025
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos	-	-
Impostos diferidos:		
Constituição/realização no semestre sobre adições temporárias ⁽¹⁾	(90.474)	(177.469)
Total dos impostos diferidos	(90.474)	(177.469)
Imposto de renda e contribuição social do semestre	(90.474)	(177.469)

(1) Alíquotas vigentes: (i) de 25% para o imposto de renda; (ii) de 20% para a contribuição social.

c) Origem dos créditos tributários do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 01/01/2025	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2025
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	1.564.106	278.110	(120.712)	1.721.505
Provisões fiscais	429	808	(429)	808
Provisões cíveis	168.516	9.131	(8.650)	168.997
Provisões Trabalhistas	30.330	703	(13.016)	18.017
Outros valores	13.666	14.004	(10.326)	17.344
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	1.777.047	302.757	(153.132)	1.926.672
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	93.148	-	-	93.148
Total dos créditos tributários	1.870.195	302.757	(153.133)	2.019.818
Obrigações fiscais diferidas (Nota 29e)	(1.005)	8.869	(287)	(10.161)
Outros Valores	-	2.681	-	(2.681)
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	1.869.190	291.206	(153.420)	2.006.976

d) Previsão de realização dos créditos tributários líquido das obrigações diferidas sobre diferenças temporárias e prejuízo fiscal

			Saldo em 31/12/2025
	Diferenças Temporárias	Prejuízo Fiscal/ Base Negativa	Total
2026	319.938	-	319.938
2027	289.183	197	289.380
2028	271.781	27.893	299.674
2029	259.580	49.277	308.857
2030	225.707	15.781	241.488
2031	123.408	-	123.408
2032	116.972	-	116.972
2033	111.175	-	111.175
2034	105.961	-	105.961
2035	102.966	-	102.966
Total	1.926.672	93.148	2.019.818

Em 31 de dezembro de 2025, o valor presente líquido dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, resulta em R\$ 1.263.124 mil, sendo IRPJ R\$ 702.377 e CSLL R\$ 560.747. Assim, conclui-se que a expectativa do Banco de realização das diferenças temporárias deverá ocorrer até exercício social de 2035.

Todos os créditos tributários do Banco Digio foram devidamente ativados.

Obrigações fiscais diferidas

O Banco Digio possui obrigações fiscais diferidas de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 10.280 relativas à ajuste Stop Accrual Resolução 4.966/21, atualização monetária sobre depósitos judiciais e ajustes de avaliação de valor de mercado da LFT, classificados como disponíveis para venda.

e) Ativos / Passivos correntes

f.1) Ativos tributários correntes

	31/12/2025
Impostos e contribuições a compensar	8.418
Impostos de renda a recuperar	251
Ativos tributários correntes	8.669

f.2) Passivos tributários correntes

	31/12/2025
IOF a recolher	3.959
Impostos e contribuições a recolher	13.517
Passivos tributários correntes	17.476

30 Balanço por prazo

ATIVO	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Prazo indeterminado	Total
Disponibilidades	7.330	-	-	-	-	7.330
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	601.124	185.860	1.220.129	-	2.007.113
Títulos e valores mobiliários	-	601.124	185.860	1.220.129	-	2.007.113
Ativos financeiros ao custo amortizado	1.125.489	3.173.555	3.325.178	11.643.437	286.255	19.553.914
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	289.999	2.912	2.307	-	295.218
Depósitos compulsórios e outros depósitos no Banco Central do Brasil					153.379	153.379
Operações de crédito, líquido de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	1.048.822	2.870.907	3.299.150	11.498.159	-	18.717.038
Outros ativos financeiros	76.667	12.649	23.116	142.971	132.876	388.279
Imobilizado de uso, líquido de depreciações					820	820
Intangíveis, líquido de amortizações					101.331	101.331
Impostos a compensar			2.975	5.443		8.418
Créditos tributários			307.119	1.712.699	-	2.019.818
Outros ativos	1.198.559	751.357	166.268		-	2.116.184
Total do ativo em 31/12/2025	2.331.378	4.526.036	3.987.400	14.581.708	388.406	25.814.928

PASSIVO	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Prazo indeterminado	Total
Passivos financeiros ao custo amortizado	2.748.338	5.886.792	3.689.668	12.563.054	-	24.887.851
Recusos de instituições financeiras	1.742.917	5.234.027	3.254.491	12.536.051	-	22.767.486
Recursos de clientes	642.773	-	-	27.003	-	669.776
Outros passivos financeiros	362.647	652.765	435.177	-	-	1.450.589
Provisão para perda esperada	81.272	-	-	-	-	81.272
Compromissos de empréstimos e créditos a liberar	81.272	-	-	-	-	81.272
Outras provisões	-	-	56.698	-	526.237	582.935
Passivos fiscais	-	-	10.280	-	-	10.280
Impostos diferidos	-	-	10.280	-	-	10.280
Outros passivos	172.825	163	95	1.757	2.075	176.915
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-	-	-	-	75.675	75.675
Capital social	-	-	-	-	1.323.490	1.323.490
Reservas de capital	-	-	-	-	295.764	295.764
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	961	961
Lucros ou (prejuízos) acumulados	-	-	-	-	(1.544.540)	(1.544.540)
Total do passivo em 31/12/2025	2.829.610	5.886.792	3.710.228	12.563.054	75.675	25.814.928

31 Gestão de Riscos

a) Contexto Operacional

O processo de gestão de riscos e controles está suportado por governança estruturada através dos fóruns e órgãos colegiados subordinados à Presidência do Banco Digio.

Os principais fóruns de acompanhamento e discussão dos riscos do Banco junto a alta direção são as Comissões de Gestão de Riscos apenas com membros do Banco Digio, e alinhamentos com o órgão de Gestão Integrada de Riscos do Banco Bradesco. São apresentados mensalmente nas Comissões os acompanhamentos dos resultados, comportamentos e riscos das diversas áreas e produtos do Banco Digio. Esta estrutura tem como responsabilidade garantir o cumprimento das Políticas Corporativas e Normas internas de Gestão de Riscos, assegurando a efetividade do processo de seu gerenciamento.

A área conta com pessoas qualificadas para mensurar os diferentes tipos de riscos, a fim de que sejam devidamente identificados, medidos, avaliados, monitorados, reportados, mitigados e controlados, com o objetivo de mantê-los dentro dos padrões aceitáveis para o banco e de acordo com as regulamentações vigentes. Em concordância com as regulamentações vigentes e as boas práticas de mercado, o Banco Digio dispõe de estrutura para o gerenciamento do risco operacional, risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e gestão de capital, que trabalha de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, a fim de desenvolver e implementar eficientes métodos de mensuração e mitigação, com o uso de sistemas, metodologias e processos.

b) Risco de crédito

A atividade de gerenciamento de risco de crédito é executada dentro da estrutura de Gestão de Riscos, independente das áreas de negócio e da Auditoria Interna.

A estrutura de Gestão de Riscos tem como diretrizes identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos de crédito e garantir que todos os riscos possíveis de serem considerados são conhecidos e foram mitigados da melhor forma, e são aceitáveis para o Banco. Tudo com o objetivo de salvaguardar perdas futuras, e por consequência seu capital, fazendo com que este seja utilizado de forma segura e rentável.

O Banco Digio dispõe de metodologias de mensuração e controle para monitorar o risco de crédito com o intuito de proteger-se de um eventual risco de inadimplência das contrapartes.

Exposição ao risco de crédito – limite de cartão de crédito

A tabela a seguir apresenta a exposição ao limite dos cartões de crédito:

Modalidade	31/12/2025
Pessoa Física	
Limite de cartão de crédito	3.384.143
Total de exposição ao limite de crédito	3.384.143
Perda por redução ao valor recuperável	(81.272)
Total de operações de crédito, líquido	3.302.871

c) Risco de mercado e Liquidez

A atividade de gerenciamento de risco de mercado e liquidez é executada dentro da estrutura da Gestão de Riscos, independente das áreas de negócio e da Auditoria Interna.

O Banco Digio está exposto a risco cambial e de taxa de juros da carteira (IRRBB) em decorrência de suas atividades financeiras e comerciais normais.

O Banco Digio dispõe de metodologias de mensuração e controle para monitorar os riscos de mercado e liquidez com o intuito de proteger-se de eventuais perdas que comprometam a saúde financeira do banco, bem como o cumprimento de suas obrigações.

d) Risco operacional

A atividade de gerenciamento de risco operacional é executada dentro da estrutura da Gestão de Riscos, independente das áreas de negócio e da Auditoria Interna.

A área tem a missão de estabelecer diretrizes, implantar metodologia e ferramentas para: identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos operacionais do Banco. A estrutura está alinhada com as melhores práticas de mercado, políticas internas do Banco Digio.

e) Gestão de Capital

A atividade de gerenciamento de capital é executada por uma área específica e está sob a responsabilidade da estrutura de Gestão de Riscos, independente das áreas de negócio e da Auditoria Interna.

A estrutura de Gestão de Riscos, mantém processo de monitoramento e controle, garantindo que o capital do Banco Digio esteja compatível com a natureza das operações, complexidade dos produtos e com a dimensão de sua exposição a riscos, inclusive aqueles não cobertos pelo Patrimônio de Referência (PR).

32 Instrumentos financeiros mensurados a valor justo

Para instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo, é requerido a divulgação das mensurações de acordo com os seguintes níveis hierárquicos de valor justo:

- **Nível 1:** preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Ativos e passivos de Nível 1 incluem títulos de dívida e patrimoniais e contatos de derivativos, que são negociados em um mercado ativo, assim como títulos e públicos brasileiros, que são altamente líquidos e ativamente negociados em mercados de balcão.
- **Nível 2:** Dados observáveis, que não os preços de Nível 1, tais como preços cotados para ativos ou passivos similares; preços cotados em mercados não ativos; ou outros dados que são observáveis no mercado ou que possam ser confirmados por dados observáveis de mercado, para substancialmente, todo o prazo dos ativos e passivos. Os ativos e passivos de nível 2 incluem contratos de derivativos, cujo valor é determinado usando um modelo de precificação com dados, que são observáveis, no mercado ou que possam ser deduzidos, principalmente, de ou ser confirmados, por dados observáveis, de mercado, incluindo, mas não limitados a curvas de rendimentos, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida e patrimoniais e taxas de câmbio.
- **Nível 3:** Dados não observáveis, que são suportados por pouca ou nenhuma atividade de mercado e que sejam significativos ao valor justo dos ativos ou passivos. Os ativos e passivos de Nível 3, geralmente, incluem instrumentos financeiros, cujo valor é determinado usando modelos de precificação, metodologias de fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, assim como instrumentos para os quais a determinação do valor justo requer julgamento ou estimativas significativas da Administração. Esta categoria, geralmente, inclui certos títulos emitidos por instituições financeiras e empresas não financeiras e certos contratos derivativos.

A marcação a valor justo dos títulos os quais não apresentam fonte pública, consistente e regular de divulgação, a instituição utiliza os modelos definidos pela CMM (Comissão de marcação a mercado) e disponibilizado através do manual de marcação a mercado para cada modalidade de título. Por meio de métodos e modelos matemáticos financeiros, os quais capturam os efeitos e variações nos preços dos ativos objetos da marcação do valor justo ou de similares.

Os valores contábeis e valores justos dos ativos e passivos financeiros são demonstrados:

Em 31 de dezembro de 2025

	Valor de custo atualizado	Valor justo
Ativos		
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2.007.127	2.007.113

Em 31 de dezembro de 2025, o Banco possui na composição dos títulos e valores mobiliários aplicação em Letras Financeiras do Tesouro (títulos públicos) no montante de R\$ 2.007.127 mil classificados como “Nível 1”.

33 Outras informações

a) Resultados recorrentes e não recorrentes

Conforme definido pela Resolução BCB nº 2/2020, resultados não recorrentes são aqueles que não estão relacionados ou estão relacionados apenas de forma incidental com as atividades típicas do Banco, e não estão previstos para que ocorram com frequência em exercícios futuros.

Nosso resultado contábil em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ (224.418) mil, não havendo resultado não recorrente.

b) Eventos subsequentes

Em 27 de fevereiro de 2026 os acionistas aprovaram o aumento de capital em espécie no montante de R\$ 200.000 mil, com emissão de 106.959.421.734 novas ações, ao preço de R\$ 0,001869868 em processo de aprovação pelo Banco Central do Brasil.

c) Reclassificação entre categorias

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Banco Digio não realizou reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros ativos e passivos.

d) Instrumentos financeiros derivativos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Banco Digio não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos.

e) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis em períodos futuros

Em 2024 foram emitidas a Resolução CMN nº 5.146 e a Resolução BCB nº 397, normas complementares à Resolução CMN nº 4.966/21, que facultaram o uso da taxa de juros

efetiva repactuada para a apuração do valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados.

O Banco vem avaliando a aplicação das referidas normas e os possíveis impactos decorrentes da adoção estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor das normas.

Banco Digio S.A.

Carlos Giovane Neves
Diretor Presidente

André Gonçalves da Silva Fonseca
Diretor

Douglas Paz de Lima
Contador
CRC 1SP201688/O-0

* * *



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas e Administradores do
Banco Digio S.A.
Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Digio S.A. (“Banco”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras do Banco Digio S.A. em 31 de dezembro de 2025, foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Ênfase – Informações comparativas

Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução BCB nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.



Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de março de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6

De:XXXXXX

Enviadas: Segunda-feira, 16 de Dezembro de 2024 18:24

Para:XXXXXX

Cc:XXXXX

Assunto: Produto P6 - Impactos da MP 1.128

XXXX, boa tarde!

Conforme conversamos, segue a formalização da entrega do produto P6. Impactos da MP 1.128 da Etapa 3: Avaliação da Arquitetura Tecnológica.

Obrigado,
XXXX.

XXXXX
Director

Rua Alvorada, 1289 - Conj. 412
São Paulo, Brasil
Mobile +55 11 XXXXXX
Office +55 11 2502-0370
www.bip-group.com
Follow us on [Social Media](#)

1. SERVIÇOS

Contratação de serviços de consultoria para a implantação da Resolução CMN nº 4.966/2021 e demais normativos do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil no tocante a convergência do Plano de Contas das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF às práticas contábeis internacionais previstas no IFRS9 – Financial Instruments (“Projeto de Implantação” ou “Projeto”).

2. ETAPA DA IMPLANTAÇÃO

Etapa 3: Avaliação da arquitetura tecnológica – Avaliar a atual arquitetura dos sistemas do Banco da Amazônia S.A. (BASA) e entender o grau de aderência às necessidades de cálculo, controle e contabilização de acordo com a Resolução 4.966/21, considerando os sistemas isoladamente e as integrações existentes com outros sistemas da instituição.

3. PRODUTO

Produto P(6): Relatório de Impactos da MP 1.128/22 – descrever os desenvolvimentos que devem ser realizados no sistema atual de controle tributário do BASA para o cumprimento da MP 1.128/22 (convertida na Lei 14.467/22), que estabelece novos requerimentos para cálculo e controle das perdas dedutíveis em operações de crédito (alinhados com os requerimentos de apuração de provisão para perdas estabelecidos na Resolução CMN 4.966/21.

4. TERMO DE ENTREGA

Por meio deste Termo de Entrega formalizamos a disponibilização ao BASA do produto descrito acima. Os serviços, objetos deste termo, bem como a documentação pertinente, foram recebidos por Cleison Trindade Maia.

São Paulo, setembro de 2024.

----- – Sócio – FBM Gestão e Processos Ltda.

CPF -----

Produto P(6): Impactos da MP 1.128/22 (Lei 14.467/22)

Banco da Amazônia

CNPJ nº 04.902.979/0001-44



A Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022, estabelece o tratamento tributário de perdas incorridas no recebimento de créditos por instituições financeiras e outras instituições autorizadas pelo Banco Central do Brasil, com o objetivo principal de aproximar as normas tributária e contábil, com vistas a reduzir as fragilidades resultantes dos ativos fiscais diferidos registrados nos balanços das instituições financeiras.

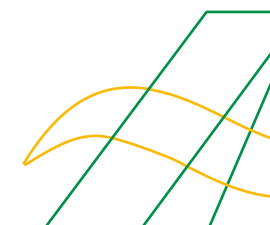
Este documento tem o objetivo de formalizar a entrega do relatório elaborado para evidenciar os requisitos de negócios e os requisitos técnicos e funcionais que o sistema utilizado pelo BASA para controle tributário deve observar para atender plenamente a referida lei. O conteúdo desse relatório é apresentado a seguir:

Título	Conteúdo geral	Documento
Relatório de impactos da MP 1.128/22 (convertida na Lei 14.467/22)	No relatório foram descritos os requisitos que o sistema utilizado pelo BASA para controle tributário deve observar para atender plenamente a lei, distribuídos entres os seguintes temas: ✓ Escopo de aplicação da Lei por tipo de instrumento financeiro; ✓ Critérios para dedutibilidade das perdas associadas ao risco de crédito; ✓ Perdas tributárias apuradas; ✓ Encargos financeiros incidentes sobre os créditos; ✓ Tratamento de créditos recuperadas; e ✓ Vigência de aplicação da Lei.	 Impactos_14467_Sistemas  Anexo1_PlanoContabil_Perdas  Anexo2_Eligibilidade_PartesRel  Anexo3_Layout_Relatorio

Os requisitos descritos no relatório entregue ao BASA representam a visão ideal de funcionalidades que um sistema de controle tributário deveria possuir para atender a Lei 14.467/22.

Nesse sentido, seu conteúdo serve como base para discussão e solicitação de desenvolvimentos junto ao fornecedor de referido sistema do BASA. Com base no posicionamento do fornecedor em termos de novas funcionalidades a serem oferecidas, apoiaremos o BASA na análise da suficiência delas para o cumprimento dos novos requerimentos.

Além disso, acompanharemos a evolução dos desenvolvimentos e a homologação de referidas funcionalidades.



Implantação da Resolução CMN 4.966/21

OBRIGADO

